

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**RESERVAS EXTRATIVISTAS: INSTITUCIONALIZAÇÃO E
IMPLEMENTAÇÃO NO ESTADO BRASILEIRO DOS ANOS 1990**

CLÁUDIA CONCEIÇÃO CUNHA

**Rio de Janeiro
2010**

CLÁUDIA CONCEIÇÃO CUNHA

**RESERVAS EXTRATIVISTAS: INSTITUCIONALIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO NO
ESTADO BRASILEIRO DOS ANOS 1990**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Programa EICOS), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de doutora.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro

Rio de Janeiro
2010

C972 Cunha, Cláudia Conceição

Reservas Extrativistas: institucionalização e implementação no Estado brasileiro dos anos 1990 / Cláudia Conceição Cunha. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
308 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, 2010.

Orientador: Carlos Frederico Bernardo Loureiro

1. Reserva Extrativista. 2. Seringueiros – Brasil – Atividades políticas. 3. Política pública. I. Loureiro, Carlos Frederico Bernardo. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.

CDD: 331.761

CLÁUDIA CONCEIÇÃO CUNHA

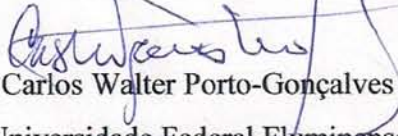
**RESERVAS EXTRATIVISTAS: INSTITUCIONALIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO NO
ESTADO BRASILEIRO DOS ANOS 1990**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Programa EICOS), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de doutora.

BANCA EXAMINADORA


Carlos Frederico Bernardo Loureiro - ORIENTADOR

Universidade Federal do Rio de Janeiro


Carlos Walter Porto-Gonçalves

Universidade Federal Fluminense


Elder Andrade de Paula

Universidade Federal do Acre


Marta de Azevedo Irving

Universidade Federal do Rio de Janeiro


Roberto Leher

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2010

Dedico este trabalho:

Aos meus pais, pelo permanente respeito pelas minhas escolhas, mesmo que às custas de prolongadas ausências;

A Miguel Ângelo, pelo amor e pela vida que temos juntos;

A todos aqueles que continuam na luta por uma sociedade verdadeiramente democrática, por nos lembrarem que não devemos desistir.

AGRADECIMENTOS

Em todo o processo de construção desta tese uma certeza sempre me acompanhou: não conseguiria sozinha. Por isso, agradeço:

A Miguel Ângelo, primeiro a apresentar-me as “ciências humanas”, pelo auxílio nas viagens de campo, pelo companheirismo, amor, respeito, liberdade, cumplicidade e, especialmente, por tornar mais leve todo este percurso.

A minha família, por ter me proporcionado a base inicial de todo esse trabalho: minha formação ética. E por me mostrar, juntamente com a família Carmo, onde está o meu “chão”, sempre que vou a Salvador.

A Carlos Frederico B. Loureiro, pela compreensão, competência, comprometimento, confiança e respeito com os quais me apoiou ao longo desse caminho, ajudando-me a percorrer o que para mim representou, a uma só vez, graduação, mestrado e doutorado.

Ao Programa EICOS/UFRJ, pelo espaço acadêmico necessário para a realização desta tese.

Ao Ibama pela oportunidade de licença para a realização do doutorado. Especialmente ao Ex-superintendente do Ibama-AC, Anselmo Forneck pelo apoio no processo de afastamento.

Aos trabalhadores do Ibama-ICMBio no Acre. Especialmente às colegas Maria das Dores Ribeiro e Vilani Alves, que propiciaram as condições necessárias para o meu afastamento; aos que atuam nas Reservas Extrativistas, pela paciência com as minhas inquietações e por terem representado fonte de entusiasmo para a continuidade da pesquisa; e àqueles que participaram dos momentos de discussão no decorrer do trabalho pelas sugestões e questionamentos que o enriqueceram. Espero que esta pesquisa auxilie as nossas reflexões, ajudando no reconhecimento das contradições nas quais estamos inseridos e na realização de um trabalho cada vez menos alienado.

Aos membros da banca, por terem contribuído não apenas no momento do ritual acadêmico, mas fora deste com importantes sugestões, discussões e ensinamentos.

A Carmem Martins e Ricardo Fernandes, da Secretaria do EICOS, pelo bom humor com o qual rechearam a competência no atendimento aos meus pedidos, que não foram poucos.

Aos colegas do Programa EICOS, pelo acolhimento no Rio de Janeiro. Não posso deixar de nomear aqueles que, nesses quatro anos, me guiaram pelos cantos e recantos de um “jeito carioca” de ser: Aline Pinna (e o agregado Alexandre), Cláudia Horta, Fernanda Alegria, Geisy Leopoldo, Lara Moutinho, Larissa Fernandes, Marina Zborowski e Michelle Glória, muito obrigada.

A Sultane Mussi, por apresentar-me ao Programa EICOS, acolher-me durante a fase de seleção, e pela amizade que construímos.

Aos companheiros do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/FE/UFRJ), que proporcionaram o diálogo e comprometimento acadêmico e político necessários para a realização deste trabalho. Esta tese foi construída nas nossas reuniões e estudos e minha formação acadêmica tem muito do trabalho de cada um de vocês.

A Aline Viegas, Jacqueline Girão, Maryane Saisse e Mercês Vasconcellos, por compartilharem ansiedades, dúvidas, angústias e alegrias. Agradeço especialmente pela confiança e incentivo com os quais vocês, cada uma a sua maneira, sempre me brindaram.

A Felipe Mendonça, pelo apoio logístico no Acre, pela interlocução constante que alimentavam minhas dúvidas, por manter-me “conectada” ao Acre, pela confecção do mapa desta tese, pela leitura insistente e persistente em diversos momentos da tese, e, principalmente, pelo carinho constante mesmo que “da sua maneira”.

A Êrika Fernandes, pelo apoio operacional em Brasília e pela amizade de sempre.

A Priscilla P. do Amaral, pela leitura atenciosa em todos os passos de construção deste trabalho: anteprojeto, projeto de qualificação e tese. Obrigada pela paciência.

A Edilaine Albertino de Moraes pela amizade, troca e discussão de materiais, pela leitura cuidadosa e dedicada da tese e, especialmente, por sua persistência e comprometimento com a Resex do Cazumbá-Iracema, gerando momentos férteis de discussão.

A Nazira Camely e Leonardo Pacheco, pela generosa e constante troca de material que enriqueceram esta tese, e pela interlocução, que proporcionaram novas questões.

A Patrícia Carla, pela elaboração do abstract e Sandro Ornellas, pela revisão ortográfica e gramatical da tese. Obrigada pelo trabalho de vocês.

A Ciomara Paim, Cristina Lacerda, Dina Portela, Fátima Silva, Pablo Saldo, Rosenil Oliveira, Rosa Roldan e Zé Maria que, de diferentes lugares, atenderam meus pedidos de ajuda.

A Karina Dino, por sempre, como muita generosidade, me inserir nas discussões sobre os conselhos deliberativos de Resex, tornando mais ricas e concretas as discussões desta tese.

A Daniele Albuquerque e Flávia Nascimento, que mesmo distantes, me proporcionaram momentos de alívio das tensões em nossas conversas pelo MSN. Desculpem pelos “oi” imediatamente seguidos de “tchau”.

A Alexandre Magno Barbosa de Araújo, pela hospedagem que tornou mais tranqüila o início de minha estadia no Rio de Janeiro e pelas discussões políticas que alimentaram meus argumentos.

Às famílias Perensin e Bonfim-Minassa, que, auxiliando em minha permanência no Rio de Janeiro ou meu retorno ao Acre, deram-me a tranqüilidade necessária para continuar.

Aos servidores da extinta Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEAM/Ibama), especialmente ao Prof. José Quintas, Elísio Oliveira e Beth Uema, pelo comprometimento com o qual iluminaram minha trajetória na Educação Ambiental e pela disponibilidade ao discutir a primeira proposta de tese.

Aos servidores do ICMBio-Brasília, Alessandro, Célia, Kátia e Feitosa pelas informações e contatos concedidos e pela disponibilização de materiais.

Às funcionárias da biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH/UFRJ) Rosângela Rodrigues e Adriana Campos, pela ajuda com as referências bibliográficas e elaboração da ficha catalográfica.

À equipe do Projeto Pólen, pela acolhida carinhosa e respeitosa, permitindo-me uma primeira aproximação com a pesquisa qualitativa.

Aos técnicos e conselheiros das Resex Arapixi e Rio Jutáí (AM), Tapajós Arapiuns (PA), Baía do Iguape (BA) e Rio Ouro Preto (RO) e aos participantes do Projeto OCCA por terem alimentado minhas reflexões nas atividades desenvolvidas durante o período do doutorado.

Às instituições: Centro de Trabalhadores da Amazônia, Conselho Nacional dos Seringueiros, Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável do ICMBio, Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasiléia e Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri por terem possibilitado o acesso irrestrito aos seus arquivos permitindo a realização deste trabalho.

Agradeço especialmente a todas as pessoas entrevistadas, pela disponibilidade e generosidade em compartilhar seu tempo e conhecimentos. Sem a participação de vocês, este trabalho, da maneira como foi realizado, não seria possível. Espero que esta tese traga novas inquietações e diálogos.

O político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação de seus desejos e sonhos. Toma como base a realidade efetiva: mas o que é esta realidade efetiva? Será algo estático e imóvel, ou, ao contrário, uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio? Aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e atuantes, baseando-se naquela determinada força que se considera progressista, fortalecendo-a para fazê-la triunfar, significa continuar movendo-se no terreno da realidade efetiva, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para isso). (GRAMSCI, 2007, p. 35)

RESUMO

CUNHA, C. C. *Reservas Extrativistas: institucionalização e implementação no Estado brasileiro dos anos 1990*. Rio de Janeiro. 2010. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Programa EICOS/Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

A presente pesquisa objetivou a análise do processo de institucionalização e implementação das Reservas Extrativistas no Estado brasileiro dos anos 1990, tendo as Resex do estado do Acre como principal espaço de discussão. Assumimos como referencial teórico a concepção gramsciana de Estado integral, na qual a sociedade civil é considerada como arena de disputas na construção da hegemonia, e adotamos como estratégia metodológica a realização de entrevistas e análise documental e bibliográfica. A pesquisa demonstrou que, ao incorporar a principal demanda do Movimento Seringueiro, o Estado brasileiro reafirma seu “papel educador”, deslocando o enfrentamento imposto pela coerção, característico dos anos 1970/1980, para o terreno da construção dos consensos na hegemonização de um modelo de sociedade. Neste contexto, tem grande importância o Projeto Reserva Extrativista (Projeto RESEX), executado em sua primeira fase no período de 1995 a 1999, envolvendo quatro Reservas Extrativistas na Amazônia. O Projeto RESEX representou um espaço pedagógico de construção e difusão de conceitos e práticas que contribuiu na adequação da conquista dos seringueiros aos princípios da sociedade capitalista neoliberal, esvaziando-a de seus princípios emancipatórios. Por outro lado, novas institucionalidades como o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) e as Associações das Reservas passaram a compor o espaço público das Resex, reconfigurando a arquitetura institucional de poder local. Estas mudanças contribuíram para um deslocamento no sentido anteriormente empregado às lutas desenvolvidas pelos seringueiros na conquista das Resex.

Palavras chave: Reserva Extrativista, Movimento Seringueiro, políticas públicas.

ABSTRACT

CUNHA, C. C. *Reservas Extrativistas: institucionalização e implementação no Estado brasileiro dos anos 1990*. Rio de Janeiro. 2010. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Programa EICOS/Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Based upon interviews and documental/bibliographical analysis as a methodological strategy, the present research aimed to analyse the institutionalization and implementation process of the Extractive Reserves in Brazilian State in the 1990's, focusing on Acre state Resex, as the main point of discussion. The theoretical reference of this research is based upon the conceptions of Gramsci of integral State, in which civil society is considered a field of dispute in the construction of hegemony. The research shows that the Brazilian state, while incorporating the main demand of rubber-tapper movement, reasserts an educational role, moving the fights imposed by coercion – characteristic of 1970's and 1980's – to the field of building hegemonical agreement as a model of society. In this context, the *Projeto Reserva Extrativista* (Extractive Reserve Project) plays an important role, from 1995 to 1999 (initial phase), including four Extractive Reserves in Amazonia. The Extractive Reserve Project represented a pedagogical space for the construction and diffusion of concepts and practices, which contributed to the adjustment of rubber-tappers principles to the neoliberal capitalist society, creating a gap to its original emancipating concepts. On the other hand, new institutionalities – as the *Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais*-CNPT (National Center for Sustainable Development of Traditional Populations) and Reserves Associations – began to compose the public space of Resex, rebuilding the institutional architecture of local power. Those changes contributed to the displacement of the previous sense of developed fights performed by rubber-tappers, on the achievement of Resex.

Key words: Extractive Reserves, rubber-tapper movement, public policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMOREAB	Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Assis Brasil Após 1997: AMOPREAB - Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Assis Brasil
AMOREB	Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasiléia Após 1997: AMOPREB - Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasiléia
AMOREX	Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri Após 1997: AMOPREX - Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri
APA	Área de Proteção Ambiental
ASAREAJ	Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá
BASA	Banco da Amazônia S/A
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
CAEX	Cooperativa Agroextrativista de Xapuri
Cedop	Centro de Documentação e Pesquisa da Amazônia
CEMACT	Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNPT	Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
COMEX	Comissão Executiva do Programa Nossa Natureza
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ECO 92	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
ENS	Encontro Nacional dos Seringueiros
Fetacre	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre
FMI	Fundo Monetário Internacional
Funtac	Fundação de Tecnologia do Acre
GT	Grupo de Trabalho
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico

Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEA	Instituto de Estudos Amazônicos
Imac	Instituto de Meio Ambiente do Acre
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MARE	Ministério da Administração e da Reforma do Estado
Mirad	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não-Governamental
Oxfam	Oxford Family
PAE	Projeto de Assentamento Extrativista
PT	Partido dos Trabalhadores
PGAI	Projeto de Gestão Ambiental Integrada
Planafloro	Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
PMACI	Programa de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPG-7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais no Brasil
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Resex	Reserva Extrativista
SCA	Secretaria de Coordenação da Amazônia
Seasc	Secretaria de Assentamento e Colonização
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
Semam/PR	Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDHEVEA	Superintendência da Borracha
UC	Unidade de Conservação
UNI	União das Nações Indígenas
USAID	United States Agency for International Development

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Trajetória e perfil dos entrevistados.

APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas.

APÊNDICE C – Localização das Reservas Extrativistas criadas no período de 1990 - 1999.

APÊNDICE D – Reservas Extrativistas criadas no estado do Acre até o ano de 2009, e a situação de seus instrumentos de gestão.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Nota do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri sobre a Operação Reserva Legal.

ANEXO B – Portaria INCRA/P/ nº 627, de 30 de julho de 1987, que cria os Projetos de Assentamentos Extrativistas.

ANEXO C – Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, que cria as Reservas Extrativistas.

ANEXO D – Portaria Ibama nº 22-N, de 10 de fevereiro de 1992, que cria o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais.

ANEXO E – Recursos empregados no Projeto RESEX (aplicação de recursos por componente).

ANEXO F – Localização das Áreas Protegidas no estado do Acre.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Projetos de Assentamento Extrativistas criados na Amazônia no período de 1987 a 1989.	89
Tabela 02 – Reservas Extrativistas criadas em 1990.	96
Tabela 03 – Recursos administrados pelo CNPT no período de 1994-2000.	183

SUMÁRIO

<u>CAPÍTULO 1</u> INTRODUÇÃO	18
1.1 Explicitando o “lugar” da pesquisadora	18
1.2 Explicitando a “questão”	20
1.3 Objetivo da tese	24
1.4 Escolhas metodológicas	25
1.5 Organização da tese	28
<u>CAPÍTULO 2</u> MOVIMENTO SERINGUEIRO: ORGANIZAÇÃO E LUTA	30
2.1 A expansão capitalista para a Amazônia brasileira	30
2.2 Configuração do Movimento Seringueiro	43
2.2.1 <i>Contexto de inserção do Movimento</i>	43
2.2.2 <i>Apoio e organização: Igreja e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais</i>	47
2.2.3 <i>A criação do Partido dos Trabalhadores no Acre</i>	52
2.2.4 <i>Estratégias de resistência e luta: novas aproximações</i>	55
2.2.5 <i>Ações e contradições governamentais em resposta aos seringueiros</i>	61
2.2.6 <i>Projeto Seringueiro: uma experiência de articulação e autonomia</i>	64
2.2.7 <i>Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros: a formulação de uma proposta</i>	67
<u>CAPÍTULO 3</u> INSTITUCIONALIZAÇÃO: A CONQUISTA	71
3.1 Institucionalização do Movimento: o Conselho Nacional dos Seringueiros	74
3.1.1 <i>A aliança com o movimento ambientalista e os novos desafios</i>	78
3.2 Institucionalização da proposta: de Projeto de Assentamento Extrativista a Reserva Extrativista	84
3.2.1 <i>Primeira institucionalização: os Projetos de Assentamento Extrativistas</i>	84
3.2.2 <i>Conjuntura político institucional: da política agrária à política ambiental</i>	90
3.2.3 <i>Reservas Extrativistas: a inserção na política ambiental</i>	95
3.2.4 <i>Construção e difusão ideológica: o papel dos eventos</i>	99
3.3 Aspectos centrais na proposta dos seringueiros e sua institucionalização	106
3.3.1 <i>O direito de propriedade nas Reservas Extrativistas</i>	107
3.3.2 <i>Autonomia nas Reservas Extrativistas</i>	111

	18
3.4 Significado da institucionalização para a luta dos seringueiros	115
<i>3.4.1 Projeto de Assentamento e Unidade de Conservação: duas institucionalidades, uma mesma proposta</i>	115
<i>3.4.2 Limites e contradições do caráter institucional</i>	117
<u>CAPÍTULO 4 CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS RESEX</u>	121
4.1 Em qual Estado as Resex foram incorporadas?	121
<i>4.1.1 A fase neoliberal do capitalismo e o consenso de Washington</i>	122
<i>4.1.2 A neoliberalização do Estado brasileiro e a Reforma do Estado</i>	126
<i>4.1.3 Sociedade civil e construção da hegemonia no Estado brasileiro dos anos 1990</i>	136
4.2 Os planos dos seringueiros para as Reservas Extrativistas	144
<i>4.2.1 O III Encontro Nacional dos Seringueiros: consolidando a autonomia</i>	144
<i>4.2.2 A materialidade da proposta: Diretrizes do Programa de Reservas Extrativistas para a Amazônia</i>	150
<u>CAPÍTULO 5 IMPLEMENTAÇÃO: O DESAFIO</u>	154
5.1 Os extrativistas no Estado: o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT)	154
<i>5.1.1 O Programa Emergencial para o Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais das Reservas Extrativistas e a criação do CNPT</i>	157
<i>5.1.2 Estrutura e funcionamento do CNPT: tensões e contradições</i>	161
5.2 Políticas públicas para as Reservas Extrativistas na década de 1990	164
<i>5.2.1 Um programa piloto para as florestas tropicais do Brasil: o PPG-7</i>	168
5.3 Projeto RESEX: teste e modelo para as Reservas Extrativistas	171
<i>5.3.1 Negociação e objetivos do Projeto RESEX</i>	171
<i>5.3.2 O Projeto RESEX e a organização social nas Reservas Extrativistas</i>	175
<i>5.3.3 O Projeto RESEX como um espaço pedagógico</i>	182
<i>5.3.4 Uma “confluência perversa” no Projeto RESEX</i>	190
<i>5.3.5 A paralisação do Projeto e suas conseqüências</i>	193
5.4 Construção e difusão ideológica: o papel das publicações	196
<i>5.4.1 A versão de uma ONG</i>	197
<i>5.4.2 A versão governamental</i>	199
<i>5.4.3 A versão “de fora”</i>	202

CAPÍTULO 6	RESERVAS EXTRATIVISTAS: NOVAS INSTITUCIONALIDADES, ANTIGAS DISPUTAS	206
6.1	Disputas e reconfigurações no espaço público acreano	207
6.1.1	<i>Sociedade civil e sociedade política: novos marcos, antigas demarcações</i>	207
6.1.2	<i>Novas representações em torno das Reservas Extrativistas</i>	216
6.2	Arquitetura institucional no cenário nacional	223
6.2.1	<i>A trajetória do CNS na década de 1990 através dos encontros dos seringueiros</i>	224
6.2.2	<i>A trajetória do CNPT na década de 1990</i>	236
6.3	Reservas Extrativistas em tempos de SNUC: uma nova configuração de poder	246
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	254
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	261
	APÊNDICES	280
	ANEXOS	289

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO

A pretensão de uma objetividade absoluta encerrada na suposta autonomia do conhecimento da realidade efetiva perante todo projeto de transformação desta realidade elimina do ato do conhecimento o sujeito deste. Entretanto, a realidade efetiva pode ser conhecida apenas por um sujeito real. (BIANCHI, 2008, p. 154)

Nas florestas do Acre comumente ouvimos os moradores afirmarem que têm uma “questão”, quando querem se referir a algum conflito com vizinho ou determinado problema que os está incomodando e para o qual é necessária uma solução. Nosso objetivo nesta introdução é demonstrar qual a “questão” que esta tese procura explicitar e quais os caminhos adotados para trazer a público seus diferentes aspectos de forma a possibilitar que cada vez mais possamos desvelar suas múltiplas determinações. Inicialmente, entendemos ser necessário explicitar o posicionamento político e social da pesquisadora perante essa “questão”, por acreditar que, ao expor nossa subjetividade estamos nos aproximando da maior objetividade possível em termos de formulação de pesquisa e texto acadêmicos.

1.1 Explicitando o “lugar” da pesquisadora

Ao sair da Bahia e chegar ao Acre como analista ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em novembro de 2002, e ser apresentada a uma realidade até então estranha e distante, iniciavam-se as inquietações que deram origem a esta tese. Seja no contato com os moradores da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema e da Floresta Nacional do Macauã, ou posteriormente com os moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes e Alto Juruá, a forma de vida dessas pessoas e o modo como enfrentavam os problemas do dia a dia se apresentaram para mim como a necessidade de compreender a diversidade de caminhos na construção de uma nova sociedade.

Ao participar, no ano de 2005, de discussões referentes à implementação dos instrumentos de gestão previstos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da

Natureza para as Reservas Extrativistas (Resex), fui confrontada com uma outra dimensão: meu conhecimento sobre as Resex limitava-se aos aspectos legais, o que me rendeu muitas discussões com pessoas que participaram do processo histórico no qual essa categoria de Unidade de Conservação se consolidou e diversas angústias relacionadas às suas especificidades. Ao mesmo tempo, alterações na estrutura institucional governamental de suporte às Resex¹ consolidaram minha percepção de que a compreensão dessas Unidades ignorando a totalidade onde elas se inserem não é suficiente². Era imperativo voltar-me para a história, para compreender onde eu me inseria profissionalmente, como trabalhadora com atuação na execução de políticas públicas de meio ambiente, mas também em um contexto de lutas por um mundo mais justo e equitativo. Assim nasce essa tese, mesmo antes de se entender e ser denominada dessa forma. Todas as opções e decisões tomadas no decorrer da pesquisa estão impregnadas do “lugar onde estou” no mundo e, portanto, da intencionalidade construída nesse fazer.

A inserção no Programa EICOS/UFRJ, por sua perspectiva interdisciplinar ao discutir a relação sociedade-natureza, e as discussões realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa “Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade” (LIEAS/FE/UFRJ), registrado na Plataforma Lattes/CNPq, deram o suporte necessário para a continuidade da caminhada que então se iniciava.

¹ Em 2005, criou-se no órgão ambiental a Diretoria de Desenvolvimento Socioambiental (Disam) que passaria a incorporar o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) em sua estrutura. Contudo, em abril de 2007, em meio a mudanças estruturais no Ministério do Meio Ambiente (MMA) e suas vinculadas, o Ibama é subtraído de suas atividades de criação e gestão das Unidades de Conservação, e as Resex passam a ser subordinadas à Diretoria de Unidades de Uso Sustentável e Populações Tradicionais (Diusp) do recém criado Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão atualmente responsável pelas atividades realizadas em Unidades de Conservação.

² Seguimos a compreensão de Kosik (2002, p. 44), quando caracteriza a realidade como “um todo estruturado, dialético, no qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido”. Como observa Konder (2006, p. 46), “o pensamento dialético é obrigado a um paciente trabalho; é obrigado a identificar, com esforço, gradualmente, as contradições concretas e as mediações específicas que constituem o ‘tecido’ de cada totalidade, que dão ‘vida’ a cada totalidade”.

1.2. Explicitando a “questão”

Nas décadas de 1970 - 1980, teve lugar, na Amazônia brasileira, um movimento liderado por sindicalistas e seringueiros que, mais do que a defesa da floresta, se contrapunha a um modelo de desenvolvimento que os excluía em suas formas de sobrevivência e cultura. Iniciava-se, assim, um processo de visibilização que lhes proporcionou a participação na definição de políticas públicas locais protagonizadas pelos sujeitos que ali estavam. O Movimento Seringueiro configurou-se na disputa entre diferentes apropriações da natureza: natureza como mercadoria, em que impera o valor de troca; e natureza como lugar de sobrevivência e reprodução social, na qual o valor de uso é determinante. Desta disputa, e envolvendo alianças e confrontos, surgiu a proposta conhecida como a “reforma agrária dos seringueiros”, que lhes daria a garantia da terra e seu usufruto.

A proposta dos seringueiros foi materializada no arcabouço legal brasileiro na forma de Projetos de Assentamentos Extrativistas (1987), e posteriormente, no âmbito da política ambiental, na figura jurídica de Reservas Extrativistas (1990). Entretanto, a criação das primeiras Reservas Extrativistas (Resex) coincidiu com o início do ajuste neoliberal no Brasil, com reflexos diretos na reforma do Estado, desregulamentação de direitos trabalhistas, cortes de gastos públicos e privatizações. Aliado a isto, mudanças no âmbito da sociedade civil com o fortalecimento das Organizações Não-Governamentais (ONGs) e enfraquecimento dos movimentos sociais atuantes nas décadas de 1970/1980 contribuíram para uma modificação na relação destes últimos com o Estado (valorização da cooperação, parceria, articulação) e com as ONGs (que, de suporte aos movimentos, passaram a figurar na intermediação com o Estado, na captação e execução de projetos). Ao mesmo tempo em que as Resex se impõem como um modelo advindo da tradição, do reconhecimento do saber consuetudinário, auto-governo, formas de organização e de propriedade coletiva, tendo o Estado como garantidor de

direitos, o país onde se inserem ingressa efetivamente no neoliberalismo com todos os seus aspectos: preponderância do saber técnico na definição de disputas políticas, reforço da propriedade individual, Estado como mecanismo de coerção na garantia dos direitos desta propriedade e a participação popular fundamentada em uma democracia formal.

Ainda na década de 1990, verificou-se a expansão das Resex para outros biomas brasileiros. Todavia, não houve correspondência no aporte de recursos públicos para a gestão das mesmas, a não ser aqueles advindos de projetos de “cooperação internacional”. Alguns estudos relatam o pouco atendimento dessas políticas a seus objetivos iniciais, assim como retratam uma nova arquitetura de interlocução dos beneficiários em relação às instâncias de decisão na construção e execução das “políticas públicas” (AZEVEDO, 2003; LÈNA, 2002). Como consequência, mais de uma década após a criação das primeiras Resex, verificam-se relatos de dificuldades de organização comunitária que resultem na formação de associações atuantes e representativas nessas áreas (GOMES FILHO *et al.*, 2004) assim como desafios enfrentados no que diz respeito à implementação de seus instrumentos de gestão (CORDEIRO e CURADO, 2007). No caso acreano, alerta-se ainda para a perda de autonomia do movimento sindical na discussão de políticas ditadas por instituições governamentais e agentes financeiros internacionais (PAULA, 2004).

Por outro lado, Lobão (2006) destaca a incorporação de novos conceitos (desenvolvimento sustentável e populações tradicionais) nas políticas que deram materialidade às Resex, assim como ressalta seu envolvimento em práticas políticas nas quais os grupos locais eram colocados em posição tutelada ou subalterna, uma vez que, para esse autor, a incorporação das Resex no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) teve como consequência a perda de algumas de suas características principais, tais como a preponderância do saber tradicionalmente construído na definição de suas normas.

Para compreender este contexto onde se situavam as Resex, a intenção original desta pesquisa estava ancorada na análise das políticas públicas, projetos e programas desenvolvidos nas Reservas Extrativistas do estado do Acre, na década de 1990, discutindo os significados assumidos pelos aspectos estruturantes contidos na proposta originariamente concebida pelo Movimento Seringueiro, durante o processo de negociação e execução dessas políticas. Entretanto, o desenrolar da pesquisa confirmou a ausência de políticas públicas consistentes implementadas nas Resex neste período, assim como a importância do desenvolvimento sustentável como um aspecto estruturante de uma nova forma de governança que tinha lugar na narrativa dominante, na procura de conter o avanço das lutas sociais pelo meio ambiente.

Esse cenário não causou surpresa. No entanto, a carência de manifestações de resistência a esse fato nos fez questionar sobre as estratégias utilizadas pela classe dominante para domesticar um movimento que em princípio contestatório se viu esvaziado de seus sentidos contra hegemônicos, ofuscando as lutas sociais. Por outro lado, buscamos entender onde e como estavam os sujeitos que, nos anos 1970/1980, lutaram pelas Reservas Extrativistas, neste período de desfavorecimento de seu projeto.

A participação na caminhada em homenagem a Chico Mendes, no ano em que sua morte completava vinte anos, foi fundamental para a confirmação do caminho de investigação que deveríamos seguir. Em um momento de conflitos e incertezas em função da Operação Reserva Legal³ não houve uma única voz, na tradicional passeata, em Xapuri (AC), que explicitasse esses conflitos⁴. Ao contrário: a caminhada ocorreu em clima de “harmonia”, de

³ Operação desenvolvida pelo ICMBio, Ibama e Polícia Federal, em novembro de 2008, com o objetivo de fiscalizar áreas de desmatamento na Reserva Extrativista Chico Mendes. Como resultado da operação, algumas famílias foram autuadas e outras ameaçadas de serem retiradas da Resex sob acusação de descumprimento do Plano de Utilização da Resex. Esta operação teve origem em uma denúncia ao Ministério Público.

⁴ Dentre as entidades de representação dos trabalhadores e dos moradores da Resex Chico Mendes na região, a única manifestação no espaço público referente ao fato deu-se, em forma de nota, através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (Anexo A).

colaboração, com participação de políticos da região, de algumas lideranças antigas do Movimento e ausência quase completa dos extrativistas moradores da Resex Chico Mendes.

Este quadro nos remeteu à necessidade de analisar o processo de implementação das Resex, em seu contexto histórico, as correlações de forças existentes e os arranjos entre os grupos que compõem os diversos interesses envolvidos, compreendendo o papel assumido pelos diferentes atores sociais, suas determinações e limitações no cenário histórico e as possíveis re-significações de um projeto que, forjado nas lutas de classes, representou uma tensão entre um modelo de sociedade hegemônico (capitalista) e um ideário emancipatório das classes subalternas.

Como referencial teórico para esta análise, utilizamos a perspectiva gramsciana de Estado. Para este autor,

[...] podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. (GRAMSCI, 2006a, p. 20-21)

A análise gramsciana do Estado está intimamente associada à sua discussão sobre a construção da hegemonia e o papel assumido pelos diversos sujeitos políticos. Ciente da complexificação assumida pela sociedade moderna, com a maior socialização da política, caracterizada pela formação de sujeitos coletivos (sindicatos, associações), que representam os interesses do proletariado, mas também dos que representam os interesses da burguesia (se opondo aos primeiros), Gramsci identificou a luta de uma classe para se tornar dirigente e dominante, como a luta pela hegemonia, pela construção de consensos⁵ com a maioria, a partir das disputas na sociedade civil.

⁵ Para a manutenção da hegemonia, Gramsci destaca a necessidade de obtenção do consentimento ativo dos dominados, situação na qual a visão de mundo da classe dominante é compartilhada por aqueles. O autor afirma ainda o papel do Estado na educação dos consensos (GRAMSCI, 2007). Os consensos não seriam permanentes, antes transitórios, em constante correlação de forças e disputas que dariam a uma determinada classe a

Como espaço amplo, contraditório e de construção de consensos, na sociedade civil estão localizadas as lutas de classe e disputas ideológicas, que se refletem e institucionalizam através da sociedade política. Assim, sociedade civil e sociedade política devem ser entendidas como momentos do Estado (integral) que seria composto dialeticamente de espaço de consenso e coerção. Um consenso coercitivo e uma coerção consensual, como defende Bianchi (2008) ao lembrar que estes dois espaços estão em movimento dialético no Estado.

Procuraremos desvendar, em relação ao espaço ocupado pelas Reservas Extrativistas, as estratégias de construção do consenso adotadas pela classe dominante, em suas diversas frações, para se tornar e/ou manter dirigente. Para isso, prosseguimos a análise das estratégias desenvolvidas no âmbito da sociedade civil e consolidadas na sociedade política, durante o processo de institucionalização e implementação das Reservas Extrativistas até o momento de sua inserção no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, no ano 2000.

1.3 Objetivo da tese

Esta tese objetiva a análise do processo de institucionalização e implementação das Reservas Extrativistas, à luz das modificações ocorridas no Estado brasileiro em seu ajuste neoliberal e da dinâmica do Movimento Seringueiro, ao longo da década de 1990. No decorrer da pesquisa, algumas questões se apresentaram como os caminhos possíveis de serem trilhados, como eixos orientadores da pesquisa. Foram elas:

- Quais os fatores determinantes na configuração do Movimento Seringueiro que levaram à proposição das Reservas Extrativistas?
- Quais os principais caminhos seguidos na institucionalização e implementação das Reservas Extrativistas?

hegemonia política e cultural sobre as demais, e dessa forma a compreensão de “seu” projeto como projeto de “toda” a sociedade, definindo o conteúdo ético do Estado (DUPAS, 2003).

- Qual a conjuntura sociopolítica na qual se inserem as Reservas Extrativistas, na década de 1990?
- Qual o papel desempenhado pelos projetos de “cooperação internacional” na estratégia de obtenção do consenso nas Reservas Extrativistas?
- Quais as tensões e relações entre os atores sociais que atuaram na construção do conceito “Resex”, durante a sua implementação na década de 1990?

Para responder às questões formuladas nesta tese, foram necessárias algumas escolhas metodológicas que direcionassem nosso olhar. Ei-las a seguir.

1.4 Escolhas metodológicas

Toda práxis social, se considerarmos o trabalho como seu modelo, contém em si esse caráter contraditório. Por um lado, a práxis é uma decisão entre alternativas, já que todo indivíduo singular, sempre que faz algo, deve decidir se o faz ou não. Todo ato social, portanto, surge de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras. (LUKÁCS, 2007, p. 231)

A pesquisa de campo constituiu-se em várias etapas. Viagens ao Acre (Xapuri, Brasília e Rio Branco) e Brasília (Distrito Federal) constituíram fases que, seja na realização de entrevistas, participação em eventos, leitura e levantamento de documentos e referências bibliográficas em bibliotecas, arquivos institucionais e muitas vezes pessoais, foram dando corpo e materialidade a este trabalho.

Foram analisadas vinte e três entrevistas, realizadas no Acre (maio e dezembro de 2008 e dezembro de 2009) e em Brasília (agosto de 2008). Procuramos abranger três grupos: 1) **lideranças** que participaram da luta pela criação das Resex (sindicalistas, seringueiros) e de diferentes fases do Conselho Nacional dos Seringueiros; 2) **técnicos** que compuseram o quadro de pessoal do Ibama atuando no Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais ou em interlocução com o mesmo e 3) **assessores** do Conselho

Nacional dos Seringueiros e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri no período estudado.

Apesar de reconhecer a importância de dialogar com os moradores das Reservas Extrativistas independentemente de sua posição institucional, pelo recorte feito nesta tese optamos por entrevistar sujeitos que, de alguma forma, atuaram como representantes nas diversas institucionalidades criadas em torno das Reservas Extrativistas. Procuramos assim, através das lideranças, percorrer os caminhos institucionais.

Tendo em vista a diferença entre o tempo de realização da pesquisa e o tempo de ocorrência dos acontecimentos estudados e reconhecendo que os discursos, socialmente produzidos, estão impregnados do lugar que ocupam os sujeitos na sociedade, procuramos priorizar como elemento material de análise os documentos produzidos nos diferentes eventos analisados. Sendo assim, as entrevistas mostraram os caminhos a serem seguidos e os documentos (relatórios, leis, portarias, documentos institucionais) constituíram a base de análise. Não fazemos uma análise dos discursos dos entrevistados. Utilizamos seus discursos para nos guiar na análise dos documentos. Da mesma forma, optamos por não identificar nominalmente os entrevistados, situando-os no processo analisado de acordo com sua inserção institucional, evitando a personalização dos discursos, mas colocando-os como portadores (e construtores) de um lugar na sociedade. Para melhor interpretação, encontra-se, no Apêndice A, um resumo da trajetória e perfil dos entrevistados, por ordem de aparecimento no texto, localizando-os social e historicamente. Ao utilizar seus depoimentos no curso de nossa argumentação procuramos identificá-los de acordo com a posição social que foi determinante para sua escolha como interlocutor para este trabalho. No Apêndice B podem ser encontrados os roteiros de entrevistas utilizados.

É importante reconhecer que alguns entrevistados, apesar de não terem seus depoimentos mencionados na tese, tiveram importância fundamental na compreensão do

contexto no qual essa tese se situava. Da mesma maneira, a participação no II Encontro Nacional dos Povos das Florestas (Brasília, 2007) e na Semana Chico Mendes (Xapuri, 2008) foi importante para acompanhar mais proximamente a história e desdobramentos de muitos dos sujeitos e das idéias que fundamentaram a proposta das Reservas Extrativistas, assim como foi possível traçar um panorama da atualidade que nos ajudasse a confrontar com o contexto sociohistórico apresentado.

Todas as informações obtidas foram sistematizadas pela própria pesquisadora durante todas as etapas da pesquisa, possibilitando reavaliações e correções de rumo, proporcionados pela constante teorização das informações obtidas. Assim, partindo de um ponto inicial concreto, desenvolvemos o percurso investigativo em processos de assimilação/abstração, na tentativa de descobrir o que está por trás das aparências, seus processos e inter-relações. Através das abstrações do pensamento, tentávamos articular o real aparente (empírico) com o real pensado (concreto), tornando mais completa a realidade observada (PIRES, 1997). Além disso, a discussão permanente dos fatos pesquisados com outros pesquisadores e pessoas com implicação no tema constituiu uma etapa importante da pesquisa, uma vez que permitiu o amadurecimento das reflexões e o fortalecimento dos argumentos produzidos.

A priorização do estado do Acre como espaço de análise, com os seus sujeitos, deu-se por dois motivos principais: seu protagonismo nas lutas de resistência do Movimento Seringueiro que originaram as Resex e por ser o local onde me situo profissionalmente, significando contexto de inserção mais do que acadêmico, profissional. Além disso, o Acre representa um papel privilegiado junto aos organismos financeiros que sustentam o ajuste neoliberal, representando um quadro síntese de um estado da federação onde as normas em nível federal foram exemplarmente aplicadas. Assim, utilizaremos especialmente as

estratégias e impressões dos sujeitos que se relacionaram na Resex Chico Mendes, fazendo as devidas mediações sempre que nos referirmos ao contexto mais geral.

A opção pelos anos 1990 deve-se ao fato de, nesta década, estar posta a necessidade de implantação das Reservas Extrativistas (uma vez que foram juridicamente formalizadas na política ambiental em 1990), ao tempo que estavam ocorrendo mudanças significativas na estrutura do Estado brasileiro (tanto em sua estrutura política quanto no âmbito da sociedade civil) o que representou um desafio na execução de um projeto marcado pelas lutas sociais. Além disso, a publicação do SNUC, em 2000, com modificações significativas na forma de gestão das Resex, nos apresentou o desafio de preencher uma lacuna existente na compreensão do que significou esta década de implementação das Resex segundo seu projeto inicial, e se isso realmente aconteceu.

1.5 Organização da tese

A tese está organizada em seis capítulos. Neste *capítulo introdutório*, procuramos explicitar as questões que originaram a tese e os caminhos teórico-metodológicos que a constituíram. No *segundo capítulo*, discutiremos o processo de expansão capitalista para a Amazônia brasileira e sua relação com a formação do Movimento Seringueiro, como este se constituiu e elaborou a proposta das Reservas Extrativistas. No *terceiro capítulo*, apresentaremos a análise da institucionalização da proposta dos seringueiros inicialmente como Projetos de Assentamentos Extrativistas e posteriormente como Reservas Extrativistas, discutindo as categorias fundantes da proposta e as implicações geradas pelas diferentes institucionalidades. No *quarto capítulo*, discutiremos o contexto sociopolítico de implementação das Resex, explicitando as características do Estado que as instituiu, assim como as tensões envolvendo o Movimento que lhes dava sustentação. No *quinto capítulo*,

prosseguiremos com a análise do processo de implementação das Resex, avançando na discussão sobre as ações do Estado que lhes deu materialidade, com ênfase para o Projeto Reservas Extrativistas. Finalizamos a argumentação, no *sexto capítulo*, procurando destacar a reconfiguração político-institucional observada após a criação das Resex, enfatizando o surgimento de novos sujeitos e o reposicionamento dos antigos, assim como a nova arquitetura de poder nos marcos de uma nova institucionalidade, o SNUC (2000). Nas *Considerações finais*, procuramos refletir sobre os aprendizados alcançados na elaboração desta tese e apontar algumas lacunas que poderão suscitar novas “questões” que mobilizem outros pesquisadores e, especialmente, os sujeitos instituintes das reflexões que trazemos aqui, para que no movimento refletir-fazer-refletir possamos construir novos caminhos de superação.

CAPÍTULO 2 MOVIMENTO SERINGUEIRO: ORGANIZAÇÃO E LUTA

[...] qualquer tentativa de interpretar a problemática integral de nossa época dando as costas para o processo histórico está condenada a se transformar num artefato retórico a serviço da ideologia dominante. (BORON, 2003, p. 55)

2.1 A expansão capitalista para a Amazônia brasileira

Assim como não é possível falar de Reserva Extrativista sem falar do movimento que lhe deu origem, é impossível entender esse movimento sem inseri-lo historicamente no contexto de internacionalização e expansão capitalista para a Amazônia brasileira. Dessa forma, procuraremos, baseados em extensos trabalhos já realizados, descrever os processos pelos quais passou (ou foi atingida) a Amazônia e seus sujeitos, no seu contexto de transformação capitalista, até o período de 1970-1980, quando se configura o Movimento Seringueiro, e sobre o qual detalharemos posteriormente. Vejamos alguns aspectos da história recente da Amazônia, em que podemos destacar como se foi construindo o ambiente necessário para que emergissem novos sujeitos no cenário político regional.

Falar da Amazônia a partir do século XIX significa falar da utilização-exportação da borracha a partir da extração do látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*⁶). Porto-Gonçalves (2001a) nos mostra que os limites territoriais da Amazônia foram demarcados cientificamente pela presença desta árvore, demonstrando o quanto a importância econômica interferiu na interpretação científica. O mesmo autor destaca que já nos anos 1820 se tem conhecimento de grande exportação de sapatos de borracha para os Estados Unidos, comprovando que a sua extração-produção já era dominada e utilizada pelos indígenas habitantes da região, que foram posteriormente massacrados por um modelo de ocupação da Amazônia.

Tomando-se o estado do Acre como espaço de discussão, podemos destacar algumas fases no ciclo da borracha que nos ajudam a entender seu processo histórico de ocupação.

⁶ De várias espécies do gênero *Hevea* pode ser extraído o látex, com o qual se produz a borracha, sendo que a mais produtiva é a espécie *Hevea brasiliensis*, encontrada em abundância na Amazônia ocidental.

Descreveremos sucintamente essas fases para depois nos ocuparmos de seus diversos sentidos e implicações. Nas décadas de 1860/1870, ainda como território boliviano, se tem notícia da primeira grande migração de nordestinos⁷ para trabalhar na exploração da borracha onde posteriormente seria formado o estado do Acre. Em 1899, esta região tornar-se-ia responsável por 60 % da borracha produzida na Amazônia (SILVA, Marina, 2001), permanecendo esse período áureo até os anos 1920. Nesse meio tempo, ocorre a Revolução Acreana, que provoca a anexação do Acre ao território brasileiro, através do Tratado de Petrópolis (1903).

A exploração da borracha para os insumos da indústria, especialmente no fabrico de pneumáticos, inseriu a Amazônia no mercado mundial (final do século XIX), de uma forma dependente, em que as decisões eram tomadas de fora, com clara repercussão e conseqüências para os de dentro. A exploração dos extratores (seringueiros) pelos seringalistas (patrões) era ocultada pelo isolamento em que se encontravam na floresta, onde o poder presente era explicitado pela dependência dos primeiros em relação aos últimos, uma vez que eram impedidos de plantar e comercializar com outros que não os “donos” dos seringais e a eles ficavam atrelados para aquisição de mantimentos e instrumentos de trabalho, através do crédito, pago com a produção de borracha⁸. No entanto, uma outra dependência também mantinha o seringalista preso à casa aviadora, em um sistema de crédito, e esta às casas exportadoras européias e norte-americanas que a financiava. Portanto, o sistema de extração gumífera na Amazônia já estava internacionalizado. Assim, toda uma forma de comércio era

⁷ Porto-Gonçalves (2001a) destaca que essa grande migração ocorre não apenas por conta da forte seca que atingiu o nordeste, mas por fatores econômicos, uma vez que a principal economia do sertão nordestino (o algodão) sofre forte impacto pelo retorno da produção norte americana no mercado internacional, após o fim da guerra civil naquele país. Outro fator destacado pelo autor trata da “busca” pela liberdade, o que fazia com que os nordestinos optassem ir para a Amazônia e não para São Paulo onde, apesar do período favorável de expansão da cultura cafeeira, o trabalho era escravo.

⁸ Este sistema de dependência através do crédito é chamado de aviamento. No local onde os seringueiros conseguiam se libertar desse sistema, podendo vender sua produção para quem quisesse (seja o próprio seringalista, o marreteiro, ou o comerciante da cidade), ele é chamado de “seringueiro liberto ou autônomo”, mostrando o caráter de aprisionamento ao qual ele se via inserido. Afinal, o seringueiro era mantido “preso” no seringal por meio da dívida que contraía desde o momento em que chegava. Vemos que o “seringueiro” não se define tão somente pela atividade que exerce (extração do látex), mas principalmente pelas relações sociais que estabelece.

estabelecida sem que os seringueiros fizessem parte da tomada de decisão. Vejamos o que diz Picoli (2006, p. 27), sobre o chamado “período áureo” da borracha:

Nessa fase da investida capitalista na Amazônia, e que compreende o decênio 1901-1910, as exportações de borracha atingiram o nível mais alto das exportações brasileiras. Esse ciclo beneficiava basicamente os setores seringalistas e os grandes latifundiários, enquanto a mão-de-obra desse ciclo, o seringueiro, ficava em um quadro econômico escravagista, à margem dessa participação.

Uma visão/relação colonial ainda se detinha (e se detém) sobre a Amazônia, em que dela se esperava apenas a exportação dos produtos naturais que ali eram retirados ou produzidos, reproduzindo em escala nacional a relação antes existente entre a Europa e o continente americano, entre Portugal e Brasil, dessa vez entre o centro-sul e o norte brasileiros. As riquezas produzidas na Amazônia, nesse período, eram exteriorizadas nacional ou internacionalmente, pouco ficando na região a não ser os conflitos e a exploração dos recursos naturais e humanos. Verificamos a reprodução da exploração colonial, pela fração de classe dominante nacional.

Após o início da comercialização de látex pela Malásia⁹, a preços mais competitivos (segunda década do século XX), a produção amazônica entra em declínio. Em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial e em função da ocupação do sudeste asiático pelo Japão e conseqüente bloqueio do fornecimento de borracha, tem início o chamado segundo ciclo da borracha. A assinatura do “acordo de Washington” entre o governo brasileiro e os Estados Unidos garantiu o suprimento de borracha extraído dos seringais nativos brasileiros para os aliados e, ao mesmo tempo, permitiu ao governo brasileiro consolidar seu projeto de industrialização com o financiamento para a Companhia Siderúrgica Nacional e a criação da Companhia Vale do Rio Doce, nacionalizando a produção de ferro (PORTO-GONÇALVES, 2003). Nesse período, têm lugar intensas migrações nordestinas na figura dos soldados da

⁹ Há registros de que o contrabando de sementes de *Hevea* para a Malásia, originando a produção nesse país, foi financiada pelo Kew Gardens (Inglaterra) em expedições de pesquisadores ao Brasil (ALMEIDA *et al.* 2002).

borracha¹⁰ e o governo brasileiro instituiu o monopólio na compra e venda de borracha, criando o Banco da Borracha e substituindo, em sua função comercial, as casas aviadoras de Belém e Manaus (DUARTE, 1986; PORTO-GONÇALVES, 2003).

Porto-Gonçalves (2003) relata como os recursos obtidos com a borracha, enquanto o Acre foi território federal, ajudaram a manter o orçamento da União e serviram ao embelezamento e afirmação do Rio de Janeiro, então capital federal, frente a São Paulo, que se consolidava como capital financeira do país. A Amazônia insere-se no contexto nacional de forma colonizada, servindo de suporte para o equilíbrio do poder político com o poder financeiro. A situação não era diferente nos outros países que compunham a Amazônia:

A Amazônia será sempre vista nos novos Estados independentes com um peso político marginal nos blocos de poder nacional e, portanto, sem voz própria. É uma região periférica de países periféricos. Em outras palavras, é uma região subordinada na hierarquia de poder no interior dos seus próprios países. Ela é sempre vista a partir dos interesses nacionais e estes são definidos nos centros hegemônicos do poder nacional. (PORTO-GONÇALVES, 2001a, p. 25)

Considerando o bloco histórico¹¹ que comandava o país à época, Porto-Gonçalves (2001a, 2003) nos alerta que as elites amazônicas não conseguiram se afirmar nacionalmente como bloco regional importante, integrando o bloco de poder nacional de forma subordinada. Embora se favorecendo das decisões, estas eram definidas externamente à Amazônia, no centro-sul do país, ou muitas vezes fora do Brasil. No entanto, a classe dominante regional mantinha com a do centro-sul uma relação orgânica em que eram mutuamente sustentadas.

¹⁰ Dessa forma eram conhecidos os homens que se alistavam e iam para a Amazônia contribuir com a guerra através da extração de borracha, ao invés de ir ao campo de batalha. A eles foram prometidos os benefícios que seriam concedidos aos outros combatentes pelo serviço prestado à Pátria, tais como vantagens pecuniárias, contrato de dois anos, isenção do serviço militar obrigatório e pagamento de pensão à família em caso de morte ou invalidez (ALMEIDA *et al.*, 2002). Terminada a guerra, ficaram esquecidos nos seringais, tendo que sobreviver com a nova situação e empreendendo uma longa batalha para serem reconhecidos como os “soldados da borracha” e terem garantidos os seus direitos.

¹¹ O conceito de bloco histórico representa a interação entre as forças materiais e movimentos éticos políticos, em uma relação de reciprocidade entre estrutura-superestrutura, deixando mais clara a mútua determinação existente entre os blocos político, cultural e econômico, que se interpenetram em uma relação dialética. Segundo Buci-Glucksmann (1990, p. 362), a concepção de bloco histórico exige uma “relação orgânica entre povo e intelectuais, governantes e governados, dirigentes e dirigidos”, tornando necessário analisar as relações existentes entre os diferentes sujeitos sociais na formação de cada bloco histórico, para definir estratégias de construção da hegemonia.

A Amazônia é, assim, uma questão nacional, menos pelo poder das elites regionais na composição do bloco de poder nesta escala nacional e mais pelas alianças que conseguem forjar com setores da burocracia civil e, sobretudo, militar e, até mesmo, com os setores ligados à indústria de artefatos de borracha, localizada esta sobretudo no Sudeste brasileiro. (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 87)

Finda a Segunda Guerra, e conseqüente retomada da produção gumífera no Sudeste Asiático, inicia-se mais um período de declínio na produção de borracha da Amazônia, em função da perda de incentivos estatais e do abandono das condições de produção. Após uma sobrevida proporcionada pela concessão de créditos aos antigos seringalistas pelo Banco de Crédito da Amazônia (PORTO-GONÇALVES, 2001a), eles abandonam os seringais ou os vendem para grupos com interesses em agropecuária, incentivados pela idéia de expansão da fronteira agrícola para o norte, e os seringueiros são abandonados à própria sorte. São nessas condições que, em 1962, o então território federal passa à condição de “estado do Acre”. Nas décadas de 1960-1970, inicia-se a construção de grandes vias de integração da região ao centro-sul do país, acompanhada por incentivos a uma outra forma de ocupação, agora baseada na produção agropecuária extensiva.

Começa um outro ciclo na Amazônia, no qual não estão inseridos os seringueiros, sequer como mão de obra, uma vez que a nova forma de ocupação pressupunha a saída dos antigos ocupantes¹². Da estratégia fazia parte a realização de grandes obras de infra-estrutura, que tinham como objetivo anunciado a “integração da região ao Brasil”, camuflando o interesse e “entrega” de seus recursos ao capital nacional e internacional através da facilitação de escoamento dos recursos naturais (madeira, minérios) baseado em um forte esquema de isenção fiscal às empresas que ali se instalavam. Com o discurso de integração da Amazônia ao mercado mundial, sintetizado no lema “integrar para não entregar”, praticava-se a entrega da Amazônia ao mercado mundial. Faz-se importante lembrar que à época da crise do

¹² Não ignoramos o processo de expropriação pelo qual passaram os indígenas, primeiros ocupantes da Amazônia, processo do qual os próprios seringueiros participaram a mando do patrão. Apenas demarcamos que, diferentes dos índios, os nordestinos que se formaram seringueiros, e agora estavam sendo expulsos, haviam feito parte de uma estratégia estatal de ocupação.

petróleo (década de 1970), a exploração de minérios passa a representar uma excelente oportunidade de pagamento da dívida externa, o que favorece ainda mais o interesse na construção de infra-estrutura de transporte e energia, cujo aval do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial (BIRD)¹³ mostrou-se decisivo para atrair investimentos estrangeiros (PORTO-GONÇALVES, 2001a).

Uma nova migração ocorre para a Amazônia, só que desta vez não mais de pessoas que vão “trabalhar na floresta” e sim de pessoas que vão “substituir a floresta”: capitalistas com a instalação de suas empresas; pessoas que são atraídas por uma propaganda de emprego em indústrias e obras na região, ou pela aquisição de terra barata para agricultura e pecuária; aqueles que foram atrás de terra “disponível” para subsistência; ou ainda os que são direcionados para a Amazônia através de programas de colonização oficiais¹⁴.

Os que migraram à Amazônia serviram de base e estrutura de trabalho nas cidades planejadas, como também deram estrutura ao sistema de concentração econômica na região de modo geral. Nesse período, deslocou-se para a região o maior volume de exército industrial de reserva flutuante de que temos conhecimento no país. Em 1960, na Amazônia Legal brasileira existiam pouco mais de 3,6 milhões de habitantes; em 1996, havia em torno de 18,7 milhões de habitantes e, em 2005, a população da região ultrapassou a casa dos 23 milhões de habitantes. (PICOLI, 2006, p. 38)

A migração que ocorre para a Amazônia é fruto de um desenvolvimento capitalista no Brasil que interliga, de forma subordinada, suas diferentes regiões. E, dessa forma, migram tanto frações das classes dominantes, que vão ocupar a região de forma a explorá-la capitalisticamente, quanto frações das classes dominadas, que servirão de força de trabalho nesses empreendimentos.

Observa-se que a migração para a Amazônia não foi somente de diferentes lugares geográficos do país, mas também uma migração de diferentes sujeitos sociais: uns empresários, outros latifundiários, outros antigos pequenos proprietários que

¹³ Pereira (2009) detalha as instituições que fazem parte do Grupo Banco Mundial (GBM). No entanto, quando nos referirmos ao Banco, salvo quando explicitamente mencionado, estaremos nos remetendo ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, uma de suas instituições constituintes. Desta forma, utilizaremos a sigla BIRD para referenciar esta instituição.

¹⁴ Duarte (1986) relata como os Projetos de Colonização oficiais na Amazônia serviram, entre outros motivos, para diminuir a tensão existente em função dos desapropriados com a construção da hidrelétrica de Itaipu, um grande empreendimento hidroelétrico construído no sul do país.

venderam suas terras para adquirir outras mais baratas e com maior extensão, outros, ainda camponeses, pobres e sem terra [...]Na Amazônia esses diferentes sujeitos sociais encontraram diversas populações remanescentes do ciclo da borracha, caboclos ribeirinhos, populações indígenas com seus territórios imemoriais, populações negras que habitavam antigos quilombos. É como se quatro séculos de diferentes desigualdades sociais se encontrassem num mesmo espaço, a Amazônia. (PORTO-GONÇALVES, 2001a, p. 54)

A configuração institucional brasileira também dá apoio a essa nova reconfiguração da sociedade amazônica através da criação ou redirecionamento de estruturas para crédito e incentivo na “colonização” da região. Segundo Picoli (2006, p. 46), “efetivaram-se duas vias de integração: no primeiro estágio, vinculou-se a região ao mercado mundial via exportação; no segundo, a internacionalização dos produtos através da produção”. Vale citar algumas estruturas importantes na aceleração-modernização da ocupação regional que demonstram uma nova fase para o desenvolvimento extensivo do capitalismo dependente do Estado brasileiro: transformação do Banco de Crédito da Borracha em Banco da Amazônia S/A (BASA), criação da Zona Franca de Manaus e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), através da reformulação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) (BECKER, 2005; PICOLI, 2006; PORTO-GONÇALVES, 2001a). Em 1970, é criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que também viria a desempenhar um importante papel nesta ocupação.

Os órgãos que iriam servir para incentivar a ocupação nasceram com as seguintes funções: ampliar a rede de transporte e comunicação; ordenar o povoamento e a colonização; incentivar a agricultura e a pecuária; fazer o reaparelhamento das indústrias existentes e a criação de novas; incentivar os mecanismos para as exportações; dar condições sanitárias, de educação e habitação. Com essas estratégias, criaram mecanismos para viabilizar a concentração econômica através da expansão dos grupos organizados e colocar a região à disposição do mercado mundial. (PICOLI, 2006, p. 37)

A construção da rodovia Transamazônica, das hidrelétricas de Balbina e Tucuruí, a criação de novos espaços sob tutela direta do poder federal, como a faixa de 100 Km de cada lado das rodovias que se construíam, a criação do Grupo Executivo das Terras do Baixo Amazonas (Geba) e do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), além da criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus, a extinção do Banco de Crédito da Amazônia e o fim dos subsídios aos velhos seringalistas (1967) dão bem idéia do papel reservado aos amazônidas, inclusive às suas elites. (PORTO-GONÇALVES, 2001a, p. 33)

Ao mesmo tempo, intensifica-se a identificação da região a uma imagem de atraso, em pleno período de exaltação da modernidade como sinônimo de industrialização, o que justifica a Zona Franca de Manaus e vários outros incentivos à instalação de indústrias na Amazônia, na maior parte com subsídios públicos diretos ou a isenção de impostos, ao tempo em que as práticas tradicionais (então consideradas como sinônimo de atrasadas) são substituídas por esse desenvolvimento. Ao longo desse trabalho, veremos como o binômio moderno-desenvolvido/ atrasado-tradicional fará parte de toda uma construção no espaço amazônico, de seus povos e da própria história das Reservas Extrativistas, refletido em diferentes apropriações da relação sociedade/natureza. Devido a esta relevância, deter-nos-emos um pouco na importância desse debate e sua consequência (e causa) política.

Quijano (2005) demonstra como a construção de novas identidades geoculturais, por parte dos colonizadores, teve papel primordial na difusão de uma identidade “moderna” aos europeus como uma perspectiva histórica hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo do padrão mundial de poder. Para este autor,

[...] as relações intersubjetivas e culturais entre a Europa, quer dizer, a Europa Ocidental, e o resto do mundo foram codificadas em um conjunto fundamental de novas categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno. Em suma, Europa e não Europa. (QUIJANO, 2005, p. 48)

Por sua vez, Cardoso (2006) afirma que igualar desenvolvimento a modernização e, conseqüentemente, tradição a atraso e subdesenvolvimento foi (e ainda é) funcional ao capitalismo, uma vez que este coloca como meta um desenvolvimento pelo qual valem todos os sacrifícios, mazelas e distorções sociais inerentes ao sistema capitalista¹⁵. A teoria da

¹⁵ Loureiro (2007a) explicita como, mesmo na tradição marxista, existem diferentes leituras em relação a progresso, modernidade e desenvolvimento. O autor sustenta a importância de escapar às reflexões mecanicistas e evolucionistas, vinculando-se a uma noção de sociedade e natureza construída sobre a visão de equilíbrio dinâmico/desequilíbrio estrutural, e recusando, assim, uma leitura acrítica de progresso em Marx, ambientado em um tempo linear e determinista. Ao contrário, para o ideário socialista, o desenvolvimento das forças produtivas se dá na realização dos indivíduos (o ser), tendo como desafio “aumentar a produtividade, sob o controle coletivo dos meios de produção, de modo a garantir o tempo livre necessário para a criatividade humana, sem com isso estabelecer a ruptura do metabolismo sociedade-natureza” (LOUREIRO, 2007a, p. 58). Assim, o

modernização, segundo a autora, deu o suporte teórico necessário, especialmente nas décadas de 1950 e 1960, a grandes transformações necessárias nos países ditos subdesenvolvidos¹⁶:

A enorme eficácia dessa ideologia se demonstra na sua capacidade de colocar ‘desenvolvimento’ ou a ‘modernização’ como o nosso objetivo maior, que – apesar dos impasses e da comprovação empírica das colossais dívidas externas, resultados concretos das políticas desenvolvimentistas, e do fosso que só faz agravar-se entre países como o nosso e o chamado Primeiro Mundo – se mantém na ideologia política e econômica como alcançável no futuro sempre adiado. (CARDOSO, 2006, p. 32)

Cardoso (2006) utiliza-se da formulação de Florestan Fernandes a respeito de capitalismo dependente¹⁷, o que, para nós, auxilia a explicar o que se passa no Brasil naquele momento. Segundo a autora,

[...] Com a Independência, não nos tornamos independentes de fato. A questão não se resolve no plano político-jurídico. A sociedade nacional não se constitui como uma totalidade auto-definível. É necessário colocá-la como parte que é do capitalismo em expansão, para alcançar a sua especificidade nos processos de acumulação do capital que caracterizam essa expansão num momento determinado. (CARDOSO, 2006, p. 33)

Assim como os outros países não centrais, o Brasil participa do sistema como doador de matérias-primas, portanto, ainda dependente em sua economia e em sua tecnologia dos países centrais. Opta-se por um sistema em que se privilegiam as exportações na aplicação máxima do “exportar é o que importa”, frase cunhada pelo então ministro Delfim Netto¹⁸. Mais do que isso, o Brasil se insere e se integra ao modo capitalista desenvolvimentista-moderno de forma dependente, tendo o seu suposto “subdesenvolvimento” produzido não a

desenvolvimento não poderia vir acompanhado de uma maior alienação dos trabalhadores em relação ao controle da produção. Ao contrário, precisaria submeter-se à contínua emancipação da classe trabalhadora.

¹⁶ Nos anos 90 esse mesmo discurso sustentaria a reforma do Estado necessária para que o Brasil ingressasse na era neoliberal (PAULANI, 2006).

¹⁷ Segundo Florestan Fernandes, na formação do Estado Nacional, houve uma associação da burguesia brasileira em formação com a classe dominante internacional, que lhes garantiram a manutenção da concentração de poder internamente, mas as mantiveram atreladas ao poder exterior de forma subordinada. Com isso, o Brasil integra-se à economia internacional desenvolvendo um capitalismo com estrutura de mercado de dupla polarização: “uma estruturalmente heteronômica; outra com tendências dinâmicas autonômicas ainda em via de integração estrutural” (FERNANDES, 2006, p. 113). Assim, a dominação é organizada internamente, mas com fortes relações exteriores. Ao mesmo tempo, a isenção de impostos e fornecimento de subsídios diretos, já referenciada, deixa transparecer a face patrimonialista do Estado brasileiro, onde os recursos econômicos e administrativos dependem, em alto grau, do poder público (FAORO, 1993).

¹⁸ Ministro da Fazenda (1967-1974) nos governos Costa e Silva e Médici, e Ministro da Agricultura (1979) e Planejamento (1979-1985) no governo João Figueiredo.

partir de dentro, mas a partir de fora, por fatores estruturais e conjunturais do mercado capitalista mundial (CARDOSO, 1996). Essa relação não se deu de forma exteriorizada. Ao contrário, ocorre com a participação das frações dominantes locais, que se aliam à fração dominante internacional, porém em relação de dependência. Nas palavras de Cardoso (2006, p. 35), “as burguesias locais são parceiras das burguesias hegemônicas”. A autora destaca que são “parceiras menores e subordinadas”, mas que atuam decisivamente na articulação do capitalismo dependente aos “centros mais dinâmicos da expansão capitalista”. Esse processo leva a uma maior concentração de renda nos países hegemônicos e a uma constante expropriação nos outros países com sérias conseqüências às classes subalternas. A autora destaca as relações de dominação (externa e interna) que se conjugam, uma vez que a dominação externa é realizada “por meio da dominação interna, e esta se exerce não sobre um setor ou uma fração da burguesia, mas sobre o trabalho e a massa da população” (CARDOSO, 2006, p. 35). Dessa forma,

Na sociedade ainda mais desigual do capitalismo dependente, a democracia se torna uma democracia restrita, apenas uma democracia de iguais. Desse modo, o capitalismo dependente é caracterizado como sobreexploração/sobreexpropriação e como autocracia [...] No capitalismo subordinado ou dependente, a desigualdade que é própria do desenvolvimento capitalista se torna extremada: uma minoria social dominante retém para si todos os privilégios como se fossem direitos e exclui de todos os direitos a grande maioria da sociedade, como se isso fosse natural. (CARDOSO, 2006, p. 35)

Vemos que a sobreexploração que ocorreu na Amazônia brasileira tinha como função sustentar a expansão do capital que então ocorria, tendo como base principal o trabalho de pessoas que foram para a região em busca “do mel prometido” (PICOLI, 2006).

Na Amazônia, criou-se uma nova formação de trabalhadores, que pode ser identificada da seguinte maneira: de expropriados a marginalizados, de marginalizados a explorados, de explorados a superexplorados. Isso é possível na região através da presença dos grupos econômicos, impulsionados pelos incentivos fiscais do estado e pela forma capitalista organizada implantada na região. Trata-se do capitalismo de centro, que transfere suas estratégias para o capitalismo periférico. Os limites da exploração passam a ser regidos por meio do exército industrial de reserva, que é formado na região através da engenhosa fórmula que apura o processo de mais-valia. (PICOLI, 2006, p. 43)

Em todas essas fases do desenvolvimento capitalista na Amazônia, o conflito entre as diferentes racionalidades e as disputas de modelos para a região, ou, mais ainda, a luta pela sobrevivência dos “de baixo”, fizeram-se presentes de forma mais ou menos conhecidas, explícitas ou mobilizadas. Ações individuais, como as dos seringueiros que utilizavam estratégias para diminuição da exploração que sofriam, vendendo seu produto ao marreteiro¹⁹, escondidos do patrão, ou inserindo utensílios que aumentavam o peso das pélas²⁰ de borracha; ou movimentos organizados como a Cabanagem (1835-1840) e Movimento Seringueiro (décadas de 1970-1980) estão inseridos na mesma lógica de luta contra o capital, contra a exploração não apenas de uma região, mas de um grupo que se vê excluído do processo de decisão e inserido no processo de produção como os superexplorados por esse sistema. Portanto, é no conflito que nossa análise se situa. Assim, ganha importância a formulação de Florestan Fernandes, como analisado por Cardoso (1996, p. 120, grifos da autora)

Quando Florestan explica o subdesenvolvimento como sendo "gerado, condicionado e regulado a partir de fora", a consequência direta desta explicação é que, para anular o efeito, se ataque a sua causa, ou seja, que "a ruptura do subdesenvolvimento se identifica com o repúdio ao capitalismo dependente", o qual "só pode desencadear-se a partir de dentro". A condição para sair do estado de subdesenvolvimento é opor-se à condição de dependência. Não é, pois, o "desenvolvimento" que será capaz de vencer o "subdesenvolvimento". Sob a dependência, é "de dentro" que pode surgir o processo de negação da ordem capitalista dependente.

Assim, poderemos analisar o movimento que é protagonizado pelos seringueiros da Amazônia como inserido nesse sistema de superexploração, no qual o conflito de classes se externaliza na forma de embates entre seringueiros e fazendeiros. Estes últimos com o apoio,

¹⁹ Comerciante que percorria os seringais vendendo e comprando produtos dos seringueiros a preços mais baixos (no caso de compra) e mais altos (no caso de venda) do que os normalmente praticados (quando o comércio era feito pelos rios, esse comerciante era chamado de regatão). Apesar da injustiça na relação de compra e venda, havia uma dependência dos seringueiros em relação aos marreteiros uma vez que estes representavam a possibilidade de comércio sem que precisassem ir até à cidade, cujo acesso era penoso e custoso. Na época da luta pela libertação do patrão, esse comerciante desempenhou um importante papel, uma vez que representava uma forma de não subordinação aos barracões e a quebra do sistema de aviação.

²⁰ Assim são chamadas as bolas de borracha maciça defumada produzidas no seringal, em um processo de defumação manual.

financiamento e proteção do Estado, que, por sua vez, está cada vez mais ligado a empréstimos internacionais. São formas ditas atrasadas que sustentam o almejado progresso.

Afinado com a política federal, o governo do estado do Acre muito contribuiu para a vinda de pessoas “de fora” para se estabelecer na região. O governo de Wanderley Dantas (1971-1974) fez extensa propaganda no centro-sul do país, conclamando investidores a virem para o estado, onde haveria “terras extensas e baratas” e de alta fertilidade (ALLEGRETTI, 2002). A possibilidade de facilitação de exportação aos países vizinhos (Peru e Bolívia) e também para os Estados Unidos e Japão, viabilizada com o plano de abertura das rodovias que interligariam o Acre ao Oceano Pacífico, também fez parte da propaganda governamental, mais uma vez alinhada ao plano federal (DUARTE, 1986).

Sant’ana (1988) atenta à situação de dependência do governo estadual, na década de 1980, em relação ao governo central, imposta por uma situação em que via nos projetos federais (estradas) a possibilidade de desenvolvimento e geração de empregos na região. Além disso, a melhoria da infra-estrutura de transportes facilitaria a chegada dos grupos econômicos que o governo tentava atrair para a região. Somada a esta situação, encontrava-se em vigência o decreto federal que alocava para o governo federal as terras situadas a 100 km de extensão lateral nas rodovias federais, o que diminuía bastante a governabilidade do governo estadual sobre as terras.

Beneficiando-se dos incentivos fiscais da SUDAM e de benefícios oferecidos pelo governo estadual (serviços dos órgãos estatais, estrutura de apoio para implantação de projetos, apoio financeiro através do Banco do Estado do Acre-Banacre etc), a vinda dos empresários “paulistas”²¹ facilitou a vida dos seringalistas que vendendo “suas” terras

²¹ Chamavam-se “paulistas” às pessoas de diferentes estados que migraram para o Acre nas décadas de 1960/1970, para ocupar as áreas propostas para agropecuária. Como explica Porto-Gonçalves (2003), eram os “de fora” e “de cima”, que substituíam os seringalistas na hierarquia de poder na região.

saldaram dívidas contraídas com o BASA²². Além dos pecuaristas, especuladores também eram atraídos para a região pela perspectiva de futura valorização da terra em função dos investimentos que estavam sendo feitos em infra-estrutura, com abertura e pavimentação de estradas. Como resultado, o local onde houve maior concentração de terras vendidas situa-se ao longo da BR 364, que liga Porto Velho a Rio Branco, e da BR 317 (que liga Rio Branco a Assis Brasil). Os únicos que não foram beneficiados com essa história foram os que antes migraram para a região por incentivo estatal, os seringueiros. Assim, o papel assumido pelo Estado como organizador das relações em todas as fases de “desenvolvimento” da região amazônica foi marcada por uma não participação dos locais, dos amazônidas, nas decisões, mas pela forte presença na forma de financiamentos e de incentivos estatais, seja para grandes grupos econômicos, particulares ou na instalação de grandes obras que vieram a favorecer empreiteiras e o acesso dos capitalistas à região (PICOLI, 2006; PORTO-GONÇALVES, 2001a).

Vale lembrar que “a saga” dos seringueiros na Amazônia está fortemente associada à intervenção governamental. Desde o primeiro grupo de nordestinos levados para exploração de borracha, no auge da produção de pneumáticos, passando pelo segundo ciclo, na Segunda Guerra Mundial, para fornecimento de borracha aos aliados, pelo incentivo e créditos a perder de vista, que eram fornecidos aos seringalistas, e concluindo no abandono à própria sorte quando da abertura dos mercados, sempre a mão do governo estava orquestrando o destino desses homens e dessas mulheres, mesmo que os desconsiderassem. Eles agora enfrentavam outros desafios: o que fazer em uma terra onde não haveria mais floresta? Note-se que o conflito inicial não se referia a quem era dono da terra ou não, mas sim sobre o que esse suposto proprietário faria com a terra, condicionando a permanência dos seringueiros no território que se construiu ao tempo em que construíram-se seringueiros.

²² Os créditos que haviam sido concedidos pelo BASA aos seringalistas, dando-lhes uma sobrevida, foram convertidos em dívidas difíceis de serem saldadas após o banco ter renunciado ao monopólio de compra e venda da borracha. Devemos lembrar que os seringalistas estavam acostumados a sobreviver em esquema de crédito.

2.2 Configuração do Movimento Seringueiro

Para se entender o protagonismo de algo deve-se ter como referência quem são os atores envolvidos, como se transformam em sujeitos políticos, que forças sociopolíticas expressam, qual o projeto de sociedade que estão construindo ou abraçam, qual a cultura política que fundamenta seus discursos e práticas, que redes criam e se articulam, quais suas relações com conjuntos sociopolíticos maiores. (GOHN, 2005, p.10)

Procuraremos agora analisar o movimento que originou as Reservas Extrativistas, destacando em que contexto se formam e conformam seus principais sujeitos, especialmente seu significado em uma luta de afirmação de um outro modelo de desenvolvimento para a Amazônia brasileira. Acompanhando o curso do Movimento e as diferentes aproximações que foram se desenvolvendo, é necessário compreender os papéis assumidos pelos protagonistas e mediadores na construção do conceito “Reserva Extrativista”, e a relação entre eles. Mais do que isso, é imprescindível compreender como os protagonistas se constituíram como tal e como, constituindo-se, foram estabelecendo suas mediações. Sabemos que extensos trabalhos já foram produzidos sobre o assunto (ALLEGRETTI, 2002; CALAÇA, 1993; COSTA, 1998; DUARTE, 1986; ESTEVES, 1999; PAULA, 1991; PORTO-GONÇALVES, 2001a, 2003; SANT’ANA, 1988), e nossa intenção não é repeti-los, e sim destacar aspectos que serão importantes na construção de nossos futuros argumentos. Além de referência a estes trabalhos, procuraremos trazer a fala dos sujeitos com quem construiremos essa tese, através dos depoimentos obtidos ao longo das entrevistas realizadas. Mais do que autoral, esta parte procura explicitar as vozes que tomamos emprestadas.

2.2.1 Contexto de inserção do Movimento

Em plena vigência do regime ditatorial civil militar, a abertura de estradas na região amazônica, especificamente na Amazônia ocidental, com recursos do BID e do BIRD, evidenciou o conflito entre os diferentes modelos de desenvolvimento para a região. Como já

nos referimos, as estradas trazem consigo um modelo de ocupação baseado em grandes projetos e exploração agropecuária que foram vivamente incentivados pelo governo federal e pelos governos estaduais, uma vez que representavam a possibilidade de integração da Amazônia ao resto do país, em plena vigência do “integrar para não entregar”. Percebemos, no depoimento abaixo, a percepção de algumas lideranças sobre a questão:

Na década de 70 foi quando iniciou-se a Transamazônica... 73, 74. Também a 364, Cuiabá – Porto Velho, Rio Branco – Cruzeiro do Sul, a Belém – Brasília também é dessa época, então a abertura dessas estradas trouxe consigo o debate sobre o novo modelo de ocupação da Amazônia. Todos nós sabemos que a ocupação da Amazônia passou por diversos momentos e que sempre quem ditou as regras de ocupação da Amazônia foi a economia, o que realmente dá lucro. (Liderança-CNS Acre)

Vimos, na descrição das condições de ocupação da Amazônia e do Acre nos períodos que vão do final do século XIX a meados do século XX, como diferentes formas de ocupação do espaço foram se instituindo com a ingerência direta do governo, a serviço da classe dominante e do capital. A partir de 1970, quando se dá de forma mais intensa a ocupação dos seringais do Acre por empresas capitalistas de agropecuária, os conflitos fundiários também se intensificam, uma vez que os “paulistas” que lá chegaram precisavam “limpar a área” dos posseiros que lá estavam, para valorizar a terra no caso de venda, ou para implantação de seus interesses em agricultura e especialmente pecuária.

Com esse encontro (pecuaristas-“paulistas”/seringueiros-posseiros²³), evidenciaram-se dois projetos incompatíveis por princípio: o primeiro refere-se a um projeto de *ocupação do solo* em grandes latifúndios, aliado a uma exploração dos recursos que se baseia na derrubada da floresta para valorização da terra nua; o segundo baseia-se na *ocupação da floresta* e em sua exploração através do extrativismo aliado à pequena agricultura para

²³ A denominação pela qual eram tratados os seringueiros também representava sua situação e a forma como eram interpretados na sociedade. Posseiros, colonos, ocupantes, seringueiros, trabalhadores etc, cada uma das denominações carrega em si a marca de seu lugar no mundo e no jogo de poder existente. Ao chamá-los de posseiros, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) fazia uma alusão direta à obrigação de indenização ao seringueiro que, após a saída do seringalista, continuou na terra por mais de um ano (BRASIL, 1964).

subsistência. Estabelecia-se o conflito. A incompatibilidade dos dois modelos está evidenciada na presença ou ausência da floresta e, com ela, nos atores que serão beneficiados e permanecerão no local. No entanto, uma outra diferença também se faz notar: o primeiro modelo tem não apenas o aval, mas o incentivo governamental; enquanto que os protagonistas do segundo modelo contam apenas com os seus próprios braços, como é percebido por essa liderança, que participou dessa fase do Movimento Seringueiro:

Infelizmente naquela época nós só tínhamos por nós... nós, nós, a igreja, que de forma tímida, né? E algumas personalidades de fora. O resto era tudo contra nós. A começar pela própria polícia, que é lógico, é um instrumento do Estado, o município, a administração do município era contra, então era tudo contra a gente.
(Liderança-Resex Chico Mendes 01)

A tensão existente entre os diferentes modos de se pensar o desenvolvimento da Amazônia estava clara para os seringueiros, assim como a necessidade de se firmar como interlocutores na construção e consolidação de políticas para a região. Vejamos o que nos diz outra liderança:

A gente se defronta com os grandes projetos para a Amazônia, que não respeitava as populações tradicionais. Então, a gente tava sendo vítima de um extermínio, de um genocídio, organizado pela iniciativa privada e pelo Estado naquela época. Então, foi uma sacada que o Movimento teve. Muitos não agüentaram [...]. No entanto uma turma fincou o pé no batente e disse: nós vamos ficar na floresta.
(Liderança-Resex Chico Mendes 02)

A luta pela permanência na floresta passa a ser uma luta pela sobrevivência. Se antes a disputa era com o patrão, pelo melhor preço, pela liberdade de vender para qualquer comprador (seringueiro liberto), por melhores condições de vida na floresta, agora tratava-se da luta pela permanência, pois perceberam que, enquanto não assegurassem que a localidade fosse destinada para sua reprodução, sempre estariam à mercê dos projetos governamentais ou particulares, onde o direito de “ir e vir” (típico e necessário ao capitalismo) sobrepõem-se ao direito de ficar (PORTO-GONÇALVES, 2006). No depoimento abaixo transparece a tensão imposta aos seringueiros entre o seu modo de vida arraigado ao lugar e o destino que lhe aguardava com o quadro de expulsão das terras:

O sonho era ter um pedacinho de terra, para plantar macaxeira, para sobrevivência, que nós tudo era pai de família. Seringueiro tirou da colocação²⁴, ele é que nem o peixe. O peixe tirou d'água ele morre, não tem vida, e o seringueiro, se tirar da colocação pra botar na cidade, morria também, ele não tinha o que fazer na cidade. Nós tinha que trabalhar era na seringa, na roça [...] plantar mamão, macaxeira, banana, aquele negócio todo. (Seringueiro-Empate Seringal Carmem)

Diferentes articulações, apoios e estratégias começaram a se configurar e ser adotadas pelas diferentes partes nos conflitos estabelecidos. Duarte (1986) descreve os meios seguidos pelos fazendeiros para se livrar da presença indesejável dos posseiros-seringueiros. Expulsão por intimidação, uso direto da violência e oferta de indenizações irrisórias fizeram parte das estratégias de retirada das pessoas que estavam nesses seringais, provando definitivamente que o Acre não fazia parte desse vazio demográfico que era propagado.

O aumento na chegada de jagunços ao estado do Acre marcou profundamente a mudança na configuração da sociedade local, especialmente nos lugares onde os conflitos estavam mais acirrados. Ameaças passaram a fazer parte do cotidiano e ao mesmo tempo explicitava-se a ausência (ou o posicionamento) do Estado, em sua forma coercitiva, a estes desmandos ocasionados por quem, na realidade, detinha o poder na região. Por outro lado, os seringueiros adotaram formas de resistência de acordo com a situação em que se encontravam. Resignação ao aceitar as indenizações injustas e intimidações, confronto com os fazendeiros e jagunços na resistência à expulsão, e busca incessante da polícia em seu apoio fizeram parte das estratégias adotadas pelos seringueiros até perceberem que estava na organização sua única chance, e nos empates²⁵ sua principal tática.

²⁴ Nome dado à Unidade Produtiva do seringueiro. É definida pelas estradas de seringa e lá se localizam a casa do seringueiro, seu roçado, área de caça e pesca.

²⁵ Forma de resistência liderada por seringueiros e sindicalistas nas décadas de 1970-1980, no Acre, onde homens, mulheres e crianças se colocavam à frente de armas, moto-serras, tratores e dos peões dos fazendeiros e madeireiros, *empatando* a derrubada da floresta. É importante salientar que inicialmente os empates não se configuraram como resistência “pacífica”. O primeiro empate, realizado no Seringal Carmen no município de Brasília (1976), foi realizado por mais de sessenta homens que, com suas espingardas de caça, cercaram o acampamento dos peões que tinham sido contratados para a derrubada da mata (PAULA, 2004). Posteriormente, especialmente sob a liderança de Chico Mendes, os seringueiros foram assumindo outras estratégias para realização dos empates, levando as mulheres e crianças para o local da derrubada.

2.2.2 Apoio e organização: Igreja e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais

Refletindo uma situação presente no resto do país, de reconfiguração da igreja e do movimento sindical (SADER, 1988), a igreja apoiou a organização dos seringueiros. Em uma época em que a teologia da libertação assumia uma grande repercussão na área rural do país, com a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e com uma discussão que ligava a justiça divina à justiça social, emergiram muitas lideranças do Movimento.

Falavam [a igreja] da libertação da alma, no entanto eles faziam uma ligação com a questão social, a questão real, que também se libertar do seringalista, se libertar do patrão naquela época era um complemento. Se você não se libertasse disso, automaticamente você estava aceitando a injustiça que Deus era contra [...] daí nós percebemos a importância de se libertar, do seringalista. A igreja teve esse papel, de 73, mais ou menos, 74, 75, mas ela tinha um limite de participação [...] Em 74 abriu a discussão nas comunidades eclesiais de base, de criação dos sindicatos. (Liderança-Resex Chico Mendes 02)

Em um momento de definições, a igreja também sofria seus conflitos internos entre sua função historicamente ligada à colonização-domesticação, em função dos interesses do colonizador e da classe dominante, e o posicionamento crítico de alguns de seus representantes, então apelidados no Brasil de “igreja vermelha”. No estado do Acre, a disposição chegava a ser espacial. Enquanto no Vale do Acre e Purus estavam padres mais progressistas e que se posicionavam ao lado dos seringueiros, no Vale do Juruá estavam os mais conservadores que posicionavam-se ao lado dos patrões. Essa diferença foi refletida também na forma de organização dos seringueiros²⁶. De qualquer forma, veio da igreja o primeiro apoio explícito à luta dos seringueiros, o que fez com que em seus salões fossem criados os primeiros Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) da região.

Por outro lado, em 1975 foi instalada uma delegacia da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) em Rio Branco com o claro propósito de organizar os

²⁶ Na região do vale do Juruá, onde viria a ser criada a primeira Reserva Extrativista do país, não havia ainda o problema ocasionado pela abertura de estradas e conseqüente derrubada da floresta pelos fazendeiros. Lá, a luta dos seringueiros concentrava-se no não pagamento da renda ao patrão e contra o monopólio comercial dos barracões, o que ensejava a ocorrência de greves e expulsão dos gerentes dos seringais (ALMEIDA *et al.*, 2002).

sindicatos no Acre (PAULA, 2003). Com um discurso pautado no respeito e cumprimento à legislação (fincado especialmente no estatuto da terra) a Contag desenvolveu como principais estratégias, em seu processo de organização dos trabalhadores, o incentivo ao não pagamento da renda ao “patrão”, o cumprimento da lei ao assegurar os direitos de propriedade aos “posseiros” e a obediência à legislação trabalhista (PAULA, 1991)²⁷.

Com o apoio da Igreja e da Contag, em 1975 foram criados os sindicatos de Brasiléia e Sena Madureira; em 1977, o de Xapuri; e até 1980 já somavam oito sindicatos criados no Acre. A aproximação do sindicalismo com a igreja encontra-se refletida no hino do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia:

*Companheiro, porque tão alegre?
O que aconteceu?
Queriam tomar nossa posse
Mas a força divina venceu*

*Companheiros, fiquem tranqüilos
Na posse o direito é seu
A terra toda é nossa
Ela foi Deus que nos deu*

*Companheiro, senhor, muito obrigado
Por aquilo que fizeste por nós
Deste a nós esta terra
E o dom de levar esta voz*

(Hino do STR Brasiléia, segundo Emiliano Queiroz, fundador do Sindicato)

Inicia-se uma nova fase de articulação para os seringueiros. Com a criação dos STRs, além de uma representação de classe, passa-se a ter uma estrutura de intermediação com o governo e os patrões, e uma ligação com outros movimentos que estavam ocorrendo no Brasil, dando maior abrangência à luta desses trabalhadores da floresta. Assim, a emergência do sindicalismo rural no estado do Acre assumiu um papel primordial na luta dos seringueiros, que chegaram a representar a categoria majoritária dentro do STR de Xapuri (SILVA, Mauro, 2001).

²⁷ Maiores detalhes sobre o importante papel assumido pela Contag na organização dos seringueiros no Acre podem ser obtidos em Paula (1991; 2003).

A confiança depositada nos “companheiros do sindicato”, e, portanto, neles mesmos, fez com que dificuldades da caminhada fossem superadas pela esperança de resolução dos conflitos e, mais ainda, na necessidade de união sentida por estas pessoas.

Eu acho que não tem hoje em lugar nenhum a legitimidade de uma direção [do STR de Brasília] como tinha naquele tempo, em que o pessoal vendia a última galinha, vendia o último carneiro, o último porco, mas bancava a assembléia. E ia todo mundo. Não tinha ONG, não tinha governo, não tinha projeto, não tinha nada. Era um objetivo de uma proposta libertária, socialista e espontânea. (Liderança-Resex Chico Mendes 02)

A existência dessa instância de organização deu outra dimensão à luta empreendida nesta parte da Amazônia, reforçando o caráter político da disputa²⁸ que cada vez mais explicitava a incompatibilidade entre dois modelos de desenvolvimento, de progresso, e trazendo à tona, sem máscaras e sem subterfúgios, a existência de dois projetos para a Amazônia. Um projeto, que reconhecia a existência de pessoas que detinham o conhecimento sobre a floresta, devendo participar das decisões; e outro, que considerava a Amazônia um vazio demográfico, para onde políticas precisavam ser elaboradas por Brasília e a construção precisava ser feita pelos “de fora”, pelos “paulistas”, uma vez que os amazônidas, enxergados com as lentes do colonialismo, eram, quando considerados, tidos como atrasados:

O sindicato teve uma força política muito forte. Na época, o pessoal viram que a única saída para defender sua colocação, seu seringueal, era indo para o sindicato. Que o sindicato tinha assumido uma postura de enfrentar os fazendeiros, porque o governo federal e o estadual, na época era o Francisco Wanderley Dantas, que era governo aqui do Acre, e o governo federal fazia uma propaganda lá fora de que a Amazônia era um vazio demográfico, que precisava ser ocupado para o progresso e o desenvolvimento. E progresso e desenvolvimento naquela época era, significava, destruir a floresta. Era derrubar, e tocar fogo. Para eles, isso era progresso. (Liderança-Resex Chico Mendes 02)

²⁸ Ao analisar os momentos da consciência política coletiva, Gramsci (2007, p. 41) diferencia três momentos: inicialmente, o autor delimita o momento econômico-corporativo como aquele “no qual ocorre a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não há ainda a unidade do grupo social mais amplo”; a esse momento, segue-se aquele no qual “se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico”, aqui, ainda no terreno da igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, “reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes”. Por fim, o autor ressalta a fase mais estritamente política, na qual “se adquire a consciência que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados”. Nesta fase, “além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados” (GRAMSCI, 2007, p. 41).

Os STRs tornar-se-iam os principais interlocutores dos seringueiros junto ao Estado. Porto-Gonçalves (2003) ressalta o duplo papel assumido pelo sindicato na ligação dos seringueiros com os outros trabalhadores, na construção de uma identidade de classe²⁹ e, ao mesmo tempo, em uma situação de contraposição aos que questionavam essa identidade. O autor destaca ainda a importância dessas entidades na nova conformação/criação de um espaço público no Acre, onde novos atores se colocavam e forçavam a realocização dos atores até então presentes ou visíveis.

Pode-se, assim, afirmar que a presença de um sindicalismo forte no Acre, após 1975, colocou uma demanda explícita para que o Estado exercesse o monopólio da violência e não a justiça feita pelas próprias mãos dos próprios protagonistas, sem mediação. Há, assim, um espaço público sendo, de fato, construído. (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 453)

A situação sindical no Acre refletia o sindicalismo nacional, com suas disputas por hegemonia no interior das entidades e, com isso, seus diferentes posicionamentos frente à resolução dos conflitos e à vinculação político-partidária (PAULA, 2003), o que influenciou diferentes posicionamentos frente ao Movimento Seringueiro e aos novos mediadores que surgiram na década de 1990 (SILVA, Mauro, 2001). Nesse mesmo tempo, os sindicatos começavam a enfrentar modificações em sua composição e demandas, ocasionadas pela chegada e sindicalização dos migrantes que chegavam do sul para trabalhar na terra, e pelas pessoas que assumiam posições assalariadas nas fazendas. Segundo Paula (2003, p. 129) “[...] ao entrarem em cena os colonos do centro-sul do país, instaurou-se outra ordem de problemas a ser enfrentada pelo sindicalismo: recriar na diversidade cultural um coletivo articulado em torno de interesses comuns”. Assim, a diversificação observada na sociedade civil acreana estava representada no sindicato com todos os seus desafios e conseqüências.

²⁹ Aqui é importante trazer a contribuição de Quijano (2005) quando afirma que a classe, na América Latina, ganha um contorno étnico. Para o autor a idéia de raça foi historicamente criada, em uma perspectiva eurocêntrica, no processo de constituição da América, aspecto central na consolidação de um novo padrão de poder mundial. Quijano (2005) relata como, em função das diferenças entre dominadores e dominados, constituiu-se a idéia de raça na América, que viria a ser incorporada como instrumentos de classificação social básica da população. Para Leher (2007), essa análise retoma a importância da luta dos camponeses e povos originários não como uma luta de identidades, e sim como luta de classes, em uma perspectiva de luta anticapitalista.

Compondo o espaço de lutas na sociedade civil, os “de cima” também se organizaram, reagindo à organização dos seringueiros e dos outros movimentos pela terra. Na medida em que os trabalhadores se organizavam na forma de sindicatos, o patronato/empresariado também buscava sua organização na forma de associações, sindicatos, e, especialmente após a abertura democrática, na eleição de representantes para o legislativo e executivo estadual e federal que representassem seus interesses. Sant’ana (1988) relata como alianças foram feitas (implícita ou explicitamente) de forma a garantir a representatividade dos interesses do poder capitalista em expansão no estado do Acre, na Assembléia Constituinte; e, da mesma forma, como esses grupos disputavam a hegemonia na sociedade civil. O autor retrata as estratégias adotadas pelo empresariado do setor agropecuário para formação de representantes que defendam publicamente sua ideologia e um modelo de desenvolvimento para o Acre.

Face à necessidade de criar mecanismos para a viabilização de seu projeto de classe, quer nos aspectos afirmativos quer nas medidas que precisam ser abortadas, o patronato acreano, sobretudo a fração empresarial-latifundiária, parece ter encontrado na via política a forma mais efetiva de fazê-lo. Por outro lado, integrando-se a correntes de renovação da entidade corporativa oficial, a CNA³⁰, e aos movimentos nacionais de empresários rurais, tipo a Frente Ampla Agropecuária e o Centro Empresarial Brasileiro, cujo propósito comum é afirmar e consolidar na organização social brasileira os dogmas burgueses – liberdade econômica e a propriedade privada capitalista. (SANT’ANA, 1988, p. 257)

Respondendo aos inúmeros conflitos de (pela) terra que começam a ganhar visibilidade e contrapondo-se ao Plano Nacional de Reforma Agrária (1985), é criada, neste mesmo ano, a União Democrática Ruralista e, em 1988, organiza-se no Acre (CALAÇA, 1993), reunindo os fazendeiros que se achavam ameaçados (e ameaçavam) pelo (o) movimento crescente dos seringueiros. Na década de 1980, a violência registrada contra as

³⁰ A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) é uma entidade sindical de grau superior, reconhecida pelo Decreto nº 53.516, de 31/01/64, publicado no Diário Oficial da União de 05/02/64, constituída pela categoria econômica dos ramos da agricultura, da pecuária, do extrativismo rural, da pesca, da silvicultura e da agroindústria (Fonte: <http://www.cna.org.br/>. Acesso em: 21 Jan. 2009).

lideranças do Movimento foram características desse momento de ameaça de perda da hegemonia e ao mesmo tempo explicitava a resistência existente na floresta.

2.2.3 A criação do Partido dos Trabalhadores no Acre

Outra mediação importante nos anos 1980, e que viria a ter vários desdobramentos nos períodos seguintes, situa-se no campo político partidário. Seguindo-se um movimento nacional, em 1980, criou-se o Partido dos Trabalhadores (PT) no Acre com apoio majoritário dos sindicatos dos trabalhadores rurais, que detinham uma ampla base de seringueiros.

[...] a exemplo do que acontecia em São Paulo, o PT nasce no Acre do pólo mais avançado da luta dos trabalhadores e tendo à sua frente os sindicatos mais organizados e combativos, no caso, os sindicatos rurais de Xapuri e Brasiléia, onde os conflitos pela posse da terra estavam mais exacerbados no início da década de 80. (FERNANDES, 1999, p. 142)

Podemos verificar no depoimento de um fundador e ainda militante no Partido dos Trabalhadores, a importância da criação do partido e, ao mesmo tempo, a ligação e identificação que este manifestou com a luta dos seringueiros.

A base dele [PT] era os seringueiros, foi nascido da base[...]Eu fui candidato a vereador ainda quando o PT era pequenininho [...] Foi fundado aqui em Xapuri. Eu lembro, a gente junto [...] atravessava e ia na Sibéria [Seringal localizado na cidade de Xapuri] fazer reunião escondido. [...] Porque o PT nasceu de uma luta, ele brotou de uma luta sindical, de uma luta que a gente tava aí travado, e o PT nasceu mesmo do lenho, então essa é uma coisa que ficou no sangue da gente. (Liderança-Resex Chico Mendes 03)

O alinhamento das bandeiras e forças que formavam o partido, com as constituintes do Movimento Seringueiro, nos permite compreender a aproximação, identificação e até coincidência entre a base de ambos. Da mesma maneira que o sindicalismo rural e a igreja foram a base para a constituição do Movimento, também vinha daí a formação do PT:

É a partir dos sindicatos rurais e das comunidades de base, tanto da área rural como da urbana, que se começa a tecer o encaminhamento para a formação do PT no Estado [do Acre]. A imbricação entre as comunidades de base, os sindicatos rurais e o PT é um fenômeno sui-gêneres [sic] do Acre. Era comum, no período, um grupo de pessoas num mesmo espaço físico realizarem, sucessivamente, uma reunião de

“evangelização”, outra para tratar dos assuntos do sindicato e, logo em seguida, uma outra para discutir a organização do PT. (FERNANDES, 1999, p. 62)

Da mesma forma, haveria também identificação entre o Partido dos Trabalhadores e a ameaça ao poder estabelecido no Acre:

Se nos anos 70 um setor das oligarquias percebia nos “paulistas” a principal ameaça ao monopólio do poder político, nos 80 o sindicalismo rural e o PT passam a representar outra ameaça potencial, um novo concorrente a ser combatido, uma vez que os trabalhadores queriam mais que a posse da terra, pretendiam, também, disputar o poder político. (PAULA, 2003, p. 116)

Para Paula e Silva (2006, p.114), “a organização do PT, que aos poucos vai se consolidando como principal catalisador desses movimentos na esfera da sociedade civil, bem como o início da aproximação com movimentos ambientalistas, vão reconfigurando a dimensão de resistência”, uma vez que o PT e os movimentos ambientalistas apresentavam, naquele momento, uma visão crítica ao modelo de desenvolvimento em curso pelo Estado e tinham na sociedade civil seu *locus* privilegiado. Afinal, todos esses movimentos ocorriam no tempo real da necessidade concreta de disputa por projetos conflitantes de sociedade. Todavia, seria necessário ainda construir a relação do sindicato com o Partido, no que diz respeito à sua independência e também à sua ligação como base de articulação e demandas³¹.

Mauro Silva (2001) destaca que a relação entre sindicato (especialmente o STR de Xapuri) e partido político (PT) foi evidenciada, no Acre, tanto pelo envolvimento político das lideranças sindicais na criação do PT quanto pela trajetória política de algumas dessas lideranças. Para o autor,

Um dos principais problemas advindos dessa aproximação política fez referência ao fato de que, se o sindicato não mantivesse sua autonomia política face ao partido, poderia ter sua capacidade de mobilizar e/ou pressionar eliminada, porque, quando aquele partido chegasse ao poder, seria a extensão das organizações sindicais, o que tornaria a oposição/contestação ao partido (ao governo) um pouco menos provável, pois qualquer oposição abrangeria as lideranças sindicais. (SILVA, Mauro, 2001, p. 71)

³¹ Mais tarde veremos evidenciadas as diferentes tendências que já disputavam poder no Partido, na forma de sua aproximação com outras correntes políticas no Estado tal como na relação estabelecida com o Movimento Seringueiro, que oscilam de organização a substituição do Movimento.

Efetivamente, com a chegada de integrantes do Movimento ou de pessoas que se fizeram reconhecidos por sua atuação junto a este, ao poder executivo e legislativo, um dos principais desafios impostos ao Movimento Seringueiro, a partir da década de 1990, seria a sua relação com o Partido dos Trabalhadores, e conseqüentemente, com o governo, com o poder estabelecido. Devemos lembrar que, em sua formação, o prioritário para o PT não era a ocupação de cargos no executivo ou legislativo, mas a sua ação junto aos movimentos sociais, em um processo de organização da sociedade (FERNANDES, 1999).

No sexto capítulo analisaremos mais detalhadamente o impacto que a chegada do PT aos cargos do poder executivo teve sobre os movimentos sociais do Acre, mas reproduzimos aqui um trecho da entrevista concedida por Chico Mendes ao jornal O Rio Branco, em 13 de junho de 1987, onde o sindicalista avalia a conciliação e a relação entre a atuação sindical e a partidária:

Eu tenho sentido que, depois das eleições, quando me afastei um pouco das atividades partidárias, o movimento dos trabalhadores cresceu muito mais. Isso prova que as duas formas de luta, a sindical e a partidária, devem existir, desde que não sejam confundidas. Eu acho que a atividade sindical não deve estar subordinada à política partidária, porque isso acaba confundindo muito o trabalhador. O exemplo que estou colocando é tão claro que nos últimos meses quando tenho trabalhado inteiramente voltado para o CNS e o STR de Xapuri, a gente conseguiu fazer o movimento ganhar um novo espaço. (ALLEGRETTI, 2002, p. 618)³²

Como podemos perceber, é na própria experimentação que os seringueiros vão aprendendo a manejar os instrumentos que vão construindo no decorrer de sua luta, e ao mesmo tempo vão aprendendo a se movimentar entre e com os diferentes “aparelhos privados de hegemonia” que vão surgindo com a ocidentalização da sociedade civil brasileira³³, de forma a disputar, no terreno da sociedade civil, a construção da hegemonia, educando o

³² Chico Mendes fora candidato a diversos cargos eletivos (deputado estadual, prefeito de Xapuri e deputado federal) pelo Partido dos Trabalhadores, no período de 1982 a 1986.

³³ Gramsci denominou de sociedades “ocidentais”, aquelas em que a sociedade civil encontrava-se organizada, ocupando espaços no Estado (sociedade política em equilíbrio com a sociedade civil), enquanto as sociedades “orientais” teriam uma sociedade civil gelatinosa em detrimento a um Estado fortemente organizado. Para Coutinho (2002) o Brasil emerge da ditadura militar como um país do tipo “ocidental”, com uma sociedade civil bem mais organizada do que antes. Essa concepção tem fortes implicações quanto às diferentes estratégias revolucionárias (guerra de posição e guerra de movimento) a serem adotadas, em consonância com o nível de organização do Estado.

consenso em favor das classes subalternas. Entretanto, nesse mesmo movimento, precisariam enfrentar suas próprias contradições que estão inseridas nas contradições da sociedade que os sustenta.

2.2.4 Estratégias de resistência e luta: novas aproximações

Da criação dos STRs aos primeiros empates não demorou muito. As estratégias se intensificaram e a necessidade de união dos trabalhadores mostrou-se a única arma capaz de conter a devastação que se impunha à floresta, e conseqüentemente aos seringueiros. O primeiro empate ocorreu no Seringal Carmem, em Brasília, logo espalhando-se para outros locais onde o conflito pela terra estava presente, como relata uma liderança que participou dos empates:

O pessoal do Carmem chegou no sindicato dizendo que ia haver derrubada, que disseram para eles desocupar, pois iam fazer uma fazenda. Aí o Wilson Pinheiro disse: Olha pessoal, a nossa única forma de sobreviver é se nós manter a floresta em pé. Se nós deixar ela cair, nós também vamos cair com ela, pois nós não temos como sobreviver de outra forma. Então vamos empatar. No esporte, o empate ninguém ganha e ninguém perde, sai todo mundo igual. Mas empate para nós aqui é sinônimo de vitória, ou seja, por que empatar? Porque nós não derruba, mas se outro não derrubar fica empate, então empata o desmatamento. Empate aqui quer dizer proibir, não deixar a floresta cair. (Liderança-Resex Chico Mendes 02)

Esse movimento, ele foi vitorioso, o primeiro empate, e foi que nem um pingão de querosene. Ele caiu e se espalhou. O pessoal que dirigiram passou a exportar, o sindicato passou a mandar gente que tava no comando do primeiro empate para outros seringais, aqui em Brasília. No outro ano, já havia empates em vários seringais. Os fazendeiros já não conseguia fazer o desmatamento à vontade como eles vinham fazendo. (Liderança-Resex Chico Mendes 02)

Com a realização dos empates, os seringueiros conseguiam ainda explicitar as relações que ora existiam na floresta. As tropas policiais eram enviadas para os locais, revelando o lugar que o Estado ocupava e quais interesses defendiam. Paula (1998) destaca a importância desse fato para revelar os antagonismos de classe ali presentes e tornar os seringueiros mais do que uma entidade funcional (extrator de látex), uma entidade política em oposição aos fazendeiros, uma vez que representantes de interesses de classe distintas.

Com os empates, os seringueiros explicitavam as relações que ocorriam nos seringais da forma mais clara possível: no âmbito das lutas de classe, ambientados nos valores da sociedade capitalista. Ao colocar-se ao lado dos fazendeiros, o Estado assume a defesa de um princípio fundamental na sociedade capitalista que é a defesa da propriedade privada. Entretanto, para o seringueiro, o que estava em jogo era o direito de uso, uma vez que a terra valia não por seu valor em si, e sim pelo uso que se podia fazer dela. Segundo esse entendimento, teria direito à terra quem dela fizesse uso, quem nela estivesse (DUARTE, 1986; SILVA, Marina, 2001), demarcando uma racionalidade diferenciada da racionalidade em voga nos marcos do capitalismo.

A forma de “demarcação” do espaço utilizada pelos seringueiros, estabelecendo os limites de sua área pelos rios, igarapés, castanhais e estradas de seringa demonstrava o significado emprestado à floresta. Ameaçados por uma política governamental de ocupação da Amazônia, com bases em um modelo de desenvolvimento baseado na exploração agropecuária, os seringueiros impuseram-se como sujeitos coletivos de construção de uma nova política para a Amazônia. As palavras de Chauí (1988), apesar de não se referir à distância geográfica, refletem perfeitamente o movimento ocorrido entre sujeitos que, antes dispersos na floresta, uniram-se por uma mesma luta, motivados e orientados por uma vida comum:

O novo sujeito é social; são os movimentos sociais populares em cujo interior indivíduos, até então dispersos e privatizados, passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir-se e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas. (CHAUÍ, 1988, p. 10)

Ficava explícita ainda a solidariedade entre os trabalhadores. Solidariedade construída na concretude de suas existências, que se imbricava na luta comum, e ajudava a definir os diferentes lugares ocupados pelos sujeitos envolvidos:

Quando diziam que tão brocando³⁴ em um canto, fulano, tão derrubando, nós ia lá, se reunia e ia lá. Empatava. Nessa época nós não tinha governo, o governo era

³⁴ Chama-se broca à abertura da mata, normalmente feita com terçados/facões, para fins de derrubada.

contra nossa luta, a polícia tava lá para defender fazendeiro, mas a gente não temia, né? Não era uma luta armada, a luta de Chico era uma luta pacífica, era na conversa, para a gente ver se conseguia. E tudo isso era pela posse da terra. (Liderança-Resex Chico Mendes 03)

Inicialmente, com o STR de Brasília, e sua principal liderança, Wilson Pinheiro, e posteriormente com Chico Mendes à frente do STR de Xapuri, os seringueiros assumiam a luta dos trabalhadores (e se reconheciam e eram reconhecidos como tal), levando sua reivindicação de uma reforma agrária que contemplasse o contexto sociocultural dos “povos da floresta”, em um processo nacional-regionalizado, para o Encontro dos Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília, em 1984 (PORTO-GONÇALVES, 2001b). A construção de espaços no meio sindical também foi uma conquista para os seringueiros, que viram a necessidade de reconhecimento de suas especificidades, inclusive no que se referia à posse da terra. Participando da criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre (Fetacre) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a categoria “seringueiros” ia mostrando que os chamados trabalhadores rurais eram mais diversos do que até então se acreditava nas lutas envolvendo o centro-sul do país.

Na medida em que se diversificava a representação dos seringueiros, também ficavam explícitos os conflitos e disputas no Movimento Sindical Rural acreano. Os conflitos nas visões da CUT e da Contag fizeram parte do aprendizado sindical dos seringueiros, assim como eram reflexos das disputas políticas partidárias existentes no estado. Enquanto a Contag aproximou-se do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que então assumia o governo estadual, a CUT estava ligada ao recém formado PT, que tinha Chico Mendes como uma de suas lideranças no estado. Para Sant’ana (1988), as diferenças que envolviam a CUT/PT e as entidades ligadas à Contag/CGT (Central Geral dos Trabalhadores) expressavam mais do que uma diferença de princípios. Existia uma diferença de forma, uma vez que esses últimos professavam uma possibilidade de transição através do arco das alianças. No entanto,

acreditamos que a forma está ligada aos princípios que se adotam, como fica explícito em

Paula:

Assim, o sindicalismo rural no Acre passa a adotar duas estratégias diferenciadas. O 'pessoal da Contag', valendo-se de sua posição de 'aliados' do bloco governista, passa a privilegiar as negociações da sua pauta de reivindicações 'por cima', isto é, no âmbito da cúpula, enquanto o sindicalismo ligado à CUT coloca-se numa postura de oposição ao governo e prioriza as mobilizações coletivas como instrumento essencial de pressão na luta pelo atendimento das demandas sociais de seus representantes. (PAULA, 2003, p. 135)

Essa diferença também se explicita na forma de negociação com o Estado. Inicialmente, orientados pela Contag, os seringueiros assumem a política do recebimento de lote como "indenização" pela área a ser desocupada, onde os conflitos agrários eram resolvidos a partir do assentamento dos extrativistas em áreas destinadas pelo INCRA, correspondentes ao mesmo tamanho/modelo que se aplicava no resto do país (em torno de 50 a 150 ha). Entretanto, com esta estratégia, eles não tinham garantidas as condições de permanência no local, uma vez que para a prática extrativista havia a necessidade de uma área de floresta que o loteamento não garantia. Além disso, muitos lotes foram estabelecidos onde não tinham seringueiras ou castanheiras, uma vez que esse fator não era considerado na demarcação. Como resultado dessa política muitos seringueiros que se assentaram terminaram por migrar para a cidade, instalando-se nas periferias, ou vendendo seu lote e transformando-se em comerciantes ou peões em fazendas.

Assim, empreendeu-se a luta por uma mudança na forma de "assentamento" o que corresponderia a uma luta pela mudança nas leis, baseada em uma construção em cima do real, do vivido e com as pessoas "de baixo" que viviam nas áreas. Ao invés do cumprimento das leis, lutava-se agora para que elas garantissem a satisfação e os interesses dos seringueiros (PAULA, 2003). Com essa nova estratégia observou-se pontos de atrito com a orientação da Contag e com a igreja. Essa foi uma outra luta empreendida pelos seringueiros no Movimento

Sindical Rural que extrapolava, inclusive, os limites do estado do Acre e da Amazônia.

Podemos ver, no depoimento abaixo, a descrição do que foi abordado acima:

Em 81, 82, 83 surge a discussão de se fundar a federação. Aí foi outro processo onde os sindicatos assumem a postura de fundar a federação para fazer política articulada no Estado. Mas só a federação resolvia? Aí que se discute a fundação da CUT, pois a CUT era a entidade nacional que ia levar a política da Amazônia lá para fora, aí se junta todo mundo e funda a CUT, mas aí nós começamos a perceber que as pessoas que estavam na direção nacional da CUT não tinha uma visão de conjuntura nacional da Amazônia sobre o que nós propunha. [...] Nós fundamos a CUT em 83, mas a CUT não tinha assimilado a nossa proposta. Nós levava as tese para a CUT, a CUT aprovava dizendo que era uma coisa de verde, uma coisa ecológica, e não se preocupava com a nossa proposta econômica, social [...] Só nós aqui tinha esta proposta, o povo lá fora não tinha. (Liderança-Resex Chico Mendes 02)

No 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, organizado em Brasília pela Contag, em maio de 1985, a proposta defendida por Chico Mendes refletia a especificidade nas necessidades dos seringueiros da Amazônia, como podemos verificar nos anais do Congresso, extraído de Allegretti (2002, p. 407):

Aplicação imediata do Estatuto da Terra como início do Processo de Reforma Agrária.

Considerando:

- A) Que o seringueiro da Amazônia já exerceu importante papel na conquista do Acre, principalmente na Revolução Acreana que incorporou o Acre ao Brasil.
- B) Que a participação dos seringueiros na Segunda Guerra Mundial foi de grande importância na produção de borracha para as indústrias de materiais bélicos usados pelas forças aliadas.
- C) Que a política de incentivos fiscais está expulsando os seringueiros para viverem na miséria nas cidades.

Propomos:

- 1º Alteração imediata do Estatuto da Terra e sua substituição por uma legislação que venha de fato atender os interesses de todos os trabalhadores rurais do país.
- 2º E que defenda um modelo específico de Reforma Agrária para a Região Amazônica, principalmente na área extrativista para o seringueiro que após 100 anos de resistência e derramamento de sangue tem a sua existência ameaçada.
- 3º Que o modelo de Reforma Agrária para as regiões extrativistas não seja inferior a 350 hectares e que esse critério seja coordenado pelos Sindicatos e Delegacias Sindicais da região.

A liderança de Chico Mendes no Sindicato de Xapuri foi essencial na construção de ligações “para fora”, aumentando as escalas do Movimento e proporcionando a realização de alianças. Sendo comunista, Chico Mendes também emprestaria ao movimento sindical acreano muito dessa característica, valorizando questões como organização e formação do

trabalhador, autonomia e união de lutas dos trabalhadores (SILVA, Mauro, 2001). Estas alianças também fizeram parte de uma clara estratégia do Movimento, que incluía a busca de aliados nos órgãos governamentais, como demonstram os seguintes relatos:

O Movimento não ficou paralisado só no enfrentamento, aqui na base. A gente deliberou que tinha que atacar todas as frentes, né? Das Instituições. Das Instituições representando o Movimento, mas também as Instituições governamentais. A gente tinha que infiltrar, e tinha que identificar pessoas lá que pudessem ser nossas parceiras. E isso nós conseguimos. (Liderança-Resex Chico Mendes 02)

Na época o IBDF [Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal] tinha um pessoal dividido, assim como hoje [...] nós conseguimos identificar essas pessoas, naquela época, que tavam preocupado e que estava achando legal nosso Movimento e apoiava. Em Brasília eles abriram as portas e disseram: olha isso aqui, toda essa área aqui é terra pública [...] Então teve essas parceria de pessoas dentro dos órgãos. Dentro do INCRA, do Ibama, que na época era IBDF³⁵. (Liderança-Resex Chico Mendes 02)

Na época, os órgãos com quem os seringueiros se relacionavam eram a SUDHEVEA, para fomento da borracha, o IBDF, para a questão florestal (proteção, desmate) e o INCRA, normalmente relacionado a questões de litígio de terra, ou ao reassentamento de famílias. Essa arquitetura institucional nos permite compreender ainda a multiplicidade de visões existente em um mesmo governo e em uma mesma instituição governamental, reflexo das contradições societárias e as diferentes visões e apropriações do mundo, que reflete a heterogeneidade presente não apenas na sociedade civil, mas também na política. Como afirmado anteriormente, o Movimento procurava identificar, nos órgãos, pontos de apoio e de fortalecimento que pudessem fazer com que eles avançassem em suas metas.

³⁵ O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) foi criado em 1989, a partir da fusão de quatro órgãos: Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e Secretaria do Meio Ambiente (SEMA).

2.2.5 Ações e contradições governamentais em resposta aos seringueiros

Especialmente no governo de Geraldo Mesquita (1975-1979) que sucedeu Wanderley Dantas no governo do Acre e herdou deste uma situação fundiária caótica e vários conflitos agrários originados pela rápida e impactante chegada dos “paulistas”, iniciaram-se algumas ações no sentido de aliviar os graves problemas enfrentados no estado. De acordo com Duarte (1986), as ações estaduais concentraram-se em: apoio à reativação de seringais; criação dos Núcleos de Apoio Rural Integrados para suporte aos pequenos agricultores; doação de terras ao INCRA para assentamento de colonos; criação de projetos de colonização através da Companhia de Desenvolvimento Agrário e Colonização do Acre (Colonacre). No âmbito federal, a maior responsabilidade recaía sobre o INCRA, que, por outro lado sofria pressões dos proprietários e políticos em Brasília, o que fazia com que vários projetos não saíssem do papel. Vejamos a análise de Duarte sobre as ações dos governos federal e estadual, as quais o autor considera de caráter paliativo e contraditório:

Ao mesmo tempo em que se procurava apoiar a pequena produção, incentivar a produção de borracha, por outro lado beneficiavam-se grandes empresários através de financiamentos especulativos tanto para o desenvolvimento da pecuária quanto para a introdução de seringais de cultivo, cujos resultados ainda são muito modestos. Apesar de o INCRA ter feito uma série de desapropriações e o assentamento de inúmeras famílias sem terra, por outro lado legalizou enormes latifúndios. Com isso, acentuaram-se os extremos de estrutura fundiária. Permaneceram os grandes latifúndios e pulverizaram-se as pequenas propriedades. (DUARTE, 1986, p. 145)

Vale a pena destacar ainda a ação da SUDHEVEA, uma vez que esta muito influenciara em decisões que serão tomadas quando da criação das Reservas Extrativistas, pois muitos dos servidores que viriam a compor a equipe de orientação dessas Unidades no Ibama, são egressos do Órgão extinto. A SUDHEVEA havia sido criada em 1967 com a função de executar a Política Econômica da Borracha e tinha como principais linhas de atuação a recuperação de seringais nativos e implantação de seringais de cultivo. A certa altura, a exemplo do que estava sendo desenvolvido na Malásia, atuou na formação de

Associações de Seringueiros (Asser), com as quais iniciou o trabalho de produção de folha fumada³⁶.

Era um trabalho pioneiro de associação, até porque, no momento, não se tinha muito essa coisa de associação, de associativismo aqui na região...Então a gente começou fazendo as associações, conseguiu financiamento do banco, aí você começava a receber o látex das comunidades, dos comunitários, fazia a folha fumada...Ali [na Asser] também tinha posto de abastecimento...(Técnico-CNPT Acre)

Outro programa que fez parte do portfólio da SUDHEVEA e parece pouco ter contribuído com o pequeno seringueiro, trata-se do Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural (Probor). Este programa, que visava favorecer o plantio de seringueira terminou por favorecer os seringalistas e grandes produtores, uma vez que exigia a participação de recursos próprios do mutuário, condição que os seringueiros historicamente expropriados não tinham (DUARTE, 1986). O autor destaca que, por iniciativa do governo do Acre, em 1980 foi implantado o Proborzinho, que tinha como objetivo atingir o produtor com área de até três hectares. No entanto, a principal ação da SUDHEVEA na região, que ainda hoje é lembrada, e que vai influenciar posteriormente a forma de organização dos seringueiros, é a formação das mini-usinas de beneficiamento e a criação das Asser. Essa estratégia tinha como objetivo divulgado a produção da folha fumada, abastecimento dos associados e criação de condições para implantação de seringais de cultivo (DUARTE, 1986).

Apesar de a criação das mini-usinas ter representado a primeira “política pública” direcionada diretamente aos seringueiros (PAULA, 2003), há a preocupação de que as Asser tenham sido criadas com a intenção de esvaziar os sindicatos, tendo como respaldo o fato de que a maioria delas foi criada nos Vales do Acre e Purus onde os conflitos eram mais acentuados (DUARTE, 1986). Além disso, o autor relata a situação de endividamento em que foram parar as associações e como elas eram controladas pela SUDHEVEA, uma vez que seu

³⁶ Na produção da folha fumada o látex passa por um processo inicial de inibição de coagulação, para que chegue à usina em estado líquido. Posteriormente, adiciona-se ácido acético para a coagulação, procede-se a prensagem manual e secagem em pequenas estufas e defumação. Para este processo foram criadas as “mini-usinas”. Este beneficiamento aumenta o preço do produto em relação às pélas de borracha natural.

próprio estatuto foi elaborado por este órgão. No depoimento abaixo, é fácil perceber a dependência estabelecida entre SUDHEVEA e seringueiros, e ao mesmo tempo a sua incapacidade de gerar um sistema que desse sustentabilidade ao seringueiro ou levasse à sua autonomia.

Se perguntar aos seringueiros mais antigos que tenham hoje 50, 60 ou 70 anos, se a época da SUDHEVEA era boa, eles vão dizer que sim, porque o governo colocava à disposição deles mercadoria, eles vendiam a produção [...] e a SUDHEVEA também arrumava os meios para que a borracha chegasse até a indústria. Então fechava o ciclo ali, e terminava. Com a extinção da SUDHEVEA aqui na região aí o pessoal passa por uma situação muito complicada, muito difícil, que é a falta de mercado para a borracha. Além do preço ir praticamente para zero... Com a folha fumada ela tinha um preço muito elevado, em seguida ela começa a decair, chegando a quase ninguém querer borracha... Passamos por uma época muito difícil de fazer trabalho, porque você não tinha o que oferecer ao seringueiro. (Técnico-CNPT Acre)

A relação do Estado com os seringueiros assumia dois direcionamentos: o viés da repressão, através do poder de polícia, na expulsão de suas terras; ou o viés da dependência, com projetos que ao invés de garantir a autonomia do seringueiro, tornava-o dependente do Estado. Além disso, apesar de serem dois órgãos federais, muitos viam o INCRA e a SUDHEVEA como dois órgãos de movimentos antagônicos: o primeiro para “cortar” e desmatar a floresta, e o segundo para preservá-la. Esta visão reflete também a visão diferenciada que se tinha do pequeno agricultor, que se instalava nos projetos de assentamento, e dos seringueiros, que permaneciam na floresta. Para nós, ambos são frutos do mesmo processo que privilegia os grandes proprietários e vitima a um e a outro, seja na expulsão de sua área, seja na falta de políticas que os amparem. Portanto, ambos são expropriados de sua terra (cedo ou tarde) por um sistema que favorece a acumulação e concentração da terra.

2.2.6 Projeto Seringueiro: uma experiência de articulação e autonomia

Idealizado em 1981, com o objetivo de libertar o seringueiro do domínio do patrão, proporcionando-lhe a comercialização de seu produto, sem intermediação do marreteiro, o Projeto Seringueiro é um belo exemplo de como se começava a fazer alianças e obter apoios para projetos que tinham como objetivos a melhoria das condições de vida dos seringueiros, de acordo com idéias e necessidades deles próprios. Originalmente concebido pelos seringueiros em conjunto com a equipe do Centro de Documentação e Pesquisa da Amazônia (Cedop)³⁷, os primeiros recursos para o projeto vieram da Oxfam (Oxford Family)³⁸.

A cartilha do Projeto (Cartilha Poronga), com base no método desenvolvido por Paulo Freire, foi elaborada com o apoio do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e, em 1982, conseguiu-se apoio financeiro da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese) e do Projeto Interação (Fundação Pró-Memória/SEC-MEC)³⁹ (ALLEGRETTI, 2002). Esta arquitetura institucional que deu suporte ao Projeto, alicerçada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, demonstra a capacidade de aliança desses trabalhadores e os vínculos que começavam a manter em diferentes escalas (regional, nacional

³⁷ O Cedop foi criado em julho de 1981 com o objetivo de atuar na implantação de projetos socioeconômicos no Acre e deu o primeiro suporte institucional ao Projeto Seringueiro. Posteriormente (1983) foi substituído nesta função pelo Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA), criado para este fim (ALLEGRETTI, 2002).

³⁸ A Oxfam é uma agência de cooperação da Grã Bretanha, com sede na cidade de Oxford. Declara-se independente de qualquer igreja, partido político ou governo e baseia suas atuações na crença de que “existem no mundo recursos materiais suficientes – desde que distribuídos com justiça e administrados com competência – para garantir a satisfação das necessidades básicas de todos”. Está “engajada em apoiar processos de desenvolvimento, por meios pacíficos, nos quais os pobres e desfavorecidos vençam suas dificuldades coletivamente e conquistem seus direitos”, e define seu papel no Brasil, onde está presente desde 1968, como “uma contribuição à promoção da cidadania, da democracia e do desenvolvimento sócio-econômico justo e sustentável”, priorizando o apoio “aos desprivilegiados, incluindo os economicamente explorados, as minorias étnicas e as mulheres nas suas reivindicações coletivas de direitos usurpados e nos seus caminhos a auto-determinação”. Informações obtidas no folheto sobre a Oxfam para uso no Brasil: A Oxfam no mundo (OXFAM, 1992). Maiores informações podem ser obtidas em: <http://www.oxfam.org.uk/>

³⁹ O “Projeto Interação entre Educação Básica e Contextos Culturais Específicos” (Projeto Interação) foi uma experiência ligada à secretaria de Cultura do então Ministério da Educação e Cultura, que, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação apoiava técnica e financeiramente projetos vinculados à educação e cultura (OLIVEIRA, 2003).

e internacional). O Projeto Seringueiro tinha como objetivos principais (ALLEGRETTI, 2002, p. 359):

- a) Possibilitar a independência econômica dos seringueiros libertando-os dos intermediários na comercialização da borracha e da castanha, através da organização de uma cooperativa de produção e consumo.
- b) Possibilitar o acesso dos seringueiros às informações relativas à legislação trabalhista que definem os seus direitos enquanto trabalhadores rurais, assim como o controle dos termos em que se dá a comercialização da borracha e da castanha, através da organização de uma escola onde será desenvolvido um curso de alfabetização e de iniciação à matemática.
- c) Possibilitar melhores condições de saúde através da implantação de um pequeno posto de atendimento e do treinamento de agentes locais. Essas ações ficarão inicialmente na dependência de um diagnóstico das condições existentes na área.

A criação das cooperativas demonstrou a necessidade da alfabetização dos seringueiros para que pudessem gerenciar seu próprio negócio e acompanhar as contas, uma vez que a autogestão fazia parte do Projeto e esbarrava na realidade de grande analfabetismo entre os seringueiros. Para isto, a formação das cooperativas e escolas ocorreu em locais onde os seringueiros estavam organizados em produtores autônomos e vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A ausência de alfabetização sempre foi um fator de dominação no seringal, pois como o seringueiro não dominava a escrita e as contas, não podia contestar as contas efetuadas no barracão na compra e venda de mercadorias.

Nas escolas do Projeto Seringueiro, seringueiros foram preparados e assumiram o papel de alfabetizadores, sendo acompanhados por um grupo de monitores do Cedop. Mais do que a alfabetização, o núcleo criado servia para discussão sobre o local onde a escola seria instalada, como fariam para construí-la, como seria sua administração, qual o destino dos recursos, definição do calendário escolar etc. Enfim, as decisões eram tomadas pelos seringueiros, na comunidade, respeitando-se seu contexto cultural (OLIVEIRA, 2003) e trazendo consigo uma experiência de participação política até então desconhecida dos seringueiros.

Com o Projeto Seringueiro também é possível destacar as tensões existentes dentro do próprio Estado, em suas diferentes instituições. Ele foi viabilizado através da colaboração e

financiamento do Projeto Interação, que tinha como marca a valorização da cultura e autonomia popular, em um momento de repressão militar. No entanto, como reflete o então coordenador do Projeto Interação, isso foi possível porque esse grupo representava, junto ao Estado, um grupo de resistência, que utilizava a máquina estatal, dentro de sua estrutura legal, para construir espaços de fortalecimento popular.

Nós não éramos uma burocracia clássica, nós estávamos chegando no Estado também, e trazendo nossa rede de relações [...] o dinheiro dos projetos era para o Movimento adquirir musculatura tanto do ponto de vista conceitual quanto do ponto de vista de articulação, para poder lutar pelos seus direitos [...] o que unia os projetos do Interação era o conceito de contexto cultural [...] O contexto continha. Articulava o local e o global, mas a construção se dava no local. (Técnico-Ibama Brasília)

Assim, em uma conjuntura nacional de repressão a direitos, os seringueiros identificaram um grupo, no aparelho do Estado, que os financiasse em seu fortalecimento de luta por direitos, mostrando a contradição presente nas Instituições, como já nos referimos. Posteriormente, a Secretaria Estadual de Educação reconheceu os professores do Projeto Seringueiro inserindo-os na folha de pagamento através de contratos e com isso apoiando a continuidade do Projeto. A presença das escolas e o reconhecimento do Estado significavam ainda, a presença do poder público no local, em um reconhecimento da área como legítima. Ainda hoje, a única presença estatal em certas áreas rurais se dá, mesmo que escassamente, através das escolas. Essa presença era assim percebida pelos seringueiros:

Para nós se segurar na floresta, e segurar a população na floresta, a gente tinha que começar a implementar o trabalho de educação, de saúde, e uma política tecnológica para aproveitar todo o potencial natural. [...] é onde nós pagamos caro, pois o Estado que se opunha a nós, não fazia isso. A gente começou a construir escola por conta própria...O Projeto Seringueiro [...] Se tivesse escola no seringal o fazendeiro não tinha como expulsar nós, pois já tinha um órgão representando o Estado. (Liderança-Resex Chico Mendes 02)

Atualmente, todas as escolas do Projeto Seringueiro são de responsabilidade governamental e seguem o mesmo calendário e metodologia adotados na rede oficial de ensino, o que nos faz refletir sobre a absorção do Projeto pelo Estado e demonstra a tensão existente entre a sua presença como universalizador de conquistas e seu caráter domesticador

de iniciativas revolucionárias, uma vez que tem como papel a proteção da classe dominante. As palavras de Chico Mendes, referindo-se ao Projeto Seringueiro, pareciam prever o que viria a acontecer:

Nesse momento surge a nossa preocupação de criar um movimento de educação popular. Isto foi fruto de todo o avanço desta luta. Foram escolas organizadas com uma linha política diferente do esquema oficial de ensino do país, porque a nossa preocupação era não permitir que se adaptasse nas escolas o esquema oficial do sistema dominante, que levaria a uma situação até pior para nós. (MENDES, 1989, p. 69)

2.2.7 Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros: a formulação de uma proposta

O primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros ocorreu em Brasília, de 11 a 16 de outubro de 1985⁴⁰. Em uma articulação que envolveu parceiros locais, internacionais (ONGs estrangeiras financiaram parte do encontro) e a equipe do Projeto Interação, os seringueiros conseguiram, além de atingir um grau de visibilidade antes inexistente, realizar reuniões preparatórias em vários estados da Amazônia (Acre, Rondônia, Amazonas, Amapá), que fortaleceram sua articulação nesses locais. O Encontro teve como principais resultados: a visibilidade conseguida pelo Movimento, a formulação de uma proposta de reforma agrária para a Amazônia e a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Foi a partir daí que se iniciaram as articulações (e vinculações) com o movimento ambientalista, através principalmente de sua fração internacional.

A importância da realização desse primeiro encontro em Brasília se dá na medida em que são levados para o centro do poder nacional, onde as decisões são tomadas, aqueles que foram esquecidos por este poder. O reconhecimento da existência dos seringueiros

⁴⁰ A ocorrência, nesse mesmo ano, do primeiro Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Curitiba, Paraná, demonstra a efervescência dessa década, e sinaliza para a ligação entre essas diferentes (geograficamente falando) lutas, em grande parte conectadas por entidades que lhes davam suporte (igreja, sindicatos) e representando o surgimento e fortalecimento de novos personagens na cena política brasileira (SADER, 1988), que se constituíram e construíram sua identidade na luta anti-sistêmica.

obrigatoriamente expõe a invisibilidade a que esses trabalhadores estavam submetidos⁴¹, e explicita a alienação presente no processo de divisão de trabalho capitalista em que a separação do trabalhador dos meios de produção remete-os a uma invisibilidade. Vejamos o depoimento de quem participou do Encontro:

E ninguém conhecia seringueiro, lá em Brasília. Produtor de borracha para eles, de castanha, era a MUTRAN, era GOODYEAR, PIRELLI, MICHELIN, e nós ficamos irritados porque o produtor realmente, quem tirava a borracha e a castanha eram os seringueiros, e a gente fez questão deles, deles... da gente reconhecer que era nós, as pessoas, que faziam esta produção. Que eles eram atravessador, os marreteiros, os industriais. Que eles tiravam o lucro, mas que quem produzia era a gente. (Liderança-Resex Chico Mendes 02)

Está expresso no documento do I Encontro Nacional dos Seringueiros (I ENS) que os seringueiros tinham uma proposta de desenvolvimento para a Amazônia e principalmente que não aceitariam modelos implementados à sua revelia e que reproduzissem as fórmulas já muito conhecidas destes trabalhadores. Afirmavam a necessidade de reconhecimento do saber tradicionalmente adquirido por aqueles que convivem com a floresta. Cito trechos referentes ao item “Desenvolvimento da Amazônia” (CNS, 1985):

1. Exigimos uma política de desenvolvimento para a Amazônia que atenda aos interesses dos seringueiros e que respeite os nossos direitos. Não aceitamos uma política para o desenvolvimento da Amazônia que favoreça as grandes empresas que exploram e massacram trabalhadores e destroem a natureza.
2. Não somos contra a tecnologia, desde que ela esteja a serviço nosso e não ignore nosso saber, nossas experiências, nossos interesses e nossos direitos. Queremos que seja respeitada nossa cultura e que seja respeitado o modo de viver dos habitantes da floresta amazônica

Também foi nesse encontro que, reforçando a tese defendida e aprovada no 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (1985), elaborou-se o que viria a ser a base para a proposta das Reservas Extrativistas, publicizando-se pela primeira vez esta

⁴¹ É importante salientar que essa invisibilidade não se dava apenas em nível nacional. Porto-Gonçalves (2003) relata como a imprensa local inicialmente ignorou os conflitos de terra existentes, posteriormente posicionando-se em favor dos pecuaristas e mostrando integrar o bloco de poder local. Somente após a visibilização conseguida pelos seringueiros e sua luta em outras instâncias, passaram a publicar matérias em que reconheciam a existência dos seringueiros autônomos e demonstravam a situação que verdadeiramente estava ocorrendo no Estado. Vale lembrar a presença de jornais de resistência, como “Varadouro – Jornal das selvas”, que circulou no período de 1977-1981 e representava uma voz dos “de baixo”. As edições deste jornal estão sendo disponibilizadas no site da Biblioteca da Floresta (<http://www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br/>).

denominação. Inspirados nas Terras Indígenas, os seringueiros elaboraram uma proposta que foi divulgada e inserida no documento final do I ENS como parte de suas reivindicações a respeito da reforma agrária. Eis o que diz o documento no item intitulado “Reforma Agrária”:

1. Desapropriação dos seringais nativos.
- 2. Que as colocações ocupadas pelos seringueiros sejam marcadas pelos próprios seringueiros, conforme as estradas de seringa.**
3. Não divisão das terras em lotes.
- 4. Definição das áreas ocupadas por seringueiros como reservas extrativistas assegurado seu uso pelos seringueiros.**
5. Que não haja a indenização das áreas desapropriadas, não recaindo seu custo sobre os seringueiros.
- 6. Que sejam respeitadas as decisões do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, no que diz respeito a um modelo específico de Reforma Agrária para a Amazônia, que garanta um mínimo de 300 hectares e um máximo de 500 hectares por colocação, obedecendo à realidade extrativista da região.**
7. Que os seringueiros tenham assegurado o direito de enviar seus delegados à Assembléia Nacional Constituinte para defender uma legislação florestal e fundiária de acordo com suas necessidades específicas. (CNS, 1985, grifo nosso)

A importância dessa formulação é percebida nessa declaração:

Até o encontro nós não tinha um horizonte para o que a gente ia defender, a gente defendia a reforma agrária mas era uma reforma agrária padrão para todo o Brasil e aqui não podia ser a mesma reforma agrária daqui não podia ser a de São Paulo, não podia ser a mesma do Rio Grande do Sul [...] Surge a proposta da gente implementar dentro da CUT, dentro das federações, das agremiações que nos representava, de defender uma reforma agrária adequada para essa região. A gente não sabia como, mas tinha que ser uma coisa que garantisse o seringueiro em sua colocação, o índio na terra dele. (Liderança-Resex Chico Mendes 02)

Neste primeiro Encontro⁴², as dimensões “participação” e “autonomia” estão expressas em várias questões abordadas pelos seringueiros, tais como a *exigência* de participação na formulação e execução de todos os projetos e planos de desenvolvimento para a região, através de seus órgãos de classe, e do direito de enviar delegados à Assembléia Nacional Constituinte (CNS, 1985) que elaboraria a nova Constituição brasileira. Mostra também como os seringueiros ao mesmo tempo em que estavam no enfrentamento local, através dos empates para garantia de seu território, não se desvinculavam das estratégias

⁴² Até o final da década de 90 foram realizados cinco Encontros Nacionais dos Seringueiros representando importantes momentos de articulação e de formulação de estratégias de atuação. Ao longo dessa tese traremos discussões pertinentes a estes momentos.

nacionais e de garantias legais, materializadas, no momento, na participação na Assembléia Nacional Constituinte.

Alguns resultados deste encontro, no que diz respeito à articulação e alianças que o Movimento estava consolidando, merecem ser citados: em nível nacional, especialmente na área acadêmica, pôde ser sentida pela criação do Núcleo de Estudos Amazônicos na Universidade de Brasília e na Universidade de São Paulo e pelo convite efetuado pelo reitor da Universidade de Brasília (Cristovam Buarque) para que Jaime da Silva Araújo, seringueiro e presidente do STR de Novo Aripuanã/Amazonas, permanecesse por um ano como professor visitante dando aulas e palestras na Universidade, convite concretizado em 1987 (ALLEGRETTI, 2002). Em nível internacional, a aproximação também foi consolidada em função especialmente das articulações feitas previamente ao encontro e à participação de um documentarista da televisão de meio ambiente mantida pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (Adrian Cowell) e de um antropólogo que mantinha ações junto a instituições não-governamentais de direitos humanos e de meio ambiente (Steve Schwartzman), que viriam a influenciar de forma decisiva os próximos contatos do Movimento Seringueiro (ALLEGRETTI, 2002).

Por sua vez, a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros viria representar uma modificação na nova estrutura de intermediações e estabelecer novas tensões no Movimento, uma vez que, nascido pela necessidade de afirmação perante “o outro”, inicia o processo de sua institucionalização, com todas as contradições que isto pode explicitar.

CAPÍTULO 3 INSTITUCIONALIZAÇÃO: A CONQUISTA

As pessoas do nosso tempo se indagam: deve surgir primeiro o novo homem, o cidadão renascido, para fundar a nova democracia, ou as instituições da nova democracia devem educar os homens para torná-los cidadãos? Na realidade, este é um falso problema: é na medida em que os homens combatem pela nova democracia, na medida em que a constroem, que desperta neles o espírito cidadão; transformada a sua concepção de mundo, entram na luta pelas novas instituições da democracia. (LUKÁCS, 2007, p.50)

Após a proposição da “reforma agrária dos seringueiros”, iniciou-se o processo de negociação para sua institucionalização como figura jurídica. Estas negociações envolveram representantes de órgãos públicos, políticos regionais, assessores do Movimento e seus protagonistas em inúmeras reuniões e articulações cujo processo está detalhado na tese de doutorado de Mary Allegretti (ALLEGRETTI, 2002). A proposta foi se construindo ao mesmo tempo da organização-afirmação do Movimento, assim como o papel assumido pelos atores sociais foi sendo delineado em sua construção histórica. As palavras a seguir nos mostram como o desafio de construção permanente vai se impondo aos seringueiros:

E aí surge a idéia de se criar as APAs [Áreas de Proteção Ambiental], mas nós vamos defender as APAs? Não, porque entra tudo que não presta nas APAs porque não faz a desapropriação, nem expropria. Então, os assessores diziam: então vocês têm que entrar com usucapião. Quem tem 20 anos, já tem o direito e tira o título da colocação, mas aí também nós tinha a preocupação. Mas se ele receber o título ele vai vender a colocação, então também não é bom...Então nós dissemos assim: não tem a reserva indígena? Tem. Então vamos criar a Reserva Extrativista. Aí então os advogados e os assessores disseram assim: mas não tem nenhuma lei jurídica que garanta a Reserva Extrativista. Foi quando chamaram a gente de louco, pois aí nós dissemos: então vamos criar. Através de um decreto, a gente leva para o presidente, pressionar. (Liderança-Resex Chico Mendes 02)

Este aspecto de “inventar o que não existia” demarca uma característica do Movimento, enquanto movimento social, no sentido de recusar o que estava dado e buscar alternativas e novas construções que lhes permitissem suprir suas necessidades. É também característica da compreensão de uma nova cidadania, constitutiva dos movimentos sociais das décadas de 1970/1980, na sua noção de “direito a ter direitos”, como nos apresenta Dagnino (2004, p. 104) quando afirma que “essa concepção não se limita a provisões legais, ao acesso a direitos definidos previamente ou à efetiva implementação de direitos formais

abstratos. Ela inclui a invenção/criação de novos direitos, que surgiam de lutas específicas e de suas práticas concretas”. Para a autora, essa nova cidadania requer “a constituição de sujeitos sociais ativos (agentes políticos), definindo o que consideram ser seus direitos e lutando para seu reconhecimento enquanto tais. Neste sentido, é uma estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania ‘desde baixo’” (DAGNINO, 2004, p. 104). Com isso, está em jogo o direito de participar na *definição* do sistema político e não apenas do sistema já estabelecido.

Ao mesmo tempo, o depoimento demonstra como os seringueiros vão buscando as chaves para os desafios que se apresentam em sua própria vivência, na concretude de sua realidade, ao lembrar o problema estabelecido com a possibilidade da venda dos lotes e ao se referenciar nas Terras Indígenas, única experiência concreta à época, de garantia de território atrelada ao modo de vida e de apropriação da natureza. Como nos disse Marx:

Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir. (MARX, 1999a, p. 52)

Procuraremos, portanto, nas condições materiais da época, os motivos e fundamentos da construção histórica da institucionalização da proposta dos seringueiros, acompanhando algumas modificações ocorridas nas sociedades civil e política, que foram lhe dando forma. Acreditamos que a análise de como essa “idéia” foi incorporada na estrutura legislativa brasileira nos ajuda a estabelecer vínculos com as modificações na configuração de forças dos diferentes momentos. Poderemos problematizar os rumos seguidos pelo Movimento, seus protagonistas e mediadores, uma vez que entendemos que a lei não se baseia na vontade livre, destacada de sua base real (MARX e ENGELS, 1999), sendo fruto e consolidação, de forma transitória, das disputas existentes na sociedade civil.

Assumimos a institucionalização como o conjunto de regras e normas estabelecidas para a satisfação de interesses coletivos e como movimento dialético que, ao garantir a rotinização de procedimentos permitindo sua reprodutibilidade e aplicação, vem carregado, como materialização das formas sociais mais gerais, de suas contradições, permitindo movimentos em seu interior. Como nos diz Hirsch (2007, p. 26), instituições são “modos de orientação, rotinização e coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social como a tornam normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais”. Entretanto, o mesmo autor alerta sobre a não coincidência direta entre forma social e instituição:

Entre formas e instituições existe uma relação contraditória múltipla: as formas sociais apenas são mantidas através de oposições e conflitos institucionais e elas podem ser colocadas em questão, seja pela dinâmica institucional, seja também pelo modo de institucionalização próprio de processos ‘exteriores’ ou ‘anti-institucionais’. [...] Mudanças institucionais são sempre o resultado da ação intencional de atores em conflito, mas o seu significado e o seu contexto são reconhecidos pelos participantes apenas de maneira fetichizada. (HIRSCH, 2007, p. 28)

Dessa forma, para fugir a essa apreensão fetichizada, faz-se necessário desvendar as mediações existentes na formação da realidade, tornando transparente os fatores envolvidos em sua formação, demonstrando a intrínseca relação entre “instituição” e ação dos sujeitos históricos. Poderemos assim entender as instituições em sua mediação dialética de ação-reação em que as contradições serão não apenas expressões de uma sociedade de classes como também, e talvez principalmente, espaços a serem explorados na mudança dessa mesma sociedade. As instituições representam, ao mesmo tempo, uma estratégia de continuidade e uma possibilidade de ruptura.

Feita esta primeira delimitação, abordaremos duas formas de institucionalização pelas quais passou o Movimento Seringueiro: inicialmente, na forma institucional-organizacional pelo qual se consolidava na Sociedade Civil e para a qual passaram a convergir as reivindicações dos sujeitos envolvidos, o Conselho Nacional dos Seringueiros; e

segundo, na forma dos atos normativos que conferiram a estrutura jurídico-institucional, através da qual a sua principal proposta seria universalizada como Reservas Extrativistas. Deter-nos-emos mais detalhadamente na segunda abordagem, por ser o foco central dessa tese.

3.1 Institucionalização do Movimento: o Conselho Nacional dos Seringueiros

A criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), a partir do I Encontro Nacional dos Seringueiros (I ENS), sem dúvida marcou um momento importante do Movimento. Vejamos, nas palavras de Chico Mendes, o que comportava a idéia do CNS, em seu papel de articulação:

O Conselho Nacional dos Seringueiros não pretendia e nem pretende ser um sindicato paralelo, mas uma entidade de seringueiros, porque os seringueiros nunca foram reconhecidos como classe [...] As outras classes todas têm o seu reconhecimento como classe, o seringueiro não. [...] Então, uma das razões do Conselho Nacional dos Seringueiros é fazer reconhecer o seringueiro como uma classe que já deu sua contribuição, que luta e que tem muita luta importante, luta por um objetivo muito importante que é a defesa da Amazônia. (MENDES, 1989, p. 26)

Nesse mesmo depoimento, Chico Mendes descreve como forma de organização e ampliação da luta do Conselho a discussão com os seringueiros, principalmente nas comunidades já organizadas, nas delegacias sindicais, demonstrando a importância do sindicato para a entidade recém criada. Apesar de nascer em uma situação de enfrentamento com as próprias entidades de representação classista (CUT, Contag) na necessidade de reconhecimento do seringueiro como uma classe e a dificuldade dessas entidades nessa interlocução, o CNS não negava o sindicato nem a luta sindical. No entanto, ele viria a assumir, gradativamente e por uma série de conjunturas políticas, o papel de principal interlocutor dos seringueiros na construção das políticas públicas, substituindo o papel antes

ocupado pelos sindicatos (PAULA, 1998; SILVA, Mauro, 2001), o que representou uma tensão a ser enfrentada pelos seringueiros⁴³.

A importância principal da criação do Conselho manifestou-se em sua capacidade de dar visibilidade à luta dos seringueiros, uma vez que trouxe o debate para um circuito nacional e internacional. Organizou-se em regionais, onde havia uma maior mobilização dos seringueiros, e aproximou-se cada vez mais do movimento ambientalista, assumindo algumas de suas bandeiras, como veremos adiante. Ao mesmo tempo, também representava um tensionamento às organizações de trabalhadores rurais, ao assumir a especificidade dos seringueiros como grupo de trabalhadores. Ou seja: afirmavam a sua individualidade, dentro de um grupo maior, e firmavam-se como mediadores desse grupo (PORTO-GONÇALVES, 2003).

Após o I ENS, os seringueiros promoveram reuniões municipais e regionais para discutir e estruturar o CNS, culminando na realização do primeiro encontro do CNS, em Rio Branco, em março de 1986. Nesta ocasião, foram definidas as prioridades regionais e nacionais da entidade para o ano de 1986 (ALLEGRETTI, 2002), que não diferiam, em substância, das deliberações do I ENS. Ao mesmo tempo, depararam-se com novas demandas, decorrentes da visibilidade atingida pelo Movimento, dentre elas, seu viés ambientalista.

Mary Allegretti, na época assessora do Movimento através do Instituto de Estudos Amazônicos (IEA)⁴⁴ e uma das principais articuladoras com o movimento ambientalista internacional, relata como o envolvimento de Chico Mendes com organizações governamentais e não-governamentais de Brasília por ocasião da preparação do I ENS influenciou na inserção de argumentos ambientais em seu discurso, procurando associar a

⁴³ Nesse capítulo, nos deteremos na análise do surgimento do CNS e sua importância-papel para a luta dos seringueiros. Deixaremos para um capítulo seguinte a análise de sua trajetória, relacionando-a com a conquista e implementação das Resex.

⁴⁴ No decorrer da discussão sobre o processo de institucionalização e implementação das Reservas Extrativistas, teremos a clareza da importância assumida por esta ONG nos desdobramentos da proposta dos seringueiros. Criada em 1986, com sede em Curitiba, o IEA passou a figurar como presença obrigatória nas discussões envolvendo os seringueiros, e, junto com o CNS, constituiu-se como um dos principais interlocutores junto ao governo, atuando muitas vezes como sua representante. Discutiremos, posteriormente, as implicações deste fato.

defesa da posse da terra aos seringueiros à necessidade de proteção das florestas. Embalado pelo momento de grandes mobilizações do movimento ambientalista internacional, os seringueiros viram-se inseridos em uma “rede internacional”, como citado por Allegretti (2002):

As conexões internacionais foram rapidamente estabelecidas. Na semana seguinte ao Encontro Nacional dos Seringueiros, no dia 28 de outubro de 1985, teve início, em São Paulo, audiências públicas organizadas pela World Commission on Environment and Development, presidida por Gro Harlem Brundtland, ex-primeira ministra, e ex-ministra de Meio Ambiente da Noruega [...] Por iniciativa de Adrian Cowell, o recém-criado Conselho Nacional dos Seringueiros foi convidado a participar das audiências públicas e enviou dois representantes, o presidente da Comissão Provisória, Jaime da Silva Araújo e José Saraiva, presidente da Fetacre, cujas intervenções foram filmadas. (ALLEGRETTI, 2002, p. 450)

Este fato vai inserir os seringueiros nas futuras discussões sobre “desenvolvimento sustentável”, expressão controversa cunhada pela Comissão Brundtland, e influenciar seus discursos e ações futuras⁴⁵.

A capacidade de desenvolver amplas alianças (em nível local, regional, internacional), com diferentes mediadores (pesquisadores, igreja, sindicato, universidades, ambientalistas, políticos) que em diferentes momentos e situações estiveram junto ao/com o Movimento em suas ações ou reivindicações, tornou-se uma das principais características do Movimento Seringueiro, e está claro nas palavras de Chico Mendes:

Na realidade, o nosso objetivo é manter um bom relacionamento com todas as entidades e sindicatos deste país. Nós não queremos discriminar ninguém [...] Nós queremos fortalecer o movimento em defesa da Amazônia. Nós aceitamos qualquer apoio, qualquer aliança, desde que as pessoas tenham compromisso com esta luta. (MENDES, 1989, p. 49)

⁴⁵ Pereira (2009) afirma que as audiências realizadas pela Comissão Brundtland contribuíram para legitimar a idéia de que valores ambientais deveriam ser internalizados nas políticas de desenvolvimento. O relatório final da Comissão intitulado “Nosso Futuro Comum”, publicado em 1987, introduziu o termo “desenvolvimento sustentável” no vocabulário internacional. A polêmica sobre esse termo é enorme, mas trataremos aqui apenas a reflexão de Marrul Filho (2006), que sintetiza a discussão crítica sobre o assunto e reflete nossa posição. Para o autor, a definição vaga e contraditória de desenvolvimento sustentável cumpriu um papel de reconciliar as propostas até então antagônicas de ambientalistas e desenvolvimentistas, uma vez que, “não se abandona a noção de crescimento econômico, apenas se admite que é possível crescer sem dilapidar os recursos ambientais por meio de um eficiente sistema de gerenciamento do uso” (MARRUL FILHO, 2006, p. 123). Consegue-se, portanto, advogar por um sistema de proteção ao meio ambiente que não abale os pilares de um modelo de desenvolvimento calcado no crescimento econômico e propor uma nova forma de governança que, aparentemente calcada na eficiência técnica/científica, busca uma sustentabilidade política que tem como alguns de seus pilares a parceria público-privada e a participação de ONGs sistêmicas na defesa do meio ambiente.

Ao realizar essas diferentes aproximações, os seringueiros também estavam expostos a transformações em seu próprio Movimento, condicionadas pela conjuntura e pelo grau de independência e autonomia que fossem capazes de manter. Como nos lembra Gohn, em clara inspiração gramsciana:

O projeto político não é um conjunto consolidado de visões ou valores, algo estático. É dinâmico e histórico, altera-se permanentemente segundo a correlação de forças atuantes na sociedade, tanto civil quanto política, dada pelo campo de disputa existente permanentemente, em busca da criação de consensos, legitimidade, direção etc. dos projetos políticos mais amplos, desenvolvida pelos sujeitos sociopolíticos relevantes presentes em contextos históricos específicos. (GOHN, 2005, p. 37)

Lembramos ainda Houtart (2006) quando alerta para o perigo da institucionalização dos movimentos, o que pode transformar “trabalhadores em luta” em “burocracias” que passam a obedecer à agenda dos adversários e abandonam o projeto de transformação radical do sistema. O autor destaca a existência de uma “permanente dialética entre metas e organização, cujo perigo potencial sempre presente é a possibilidade de que a lógica de reprodução se imponha sobre as exigências dos objetivos buscados” (HOUTART, 2006, p. 438, tradução nossa). Importante resgatar que o CNS surge em um tensionamento com o *status quo*, uma vez que os seringueiros buscavam confrontar outra institucionalidade, o Conselho Nacional da Borracha, que não os contemplava em sua composição (ALLEGRETTI, 2002). Entretanto, uma vez criado, também deparar-se-ia com o desafio de suas próprias contradições internas em um exercício permanente de construção de sua identidade/afirmação/constituição na relação com “o outro”.

Dentre os desafios presentes para o CNS estava sua manutenção financeira. Fontes (2006) relaciona a busca de estratégias de financiamento para os movimentos com a própria inserção no sistema que se procura combater, demonstrando a inter-relação entre a forma de obtenção de recursos e a dinâmica interna aos movimentos, que poderão fazer com que passem a ficar mais ou menos reféns de atenderem a demandas externas, ao invés das suas,

além de inserirem-se em uma dinâmica de mercado assumindo valores tais como urgência imediata, em detrimento de teor organizativo/pedagógico de suas ações.

Ora, a autonomia de classe depende também de sua capacidade de autofinanciar-se, isto é, de ser capaz de prover a existência de suas próprias organizações, o que exige enorme inventividade e capacidade – teórica, prática e moral – para forjar uma nova sociabilidade, desvinculando-se das práticas dominantes de compra e venda de capacidades, das formas de subordinação e de hierarquia internas baseadas em cálculos de tipo empresarial. (FONTES, 2006, p. 220)

No sexto capítulo acompanharemos mais detalhadamente a trajetória do CNS relacionando-a com a conquista das Resex. No momento, apenas quisemos demarcar sua entrada no cenário público de organização dos seringueiros.

3.1.1 A aliança com o movimento ambientalista e os novos desafios

A aliança com o movimento ambientalista trouxe para o Movimento Seringueiro a dimensão “de fora”, expressa tanto internamente (repercussão nos outros estados da federação) quanto externamente (articulação com ONGs internacionais), levando a uma identificação do Movimento com a causa ambiental, que, para eles, era intrinsecamente ligada à questão social. Este longo, porém importante, depoimento é exemplar para explicar esta ligação:

Na época dos empates chegam aqui os antropólogos, se dizendo ambientalistas, ecologistas [...] a gente não entendia qual era a preocupação deles porque eles também queriam que a gente defendesse, que não deixasse a floresta cair, mas aí passaram a chamar nós de ecologistas [...] Em alguns momentos eles queriam tirar da gente o prazer que a gente tinha em dizer que a gente era sindicalista. Os ambientalistas diziam: você é ambientalista, você é o maior ecologista. Na época a gente não entendia nada disso, a gente até pensava que era sobremesa, né? Das primeiras vezes. Mas aí o Chico Mendes, sabiamente, com outros companheiros me chamavam e disseram: eles tem que explicar isso para gente. O que que é isso? [...] E eles começaram a falar para nós das atmosféricas, que tem uma camada de gelo acumulada não sei aonde, se derrubar a floresta vai aumentar a temperatura, chamado efeito estufa, que tem uma coisa no espaço chamado camada de ozônio, que se o buraco tá aumentando com a poluição, e passaram a explicar essas coisas, que o mar vai subir uns 8 a 12 metros, que as cidades a beira mar vai ficar embaixo d'água. Para nós não era nenhum problema, primeiro porque nós não pegava sol, para dar câncer por causa dos raios solar, estamos longe do mar...Mas o que que a gente diz: vamos fazer aliança né? Porque eles tavam preocupados lá, com os seus países, na Europa, na Holanda, não sei onde. Nós dissemos: o nosso objetivo era

ficar na nossa colocação para nós sobreviver. Fizemos aliança do Movimento com o movimento ambientalista. E foi eles que deram a maior força para nós começar a denunciar o que tava acontecendo [...] Jogar pra fora. (Liderança-Resex Chico Mendes 02)

No início deste depoimento transparece algo que vai marcar o futuro do Movimento. Como veremos mais tarde, a maior ou menor aproximação com o sindicato irá definir os rumos dos seringueiros e suas estratégias. A referida “chegada de antropólogos” exemplifica o período por que passava o Acre, que se tornou a “menina dos olhos” de intelectuais e acadêmicos⁴⁶ que viam na região um local propício para elaborar e/ou testar as suas teses; assim como para pessoas de esquerda que foram para lá para “fazer política”, como me disse um ex-assessor do Movimento quando perguntado de suas motivações para sair do Mato Grosso e ir para o Acre⁴⁷. O Acre tornava-se, assim, uma excelente possibilidade de exercício de resistência e de reinvenção na arte de se fazer política, em um período de ditadura.

Muitos dos intelectuais que foram para o Acre (ou se aproximaram dos seringueiros) passaram a atuar como assessores do Movimento, junto ao sindicato ou ao CNS e transformaram-se posteriormente em referências bibliográficas sobre o período. Foram responsáveis ainda pela divulgação do Movimento no centro-sul do país e no exterior, através de artigos em jornais, revistas ou na interlocução com a mídia. Assim, dentre outros profissionais, antropólogos, geógrafos, sociólogos, políticos, engenheiros florestais e estudantes, formavam um caldo cultural que se misturava aos seringueiros em um projeto político que foi tomando cores ambientais⁴⁸.

⁴⁶ Usamos aqui o sentido gramsciano de intelectual, entendendo-o como aquele que exerce funções de organização em um sentido amplo, no plano de produção, cultura ou da administração pública, uma função educativa. Assim, não seriam apenas os acadêmicos, ou pessoas com elevada formação escolar ou erudição. Gramsci arrisca a dizer que “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 2006a, p. 18). Não podemos esquecer, ainda, que os padres também já ocupavam o papel de “intelectuais” junto aos seringueiros.

⁴⁷ Lembremos que a pessoa responsável pela alfabetização e boa parte da formação política de Chico Mendes foi o comunista Euclides Fernandes Távora (MENDES, 1989). A história do Acre está imbricada à de pessoas que, fugidos ou com intenção de resistência, foram para o estado e de alguma forma influenciaram o movimento que lá ocorria.

⁴⁸ Leher (2007) destaca o papel dos intelectuais, que atuavam mais diretamente junto aos movimentos sociais, em uma leitura de mundo na perspectiva latino americana onde detectavam que “os protagonistas das lutas e dos

Nesse momento, não havia uma relação de subordinação entre os seringueiros e os ambientalistas. Ao contrário: os seringueiros foram úteis aos ambientalistas, dando-lhes “uma causa” com a qual pudessem basear e internalizar no Brasil suas reivindicações de paralisação de derrubada da floresta, na conservação ambiental. Ao mesmo tempo, os ambientalistas emprestavam ao Movimento uma visibilidade que até então eles não haviam conseguido, extrapolando a questão agrária, que era fortemente reprimida na época, e aliando-se à questão ambiental, em evidência por conta dos primeiros anúncios de possíveis tragédias ambientais. A aproximação com o movimento ambientalista representou uma oportunidade para os seringueiros ampliarem sua frente de luta, como continua a liderança:

Esta turma toda foi o Chico que buscou pra se aliar ao movimento aqui do Acre em defesa da Reserva Extrativista, pois ele viu que se ficasse defendendo a tese só pela reforma agrária não ia acontecer, porque reforma agrária era...O INCRA vinha desapropriava, cortava, loteava, distribuía um pedaço de terra para cada um e cada um ia desmatar, e não era isso. (Liderança-Resex Chico Mendes 02)

Portanto, cada um ao seu modo tirava proveito da relação, resguardando-se sua devida autonomia e tendo claro o limite da atuação de um no principal interesse do outro. Mais do que isso, precisava-se ter clareza de que havia uma relação de interesse entre os dois grupos, como expresso na seguinte declaração:

A gente não conhecia a política de cada um deles, mas eles estavam dizendo: vocês estão fazendo a defesa [da floresta], e fazia investimento para bancar os encontros, as viagens, [...] Uma parceria que era mantida. Qual era a intenção deles? Fazer pesquisas, e para fazer pesquisas eles tinham que dar alguma coisa em troca, e eles fizeram isso. (Liderança-Resex Chico Mendes 02)

Apesar de ter se apropriado do discurso ambientalista, o Movimento Seringueiro estava baseado na luta contra a ameaça de um modo de vida existente, que, por sua vez, estava irremediavelmente ligado à floresta. Mais do que proteger o “verde”, os seringueiros e sindicalistas buscavam assegurar as suas condições materiais de existência e reprodução, o

conflitos sociais estão buscando ‘outras formas civilizatórias’, não apenas antineoliberais, mas anticapitalistas e não eurocêtricas” (LEHER, 2007, p. 228). O autor ressalta ainda a importância de associar a reflexão das questões ambientais ao padrão de acumulação na América Latina, dando nexos a essas diferentes lutas.

que dá sentido a muitas das decisões tomadas pelo Movimento durante seu percurso, assim como às articulações firmadas. Mostrava-se, na prática, a indivisibilidade entre a questão social e ambiental envolvida na exploração sofrida pelos seringueiros e também presente no movimento ambientalista, caracterizado, em sua origem, por uma prática contestatória ao modelo vigente, cujo conteúdo emancipatório⁴⁹ o credenciava às alianças com os movimentos populares (CARVALHO, 2006; LAYRARGUES, 2006).

Os efeitos imediatos da aproximação com os ambientalistas estão explícitos na descrição de Allegretti:

Em síntese, seis meses depois do Encontro Nacional, a notícia da criação do Conselho Nacional dos Seringueiros e da proposta de Reservas Extrativistas estava inserida em uma rede internacional de informações, havia sido noticiada por importantes veículos internacionais e relacionada ao tema que mais mobilizava a atenção do movimento ambientalista internacional - a campanha em defesa das florestas tropicais e contra a atuação dos bancos multilaterais. (ALLEGRETTI, 2002, p. 461)

Da mesma forma que os seringueiros foram a “porta de entrada” dos ambientalistas para a Amazônia, os ambientalistas foram a “porta de saída” dos seringueiros da Amazônia. Através desta articulação, Chico Mendes⁵⁰ foi convidado a falar na reunião do BID em Miami (1987), denunciando os impactos de projetos financiados com recursos internacionais para a Amazônia e colaborando com as pressões de ONGs internacionais para a revisão dos termos de financiamentos dos bancos multilaterais a obras de infra-estrutura em países ditos em desenvolvimento⁵¹ (ALLEGRETTI, 2002; MENDES, 1989; PEREIRA, 2009).

⁴⁹ É importante demarcar que o ambientalismo também carrega suas próprias disputas no que diz respeito à forma de enfrentamento da questão ambiental. Desde as mais contestatórias, ligadas aos movimentos sociais, até as mais conciliatórias. Não consideramos este movimento homogêneo, apenas destacamos que ele nasce em um momento de contestação quando se vincula o capitalismo, em sua face mais aparente naquele momento, o industrialismo, aos problemas ambientais que começavam a se manifestar.

⁵⁰ Retomando a discussão sobre os intelectuais, podemos dizer que, em termos gramscianos, Chico Mendes deve ser considerado um importante intelectual orgânico. Este, diferente dos intelectuais tradicionais, se forma no interior de um grupo social, dando-lhe “homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (GRAMSCI, 2006a, p. 15), e cuja elaboração desempenha um papel importante na luta pela assimilação e pela conquista ideológica dos intelectuais tradicionais (GRAMSCI, 2006a).

⁵¹ Já havia sido suspenso um financiamento que seria executado pelo governo de Rondônia, como parte do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoeste), por desobediência das cláusulas de condicionantes ambientais (ALLEGRETTI, 2002).

Ao tempo em que o CNS impunha-se como um interlocutor a ser considerado nas negociações que daí em diante ocorreriam, o seu nome e o das Reservas Extrativistas começavam a ser utilizados pelo governo e por entidades não-governamentais como forma de angariar respaldo junto aos organismos internacionais de financiamento e à opinião pública, sem necessariamente corresponder à vontade política de real implantação da proposta dos seringueiros ou à efetiva inclusão dos trabalhadores no processo de tomada de decisão.

Em princípio teve alguns momentos que houve um avanço considerável do envolvimento do governo na questão ecológica, no Conselho Nacional dos Seringueiros, na luta dos seringueiros. Mas, em seguida, nós começamos a desconfiar e começamos a descobrir que o governo do Estado estava fazendo um discurso ecológico pra justificar a aprovação de seus projetos nos bancos internacionais ou junto às organizações internacionais. Isso foi mais ou menos o que deu para se entender. (MENDES, 1989, p. 31)

Vejamos a carta encaminhada por Chico Mendes ao presidente do Banco Mundial em 13 de outubro de 1988⁵² na qual denunciou a postura do governo de Rondônia quanto à participação do CNS em discussões referentes às Reservas Extrativistas e em ações de organização dos seringueiros naquele estado, como parte do Polonoroeste II:

Em agosto deste ano fui convidado pelo Instituto Estadual de Florestas de Rondônia (IEF/RO), órgão encarregado da implantação de reservas extrativistas no Estado, a vir a Rondônia realizar um trabalho de base no rio Ouro Preto, no Vale do Guaporé. Nesta região se pretende criar uma das reservas extrativistas propostas no Planaflores [Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia], ou Polonoroeste II. Este trabalho tinha como objetivo um primeiro contato do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) com os seringueiros daquela região a fim de iniciar uma discussão a respeito da implantação de reservas extrativistas e de preparar um encontro regional dos seringueiros de Rondônia.

Entretanto, nosso objetivo não pode ser alcançado porque o IEF/RO não nos possibilitou, como havia sido combinado, a viagem de Porto Velho a Guajará-Mirim e a execução do trabalho no Vale, demonstrando, assim, seu desinteresse no envolvimento dos seringueiros no processo de criação de reservas extrativistas em Rondônia.

Pelo descaso com que fui tratado, nós, do Conselho Nacional de Seringueiros ficamos muito desconfiados de que estas reservas venham de fato a beneficiar os povos da floresta. Achamos que as reservas extrativistas inclusas no Polonoroeste II **sejam somente para dar a proposta governamental ao Banco Mundial o tom ecológico, tão em moda ultimamente, e para assegurar esse empréstimo tão vultuoso.**

Entendemos que o CNS tenha que ser ouvido nessa questão que lhe diz respeito diretamente. Sabemos também que consta a participação do CNS no documento que será apresentado a missão final do Banco Mundial, que chega em Brasília no dia 24 próximo. Mas pelo jeito essa participação é só mesmo no papel porque na prática nada disso está sendo feito. (MENDES, 1988, p. 1, grifo nosso)

⁵² Esta correspondência seguiu com cópia ao governador do estado de Rondônia, Jerônimo Garcia de Santana.

Esta correspondência resgata uma das resoluções tiradas no I ENS que demandava a participação dos seringueiros, através de seus órgãos de classe, em todos os projetos e planos de desenvolvimento para a região, durante sua formulação e execução (CNS, 1985). Pela primeira vez, esses “de baixo” participavam das negociações dos “de cima”, em escala nacional e internacional, proporcionando uma mudança na geografia do poder e do direito (PORTO-GONÇALVES, 2003).

Por outro lado, da mesma forma que os seringueiros passavam a fazer parte de uma esfera pública maior, participando de eventos em várias partes do país ou do exterior e sendo convidados para comissões ou a emitir opiniões sobre projetos, a articulação entre as pessoas que participavam diretamente dos eventos e negociações e aqueles que continuavam no seringal assumia um desafio crescente. Aumentava a possibilidade de descolamento das lideranças em relação à realidade vivida, àqueles que lhes davam suporte e com quem o projeto societário deveria ser construído. Estava posta a necessidade de uma rotatividade entre as lideranças, sem o que dificultava-se o tempo hábil para que as discussões fossem feitas uma vez que a demanda por participação era maior que a capacidade de organização e discussão com seus pares, considerando a dinâmica da vida na floresta e a prática das reuniões.

A distância entre dois moradores na floresta amazônica pode ultrapassar um dia de viagem, o que dificulta a comunicação rápida entre seus moradores e coloca o tempo como um determinante em qualquer atividade que se pretenda com protagonismo popular. Parafraseando Hanna Arendt (ARENDR, 2005), podemos dizer que a floresta que une os seringueiros é a mesma que os separa na medida em que da mesma maneira que estabelece o ponto de ligação entre eles (a vida concreta) também representa uma das grandes dificuldades para sua organização (pelas limitações geográficas) em um movimento dialético de constituição da realidade.

A questão “tempo” não é um fato menor, uma vez que, como observou Leher (1997), relaciona-se intimamente com estrutura econômico-social e com o campo ideológico, situando-se no centro da discussão de moderno-tradicional que marca o movimento dos seringueiros. O tempo do capital não condiz com o tempo dos seringueiros, e ao serem inseridos nas dinâmicas de produção com viés capitalista, sofrerão constantes tensões para serem uniformizados por um conceito de desenvolvimento que omite os tempos desiguais da sociedade brasileira, substituindo-os pela linearidade do tempo hegemônico (LEHER, 1997). Assim, as prioridades de investimento, de atuação, vão se definindo nessas relações desiguais. O tempo do seringueiro não se confunde com o tempo institucional, o que, se não for devidamente considerado leva à legitimação da indução de processos que se pretendem ou anunciam participativos. Na obediência de prazos dos projetos, ou mesmo o prazo de realização das discussões para uma resposta institucional, a análise do tempo necessário e tempo disponível é fundamental. Portanto, longe de abstrato ou absoluto, devemos tratar o tempo como uma categoria política, que se define “em relação a”.

3.2 Institucionalização da proposta: de Projeto de Assentamento Extrativista a Reserva Extrativista

3.2.1 Primeira institucionalização: os Projetos de Assentamento Extrativistas

Após a realização do I ENS, as prioridades para o Movimento consistiam na estruturação do Conselho Nacional dos Seringueiros e na formalização das Reservas Extrativistas. Para isso, concorrendo com a extensa agenda de compromissos já relatada (viagens ao exterior, reuniões da Comissão Brundtland) e a continuidade dos enfrentamentos na floresta, foi realizada, em 1986, uma série de encontros municipais para organização de

estratégias de atuação para o Movimento e formulação de uma agenda para consolidação do CNS (ALLEGRETTI, 2002).

Como resultado dessas reuniões, e de sua pauta de reivindicações, uma comissão formada por seringueiros e índios participou de audiências nos órgãos públicos em Brasília (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ministério da Indústria e Comércio, INCRA, Secretaria Especial de Meio Ambiente-SEMA, IBDF, Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário-Mirad, Ministério da Cultura e UnB), no período de 19 a 27 de janeiro de 1987, com o objetivo de “inserir nas políticas do governo as prioridades dos seringueiros, fazer isso de forma articulada com os índios e dar visibilidade às suas propostas para a opinião pública” (ALLEGRETTI, 2002, p. 555). A articulação desses dois grupos (seringueiros e índios) acrescenta ao Movimento a força de união entre grupos explorados ao longo da história, e mais uma vez demonstra a consciência dos fundamentos dessa exploração:

Uma outra preocupação nossa era tentar uma aproximação com as lideranças indígenas, pra se unificar esse movimento, já que durante séculos os seringueiros e os índios viveram num confronto permanente. Juntos chegamos à conclusão, através da direção do Conselho Nacional dos Seringueiros e das lideranças indígenas, que nenhum de nós foi culpado por esses confrontos. Culpados foram exatamente os grandes seringalistas, os banqueiros, enfim, os grandes interessados em nos explorar. Esta consciência começou a crescer rapidamente e foi a partir de janeiro de 86 que começou a se fortalecer o movimento de aliança dos povos da floresta, que hoje está mais ou menos definido. (MENDES, 1989, p. 26)

Foi com surpresa que os órgãos públicos receberam esta comissão:

Quando o ministro da agricultura viu chegar um grupo de índios e seringueiros no seu gabinete ficou espantado: “como pode acontecer? Os índios e os seringueiros brigam, brigam desde o século passado. Como é que chegam agora juntos?” Nós colocamos pra ele que hoje estamos entrando numa nova realidade e isso significa o fortalecimento da luta em defesa da Amazônia. Isso foi uma coisa que chamou muito a atenção. (MENDES, 1989, p. 26-27)

Por outro lado, a diversidade de instituições visitadas demonstra o teor que os seringueiros davam à sua proposição: não se tratava de garantia de terra apenas, tratava-se de garantir condições de existência, que perpassa questões econômicas, culturais e agrárias e que,

ao mesmo tempo, está vinculada a uma necessária integração de políticas. A forma como os seringueiros foram recebidos nos diferentes órgãos é característico do “como” a idéia que vinha sendo construída estava sendo recepcionada por eles e também prenuncia os futuros desdobramentos que levariam à sua formalização. Destacaremos sucintamente o resultado de três visitas que teriam implicações futuras no processo de institucionalização.

A visita ao IBDF sintetiza o desafio existente na aproximação dos seringueiros com entidades internacionais, retratada ainda nas notícias veiculadas na imprensa⁵³, assim como antecipa a possibilidade de falsa apropriação das formulações dos seringueiros, à sua revelia. O presidente do IBDF, segundo Allegretti (2002), afirmou que a proposta das Reservas Extrativistas havia sido formulada pelo Banco Mundial, através de quem ficara sabendo do assunto. Ao mesmo tempo em que a visibilidade internacional abria as portas na interlocução dos grandes projetos, também lhes emprestava o sentido de aliados daqueles que queriam impedir o desenvolvimento do Brasil, como fortemente propagado pela mídia. Esse discurso contraditório com a situação de um governo que já havia internacionalizado a Amazônia através da inserção de capital estrangeiro marcará os debates sobre a região. Além disso, é importante notar uma re-significação do Banco Mundial, um dos patrocinadores das políticas contra as quais os seringueiros estavam lutando, agora revestido por um manto de aliado desse grupo social.

Em audiência na SEMA, o grupo recebeu a sugestão de encaminhar sua reivindicação à presidência da República para criação de uma modalidade específica de Unidade de Conservação (UC), através de Decreto-lei (ALLEGRETTI, 2002). Esta proposição antevia um caminho que seria seguido posteriormente, incentivado pela conjuntura favorável na área ambiental.

⁵³ Nessa época estava sendo intensamente divulgado na imprensa acreana que os seringueiros (especialmente Chico Mendes) eram aliados dos ambientalistas internacionais que tinham interesses na Amazônia, e que em função disso tentavam impedir os empréstimos internacionais, impedindo o progresso na região.

Dentre todos os órgãos, o resultado mais concreto veio do INCRA com a criação de um grupo de trabalho (GT), formalizado em 30 de abril de 1987, composto por funcionários do INCRA/Mirad e com a assessoria do Conselho Nacional dos Seringueiros e do Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), objetivando atender às reivindicações dos seringueiros.

O GT instituído no INCRA resultou na primeira institucionalização daquilo que havia sido formulado no I ENS. A Portaria INCRA/P/ nº 627, de 30 de julho de 1987 (Anexo B), cria a modalidade *Projeto de Assentamento Extrativista*⁵⁴ (PAE) “destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupem ou venham a ocupar as mencionadas áreas” (INCRA, 1987)⁵⁵.

Diferente dos outros assentamentos, nos PAEs as áreas eram definidas respeitando-se as colocações, não havendo emissão de títulos de propriedade. Essas diferenças justificaram a criação desta modalidade de assentamento amparada na possibilidade, constante do Plano Nacional de Reforma Agrária, de criação de modalidades especiais de assentamentos para atendimento das demandas regionais (ALLEGRETTI, 2002). Outra peculiaridade presente na Portaria que criou os PAEs consistiu no estabelecimento de que “a destinação das áreas para tais projetos dar-se-á mediante concessão de uso, em regime comunal [*sic*], segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias – associativista, condominial ou cooperativista” (INCRA, 1987). Estava criada a possibilidade de atenção às particularidades amazônicas na

⁵⁴ Em 1996, passa a ser denominado de Projeto de Assentamento Agroextrativista, através da Portaria INCRA nº 268 de 23/10/96.

⁵⁵ Para Paula (2003), a criação dos PAEs representou para o INCRA a possibilidade de, atendendo a anseios de uma parcela do movimento sindical rural que já contabilizava bastante apoio junto a organizações ambientalistas, obter maior legitimidade e respaldo junto à sociedade civil, uma vez que sua imagem estava bastante debilitada em função da instabilidade político-institucional a que estava submetido. Não se pode esquecer, ainda, que naquele momento havia uma ampla discussão em torno da suspensão dos financiamentos para a pavimentação da BR 364 (trecho Porto Velho - Rio Branco), por parte do BID, em função do não cumprimento das cláusulas ambientais propostas no Programa de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas (PMACI) o que provocou o governo brasileiro a demonstrar “boa vontade” em relação a este quesito. Por outro lado, o incômodo das classes dominantes se fez apresentar, entre outras coisas, em uma manifestação da Associação Brasileira de Produtores de Madeira, que em correspondência ao INCRA advoga pela revisão da portaria que criou os PAEs por considerá-la contrária aos interesses da reforma agrária no Brasil e por diminuir os estoques madeireiros disponíveis (ALLEGRETTI, 2002).

reforma agrária brasileira, mas ainda não estava contemplada totalmente a expectativa dos seringueiros. Apesar dos PAEs concretizarem as principais reivindicações dos seringueiros, dois obstáculos precisavam ser superados: a necessidade de desapropriação prévia à criação das áreas e a fragilidade do instrumento jurídico utilizado.

Os PAEs foi o primeiro pensamento do conselho de seringueiros, das lideranças que formou o Conselho de seringueiros, tentando colocar em prática essa proposta de Resex que ninguém compreendia, e alguém disse assim: e se nós fizer assim? Nós dissemos: é meia coisa. Metade para vocês e metade para mim. Ele saiu com a metade do pensamento que a gente queria para as Reservas, mas era a única política que naquele momento poderia ser implantada [...] depois vieram os PDSs e depois as famosas Resex. (Liderança-CNS Amazonas)

A necessidade de desapropriação da terra para a criação dos PAEs impossibilitava seu estabelecimento nos locais mais atingidos pelos conflitos agrários e limitava o tamanho das áreas a serem criadas. Na prática, os PAEs só seriam criados onde a terra já estivesse regularizada e a posse já fosse da União, o que praticamente excluía as áreas onde os conflitos eram maiores uma vez que estes aconteciam porque os “novos proprietários” da terra estavam querendo tomar posse da propriedade adquirida.

Assim, até dezembro de 1989, haviam sido criados apenas dez projetos na modalidade PAEs: cinco no Acre (Santa Quitéria, Porto Dias, São Luiz do Remanso, Riozinho e Cachoeira), três no Amazonas (Antimary e Terruã) e três no Amapá (Maracá I, Maracá II e Maracá III)⁵⁶ (Tabela 01). Desses, Murrieta e Rueda (1995) relatam que, até 1994, apenas três, no Acre, receberam apoio para sua implantação.

Em relação ao segundo obstáculo, os seringueiros desconfiavam da fragilidade do instrumento que criou os PAEs em função da relativa facilidade de se modificar uma portaria interna, sendo necessário lutar por um instrumento legal mais sólido, como um decreto presidencial ou lei. Sabedores da instabilidade institucional envolvendo a questão agrária, com rebatimento direto nas indicações políticas para os principais cargos dos órgãos, os

⁵⁶ Os PAEs criados no Amapá foram posteriormente reunidos em apenas um Projeto: Maracá.

seringueiros temiam que a troca de direção na instituição significasse a mudança de categoria ou até mesmo a revogação da portaria que instituía os PAEs.

Tabela 01– Projetos de Assentamento Extrativistas criados na Amazônia no período de 1987 a 1989.

UF	PAE	Ano de criação	Nº de famílias	Área (Ha)
Acre	Porto Dias	1989	83	22.145
	Riozinho	1989	120	35.896
	Chico Mendes (Cachoeira)	1989	80	24.973
	Santa Quitéria	1988	150	44.000
	São Luiz do Remanso	1987	130	39.572
Amazonas	Antimary	1988	867	260.227
	Terruã	1989	426	139.235
Amapá	Maracá I	1988	214	75.000
	Maracá II	1988	94	22.500
	Maracá III	1988	760	226.000

Fonte: INCRA, [1991?]

No caso do Acre, Allegretti (2002) declara que houve resistência por parte da superintendência local do INCRA⁵⁷ a esta modalidade de assentamento, o que pode justificar o temor dos seringueiros e as constantes tentativas de desqualificação sofrida pelos PAEs, como vemos no depoimento de um assessor do STR de Xapuri:

A tecnoburocracia do INCRA nunca conseguiu entender, até hoje. O Raimundão, inúmeras vezes teve de dormir lá no São Luiz do Remanso porque quando ele saía de lá vinham os técnicos do INCRA reunir com o pessoal e dizer: rapaz, é melhor cortar isso aqui, vocês vão receber os lotes de terra, tudo documentado [...] e até hoje eles fazem isso [...] para o INCRA reforma agrária é cortar terra. (Assessor - STR Xapuri)

⁵⁷ Paula (2003) descreve o período da superintendência do INCRA na gestão Othília Batista de Melo (1985-1990) como refratária aos movimentos sociais e vinculada ao bloco de poder na época (PMDB) e, com isso, aos interesses latifundiários dominantes no estado.

A confirmação da apreensão demonstrada pelo assessor e compartilhada pelos seringueiros se deu pela recategorização do PAE Figueira, em meados dos anos 1990, em Projeto de Assentamento nos moldes convencionais (PAULA, 2003). Como vimos no capítulo anterior, o modelo de desenvolvimento que estava sendo desenvolvido no Acre não coincidia com a proposta dos seringueiros, a quem a imprensa, o legislativo e o poder policial não eram favoráveis. Como resultado, os seringueiros já haviam se declarado desfavoráveis à forma como o Plano Regional de Reforma Agrária estava sendo construído e executado no estado, por considerá-lo um retrocesso e omissivo em relação à sua luta (ESTEVES, 1999).

3.2.2 Conjuntura político-institucional: da política agrária à política ambiental

Enquanto a conjuntura no âmbito da política agrária era desfavorável, na política ambiental ela se fortalecia e vislumbrava-se espaço para construção de uma categoria de UC que resguardasse os fundamentos requeridos pelos seringueiros e, ao mesmo tempo, fortalecesse a aliança com o movimento ambientalista. Além disso, como era uma área ainda recente no país, era mais fácil o alcance de algumas conquistas, pois ainda não representava um terreno de disputas para o qual as frações conservadoras da burguesia nacional tivessem se voltado.

A gente não queria deixar no INCRA. Essa que era a questão. A gente não queria de maneira nenhuma deixar sob a responsabilidade do INCRA, com medo de se transformar em loteamento. Porque os PAE não era Unidade de Conservação [...] Não existe uma normativa legal que diga que o PAE tem que ser preservado [...] A gente queria que as Resex também fosse incluída como unidade de preservação, que fosse uma área preservada, garantida por lei [...](Liderança-CNS Acre)

Nessa declaração, verifica-se a inflexão dada em direção à política ambiental, ao reivindicar que as áreas criadas fizessem parte da política de proteção à natureza, na forma de Unidades de Conservação. Anteriormente, isso não fazia parte da luta dos seringueiros. Assim, a mudança da esfera do INCRA para o Ibama também reflete a mudança do âmbito da

reforma agrária para a política ambiental, fato construído historicamente pela aproximação dos seringueiros com o movimento ambientalista e favorecido pela proximidade da ECO 92 que seria realizada no Rio de Janeiro, no período de 03 a 14 de junho de 1992, trazendo para o Brasil e, especificamente para suas leis ambientais, o olhar mundial. Mesmo sabendo-se que os posicionamentos não eram homogêneos, os depoimentos abaixo refletem a discussão e disputa por significados e localizações em relação à questão:

Sempre a gente questionava as ações do INCRA, pois o INCRA sempre tinha aquela visão que as pessoas não tem como viver só com o que a floresta oferece. Até hoje a cabeça dos cara do INCRA são assim. Acha que o cara tem que plantar para poder viver, se não plantar tá morto [...] Então foi feita a discussão de ir para o Ibama, pois no Ibama eles assimilavam mais a idéia do reconhecimento das pessoas que já vive 30, 40 anos na mesma localidade. E também no Ibama era mais possível você discutir a proposta de não haver demarcação de área para as famílias que moram lá. A idéia era você demarcar o perímetro e garantir que cada família pudesse viver na área, respeitando cada uma os limites que sempre utilizaram [...] Por essa razão acabou a gente continuando trabalhando com os PAEs mas assumindo também a criação das Resex. (Liderança-CNS Pará)

A galera do Acre sempre defendeu que não, que era melhor permanecer como PAE [...] brigando para não perder a situação de luta, de reforma agrária, era a questão política [...] e tinha outro lado também. O Programa Nacional de Reforma Agrária era dinheiro carimbado, todo ano tinha dinheiro, não pode faltar dinheiro, é dinheiro constitucional. Então o INCRA tinha dinheiro, tinha metas a cumprir, não era igual ao Ibama, não é igual a política ambiental [...] é aquela coisa, né? Tinha expectativa muito grande. Na área ambiental, achava que era uma coisa imensa e que teria recursos, mas não era nada garantido. (Assessor- CNS)

Alguns fatos da conjuntura político-institucional⁵⁸ contribuíram para a inserção das Reservas Extrativistas na política ambiental e para a desmobilização de sua reivindicação junto ao INCRA. A extinção do INCRA em 1987, com suas atribuições repassadas ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, certamente muito influenciou para este fato, uma vez que o interlocutor mais próximo estava dissolvido. A fala de um funcionário do INCRA nessa época é característica deste momento vivido na instituição:

⁵⁸ Apesar de ciente da diferença estabelecida por Antônio Gramsci entre “fenômenos de conjuntura” e “movimentos orgânicos”, em que os primeiros significariam fatos ocasionais enquanto estes últimos, dos quais os primeiros dependeriam, seriam determinantes e relativamente permanentes (GRAMSCI, 2007, p. 36), aqui reafirmamos a necessidade de análise da conjuntura como um contexto político-institucional sob o qual os fatos se desenvolvem e do qual fazem parte as movimentações que levaram a modificações na estrutura legal e institucional brasileiras. Afinal, assim como para o autor italiano a “pequena política” também representa uma forma de “grande política” (GRAMSCI, 2007), entendemos que na ausência de movimentos orgânicos neste período, a análise desses fenômenos de conjuntura nos ajuda a compreender como os fatos políticos estavam se conformando, ressaltando os nexos dialéticos entre os dois aspectos.

[...] quando os seringueiros procuraram para implementar mais Projetos de Assentamento Extrativista não encontrou mais interlocutor dentro do INCRA, pois a equipe tinha sido desmontada e sugeriram que eles fossem ao Ibama. Então eles foram ao Ibama e levaram a idéia que o Ibama fizesse como o INCRA tinha feito, ou seja, que decretasse umas áreas como área de conservação ambiental, onde já tivesse gente morando. E felizmente, dentro do recém criado Ibama houve gente que entendeu a idéia, que dialogou e assim foram criadas as primeiras quatro Reservas Extrativistas [...] talvez se os seringueiros tivessem encontrado interlocutor no INCRA, talvez hoje não tivéssemos Reservas Extrativistas, teriam continuado os Projetos de Assentamento Extrativista. (Técnico-CNPT Brasília 01)

O INCRA foi oficialmente extinto em 1987 (Decreto nº 2.363 de 21/10/87) e restabelecido em 1989 (Decreto nº 02 de 29/03/89). Mesmo após sua re-institucionalização, não houve um trabalho de fortalecimento do Órgão, sendo possível relacionar o ambiente institucional com a receptividade às idéias dos seringueiros. Este conturbado momento de instabilidade institucional reflete a profunda articulação das forças contrárias à reforma agrária que pressionavam pela permanência da concentração de terras em um país em fase de assembléia constituinte, ao tempo em que vivia-se um momento de forte movimento social pela reforma agrária.

O biênio 1988-1989 representou para o Mirad um período de tentativa de consolidação dos PAEs como atendimento da reivindicação dos seringueiros e de atendimento a condicionantes dos projetos que estavam em curso. Este trecho extraído do relato de uma reunião realizada pela Secretaria Geral de Planejamento Estratégico do Mirad retrata bem a situação em que o órgão se encontrava. O documento discute as dificuldades de aprovação da proposição, referente às Resex, apresentada pelo Mirad à Comissão Executiva do Programa Nossa Natureza (COMEX)⁵⁹ e ao GT “Proteção do meio ambiente, apoio a comunidades

⁵⁹ O Programa Nossa Natureza foi instituído pelo Decreto 96.944, de 12/10/1988, com a finalidade de “estabelecer condições para a utilização e a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis na Amazônia Legal, mediante a concentração de esforços de todos os órgãos governamentais e a cooperação dos demais segmentos da sociedade com atuação na preservação do meio ambiente” (<http://www.lei.adv.br/96944-88.htm>). Na prática, representou uma tentativa do governo brasileiro de reagir às críticas sofridas em relação aos níveis de desmatamento e violência na Amazônia, e teve como principais resultados a reestruturação institucional com a criação do Ibama (1989), a institucionalização de mecanismos financeiros na área ambiental (Fundo Nacional de Meio Ambiente), criação de Unidades de Conservação e de alguns programas específicos com mecanismos de controle de ações antrópicas (Programa Nacional de Meio Ambiente, Centro Especializado de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais-Prevfogo, Plano Emergencial de Controle de Derrubadas e Queimadas na Amazônia Legal) (MELLO, 2006).

indígenas e populações envolvidas com o processo extrativista” (GT VI), constituído no âmbito do PMACI. A proposta fora recusada pelo CNS e pelo BIRD, precisando ser reconsiderada. O documento, assinado por Paulo Couto Teixeira, Secretário de Planejamento Estratégico, conclui:

Em suma: o MIRAD está sem proposta no GT-VI, em assunto de sua competência, e poderá perder este importante espaço técnico e político uma vez que outros órgãos já se preparam para apresentar proposta alternativa à nossa, que certamente seria acolhida pelo GT-VI e pela COMEX, colocando este ministério em situação muito delicada. (INCRA, 1989a)

Nesta reunião, comparam-se as duas propostas em curso no Mirad. Uma, baseada nos antigos Projetos de Colonização, já havia sido recusada pelo GT-VI e pela COMEX; e outra, desenvolvida pela Secretaria de Assentamento e Colonização - SEASC e que coadunava com as reivindicações dos seringueiros. Decidiram por apresentar esta última, afirmando:

Ademais, a legitimação da proposta em curso na SEASC e seu encaminhamento à COMEX pelo MIRAD representará um ganho político de enorme repercussão para este ministério, e será a melhor resposta que o governo poderá dar às críticas que vem recebendo quanto a suas posições na Amazônia, inclusive as originárias de setores importantes do exterior. (INCRA, 1989a)

Fica clara a preocupação com a repercussão do posicionamento do órgão perante os organismos internacionais, fato plenamente justificável pelo montante de recursos que estava sendo negociado e que demonstra, ao mesmo tempo, as diferentes concepções existentes dentro do mesmo órgão, onde tramitavam propostas tão diferentes.

Por outro lado, cabe destacar que o assassinato de Chico Mendes, em 22 de dezembro de 1988, foi instrumentalizado pelo ambientalismo nacional e internacional na defesa da criação de novas áreas de conservação ambiental na Amazônia, uma vez que coincidiu com um período de anúncio de grandes desmatamentos na região. Afinal, estava morrendo o primeiro brasileiro a ganhar o prêmio Global 500 da Organização das Nações Unidas (ONU) e principal protagonista-interlocutor de um movimento que ganhou

visibilidade por atrelar a proteção ambiental às necessidades de reprodução social. Vejamos o depoimento:

A Reserva Extrativista aconteceu em 90 [...] porque eu acho que ia demorar muito ainda [...] em função da morte de Chico e de toda a pressão que aconteceu, senão ia demorar muito [...] Com a repercussão da morte dele todo mundo correu [...] e por isso que a Resex Chico Mendes saiu deste tamanho, pois a gente ia listando os seringais. (Liderança-CNS Acre)

Instabilidade institucional na questão agrária, assassinato de Chico Mendes, aproximação da ECO 92 e pressão internacional foram elementos de uma equação que levou a uma crescente articulação na cena ambiental brasileira, representando um momento favorável para pressões por um maior e melhor arcabouço legal na área ambiental. Como resultado desse momento, algumas mudanças na estrutura legal favoreceram o estabelecimento das Reservas Extrativistas.

Com base na Constituição de 1988, que, em seu artigo 225 confere ao Poder Público o dever de “definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei [...]” (BRASIL, 1988), conseguiu-se inserir as Reservas Extrativistas na lei que objetivou ajustar a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938 de 1981) às determinações da nova Constituição brasileira. A Lei 6.938/1981 teve sua redação modificada, inserindo como instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente “a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e **reservas extrativistas**” (BRASIL, 1989, grifo nosso). Na redação anterior previa-se apenas “a criação de reservas e estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e as de relevante interesse ecológico” (BRASIL, 1981), não cabendo as reivindicações dos seringueiros em nenhuma dessas categorias.

Coroando essa conjuntura político-institucional, em 1989, Fernando Collor de Mello, então filiado ao Partido da Reconstrução Nacional, ganhou as eleições para presidência da República, com posse prevista para março de 1990. Dessa forma, os seringueiros, com forte ligação com o Partido dos Trabalhadores, e que apoiaram a candidatura Luiz Inácio da Silva, temendo o recrudescimento das forças conservadoras no país, especialmente no que concerne à reforma agrária, intensificaram sua luta para inserção das Resex na política ambiental. Como fruto das articulações desenvolvidas nesse período e da pressão do Movimento, foi criado mais um grupo de trabalho⁶⁰, desta vez no Ibama, formado por representantes do INCRA, Ibama, CNS e IEA, com o objetivo de regulamentar o artigo da lei 6938/1981 que tratava das Reservas Extrativistas (IEA, 1993).

3.2.3 Reservas Extrativistas: a inserção na política ambiental

Em 23 de janeiro de 1990 foi assinado, pelo presidente da República José Sarney, o decreto de criação da primeira Reserva Extrativista existente, a Resex do Alto Juruá. Sete dias depois instituiu-se, na política ambiental brasileira, a figura jurídica “Reserva Extrativista” através do Decreto n. 98.897, de 30 de janeiro de 1990 (Anexo C)⁶¹.

O decreto de criação define as Resex como “espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista” (BRASIL, 1990a), estabelecendo que elas seriam criadas “em espaços considerados de interesse ecológico e social” (BRASIL, 1990a). No que diz respeito à posse

⁶⁰ A Aproximação entre INCRA e Ibama já havia se dado na organização conjunta do Seminário “*Articulação e nivelamento interinstitucionais sobre o Projeto de Assentamento Extrativista*” em dezembro de 1989 (INCRA, 1989b).

⁶¹ Apesar da luta pelas Reservas Extrativistas ter sido historicamente protagonizada pelos seringueiros da região dos rios Acre e Purus, através de seus sindicatos, além do forte apelo proporcionado pelo local onde vivera Chico Mendes, a primeira Resex criada foi na região do Vale do Juruá, no município de Marechal Thaumaturgo, aproveitando-se de uma proposta que já havia sido formulada como resultado das articulações do CNS em sua regional de Cruzeiro do Sul, em 1988, para formação da Reserva Extrativista da Bacia do Rio Tejo (ALMEIDA *et al.*, 2002). Segundo os autores, os decretos de criação da Reserva Extrativista do Alto Juruá e o decreto que institui as Reservas Extrativistas foram produzidos pelo mesmo grupo de trabalho.

da área, o artigo 4º definia que “a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais será regulada por contrato de concessão real de uso [...]” que seria concedido gratuitamente e do qual constaria o plano de utilização elaborado pela comunidade e aprovado pelo Ibama. O plano de utilização consistiu no primeiro instrumento de gestão das Reservas Extrativistas e nos deteremos nele posteriormente. Ao Ibama, ficou reservado o papel de “supervisionar as áreas extrativistas e acompanhar o cumprimento das condições estipuladas no contrato [de concessão de uso]” (BRASIL, 1990a).

Prestes a haver mudança no executivo federal, os seringueiros se organizaram em conjunto com suas assessorias e elaboraram as propostas de decreto para criação de mais três Reservas Extrativistas, definindo os limites a partir da localização de seringais de interesse, nas regiões onde estavam localizados os principais conflitos da região. Efetivamente, em sua última semana de mandato, o presidente José Sarney assinou os decretos de criação de mais três Resex⁶², nos estados de Rondônia, Amapá e Acre (Tabela 02).

Tabela 02: Reservas Extrativistas criadas em 1990.

UF	Resex	Data de criação	Número de famílias	Área (Ha)
Acre	Alto Juruá	23/01/1990	1.838	506.186
Acre	Chico Mendes	12/03/1990	3.000	970.570
Amapá	Rio Cajari	12/03/1990	1.000	481.650
Rondônia	Rio Ouro Preto	13/03/1990	650	204.583

Fontes: www.icmbio.gov.br; Relatório socioeconômico e cadastro da Reserva Extrativista Chico Mendes (CNS, 1992a).

⁶² É importante ressaltar que o presidente, que então assinava um decreto de criação de uma Unidade de Conservação baseada na cartografia dos seringueiros, foi o mesmo que, meses antes, havia assinado o decreto de criação do Parque Nacional da Serra do Divisor (Decreto n. 97.839, de 16/06/1989), também no Vale do rio Juruá, estado do Acre, baseado na estratégia de proteção de fronteiras e de desenvolvimento da região, ignorando a presença de 522 famílias no local, que tiveram seu modo de vida inviabilizado pela criação de uma área onde, segundo a legislação, não deveria haver presença humana.

Por tratar-se de áreas de relevante interesse social, foi eliminada a necessidade de desapropriação anterior à criação da Unidade, ficando mais fácil sua instalação, o que refletiu no tamanho das áreas criadas, e retomando o propósito de usar as Reservas Extrativistas como regularização fundiária, em áreas de conflito. No caso do Acre, as Resex Chico Mendes e Alto Juruá atendiam aos interesses dos seringueiros no que tange a intervenção estatal nas regiões de conflito. No depoimento abaixo, verificamos a importância representada pela criação das Resex nessas áreas.

Essa discussão era porque em toda essa região da Resex Chico Mendes era uma região que enfrentava uma pressão muito forte dos pecuaristas, que tinha uma tensão muito forte. O conflito era muito forte nesta região [...] Era uma área muito tensa, de um lado os seringueiros, organizados em sindicatos, e de outro lado os pecuaristas, querendo de qualquer forma derrubar a floresta.[...] Naquela época a gente discutia com o movimento indígena também, e com as suas assessorias [...] que era necessário a gente defender duas propostas, que seria duas experiências, no nosso entendimento, uma nessa região aqui e outra no norte do estado, lá para Cruzeiro do Sul [...] que também tava tendo muito conflito, especialmente de madeireiro, e conflito também de seringueiro com índio. (Liderança-CNS Acre)

Em relação à mudança no instrumento jurídico que criava as Resex, o depoimento seguinte explicita a demarcação de sua diferença em relação aos PAEs:

Como a Reserva é decreto presidencial, só quem muda um decreto é o congresso, aí no caso dos assentamentos é portaria. Qualquer superintendente pode mudar lá. É muito frágil conceitualmente a coisa. Daí as comunidades quando elas têm uma tradição forte, elas preferem a Resex unicamente em função dessa segurança. Agora do ponto de vista da estrutura de organização, é bem parecido, do conceito, é muito parecido. Só a criação que é diferente. (Liderança-CNS Amapá)

Estavam resolvidas as duas preocupações dos seringueiros em relação aos PAEs: fragilidade jurídica (as Resex eram criadas por decreto presidencial e apenas poderiam ser revogadas por intermédio de lei) e a necessidade de prévia desapropriação (por ser considerada de interesse social, essa obrigatoriedade desaparecia).

Deixo ainda aos seringueiros a explicitação do significado e importância assumida pelas Reservas Extrativistas⁶³:

⁶³ Para evitar a abordagem anacrônica, é importante salientar que os seringueiros que alcançaram as Reservas Extrativistas já não tinham as mesmas práticas daqueles do início do século. Mudaram em termos de organização

[...] Isso garantiu a nós a certeza de que a partir daquele momento nós não mais ia ser objeto de patrão nem tampouco de fazendeiro. Nós tava a partir dali vivendo na nossa colocação de forma garantida [...] A criação das Reserva, prá nós, foi o fim de uma vida de maca nas costas, de carrapixo nas costas, mandado pelos patrões, tangidos pelo patrão, tangido pelo latifúndio, a procura de um lugar melhor [...] A Reserva é uma espécie de redenção da nossa luta, e o fim da peregrinação por dentro das floresta, da cidade, e a fixação do seringueiro em seu lugar de origem. (Liderança-Resex Chico Mendes 01)

[...] As Reservas Extrativistas, até hoje, é o sistema de ocupação pelas populações extrativistas, que têm dado certo. É um sistema de reforma agrária para a Amazônia, que tem dado certo [...] ela não é uma ocupação, as populações já estão lá, elas só têm seu direito mais reconhecido [...] as Reserva, eu considero que elas têm três grandes importância: uma é garantir a terra e o usufruto dos recursos naturais para aquelas populações, a outra é valorizar aquelas populações em seu habitat natural e a outra é respeitar os direitos daquelas populações [...] E a Reserva ela é importante para nós por isto. Ela não é um sistema que foi colocado de cima para baixo, pra que as populações se adaptasse àquele sistema, as Reservas elas valem muito e são importantes para nós hoje porque ela é um sistema de uma política pública que foi pensado e discutido pelas próprias populações. (Liderança-CNS Amazonas)

Concluo com este relato que, com bastante propriedade, retrata a “saga” dos seringueiros até a conquista das Reservas Extrativistas e mostra-nos a consciência do que estava por vir.

Era importantíssimo isso porque era um seringueiro, que tava lá, que tava representando uma região que tava totalmente em uma situação de genocídio. Um povo que veio para cá, que teve uma história, quase 100 mil família, soldado da borracha que foi jogado nessa região [...] onde deixaram sua cultura deixaram seus parentes no nordeste, se embrenharam no meio da mata. A guerra acabou, o pessoal que foi para a linha de tiro, que voltaram para o Brasil foram indenizados, ficaram empregados pela união, mas os daqui foram abandonados, foram entregues à própria sorte. Ficaram no isolamento por causa das distância geográfica no meio dessa floresta, tiveram de criar outra cultura, outros costumes e criar suas próprias leis de sobrevivência no meio dessa selva. Esse povo estava tendo a oportunidade de respirar, para ter o direito...Já que não tinha...o direito de educação, de saúde, de energia, de transporte...A gente só tinha dois direitos: um que era o direito de não ter direito a nada, e outro era de se conformar com o direito que tinha. E criando a Reserva Extrativista a gente pelo menos sabia que a gente ia garantir a nossa permanência na terra. Aquilo era o nosso emprego. [...] Esse foi o grande significado. A próxima preocupação é: como consolidar essas Reservas? [...] Aí já não é uma responsabilidade só nossa, dos seringueiros. Já não era, mas foi a gente que estava lutando. (Liderança-Resex Chico Mendes 02)

e autonomia da mesma forma que mudaram quanto à forma de utilizar a floresta. Desde os consecutivos períodos de declínio na produção da borracha, eles já haviam diversificado a produção, faziam roçado e criavam animais (MENDES, 1989). Quando da criação da Reserva Extrativista Chico Mendes, constatou-se que a extração de seringa e a coleta da castanha representavam 62 % da produção do seringueiro, sendo os outros 38 % preenchidos com criação de animais e pequena agricultura (CNS, 1992a). Da mesma forma, é importante destacar que o mundo do seringal representa a contradição da sociedade na qual está inserido. Não podemos esquecer que os nordestinos que para lá migraram o fizeram com a intenção de enriquecer e depois retornar para casa. Isso, contudo, não os desloca da situação de explorados no sistema de produção, apenas nos obriga a pensar em políticas públicas que considerem essa contraditória realidade, sob o risco de atuar sobre um cenário idealizado.

3.2.4 Construção e difusão ideológica: o papel dos eventos

A sociedade burguesa dissolve todas as formas tradicionais de produção e representação mas, ao mesmo tempo, por meio da ideologia, faz crer na racionalidade e universalidade, dissimulando ante a si mesma sua própria história. (CHAUI, 2006, p. 163)

Antes de prosseguirmos na análise do significado da institucionalização para a luta dos seringueiros, destacaremos alguns aspectos de eventos realizados nos anos que se seguiram à criação dos PAEs e que, à medida que nos ajudam a compreender as tensões envolvidas na consolidação dessas áreas, favorecem a compreensão de seu significado na atuação dos diferentes atores envolvidos, assim como as contradições que emergiriam no processo de implementação das Reservas Extrativistas. Advogamos que os eventos, assim como as publicações da época, possuem um forte componente ideológico⁶⁴ característico do posicionamento político dos diferentes atores envolvidos no processo. Neste capítulo, nos dedicaremos à análise dos eventos realizados e que tiveram influência no processo de institucionalização das Resex e posteriormente, no capítulo referente à implementação, dedicar-nos-emos ao estudo das publicações que se dedicaram a conformar essas Unidades de Conservação.

A realização do seminário "*O desenvolvimento da Amazônia e a questão ambiental*", organizado pelo IEA⁶⁵ e o governo do estado do Acre, em fevereiro de 1988, serve-nos para

⁶⁴ Cientes da polissemia presente em torno do termo ideologia, nós a reconhecemos como um elemento importante na manutenção da dominação, uma vez que, ao naturalizar o que é histórico, auxilia na adesão das classes subalternas ao projeto de sociedade da classe dominante. Assim, torna-se um elemento fundamental na obtenção do consenso. Como nos diz Gramsci (2006b, p. 238), na construção do bloco histórico, “as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais”. Gramsci destaca ainda que “a imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não a única: tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte desta estrutura” (GRAMSCI, 2006a, p. 78). Em relação ainda à imprensa (ou a mídia) Fontes analisa que ela pode ser responsável por “forjar a ‘racionalidade’ adequada, sob a forma da reflexão técnica especializada (seminários, congressos, encontros), consolidando-o entre seus ‘pares’ por meio de periódicos especializados, até os repetidores, encarregados de sua vulgarização (transformação em ‘dogmas’) e ampla difusão” (FONTES, 2006, p. 214).

⁶⁵ O Instituto de Estudos Amazônicos, que já figurava no papel de busca de financiamentos e articulações internacionais, passa a assumir um papel de destaque na produção de documentos e articulação de pesquisadores para este fim.

analisar algumas situações. Vejamos algumas resoluções do grupo de trabalho que discutiu “alternativas de utilização dos recursos naturais”:

Considerar a implantação das Reservas Extrativistas como questão central para o desenvolvimento estadual e como unidades demonstrativas de um modelo que concilia bem-estar econômico e social com preservação dos recursos naturais.

Atribuir à FUNTAC o papel de coordenar a implantação das Reservas Extrativistas no Estado e criar uma Comissão Executiva formada por SEPLAN, MIRAD, CNS, Representação das Comunidades das Reservas e Instituto de Estudos Amazônicos, para a implantação das primeiras unidades. Essa comissão orientará e estabelecerá os níveis de competência dos envolvidos para assegurar o desenvolvimento das Reservas Extrativistas.

Considerar as Reservas Extrativistas implantadas apenas quando estiverem em desenvolvimento programas voltados à produção, comercialização, educação, saúde, tecnologia, com conseqüente aumento do nível de renda das comunidades de seringueiros. **A implantação desses programas pode ser assegurada por recursos a fundo perdido de organismos internacionais de financiamento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial. O governo deve dar prioridade absoluta à elaboração de uma proposta para receber esses recursos, já disponíveis, e aplicá-los nas primeiras Reservas Extrativistas criadas, em programas de educação, saúde, produção, comercialização, etc.** (ALLEGRETTI, 2002, p. 641-642, grifo nosso)

A possibilidade de obtenção de recursos dos “organismos internacionais de financiamento” demarca o que se caracterizaria como a principal fonte de recursos para as futuras Reservas Extrativistas. Dessa forma, se concilia com os interesses de desresponsabilização do poder público com a implementação das áreas extrativistas, em desacordo com o que vinha sendo apregoado pelo Movimento Seringueiro que exigia, a cada discurso, a responsabilidade estatal com as Resex. Percebemos ainda o papel que a Fundação de Tecnologia do Acre (Funtac) começa a assumir na organização-implementação dessas áreas e o papel central que ocuparia na definição das políticas no estado do Acre⁶⁶.

Criada em 1985 a partir do Laboratório Tecnológico de Madeira do Acre (Latemac), a Funtac passa a ser o principal órgão de desenvolvimento tecnológico do estado. Sua vocação madeireira é confirmada pelo apoio financeiro do ITTO (Organização Internacional de

⁶⁶ Gilberto Siqueira, então presidente da Fundação, tornar-se-ia o coordenador do grupo de trabalho estabelecido para a criação do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), setor no Ibama que seria responsável pelas Reservas Extrativistas. Além disso, a Funtac desempenharia um papel fundamental no projeto político do PT no estado, uma vez que fizeram parte de seus quadros os políticos Jorge Viana (prefeito de Rio Branco no período 1993-1996 e governador do estado no período 1999-2002 e 2003-2006) e Gilberto Siqueira (primeiro Coordenador do CNPT e Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável - SEPLANDS nos dois governos de Jorge Viana).

Madeiras Tropicais) e pelos projetos que viria a desenvolver nas florestas estaduais. Caberia ainda a esta instituição a responsabilidade de elaboração de um conjunto de procedimentos destinado à implementação dos PAEs.

Alguns fatos da organização e realização desse seminário merecem ser ressaltados. Sua articulação se deu entre o Instituto de Estudos Amazônicos e o governo do estado do Acre, na gestão de Flaviano Melo como governador. Por se tratar de um governo que não vinha manifestando apoio à luta dos seringueiros, apesar de se aproveitar do viés ambiental para ganhar louros perante a sociedade, o Conselho Nacional dos Seringueiros inicialmente recusou-se a participar do evento, sendo posteriormente convencido a retornar e participar dos grupos de trabalho. Isso, ao nosso ver, mostra um primeiro tensionamento entre as decisões do Movimento e sua principal ONG de assessoria, mesmo estando esta última sob o comando de uma pessoa bastante próxima ao Movimento, Mary Allegretti. Ao mesmo tempo, também sinaliza o senso de oportunidade-aproveitamento de ONG-governo ao fazer uma aliança temporária para chamar a atenção, cada um ao seu modo e para a sua própria causa, reunidas por interesses específicos e em busca de resultados⁶⁷.

Sete meses depois, o IEA realiza outro seminário, denominado “*Planejamento e gestão do processo de criação das reservas extrativistas na Amazônia*”, em Curitiba, no período de 12 a 16 de setembro de 1988, com o objetivo de “criar, em conjunto, a metodologia a ser seguida na implantação das unidades de assentamentos extrativistas” (ALLEGRETTI, 2002, p. 719). Vejamos a recomendação final do Seminário, contida na “Carta de Curitiba” (IEA, 1988, p. 6):

Considerando a população de seringueiros existente na Amazônia e a área média por eles utilizada dentro da floresta, de 300 hectares por produtor, chega-se a um dado importante: sendo imediatamente garantidas essas áreas, teríamos um total de 21 milhões de hectares racionalmente utilizados e protegidos, ou seja, quase a mesma extensão que foi destruída durante o verão de 1987. Isso significa que existem 70

⁶⁷ Para nós, diferente da realização conjunta do I ENS e no Projeto Seringueiro, que também obteve financiamento estatal, este seminário vai sinalizar uma organização entre “ONG e Governo”, em que as primeiras assumem o posicionamento de representantes do Movimento Social, como fica claro pela decisão deste último de não participação no evento.

mil "fiscais especiais" que, pela sua ação econômica, garantem a conservação da floresta sem gastos públicos e produzindo riquezas para a nação. O Seminário "Planejamento e Gestão do Processo de Implantação de Reservas Extrativistas na Amazônia" reivindica, das autoridades governamentais e do poder legislativo, a adoção das seguintes medidas de emergência visando controlar o processo de destruição da Amazônia:

1. Imediata identificação de todas as áreas ocupadas por populações que vivem de recursos florestais com vistas à transformação em Reservas Extrativistas.
2. Aprovação pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei 812/88 da Câmara dos Deputados, visando a criação da unidade de conservação especificamente denominada de Reserva Extrativista.
3. Criação, junto à Presidência da República, de um Grupo de Trabalho formado por cientistas, ambientalistas, parlamentares, populações extrativistas, organizações não governamentais, voltado para a definição de medidas urgentes de proteção à floresta amazônica.
4. Realização, por convocação da Presidência da República, de uma Reunião Técnica, com a presença de todos os segmentos sociais envolvidos com a região Amazônica, com o objetivo de definir e aprovar critérios de exploração racional da floresta amazônica.
5. O projeto de implantação de Reservas Extrativistas, na medida em que vincula aspectos ambientais, econômicos e sociais no desenvolvimento da região, deve ser considerado como parâmetro de análise sobre formas adequadas de garantia de toda a floresta – patrimônio da nação brasileira e da humanidade.

Analisando a “Carta de Curitiba”, nota-se a inflexão na proposta dos seringueiros. A preponderância que passa a assumir a questão ambiental, quando a “proteção da Amazônia”, a “exploração racional da floresta amazônica” e a “garantia da floresta” se sobrepõem à relação das Reservas Extrativistas como fruto de um processo de exclusão pelos quais passaram os seringueiros e à luta conjunta dos trabalhadores pela reforma agrária, pela distribuição fundiária. Salientamos que o problema aqui colocado não reside na exploração da questão ambiental. Afinal, a principal inovação da proposta dos seringueiros residiu na demonstração da vinculação entre a causa ambiental e social, atreladas na questão fundiária. O problema ocorre quando a pauta ambiental ofusca, se sobrepõe ou mesmo se desvincula das questões sociais. Esta modificação fica explícita quando se estabelece que

A estratégia para a escolha de reservas extrativistas deve considerar não só as áreas com ocorrência de conflitos sociais, mas também com elevado grau de preservação ambiental, **mesmo que ali não existam populações exercendo a atividade extrativista vegetal nesse momento** (IEA, 1988, p. 5, grifo nosso)

Esta afirmação está em claro confronto com as constantes reivindicações de que as Reservas Extrativistas deveriam ser criadas em áreas onde tivessem seringueiros e,

especialmente, onde eles estivessem organizados, como expressa a preocupação de Chico Mendes em relação à criação de Reservas Extrativistas⁶⁸ em locais onde os seringueiros ainda não estavam organizados (MENDES, 1989, p. 57-58):

Há áreas que foram indicadas pelo governo como áreas pra reserva extrativista que não contam ainda com a participação do Conselho Nacional dos Seringueiros e onde os seringueiros ainda não estão organizados. Nós tememos o futuro destas áreas. Nós só acreditamos nas áreas onde, mais ou menos, os seringueiros estão assumindo as rédeas da coisa.

Aqui, percebemos uma apropriação da idéia dos seringueiros pelos ambientalistas que estavam disputando a criação de áreas reservadas à conservação da natureza no país⁶⁹. O Projeto de lei ao qual o documento se refere (PL n. 812, de 1988) foi apresentado em plenário da Câmara dos Deputados em agosto de 1988 e arquivado em abril de 1989. Na justificativa deste PL, de autoria do Deputado Federal Fábio Feldman (PMDB-SP), verifica-se mais duas mudanças em relação ao projeto inicial, que poderia influenciar fortemente na proposta de auto-gestão dos seringueiros. Uma mudança refere-se à administração das áreas. Em substituição à auto-gestão reivindicada pelos seringueiros, o Projeto de Lei, em seu artigo quarto, propunha que:

As Reservas Extrativistas serão administradas por um grupo executivo interinstitucional, nomeado por ato do poder público do qual farão parte os responsáveis pelas Políticas de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Florestal, Desenvolvimento Agrário, e representante dos grupos mencionados no art. 2 desta lei. (PROJETO de LEI n. 812, de 1988)⁷⁰

Dentre as justificativas ao Projeto de lei, ficava clara a relação dessa proposição com a preponderância do saber técnico, fundado na modernidade liberal: cientificismo, controle da realidade social e crença na melhoria social a partir de melhoria científica (ESCOBAR, 1995).

⁶⁸ Como se tratava do ano de 1988, Chico Mendes referia-se aos Projetos de Assentamento Extrativista, figura legal existente na época.

⁶⁹ Segundo o relatório final do evento, dos quarenta e nove participantes apenas quatro eram do Movimento, sendo assim considerados os representantes do CNS (Jaime Araújo, Chico Mendes e Raimundo Barros) e do STR Amapá (Pedro Ramos). Os outros participantes eram pesquisadores e representantes de órgãos governamentais e não-governamentais (IEA, 1988). Para um seminário que pretendia discutir a implementação das Resex, a lista de participantes demonstra quem estava sendo chamado a construir a proposta.

⁷⁰ Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/proposicoes>. Acesso em: 01 maio 2009.

Ao mesmo tempo, favorece a apreensão da ciência como neutra e imparcial, devendo prevalecer os critérios técnicos na tomada de decisão.

A criação de Reservas Extrativistas reivindicada por este grupo [seringueiros] expressa uma proposta de utilização dos produtos florestais ao mesmo tempo em que garante sua conservação. Não significa, por outro lado, a cristalização da forma atual de utilização, **mas uma alternativa para a introdução de novas tecnologias**, para a **aplicação de resultados de pesquisa que vêm sendo realizadas por órgãos especializados em florestas tropicais**, bem como a melhoria de qualidade de vida das populações extrativistas através de programas sociais específicos. De modo geral, poderá contribuir significativamente para a conservação dos recursos florestais da Amazônia. (PROJETO de LEI n. 812, de 1988)⁷¹

No período de 25 a 31 de março de 1989 realizou-se, em Rio Branco, o “*II Encontro Nacional dos Seringueiros*”, concomitante ao I Encontro dos Povos da Floresta, promovido pelo Conselho Nacional dos Seringueiros e pela União das Nações Indígenas, na tentativa de consolidar a aliança criada três anos antes. Segundo avaliação contida em documentos posteriores (CNS, 1992b; 1992c), este encontro, marcado pelo grande apelo provocado pelo assassinato de Chico Mendes em dezembro do ano anterior, ocorreu sob pressão externa ao Movimento, gerando atropelamentos no processo⁷².

Neste Encontro foi eleita a primeira diretoria do CNS e aprovado seu estatuto. Neste, transparece a configuração que a organização viria a tomar: “o CNS poderá firmar convênios, estabelecer intercâmbios, participar de iniciativas conjuntas, bem como receber doações de pessoas jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou internacionais” (CNS/UNI, 1989). São identificados ainda os possíveis membros do CNS: seringueiros, outros trabalhadores extrativistas e soldados da borracha, e reafirma-se a luta pelas Reservas Extrativistas dentre as finalidades do Conselho:

Lutar pela imediata melhoria da qualidade de vida nas áreas de seringueiros e demais trabalhadores extrativistas, com implantação de serviços de saúde, educação e cooperativismo, bem como a infraestrutura e desenvolvimento tecnológico, **garantindo o controle e auto-gestão pelos seringueiros e demais trabalhadores**

⁷¹ Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/proposicoes>. Acesso em: 01 maio 2009.

⁷² A pressão sofrida é atribuída à projeção do então recente assassinato de Chico Mendes, provocando um atropelamento da dinâmica interna do Movimento, em função de questões e desafios para os quais a base não estava preparada para responder de imediato (CNS, 1992b), acentuada pelo grande número de observadores externos presentes ao Encontro.

extrativistas das Reservas Extrativistas, através de seus órgãos e associações. (ESTATUTO DO CNS *in*: CNS/UNI, 1989. Grifo nosso)

A aproximação com a causa ambientalista é explicitada, no documento do Encontro, em referência à política de alianças do CNS: “[...] o movimento dos seringueiros, através desta política, fundiu a luta dos trabalhadores à luta ambientalista que é uma bandeira universal” (CNS/UNI, 1989). Aqui, os seringueiros parecem desconsiderar a universalidade da luta dos trabalhadores, aos quais estavam ligados anteriormente e sobre a qual tiveram seu movimento fundamentado⁷³. Esta aproximação deve-se bastante ao momento de realização do Encontro (pós-assassinato de Chico Mendes) e de interferência dos assessores em sua realização. Os reflexos do II ENS na atuação do CNS podem ser exemplificados pelas palavras do então presidente da entidade, em avaliação posterior:

Em relação a atuação da direção do CNS foi problemática, por não se ter muito claro qual seria as principais prioridades do CNS: foi eleito um conselho deliberativo com uma executiva composta por pessoas que eram indicados no próprio encontro, eram pessoas que não tinham o menor conhecimento da proposta do CNS. (CNS, 1992c)

Como esses relatos, esperamos dar relevo aos acontecimentos de bastidores que vão delineando a configuração das Reservas Extrativistas e adiantando algumas aproximações (ONG x Governo) e tensionamentos (Movimento x ONG) que se intensificariam nos anos 1990. Passemos agora a análise detalhada dos PAEs e das Resex e sua confluência com a proposta dos seringueiros.

⁷³ Layrargues (2006) afirma que uma das estratégias discursivas utilizadas para apropriação, pela ideologia dominante, das características contestatórias do movimento ambientalista suprimindo seu caráter subversivo, consistiu em utilizar o discurso de que a crise ambiental atinge a todos indistintamente. Com isso, todos são vítimas e todos são culpados. Esse caráter planetário da luta pelo meio ambiente equilibrado não deixa de ser uma verdade, mas só se completa caso seja bem considerada a distribuição diferenciada entre os grupos sociais de maior responsabilidade pela crise ambiental e aqueles mais atingidos por ela. No caso do Movimento Seringueiro, acreditamos que considerar a crise ambiental só se justifica se vinculada ao “homem concreto”, sujeito e vítima dos conflitos que ocorriam nos seringais, tal como em outros lugares onde a disputa pelos recursos naturais colocava em relevo a divergência de apropriação destes por distintos projetos societários.

3.3 Aspectos centrais na proposta dos seringueiros e sua institucionalização

A idéia que deu origem às Reservas Extrativistas se forma e conforma no seio de um movimento social que se contrapõe às bases estruturais de um Estado que, por princípio, se organiza contra os seus interesses. Discutiremos agora algumas categorias que ajudam a explicitar as contradições existentes entre a proposta dos seringueiros e a sociedade capitalista na qual se inseria. Tomaremos, para isso, os aspectos contidos na formulação publicizada no I ENS e em algumas reuniões que se seguiram, onde o assunto foi abordado e lapidado⁷⁴. Não pretendemos esgotar todos os seus sentidos, mas tomamos dois aspectos que entendemos como estruturantes e determinantes, por representarem pilares do modelo requerido para as Resex e, ao mesmo tempo, divergirem claramente dos fundamentos de uma sociedade organizada sob o modo de produção capitalista. Discutiremos a concepção de *direito de propriedade* e *autonomia* requeridas para as Resex procurando verificar como esses aspectos foram incorporados na base legal que lhes permitiu existir, tomando como base o decreto que criou essas Unidades territoriais no âmbito da política ambiental. Com isso, objetivamos demarcar como essas contradições foram incorporadas no decorrer da institucionalização.

3.3.1 O direito de propriedade nas Reservas Extrativistas

Como já afirmamos, a idéia inicial dos seringueiros não foi fundamentada na posse da terra, e sim em seu uso. O que lhes interessava era o direito de utilização do que estava na floresta, que consistiria no fato de não ser expulso do local e não ter a floresta derrubada. Dessa forma, quando surgiu a discussão de forma de propriedade, a experiência dos lotes que foram utilizados como estratégia do INCRA na resolução dos conflitos do Vale do Acre

⁷⁴ Para obter mais detalhes dessa discussão, pode-se recorrer ao trabalho de Allegretti (2002) que relata detalhadamente a reunião ocorrida no período de 06 a 10 de dezembro de 1986, em Brasiléia, onde, dentre outras coisas, definiu-se a forma de propriedade e administração requerida para as Reservas Extrativistas.

serviu para que não aceitassem lotes individuais, uma vez que a maior parte daqueles que foram assentados haviam sucumbido à venda da terra, não melhorando sua condição de vida. Manter a terra como propriedade da União foi a saída encontrada para que não fossem pressionados pela sua venda. Os seringueiros optavam pela segurança de “ficar” em detrimento da opção de “ir e vir” tão cara ao capitalismo e representada no direito de compra e venda da propriedade (PORTO-GONÇALVES, 2003).

Essa formulação é essencial, uma vez que estabelece na propriedade da terra, da floresta, não o seu valor de troca (materializada na possibilidade de compra e venda), mas o seu valor de uso (identificada na exploração dos produtos da floresta). Este novo valor atribuído à floresta representa uma diferença crucial com as formulações capitalistas que têm na compra e venda de uma propriedade, então transformada em mercadoria, a sua real importância, uma vez que assim ela estaria adentrando o mercado⁷⁵. Tensiona-se um dos fundamentos da sociedade capitalista: a propriedade privada, mais importante garantia de liberdade, por meio da qual, no liberalismo, o homem se converte em cidadão, em sujeito de direitos políticos (ACANDA, 2006; HAYEK, 1994), e aproxima-se dos princípios de propriedade comunal onde a posse é coletiva e os grupos de usuários dividem direitos e responsabilidades sobre os recursos (McKEAN e OSTROM, 2001). Para Marx (2006), a propriedade comunal, como forma não capitalista⁷⁶ de produção, ocorre quando o indivíduo detém a posse porém não possui a propriedade privada do solo. Nesse caso, a existência individual é condicionante para a existência em comunidade e vice-versa. Uma não existe sem a outra. Enquanto o indivíduo possui as condições objetivas de seu trabalho, ele pertence

⁷⁵ Acanda (2006, p. 58) lembra que, com a ascensão do liberalismo, “era preciso fazer da propriedade um objeto do direito, uma mercadoria para o mercado, algo que pudesse ser posto em circulação e alienado livremente. A propriedade tinha de perder suas características concretas (sua forma física, sua função social etc.) e converter-se num objeto abstrato que incorporasse um único elemento, o mesmo de qualquer outra mercadoria: teria de ser traduzida em termos de seu valor monetário”.

⁷⁶ Apesar do uso do termo “pré-capitalista”, Chauí (2006) atenta que este é utilizado por Marx como “não capitalista” e não como uma forma anterior ao capitalismo.

subjetivamente a uma comunidade que media a sua relação com essas condições. Ao mesmo tempo, essa relação pode ocorrer

[...] sob a forma dual de propriedade estatal e privada, concomitantemente, mas de tal modo que a primeira seja um pressuposto da segunda, e, conseqüentemente, apenas o cidadão seja e deva ser um proprietário privado enquanto, por outro lado, sua propriedade em *função* da cidadania também tenha existência autônoma. (MARX, 2006, p. 78, grifo do autor)

A forma de propriedade definirá, assim, o sentido que se dá a esta terra e a forma de produção que se espera no local. Como nos diz Chauí (2006),

Nas chamadas formas pré-capitalistas, a produção tem como finalidade produzir valor de uso, enquanto que no capitalismo sua finalidade é a valorização do valor. Nas formas pré-capitalistas, justamente porque a finalidade da produção é o valor de uso, não se pode separar o econômico daquele que o determina [...] Na forma pré capitalista é impossível separar os conteúdos das categorias jurídicas e econômicas, porque a propriedade da terra está ligada, ou à condição do soberano, ou à condição do cidadão; isto é, a propriedade da terra é política e define uma relação extra-econômica; no modo de produção capitalista a condição de cidadão e a de proprietário estão separadas, e a economia determina a política. (CHAUÍ, 2006, p. 167, tradução nossa)

Como vimos, ficou estabelecido que os moradores das Resex não teriam a propriedade privada da terra, apenas seu usufruto, ficando a propriedade para a União. Das Unidades de Conservação existentes na época, esta consistiu na única categoria que permitia o uso exclusivo dos recursos naturais pelas populações residentes, sem lhes conferir a propriedade da terra⁷⁷. No caso das Resex, garantia-se a desapropriação das propriedades privadas existentes, transmitindo a posse para o Estado e destinando-se o uso aos extrativistas. Pela primeira vez, a mão do Estado estava orquestrando a favor dos seringueiros.

Uma coisa que as Resex nos assegura, mesmo que você não faça nada [...] é o controle da terra. Quando o governo federal cria, o decreto já diz que a terra é destinada para quem mora lá dentro. Como é decreto do presidente da república, tem uma força muito grande que só o congresso pode derrubar. Isto nos dá força

⁷⁷ Dentre as categorias de UCs existentes na época, as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) também permitiam o uso dos recursos naturais, mas não exigiam a desapropriação das propriedades privadas em seu interior. Outra categoria que convivia com a permanência das populações pré-existentes, as Florestas Nacionais, não lhes garantia o direito exclusivo de exploração dos recursos da Unidade. Nas demais categorias, ainda vigorava o “mito da natureza intocada” (DIEGUES, 2000), seguindo um modelo praticado nos Estados Unidos, segundo o qual a única forma de proteger a natureza é afastá-la do homem, gerando a expulsão das populações residentes em áreas que viriam a ser transformadas em Unidades de Conservação. Portanto, as Reservas Extrativistas são inseridas em um debate sobre a relação “Sociedade x Natureza” que permeia toda a discussão sobre Unidades de Conservação.

diante do ministério público, diante da polícia. Por mais que ainda aja pressão, que ainda aja ameaça de invasão, mas já é um passo fundamental. Porque como a comunidade já vem agüentando aquilo antes de ser criada, quando ela cria, ela imbui a comunidade de uma força gigantesca. (Liderança-CNS Pará)

O usufruto dos seringueiros com indivisibilidade da unidade de produção retoma a idéia de posse condominial, tendo na colocação sua unidade produtiva, e ao mesmo tempo como algo comum, uma vez que os varadouros eram comuns, assim como a caça era vista como um recurso natural coletivo.

Para o fazendeiro, o que interessa é a terra como meio de acumulação e de realização da renda, seja através do seu uso, ou da sua comercialização como mercadoria [...] na reserva, a terra não se constitui em equivalente de mercadoria que possa ser vendida; ela é considerada um bem, cujo direito de posse se consolida a partir de seu uso adequado de forma individual, desde que seja resguardado o interesse coletivo da reprodução social dos extratores. (CALAÇA, 1993, p. 233)

Entretanto, é importante salientar que apesar da posse coletiva o uso de unidades específicas é individual ou familiar. Como nos lembra Diegues (2001), nos sistemas comunitários existem os lugares de uso comum e outros de apropriação individual. Tem-se clareza de quem é o “dono” da colocação, das estradas de seringa ou do castanhal, e o uso indevido é motivo de vários conflitos nessas áreas. O que diferencia do modelo capitalista de propriedade é que sua definição se faz pelo uso, fundamentado no direito consuetudinário, e não pela simples posse “contratual” jurídica. Uma colocação abandonada pode ser ocupada por outro seringueiro que passa a fazer uso de suas estradas de seringa e ser considerado o novo “dono” do local. Portanto, esse sistema de propriedade vigente no seringal remete a uma outra racionalidade, diferente daquela que impera sob os jugos do capital.

Institucionalmente, para viabilização legal dessa relação de propriedade, utilizou-se como instrumento a **concessão de direito real de uso**, amparado no Decreto-lei nº 271, de 1967, que declara em seu artigo sétimo:

Artigo 7º É instituída a concessão de uso de terrenos públicos ou particulares remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel, **para fins específicos de regularização fundiária de interesse social**, urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, **preservação das comunidades tradicionais e seus meios**

de subsistência ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas.
(Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007) (BRASIL, 1967a)

Com este artifício, resolveu-se a questão da titularidade e uso da terra, ao tempo em que imputou-se ao seringueiro a responsabilidade para com a área ocupada, pois uma vez que “o contrato de concessão incluirá o plano de utilização aprovado pelo Ibama e conterà cláusula de rescisão quando houver quaisquer danos ao meio ambiente ou a transferência da concessão inter vivos” (BRASIL, 1990a), ele perderia esse direito caso infringisse alguma das regras acordadas coletivamente. Aqui se insere uma discussão: situando esta proposta em um Estado de classe, que historicamente se organiza em favor da classe dominante, ser o detentor da propriedade não lhe garantiria a organização contra a classe trabalhadora? Camely (2009) traz reflexões sobre o assunto, quando afirma que:

[...] a criação da Reserva Extrativista não garante aos seringueiros a propriedade da terra e submete a população camponesa da reserva à tutela do Estado, pois sua forma de viver e produzir está regulada pelas regras ambientais impostas, além de estarem submetidos a normas estranhas ao seu modo de vida e de produção. (CAMELY, 2009, p. 217)

Para a autora,

[...] estas áreas são passíveis de serem transformadas em outros usos dependendo dos interesses de mineradoras, hidrelétricas, madeireiras, grandes pecuaristas, monocultura da soja e cana para biodiesel, etc. Conforme forem os ciclos de expansão e de uso dos grandes grupos monopolistas aos quais o Estado serve, em detrimento dos interesses do povo e da grande massa de camponeses. (CAMELY, 2009, p. 240)

Para nós, essa afirmação não pode ser feita *a priori*. Embora reconheçamos o caráter de classe assumido historicamente pelo Estado, entendemos que, naquele momento, a propriedade estatal representou uma segurança jurídica contra a pressão para a venda da propriedade, dessa forma, retirou-se a terra do mercado representando, sim, uma vitória da classe trabalhadora. Cabe-nos considerar este aspecto na análise das futuras ações pela implementação das Reservas Extrativistas, entendendo-as como situadas em um campo de disputa pelo significado de público. Da mesma forma, na proposta elaborada pelos

seringueiros as regras aplicadas nas Resex deveriam ser definidas coletivamente, com base nos usos já existentes na área.

A Resex é estabelecida como propriedade estatal, pela titularidade das terras, que existe institucionalmente segundo os princípios de uma “propriedade comunal”. O uso é garantido aos extrativistas, que dividem direitos e responsabilidades sobre os recursos, definindo regras de utilização dos recursos de propriedade comum e normas de exclusão para os externos às comunidades, possibilitando, assim, a permanência das condições de sobrevivência⁷⁸ (DIEGUES, 2001; FENNY *et al.*, 2001).

É nesse contexto que surgem o plano de utilização e a perspectiva de auto-gestão, uma vez que a forma de uso seria estabelecida em documento construído segundo as bases locais e tradicionais de uso, pelos próprios sujeitos instituintes.

3.3.2 *Autonomia nas Reservas Extrativistas*

Outro princípio que está na base do Movimento Seringueiro e, portanto, na proposta que daria origem às Reservas Extrativistas diz respeito à **autonomia**, representada pela forma de administração requerida para as Resex, como necessidade de auto-gestão, auto-governo de suas áreas e, conseqüentemente, na liberdade de tomada de decisões. Para quem viveu sob o jugo do patrão, preso ao sistema de aviamento, esse não era um fato menor. Significava estabelecer condições de liberdade de escolha, sem tutela ou coerção.

Para a ordem liberal, a liberdade é essencial, mas é entendida como a ausência de intervenção do Estado (“liberdade negativa”, ausência de impedimentos). Diferente desta tipologia, na tradição socialista, é reconhecida a necessidade da intervenção do Estado a fim de, em uma sociedade desigual, de acesso desigual, serem garantidos os direitos,

⁷⁸ Para Fenny *et al.* (2001), os desafios ao manejo dos recursos de propriedade comum, diferenciando-as das propriedades de livre acesso, residem no poder se excluir pessoas que não sejam membros da comunidade e na regulação de uso pelos próprios usuários. As Resex parecem ter condições de cumprir estas duas prerrogativas.

caracterizando assim, a “liberdade positiva” (BORON, 2003). Esta intervenção é inconcebível para os liberais uma vez que considera “natural” que nem todos consigam alcançar seus objetivos e “vencer”. Para eles, a desigualdade é necessária para que ocorra concorrência e competição, entendidas como primordial (HAYEK, 1998). Ao mesmo tempo, é concedida às classes subalternas uma igualdade abstrata, afirmada na esfera dos direitos civis abstratamente iguais para todos (BIANCHI, 2008). Para nós,

Autonomia significa estabelecer condições de escolha em que não haja tutela ou coerção. Ou seja, em que os sujeitos – individuais ou coletivos – não sejam dependentes de outrem para conhecer e agir, seja o Estado, o partido, uma elite econômica, política ou intelectual, um filantropo ou uma empresa [...]. Isto não significa que formas institucionais não sejam necessárias para a ação em sociedade e para a conformação de uma nação, pelo contrário, significa que tais formas devem se subordinar aos interesses e necessidades dos grupos sociais. (LOUREIRO, 2007b, p. 160-161)

A noção de autonomia reivindicada e construída pelos seringueiros não se relaciona com a autonomia burguesa, centrada na autonomia do indivíduo no mercado, nem com a ausência do Estado, uma vez que os seringueiros o entendiam como necessário para a garantia de seus direitos. Pretendiam que as formas institucionais, as regras, estivessem subordinadas aos seus interesses e necessidades.

A autonomia dos seringueiros em seu território foi, ao nosso ver, contemplada pela legislação ao lhes conferir a responsabilidade de elaboração do plano de utilização, que destacaria as regras a serem seguidas na Resex e imputar ao Ibama a responsabilidade de apenas “supervisionar” este plano. O moderno (ciência) se rende ao tradicional (saber) a partir do momento em que as regras de gestão daquele território são definidas pelos conhecimentos tradicionalmente produzidos, no exercício do fazer. O plano de utilização seria discutido pelos comunitários, definindo o que é permitido ou proibido naquela unidade territorial, e caberia ao Estado (representado pelo Ibama) tão somente referendá-lo e observar a sua aplicação, em seu poder de fiscalização. Cabe ao poder público assegurar-se da destinação correta da área, mas os termos sob os quais ocorrerá esta destinação serão definidos pela população beneficiária no

contrato. O poder de polícia, que antes aparecia em contraponto aos seringueiros, indo aos locais de empate para garantir a propriedade dos supostos donos dos seringais, passaria a ser utilizado, através do Ibama, para garantir a utilização correta das áreas extrativistas segundo normas supostamente definidas pelos seringueiros.

Para nós, esse fato remete ao caráter público⁷⁹ das Resex, determinando ao Estado o papel de garantia de recursos, condições de permanência das populações no local, cumprimento das prescrições legais, porém não lhe imputando o papel de educador, de definidor das normas, o qual seria de responsabilidade dos moradores. Vejamos o que diz Marx, ao discutir proposta referente a escola pública:

Uma “educação do povo a cargo do Estado” é absolutamente inadmissível. Determinar por uma lei geral os recursos das escolas primárias, as aptidões exigidas ao pessoal docente, as disciplinas ensinadas etc., e, como acontece nos Estados Unidos, fiscalizar por meio de inspetores do Estado a execução dessas prescrições legais é completamente diferente de fazer do Estado o educador do povo! Ao contrário, é preciso, pelas mesmas razões, banir da escola qualquer influência do governo e da igreja [...] ao contrário, é o Estado que precisa ser rudemente educado pelo povo. (MARX, 2004, p. 150-151)

Apesar de referir-se ao sistema escolar, podemos compreender que cabe a um Estado democrático e popular a garantia das condições para funcionamento da sociedade, deixando ao povo a elaboração de suas próprias regras. O que não significa que ignoramos a necessidade de mediações no processo de construção do conhecimento ou de constituição das normas sociais. Apenas reconhecemos que em uma prática democrática esta mediação precisa ser realizada de forma a garantir a centralidade dos sujeitos da ação, em uma perspectiva popular.

⁷⁹ É importante estabelecer a diferenciação entre a propriedade *estatal* e o caráter *público* dessa propriedade, termos muitas vezes tidos como sinônimos no senso comum. Aproveitamos a reflexão de Martorano (2002), ao referir-se à estatização dos meios de produção em uma revolução socialista, quando destaca que a relação *jurídica* de propriedade é apenas um aspecto do problema, porém que apenas a relação de propriedade manifesta no processo de produção social, na sua dimensão econômica definirá “a ‘utilização’, o ‘uso’ dos meios de produção para determinados fins, garantindo a coordenação e a direção do processo de trabalho para alguns agentes, e não para outros [...]” (MARTORANO, 2002, p. 65). Entendemos que a Resex se fará pública na medida em que houver democratização dos meios de decisão, uma vez que o Estado, na forma de sua burocracia, pode-se tornar o novo padrão que definirá as leis a serem aplicadas nessas UCs (afinal, a ele pertence a propriedade!).

Para Almeida *et al.* (2002, p. 145) o plano de utilização “dava corpo à idéia de que um direito agrário coletivo (o direito do usufruto da floresta) tinha como contrapartida um dever também coletivo (o de conservar os recursos da floresta)”. Estaria aí ancorada a dimensão de autonomia almejada e construída pelos seringueiros, no sentido de definição de suas próprias normas. Projeto que havia se consolidado anteriormente em sua proposta de auto-formação no Projeto Seringueiro, no qual as decisões eram tomadas na comunidade, desde o local de instalação da escola, até a distribuição dos recursos. Portanto, não se tratava de uma política que respeitasse os seringueiros, mas de uma política **construída por eles** para sua própria aplicação.

As Reservas Extrativistas quando elas eram criadas, a primeira coisa que a comunidade fazia era se reunir, fazer uma assembléia com todos os moradores, com quase todos os moradores, a gente ficava entre quatro e seis dias discutindo como que ia, a partir daquele dia que tinha sido decretado, ia se usar aquela área e aí passava pelo peixe, pela madeira, pela caça, pela caça com cachorro, pela criação de pequenos animais, a gente pegava todo o recurso que nos rodeia e dizia isso vamos usar assim, isso não pode ser usado [...] e a comunidade, isso era a base legal. Era chamado de plano de utilização. Porque o governo doa a área mas em cima alguns critérios, algumas exigências. E era muito bom, porque você fazer lei para você mesmo cumprir é muito bom. (Liderança-CNS Amazonas)

Entretanto, essa conquista não vem isenta de contradições, o que fica ressaltado na aprovação do Plano de Utilização da Resex Alto Juruá. Entre a minuta construída pelos seringueiros e a versão aprovada pelo Ibama havia uma diferença: a questão da caça que foi minuciosamente detalhada por aqueles, especificando regras como proibição de caçada com cachorro e de espécies em extinção, foi retirada do texto final (BRASIL, 1995a). Almeida e Pantoja (2004) relatam que esta discrepância fez com que nesta Reserva ficassem conhecidas a “Lei da Reserva” (minuta aprovada em assembléia em 1991 e repassada aos moradores segundo a tradição oral) e o Plano de Utilização (versão aprovada pelo Ibama e distribuída em folhetos por este órgão, em 1995), retratando os limites impostos pela institucionalização⁸⁰.

⁸⁰ Quando da discussão do Plano de Utilização da Resex Chico Mendes, um Ofício encaminhado à Associação da Reserva explica que foram retirados os itens referentes ao assunto “caça”, pois contrariava as normas vigentes no país (CNPT, 1994a), o que demonstra as limitações do órgão governamental para lidar com questões do direito consuetudinário. Posteriormente, em um roteiro elaborado para orientar a criação e legalização das

3.4 Significado da institucionalização para a luta dos seringueiros

3.4.1 Projeto de Assentamento e Unidade de Conservação: duas institucionalidades, uma mesma proposta

No decorrer deste capítulo, acompanhamos como as Reservas Extrativistas foram se configurando como tal, entendendo a convergência de diferentes atores em função da proteção ao meio ambiente. Procuramos explicitar como a proposta dos seringueiros de uma reforma agrária específica para a Amazônia foi assumindo contornos de proteção ambiental com justiça social. Disputas eram realizadas tanto na sociedade política (*locus* governamental onde a proposta seria situada) quanto na sociedade civil (movimento que protagonizaria a proposta), assim como modificações em ambas as esferas (extinção do INCRA, criação do Ibama, aproximação com o movimento ambientalista, assassinato de Chico Mendes) contribuiriam para os eventos que vinculariam as Reservas Extrativistas à política ambiental, como UCs.

Acreditamos que o prioritário para os seringueiros estava centrado na segurança jurídica de posse da terra e na proteção ao seu modo de vida, que, por sua vez estava atrelada à floresta. A abstrata separação (ambiental/agrária) imposta pela compartimentalização das relações sociais sob o modo capitalista de produção não representava a realidade de seu modo

Reservas Extrativistas, volta-se a tratar do assunto caça, da seguinte maneira: “A fauna silvestre é considerada pela legislação federal como um bem público, ou seja, não tem dono, é inapropriável, mesmo encontrando-se em propriedade privada. A caça profissional é proibida pelo Código de Proteção à Fauna. **Quanto à caça de subsistência, não há uma previsão legal explicitando sua proibição, mas entende-se que as restrições existentes ocorrem quando apresentam riscos ao equilíbrio ecológico, ou o animal caçado está em extinção**” (Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/resex/novas.htm>. Acesso em: 06 jul. 2007). A aprovação da lei 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais) veio contemplar esta questão ao não configurar crime o abate de animais para saciar a fome de agente ou de sua família. Mesmo assim, alguns fiscais do Ibama ainda interpretam que esse aspecto só pode ser considerado em caso de absoluta necessidade, quando não houvesse nenhuma outra alternativa de alimentação, o que não representa a situação em uma Reserva Extrativista. Por outro lado, Costa (1998) relata as dificuldades de assimilação das peculiaridades do plano de utilização em detrimento dos planos de manejo exigidos em outras áreas de conservação. Segundo a autora “com isso, o Ibama teria que aceitar que havia um modo ‘tradicional’ de uso da floresta, que não era um plano concebido por biólogos ou engenheiros florestais, mas sim um plano elaborado a partir da experiência construída durante mais de um século pelos próprios moradores da floresta” (COSTA, 1998, p. 69).

de vida, na apreensão do “real vivido”. Mais do que o *locus* onde estaria ancorada a proposta, importante era o significado que ela tomaria na luta dos seringueiros e sua identificação com a luta dos trabalhadores em geral.

[...] a única clareza que a gente tinha lá naquela época era de que a gente precisava criar instrumentos pra acabar com o conflito de terra [...] questão de educação, saúde, tudo isso agente pensava, mas o principal mesmo, o anseio de tudo era que se acabar o conflito, se o seringueiro ficar tranqüilo na sua colocação já está tudo resolvido. (Liderança-CNS Acre)

Independente da forma institucional adquirida por sua reivindicação (PAE, Resex), os seringueiros tinham claro que sua proposta era de uma reforma agrária para os seringueiros, de uma área onde pudessem produzir segundo suas tradições, e da tensão envolvida entre o seu projeto de desenvolvimento e os pilares da exploração capitalista da Amazônia representada na exploração agropecuária. Esta “idéia” recebeu o nome de Reserva Extrativista, desde o momento em que a conceberam e publicizaram, no I ENS. O fato de, por uma conjuntura histórica, elas serem inseridas no aparato jurídico inicialmente com o nome “Projeto de Assentamento Extrativista” não foi o suficiente para demarcar esta diferenciação para os seringueiros.

Nas entrevistas realizadas e nos documentos analisados, percebeu-se que, mais do que se a área é um PAE ou uma Resex, o que estava inicialmente em questão era a forma como seria gerida, o grau de participação dos seringueiros e o uso que se faria da floresta. É comum ouvirmos a referência à “Resex” Cachoeira, quando, na verdade, trata-se de um PAE. O que existe e sempre existiu é o conceito contido na idéia da Reserva Extrativista. Assim, seguem coexistindo PAEs⁸¹ e Resex, diferenciados não no conteúdo da proposta inicial ou em sua descrição jurídica, mas na materialidade imposta pela forma concreta como seriam implementados, produto dos atores e interesses envolvidos em sua consolidação.

⁸¹ Além da mudança operada em 1996 para Projeto de Assentamento Agroextrativista, outras modalidades de assentamento foram criadas, no âmbito do INCRA: Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projeto de Assentamento Florestal (PAF), todos com alguns aspectos contidos nos PAEs. No entanto, não nos deteremos nessas modalidades, uma vez que não é objeto dessa tese. Basta-nos ressaltar que o projeto foi sofrendo modificações de quando inicialmente proposto e sendo fragmentado enquanto público alvo e modelo de gestão.

Como já afirmamos, a incorporação da questão ambiental a uma luta inicialmente agrária não consiste, em si, um problema. O problema consiste em sua posterior desvinculação em relação à questão agrária. Ou seja, situa-se na abstrata separação das esferas sociais e sua conseqüente despolitização, o cerne da questão que vai desvencilhar a luta pelas Reservas Extrativistas da luta pela terra.

Nesta tese, optamos pelo estudo das Resex por focarmos nosso interesse no desenvolvimento da política ambiental. Apesar de reconhecermos a importância dos PAEs como primeira institucionalidade, verificamos que foi para as Resex que se deslocaram as disputas dos sujeitos envolvidos no Movimento Seringueiro, substituindo a luta por institucionalização pela luta por implementação. Esperamos que, ao situar os PAEs no histórico de criação das Resex, como parte do processo de institucionalização de uma demanda de um movimento social, auxilie em estudos futuros sobre os rumos tomados por esta e outras categorias de assentamento que vieram a ser institucionalizadas junto ao INCRA.

3.4.2 Limites e contradições do caráter institucional

Acompanhando os acontecimentos que constituíram a institucionalização das Reservas Extrativistas enquanto Unidades de Conservação da natureza, percebemos o caráter transitório das leis e como elas representam a configuração de forças do momento em que é aprovada. Sendo assim, não são imutáveis e sequer representam o desejo de toda uma sociedade como se esta homogênea fosse. Ao contrário, a cristalização na forma de uma lei esconde um terreno de debates sobre o qual ela foi construída, inserindo-a em outro campo de disputa sobre o qual ela será aplicada e questionada⁸².

⁸² A lei como expressão de uma totalidade deve ser apreendida como nos ensina Lukács (2007, p. 59): “[...] cada totalidade é relativa e mutável, mesmo historicamente: ela pode esgotar-se e destruir-se – seu caráter de totalidade subsiste apenas no marco das circunstâncias históricas determinadas e concretas”. Ao mesmo tempo, pode ser compreendida como constituindo o “mundo da pseudoconcreticidade” (KOSIK, 2002) na medida em

A análise de conjuntura é importante para um Movimento que se faz, e em seu fazer-se está inserido em uma sociedade também em transformação. É o sujeito que constrói e ao mesmo tempo é construído por essa sociedade, portanto, sujeito histórico. Ao mesmo tempo, essa discussão nos permite explicitar como a lei é resultado de uma situação conjuntural refletindo o movimento da sociedade civil (onde são construídos os consensos) para então transformar-se no elemento de coerção (lei) que vai “moldar e submeter” os que não são aliados, à nova situação. Como defende Coutinho (1984, p. 79, grifo do autor):

No âmbito da sociedade civil, as classes buscam exercer sua *hegemonia*, isto é, buscam ganhar aliados para as suas posições através da *direção* e do *consenso*. Por meio da sociedade política, ao contrário, exerce-se sempre uma ditadura, ou mais precisamente, uma *dominação* mediante a *coerção*.

Assim, força e consenso (ou convencimento) co-existem no processo de manutenção da hegemonia. Nas palavras de Gramsci:

[...] O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis para a máxima expansão desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo. (GRAMSCI, 2007, p. 41-42)

A permeabilidade do Estado na incorporação de demandas dos grupos subalternos, subtraindo-os de sua lógica e ao mesmo tempo apresentando-se como universal, faz parte do processo de construção da hegemonia, onde força-consenso operam como par dialético do

que é tomada como um aspecto independente e natural, aparecendo aos sentidos como a realidade pura, quando na verdade representa tão somente o mundo dos fenômenos. Dessa forma, essência e fenômeno (unidade dialética que forma a realidade) mostram-se dissociados e independentes obscurecendo a relação entre eles, fazendo com que o observador, em uma ação imediata, direta, perceba a realidade em uma de suas partes, uma vez que o fenômeno, a aparência da “coisa” é entendida como sua essência, nada mais tendo a descobrir. Para Kosik, a divisão do trabalho, a divisão da sociedade em classes, e a hierarquia de posições sociais sobre a qual a sociedade se fundamenta determina uma “praxis utilitária” com a qual o homem seria capaz de se localizar no mundo, manejá-lo, porém não teria a compreensão das coisas e da realidade em sua totalidade. Essa práxis, portanto, revela o mundo das aparências, da pseudoconcreticidade. Por outro lado, uma “praxis revolucionária” advém da destruição da pseudoconcreticidade e é capaz de permitir a transformação da realidade, na medida em que nós mesmos produzimos a realidade e que sabemos disto.

Estado. Assim, Marx e Engels (1999) criticam a visão das leis como formuladas de forma neutra, caracterizando-as como a forma da classe dominante fazer valer seus interesses comuns, através do Estado, de maneira a aparecer como os interesses de todos os cidadãos, em *livre* vontade. Para esses autores, “todas as lutas no interior do Estado, a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito do voto etc., etc., são apenas as formas ilusórias nas quais se desenrolam as lutas reais entre as diferentes classes” (MARX e ENGELS, 1999, p. 48). Mais uma vez citamos Gramsci:

Supõe-se que o direito seja a expressão integral de toda a sociedade, o que é falso [...]. O direito não exprime toda a sociedade (pelo que os violadores da lei seriam seres anti-sociais por natureza, ou deficientes mentais), mas a classe dirigente, que “impõe” a toda a sociedade aquelas normas de conduta que estão mais ligadas à sua razão de ser e ao seu desenvolvimento. A função máxima do direito é esta: pressupor que todos os cidadãos devem aceitar livremente o conformismo assinalado pelo direito, de vez que todos podem se tornar elementos da classe dirigente; no direito moderno, portanto, está implícita a utopia democrática do século XVIII. (GRAMSCI, 2007, p. 249)

No entanto, concordamos com Boron (2003, p. 220) quando afirma que

Não se constrói um mundo novo, [...], se não se modificam radicalmente as correlações de forças e se derrotam inimigos poderosíssimos. E o Estado é precisamente o único lugar onde se condensam as correlações de forças. Não é único, mas é, de longe, o principal. É o único a partir do qual, por exemplo, os vencedores podem transformar seus interesses em leis e construir um âmbito normativo e institucional que garanta a estabilidade de suas conquistas.

Ao tratar da sociedade civil como espaço onde se desenvolvem as lutas de classe, não se desconsidera a importância do aparelho coercitivo do Estado na solidificação das conquistas obtidas nessas lutas. Apesar de sua ação como interventor em favor da classe expropriadora e seu papel funcional ao capital na contenção da luta de classes, o papel do Estado de universalizar os direitos, através de sua institucionalização na forma de leis não pode ser desprezado, e isto não significa imaginá-lo neutro ou não portador do caráter de classe. Isso significa que, sejam quais forem as derrotas que sofrem os trabalhadores ou as conquistas obtidas após suas lutas, ambas só são aplicáveis a todos os trabalhadores após sua constituição em leis.

Não podemos desconsiderar que a conquista é importante para mostrar que é possível, mas, uma vez que não está acompanhada de uma mudança nas relações de produção da sociedade onde está inserida, não pode apagar os sentidos da luta, sob o risco de ter seu potencial contra-hegemônico anulado. É preciso reconhecer que as leis nada representarão se não vierem precedidas e acompanhadas de um processo de educação da sociedade para o “dever ser”⁸³.

A institucionalidade garantiu que a Resex, enquanto expressão de uma territorialidade seringueira, passasse a ser incorporada em outras regiões expressando também as territorialidades cabocla, caiçara, de quebradeiras de coco babaçu etc. Por isso, mesmo sabendo da mutabilidade das leis e do que representam em uma sociedade capitalista, não podemos abdicar de sua importância na garantia e universalização de algumas conquistas. São representantes das contradições presentes na sociedade apresentando a possibilidade de avanços e conquistas. Tampouco podemos ser paralisados por elas por saber que apenas a sua aplicabilidade, que dar-se-á no fazer, poderá nos mostrar o quanto estas leis e instituições dão conta das demandas que as suscitou. Nisto consistem os desafios do processo de implementação dessas leis, por representarem o espaço onde os diferentes sujeitos, portadores de projetos de sociedade distintos, disputarão os sentidos que as Resex poderão vir a tomar.

⁸³ Para Gramsci (2007) a diferença entre o diplomata e o político é que este baseia-se no “dever ser”, enquanto aquele apenas no “ser”, perdendo todo o seu potencial transformador, uma vez que seu papel é justamente “conservar, dentro de determinados quadros jurídicos, um equilíbrio já existente” enquanto que o “político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação de seus desejos e sonhos” (GRAMSCI, 2007, p. 35).

CAPÍTULO 4 CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS RESEX

Criticar o Estado significa, antes de mais nada, compreender que ele não é uma coisa em si mesma, mas uma forma de relação social. Significa empreender o trabalho de ‘descoisificação’ das estruturas estatais e interpretá-las como momento de uma complexa rede de relações entre os indivíduos entre si e dos indivíduos com os processos sociais. É situar o Estado dentro da totalidade do sistema de produção e reprodução das relações sociais historicamente determinadas no qual ele existe.
(ACANDA, 2006, p. 152)

Após ultrapassado o passo de institucionalização das Reservas Extrativistas, acompanhado no capítulo três desta tese, fazia-se necessário consolidar estas Unidades através de sua implementação. Procuraremos, neste capítulo, compreender as disputas que ocorriam no terreno que sustentava as Resex para compreendermos os caminhos seguidos em sua implementação e a implicação destes na reconfiguração do Movimento Seringueiro, fatos que trataremos nos capítulos seguintes. Entendendo o Estado em sua formação político-institucional (sociedade política) em dialética articulação com os aparelhos privados de hegemonia (na sociedade civil), responsáveis pelo conteúdo ético do Estado, seguiremos com uma discussão sobre as principais transformações em curso no Estado nas quais se inseriram as Resex, e os primeiros passos seguidos para a sua implementação, condicionados pelas relações sociais nas quais se inseriam.

4.1 Em qual Estado as Resex foram incorporadas?

Da mesma forma que, no segundo capítulo, abordamos algumas transformações que ocorreram no Brasil, sobretudo na Amazônia, e que influenciaram a formação do Movimento Seringueiro no decorrer das décadas de 1970 e 1980, precisaremos agora entender em que Estado as Resex se inseriram. A partir disso, poderemos então analisar as implicações de seus fundamentos formadores para as Resex e seus sujeitos instituintes.

Interessa-nos também acompanhar as principais transformações observadas no Estado brasileiro durante o período de implementação das Resex (década de 1990), especialmente marcado por um processo de neoliberalização. A discussão da (re)organização do Estado brasileiro com o ajuste neoliberal possibilita uma reflexão sobre os impactos destas transformações nas políticas públicas que incidiram na política ambiental amazônica, especialmente nas Reservas Extrativistas, assim como nos permite analisar criticamente a implicação dessas transformações no curso assumido pelos diferentes atores que compunham e/ou apoiavam o Movimento Seringueiro.

4.1.1 A fase neoliberal do capitalismo e o consenso de Washington

Para situar historicamente a fase neoliberal do capitalismo, é importante salientar que o “pai do neoliberalismo”⁸⁴ Friedrich A. Hayek, prêmio Nobel de economia de 1974, formulou suas teorias, minuciosamente expostas em seu livro mais famoso, “*O caminho da servidão*”⁸⁵ em um campo de disputa ideológica com Keynes, em relação ao “Estado de bem estar social” (*Welfare State*). O liberalismo keynesiano previa um Estado de intervenção política, social e econômica, regulador do mercado, enquanto Hayek propunha um Estado mínimo, de mercado livre. Suas idéias não tiveram grande repercussão até que o capitalismo entrasse em crise na década de 1970 e elas passassem a ser necessárias à manutenção do sistema. Aceitas e aprovadas por seu provável opositor, Keynes⁸⁶, as idéias de Hayek

⁸⁴ Não ignoramos, como bem demonstrado por Pereira (2009), o papel do Banco Mundial como real definidor das políticas que seriam implementadas sob o viés neoliberal, nos mais diversificados países. Entretanto, entendemos ser importante a compreensão da base teórica que lhe deu sustentação.

⁸⁵ O nome escolhido para o livro faz referência à tese defendida por Tocqueville de que a busca pela igualdade poderia levar a dois caminhos: anarquia ou servidão, esta última caracterizada por uma servidão ao Estado totalitário, identificado com o Estado intervencionista que Hayek buscou combater.

⁸⁶ Montañó (2007) chama a atenção que a disputa entre as idéias de Hayek e Keynes (neoliberalismo e keynesianismo) situa-se no mesmo campo liberal, fiéis aos fundamentos básicos do liberalismo. São apenas tendências, funcionais a diferentes momentos históricos, de diferentes necessidades do capital e distintos estágios das lutas de classes.

resgatam fundamentos do liberalismo clássico e estabelecem no mercado o *locus* da liberdade.

O que Hayek diz sobre o Estado? Para ele,

O Estado deve limitar-se a estabelecer normas aplicáveis a situações gerais deixando os indivíduos livres em tudo que depende das circunstâncias de tempo e lugar, porque só os indivíduos poderão conhecer plenamente as circunstâncias relativas a cada caso e a elas adaptar suas ações [...] daí o conhecido fato de que, quanto mais o Estado 'planeja', mais difícil se torna para o indivíduo traçar seus próprios planos. (HAYEK, 1998, p. 88)

Segundo sua concepção, o liberalismo é inseparável da instituição da propriedade privada, e tem como conceito central a aplicação de regras universais de conduta justa, para proteção dessa propriedade. Hayek deixa claro o papel do Estado como coercitivo, protetor da propriedade, e despreza normas que regulamentem a ação entre os indivíduos de forma planejada, organizada, segundo um objetivo comum. Torna-se central a defesa da liberdade voltada para uma liberdade individual, onde o indivíduo pode realizar-se em toda sua plenitude, de acordo com os *seus* objetivos. O autor refere-se à ordem do mercado como espontânea, baseada na conciliação de diferentes objetivos para o benefício mútuo dos participantes.

No Estado de direito defendido por Hayek, os homens não deverão se sujeitar a regras que lhes digam o que fazer, apenas a regras que lhes digam o que **não** devem fazer, no sentido de não infringirem o domínio protegido de cada um. Assim, o homem livre poderá com seus próprios meios e conhecimentos atingir seus próprios objetivos. Apenas sorte e habilidade guiará este homem, atomizado e desvinculado das condições sociais em que está inserido. Para o autor, o mercado é o lugar da liberdade. Um mercado auto-regulado e auto-organizado é desejável para que os indivíduos possam, em total liberdade (negativa) desenvolver todas as suas potencialidades, podendo negociar seus produtos da melhor forma que conseguirem.

Em contraposição à justiça social, nas regras de conduta justa assumidas por Hayek, as ações não são fruto de intencionalidade, visando um objetivo comum definido. Não faz

sentido descrever como justa ou injusta a forma pela qual o mercado (neutro) distribuiu as coisas boas desse mundo entre pessoas específicas. Ele afirma que as diferenças observadas entre os indivíduos são involuntárias, mas inevitáveis na posição material das diversas pessoas, não havendo um responsável pelo fato de apenas algumas pessoas conseguirem certas coisas. O autor ainda afirma que todos, ricos e pobres, concordaram em “jogar o jogo” e que têm “obrigação moral” de respeitar os resultados, mesmo que sejam negativos (HAYEK, 1998).

Hayek considera necessário que o governo desenvolva algumas tarefas de prestação de serviços ao cidadão, desde que não goze de monopólio, não atrapalhando os esforços “muito mais compreensivos” da sociedade espontaneamente ordenada, e que os recursos sejam levantados segundo uma regra que se aplique uniformemente a todos, eliminando, dessa forma, qualquer caráter redistributivo, pois implicaria a concessão de privilégios injustificáveis a determinados grupos, uma vez que para ele

Uma conseqüência necessária disso [Estado de Direito] – contraditória apenas na aparência – é que essa **igualdade formal** perante a lei conflita e é de fato incompatível com qualquer atividade do governo que vise a uma **igualdade material** ou substantiva intencional entre os diferentes indivíduos, e que **qualquer política consagrada a um ideal substantivo de justiça distributiva leva à destruição do Estado de Direito** [...] É inegável que o Estado de Direito produz desigualdade econômica – tudo que se pode afirmar em seu favor é que essa desigualdade não é criada intencionalmente com o objetivo de atingir este ou aquele indivíduo de modo particular. (HAYEK, 1994, p. 91, grifo nosso)

Ao mesmo tempo, nesta passagem singular, Hayek é claro quanto à necessidade da (aparente) impessoalidade do causador das desigualdades para a manutenção da ordem:

À medida que **se torna evidente** à maioria das pessoas que a situação do indivíduo não é determinada por forças impessoais, como resultado da concorrência, mas pela decisão de uma autoridade, mudará necessariamente a atitude de cada um para com a sua posição na ordem social [...] A desigualdade gerada por forças impessoais é, sem dúvida, **melhor suportada**, e afeta bem menos a dignidade do indivíduo, do que quando é intencional. (HAYEK, 1994, p. 112, grifo nosso)

Marx e Engels (1998) já destacavam a importância da revolta contra as condições da sociedade, contra a “produção da vida” e a “atividade total sobre a qual se baseia” para a

formação de uma massa revolucionária. A *impessoalidade* do mercado proposto por Hayek, em substituição ao Estado como regulador, é providencial para que não exista choque entre as classes, em uma estratégia de apaziguamento claramente pensada, uma vez que “o descontentamento de todos com a própria sorte crescerá inevitavelmente com a consciência de que ela resulta das decisões de alguém” (HAYEK, 1994, p. 113). Na sociedade liberal, a *mão invisível* do Mercado não materializaria o *quem* culpar, ou contra *quem* reclamar em uma ilusão de que todos sairão beneficiados (BORON, 2006). Ao mesmo tempo, a participação de todos nos rituais democráticos (formais) é estratégica à manutenção do sistema, uma vez que permite a construção da idéia do Estado de todos.

As duas crises do petróleo (1973 e 1979), as crises fiscais dos Estados centrais e o retorno da inflação, consumados pela elevação dos juros americanos em 1979, somados à chegada de Margaret Thatcher (Reino Unido, 1979) e Ronald Reagan (Estados Unidos, 1981) ao poder, construíram as condições necessárias para a adoção dos ideais neoliberais como nova fase do capitalismo (PAULANI, 2006). Com a crise da dívida em 1982 e sua renegociação com os credores, inicia-se o “ajuste estrutural” em países da América Latina⁸⁷, seguindo-se normas estabelecidas pelo posteriormente intitulado Consenso de Washington, no final dos anos 1980. Para renegociar a dívida, os países precisariam fazer mudanças estruturais inseridas em um pacote, com condicionantes estabelecidas pelas agências multilaterais (Fundo Monetário Internacional-FMI, Banco Mundial) e pelo BID. Pereira (2009) ressalta o papel das duas primeiras instituições na aplicação das normas definidas por Washington:

O desenho dos programas de ajustamento estrutural não se deu de forma completa e acabada assim que a crise da dívida se instalou. Na verdade, o escopo e a abrangência das condicionalidades exigidas pelas gêmeas de Bretton Woods acompanharam a implementação dos programas adotados e se subordinaram à dinâmica conflitiva e às decisões dos principais atores envolvidos na gestão da crise. O FMI estabelecia metas e critérios de desempenho fiscal e financeiro bem definidos, cujo cumprimento podia ser avaliado de modo estritamente quantitativo.

⁸⁷ A primeira “experiência” latino americana de aplicação da fórmula neoliberal ocorreu no Chile, favorecido pelo golpe de Estado capitaneado pelo general Pinochet.

Já as condicionalidades fixadas pelo Banco Mundial tendiam a ser mais gerais e, por isso mesmo, seu cumprimento podia ser aferido de maneira mais flexível. Todavia, ao longo dos anos oitenta, mais do que uma complementariedade, houve uma superposição de papéis entre o Banco Mundial e o FMI — processo que já vinha ocorrendo gradualmente desde os anos sessenta —, diluindo ou mesmo fazendo desaparecer, na prática, a divisão de trabalho entre ambas [...]. (PEREIRA, 2009, p. 169)

Dessa forma, os princípios que favoreciam a circulação e reprodução do capital foram se disseminando entre os países da América Latina, que passaram a seguir a “cartilha” de Washington, em um capitalismo em tempos de globalização. O acordo incluía dez regras básicas que deveriam ser seguidas em troca de apoio financeiro e renegociação de suas dívidas: a) disciplina fiscal; b) redução de gastos públicos; c) reforma tributária; d) juros de mercado; e) câmbio de mercado; f) abertura comercial; g) eliminação de restrições ao investimento estrangeiro direto; h) privatização das estatais; i) desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas); j) direito à propriedade. Em suma, uma aplicação direta das normas defendidas por Hayek.

4.1.2 A neoliberalização do Estado brasileiro e a Reforma do Estado

No Brasil, a onda neoliberal teve início em 1990, com reformas já implementadas nos governos Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994)⁸⁸, com medidas que envolveram a abertura dos mercados e desregulamentação da economia. A abertura dos mercados teve um forte impacto sobre os seringueiros das recém-criadas Reservas Extrativistas, uma vez que acabaram os subsídios à borracha, colocando-os novamente em competição com a borracha produzida na Malásia e efetivamente provocando a queda dos preços da borracha nativa, fato que mereceu consideração no III Encontro Nacional dos Seringueiros (CNS, 1992b). Sendo assim, concomitante com a institucionalização das

⁸⁸ As reformas consolidadas nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) foram articuladas no “Plano Real” lançado em 1994, no governo Itamar Franco, tendo o futuro presidente da república como ministro da Fazenda.

Reservas Extrativistas na Amazônia, o produto na qual se baseava a economia da maioria das famílias extrativistas sofreu uma grande derrocada nos preços.

Contudo, a reforma do Estado iniciada não obteve consolidação neste momento, uma vez que o governo Collor, sem sustentabilidade política, foi absorvido por denúncias de corrupção que provocaram seu *impeachment* e o governo Itamar Franco, apesar de iniciar o processo de desregulamentação do mercado financeiro brasileiro e a abertura do fluxo internacional de capitais, concentrou-se na administração de questões internas (PAULANI, 2006). A efetiva materialização da transformação do Estado ocorreu nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso-FHC (1995-1998 e 1999-2002)⁸⁹.

Iniciada com o Plano Real em 1994, a proposta de Reforma do Estado seria sistematizada e publicizada em 1995, através do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, defendido por Bresser Pereira, titular do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE) no governo FHC. Neste plano, estavam presentes os fundamentos, objetivos, estratégias de transição e principais projetos envolvidos na reforma, cujos principais aspectos eram:

(1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua “governança”, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas. (BRASIL. *PLANO DIRETOR DA REFORMA DO ESTADO*. INTRODUÇÃO. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PLANDI1.HTM. Acesso em: 09 ago. 2008)

Em 1997, dois anos após iniciada oficialmente a reforma, Bresser Pereira assim resumiu os problemas envolvidos neste processo:

A reforma do Estado envolve quatro problemas que, embora interdependentes, podem ser distinguidos: (a) um problema econômico-político – a delimitação do

⁸⁹ Diversos autores analisam a continuidade do projeto neoliberal no Governo Lula, a partir de 2003, no entanto não trataremos desse aspecto neste trabalho, uma vez que nos deteremos à década de 1990. Para conhecimento desta análise recomendamos Paulani (2006) e Mello e Faleiros (2005).

tamanho do Estado; (b) um outro também econômico-político, mas que merece tratamento especial – a redefinição do papel regulador do Estado; (c) um econômico-administrativo – a recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo; e (d) um político – o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade, e governar. (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 7)

Para obter o consentimento da sociedade em relação às medidas a serem adotadas, muitas delas com clara repercussão no campo da perda de direitos, tentava-se forjar um consenso de que a crise enfrentada no país tratava-se de uma crise “do Estado”. Afirmava-se:

Após várias tentativas de explicação, tornou-se claro, afinal, que a causa da desaceleração econômica nos países desenvolvidos e dos graves desequilíbrios na América Latina e no leste europeu era a crise do Estado, que não soubera processar de forma adequada a sobrecarga de demandas a ele dirigidas. A desordem econômica expressava agora a dificuldade do Estado em continuar a administrar as crescentes expectativas em relação à política de bem-estar aplicada com relativo sucesso no Pós-Guerra. (BRASIL. *PLANO DIRETOR DA REFORMA DO ESTADO*. INTRODUÇÃO. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PLANDI1.HTM. Acesso em: 09 ago. 2008)

A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento. No plano econômico o Estado é essencialmente um instrumento de transferência de renda, que se torna necessário dada a existência de bens públicos e de economias externas, que limitam a capacidade de alocação de recursos do mercado. (BRASIL. *PLANO DIRETOR DA REFORMA DO ESTADO*. INTRODUÇÃO. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PLANDI1.HTM. Acesso em: 09 ago. 2008)

Afinal, como o Banco Mundial viria a afirmar,

[...] o líder eficiente dá ao público o senso de que a reforma pertence ao povo e não foi imposta de fora para dentro. A reforma do Estado requer a cooperação de todos os grupos da sociedade. A compensação dos grupos por ela afetados (que podem nem sempre ser os mais pobres) pode ajudar a garantir o seu apoio. Embora possa sair caro a curto prazo, a compensação valerá a pena a longo prazo (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 15, *apud* PEREIRA, 2009, p. 271).

Ao mesmo tempo em que tenta-se obter o consenso, apoio e aceitação da sociedade para a reforma, delimita-se o papel do Estado que se pretende formar:

É importante destacar que o compromisso fundamental do Estado não é o de realizar dentro de seu aparelho todas as funções demandadas pela sociedade. Ao invés, é o de assegurar ou facilitar a sua realização sempre que possível, o que deverá implicar a adoção de mecanismos inovadores de operação e funcionamento. (BRASIL. *PLANO DIRETOR DA REFORMA DO ESTADO*. ESTRATÉGIA DE

TRANSIÇÃO. 1995. Grifo nosso. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PLANDI7.HTM. Acesso em: 09 ago. 2008)

Além de culpabilizar o Estado pela crise, relacionando-a ao caráter assistencialista e ignorando seu caráter privatista, ainda admite-se que não será possível atender **sempre** às demandas sociais, chamando, indiretamente, a população a firmar um pacto pela melhoria de todos. Esperava-se justificar a necessidade de uma reforma que buscasse “melhorar não apenas a organização e o pessoal do Estado, mas também suas finanças e todo o seu sistema institucional-legal, de forma a permitir que o mesmo tenha uma relação *harmônica e positiva* com a sociedade civil” (BRASIL. *PLANO DIRETOR DA REFORMA DO ESTADO. OBJETIVOS*. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PLANDI6.HTM. Acesso em: 09 ago. 2008). Dessa forma, ao mesmo tempo em que não se admitia a crise como intrínseca ao capitalismo⁹⁰, esse documento deixava claro a intenção de harmonia e cooperação na sociedade civil, ignorando o caráter de classe do Estado e a conseqüente existência de espaços de lutas e disputas.

Dada a crise do Estado e o irrealismo da proposta neoliberal do Estado mínimo, é necessário reconstruir o Estado, de forma que ele não apenas garanta a propriedade e os contratos, mas também exerça seu papel complementar ao mercado na coordenação da economia e na busca da redução das desigualdades sociais. (BRASIL. *PLANO DIRETOR DA REFORMA DO ESTADO. OBJETIVOS*. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PLANDI6.HTM. Acesso em: 09 ago. 2008)

Apesar de negar a proposta de Estado mínimo do neoliberalismo, não percebemos, em toda a proposta, nada de substancial que justificasse tal consideração⁹¹. Em 1993, quando ainda não havia assumido o MARE, Bresser Pereira publicou um artigo onde afirmava:

⁹⁰ Em 2008, ao instalar-se a crise provocada pela especulação de capital financeiro, mais uma vez omite-se o aspecto intrínseco de crise do capitalismo, imputando a responsabilidade da crise aos “maus capitalistas”. Com isso, vende-se a idéia de que o problema não é o sistema em si, e sim uma apropriação errada do sistema.

⁹¹ Apesar desta proposta se identificar com os princípios da chamada terceira via (com Anthony Giddens como seu principal teórico), concordamos com Lima e Martins (2005) quando afirmam que não há discordâncias entre seus princípios e pressupostos (individualismo como valor moral radical, recusa dos direitos sociais e do

O Estado precisa de reforma. A crise fiscal precisa ser superada. A disciplina fiscal deve ser recuperada. Tornam-se urgentes reformas estruturais com o objetivo de **reduzir** o Estado, privatizar, liberalizar o comércio, desregular. Estas são reformas **orientadas para o mercado**, mas não são necessariamente liberais. Só o serão se tiverem como objetivo eliminar o Estado de qualquer ação no plano econômico” (BRESSER PEREIRA, 1993, p. 117, grifo nosso).

Nesse mesmo artigo, o autor e futuro ministro, ao criticar os programas de ajustes do FMI e as reformas estruturais do Banco Mundial, deixava claro que o problema não eram os ajustes, tratando-se apenas de adaptá-los às situações “anormais” nas quais se encontravam os países da América Latina e do leste europeu. Posteriormente, o então ministro afirmaria:

[...] a centro-direita pragmática e mais amplamente as elites internacionais, depois de breve hesitação, perceberam, em meados da década de 90, que esta linha de ação estava correta, e adotaram a tese da reforma ou da reconstrução do Estado. O Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento tornaram os empréstimos para a reforma do Estado prioritários [...] uma grande coalizão de centro-esquerda e de centro-direita assim se formou. Uma coalizão que levou governos, na América Latina, no Leste Europeu, em um grande número de países em desenvolvimento na Ásia, e mesmo nos países desenvolvidos, a promoverem a reforma do Estado **para torná-lo menor**, mais voltado para as atividades que lhe são específicas, que envolvem poder de Estado, **mas mais forte**, com maior governabilidade e maior governança, com mais capacidade, portanto, de promover e financiar, ou seja, de fomentar a educação e a saúde, o desenvolvimento tecnológico e científico, e, assim, **ao invés de simplesmente proteger suas economias nacionais, estimulá-las a serem competitivas internacionalmente**. (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 17-18, grifo nosso)

O redimensionamento do Estado é previsto de forma que este passe a executar apenas as atividades exclusivas do Estado, tendo as outras atividades, após o processo de privatização, terceirização e publicização, mantidas sob a responsabilidade direta do setor privado, de empresas contratadas para tal e do denominado setor público não-estatal, respectivamente. Assim, o Estado apenas concentra-se diretamente em algumas funções e passa a agir através de outros entes na garantia de seus interesses. Um Estado pequeno, porém forte, na manutenção de seus interesses de classe, organizador das relações que visam manter o sistema capitalista. É importante investir nesta formulação, pois ao contrário do que se

princípio da universalidade, prioridade da liberdade em detrimento da igualdade etc.) e as idéias defendidas por Hayek, que como já alertamos segue-se fiel ao liberalismo. Para os autores, a terceira via “parte das questões do neoliberalismo para refiná-lo e torná-lo mais compatível com sua própria base e princípios constitutivos” (LIMA e MARTINS, 2005, p. 43). Em função disso, trataremos, neste trabalho, de forma indistinta, liberalismo, neoliberalismo e terceira via, pois fazem parte de um mesmo conjunto de medidas de poucas nuances diferenciais com o fim de manter e dar corpo teórico e ideológico ao capitalismo.

apregoa, o Estado neoliberal não é fraco. Ele precisa ser fortalecido para “[...] o estabelecimento do novo regime mundial de acumulação, já que são os Estados que, se não formulam, implementam as políticas de liberalização, desregulamentação e privatização que esse regime de acumulação mundial requer” (CARDOSO, 2006, p. 41). Ou ainda, como afirma Lima e Martins (2005), o capitalismo não sobrevive sem o Estado e este deve estar a serviço do capitalismo. A sutileza está na forma como este Estado irá operar, através dos aparelhos privados de hegemonia, e em sua ação na forma de “Estado como se fosse um negócio” (PAULANI, 2006), no qual:

[...] brandindo-se os princípios neoliberais da eficiência, da rigidez de gastos, da austeridade [...] contrariamente ao que ocorria na fase anterior, a atuação do Estado se dá agora visando preservar não os interesses da sociedade como um todo (emprego, renda, proteção social etc.), mas os interesses de uma parcela específica de agentes, cujos negócios dependem fundamentalmente dessa atuação. (PAULANI, 2006, p. 78-79)

Não é por acaso que surge o termo que será repetidamente utilizado, no plano estatal, de “cidadão-cliente”. Segundo o plano,

Reformar o Estado [...] significa tornar muito mais eficiente as atividades exclusivas de Estado, através da transformação das autarquias em “agências autônomas” e tornar também muito mais eficientes os serviços sociais competitivos ao transformá-los em organizações públicas não-estatais de um tipo especial: as organizações sociais. (BRASIL. *PLANO DIRETOR DA REFORMA DO ESTADO*. OBJETIVOS. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PLANDI6.HTM. Acesso em: 09 ago. 2008)

Ao mesmo tempo em que afirma-se o modelo gerencial por resultados, baseado na eficiência dos processos, como o modelo administrativo a ser seguido, insere-se uma nova figura na estrutura administrativa do Estado: as organizações públicas não-estatais. Elas são definidas como “entidades de direito privado, sem fins lucrativos, que tenham autorização específica do Poder legislativo para celebrar contrato de gestão com o poder executivo e assim ter direitos a dotação orçamentária” (BRASIL. *PLANO DIRETOR DA REFORMA DO ESTADO*. OBJETIVOS. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PLANDI6.HTM. Acesso em: 09 ago.

2008)⁹². Trata-se, portanto, de transferência de responsabilidades e recursos, tornando, na prática, mais difícil a definição de onde está o papel do Estado na sociedade e visando “lograr, finalmente, uma maior parceria entre o Estado, que continuará a financiar a instituição, a própria organização social, e a sociedade a que serve e que deverá também participar minoritariamente de seu financiamento via compra de serviços e ações” (BRASIL. *PLANO DIRETOR DA REFORMA DO ESTADO*. OBJETIVOS. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PLANDI6.HTM. Acesso em: 09 ago. 2008).

O Estado passa de produtor de bens e serviços a coordenador das iniciativas privadas da sociedade civil (NEVES e SANT’ANNA, 2005), cuja governabilidade significa

[...] a articulação entre a esfera estatal e a esfera privada (base e fundamentação do conceito de público não-estatal) em âmbito nacional e internacional em uma única direção. Trata-se do duplo reconhecimento de mesmo significado: primeiramente, o capitalismo não sobrevive sem o Estado; e em segundo lugar, o Estado deve estar a serviço do capitalismo (LIMA e MARTINS, 2005, p. 51).

Como estratégia de transição baseada nas dimensões *institucional-legal* (criação de instituições normativas e organizacionais, constituindo unidades descentralizadas de gestão); *cultural* (mudança de valores burocráticos para os gerenciais)⁹³; e de *gestão* (pondo em prática as novas idéias gerenciais, em que o cidadão é entendido como cliente, tendo como critério de

⁹² Em Bresser Pereira (1997, p. 26), o autor afirma, sobre algumas dessas organizações: “na verdade, são públicas não-estatais (ou seja, usando-se os outros nomes com que são designadas, são entidades do terceiro setor, são entidades sem fins lucrativos, são organizações não-governamentais, organizações voluntárias)”. Mais à frente (p. 27), o autor critica a denominação “organização não governamental”, ocasionada, segundo ele, por uma falsa confusão entre governo e Estado, afirmando ser mais correto falar em “organização pública não-estatal”.

⁹³ Aqui, é importante inserir a análise de Faoro (1993) que destaca as contradições existentes entre um Estado burocrático e uma ordem patrimonialista, uma vez que o primeiro é regido por uma racionalidade formal, baseada na igualdade jurídica e defesa contra o arbítrio, enquanto o último rege-se por uma racionalidade material, baseada em valores éticos, religiosos e políticos, portanto, intrinsecamente dependente do arbítrio. Segundo sua análise, “entre nós, o liberalismo econômico não pôde, impedido pelo patrimonialismo, realizar a travessia entre a racionalidade material e a racionalidade formal”, com isso “o patrimonialismo, em certas situações, permanece atuante debaixo de uma ordem nominalmente racional-burocrática. Trata-se de uma ordem racional burocrática que encobre um tipo patrimonial” (FAORO, 1993, p. 29). Para o autor, que já havia desenvolvido ampla análise do caráter patrimonialista do Estado brasileiro em outro trabalho (FAORO, 2001), o Brasil “herdeiro do patrimonialismo português, recebeu, com a independência, o impacto do mundo inglês, já moderno, adotando a máscara capitalista e liberal, sem negar, ou, como se diria com mais propriedade, sem superar o patrimonialismo” (FAORO, 1993, p. 17). Esta análise é desconsiderada na transição proposta para o Estado brasileiro, sendo fundamentada na análise dos tipos de administração pública como se pudessem existir “puras” no terreno social. Dessa forma, silencia um fator importante para compreender as medidas adotadas na *aventura neoliberal* brasileira, onde podemos citar como exemplo mais gritante o confisco das poupanças pelo governo Fernando Collor (1990) e outro mais encoberto na dinâmica de privatizações nos períodos seguintes.

êxito o melhor atendimento a um menor custo), propunha-se mudanças que envolviam uma nova relação entre as entidades, baseada em controle por resultados. Esta proposição foi feita ao lado de mudanças na legislação que incluiria a flexibilização da lei trabalhista permitindo o fim da obrigatoriedade do Regime Jurídico Único para os servidores públicos federais, a flexibilização da estabilidade e mudanças na regras da aposentadoria.

Só esse tipo de cultura permite a parceria e a cooperação. Só através dela será possível viabilizar não apenas as diversas formas de parceria com a sociedade, como também a cooperação em nível vertical entre administradores e funcionários públicos, entre governo e sindicatos de funcionários. A verdadeira eficiência é impossível sem essa parceria e essa cooperação. (BRASIL. *PLANO DIRETOR DA REFORMA DO ESTADO. ESTRATÉGIA DE TRANSIÇÃO*. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PLANDI7.HTM. Acesso em: 09 ago. 2008)

Em outras palavras, pregava-se o esquecimento das diferenças, uma vez que para o Brasil funcionar precisaríamos estar todos do mesmo lado. O fato é ressaltado ao afirmar que “a administração pública burocrática, produto de um estágio inferior da sociedade, muito mais **autoritário** e **classista**, enfatiza os processos porque sabe ou supõe que não poderá punir os transgressores” (BRASIL. *PLANO DIRETOR DA REFORMA DO ESTADO. ESTRATÉGIA DE TRANSIÇÃO*. 1995. Grifo nosso. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PLANDI7.HTM. Acesso em: 09 ago. 2008). Ainda na dimensão cultural, previa-se que as atividades seriam precedidas por “um programa de sensibilização do corpo gerencial e demais servidores para a adoção do novo modelo de gestão, e apoiadas por um amplo programa de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, nas diversas escolas de governo”. Como parte da estratégia gerencial adotou-se, como já afirmamos, o conceito de “cidadão-cliente”, considerando-se que:

A administração pública gerencial vê o cidadão como contribuinte de impostos e como cliente dos seus serviços. Os resultados da ação do Estado são considerados bons não porque os processos administrativos estão sob controle e são seguros, como quer a administração pública burocrática, mas porque as necessidades do cidadão-cliente estão sendo atendidas. (BRASIL. *PLANO DIRETOR DA REFORMA DO ESTADO. AS TRÊS FORMAS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PLANDI2.HTM. Acesso em: 09 ago. 2008)

Para Bresser Pereira (1997, p. 53),

A reforma do Estado nos anos 90 é uma reforma que pressupõe cidadãos e para eles está voltada. Cidadãos menos protegidos ou tutelados pelo Estado, porém mais livres, na medida em que o Estado que reduz sua face paternalista, torna-se ele próprio competitivo, e, assim, requer cidadãos mais maduros politicamente. Cidadãos talvez mais individualistas porque mais conscientes dos seus direitos individuais, mas também mais solidários, embora isto possa parecer contraditório, porque mais aptos à ação coletiva e portanto mais dispostos a se organizar em instituições de interesse público ou de proteção de interesses diretos do próprio grupo [...] por isso as reformulações em curso são também uma expressão de redefinições no campo da própria cidadania, que vem alargando o seu escopo, constituindo sujeitos sociais mais cientes de seus direitos e deveres em uma sociedade democrática em que competição e solidariedade continuarão a se complementar e se contradizer. (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 53)

Nessa formulação desconsidera-se as desigualdades entre os “cidadãos”, entendendo-os como portadores de direitos e em situação de igualdade de condições para lutar por eles. Em nossa concepção, ao contrário, compreendemos que os homens em sociedade são desiguais e acessam de modo desigual os recursos postos em sociedade, assim como têm diferentes possibilidades de intervir nos distintos espaços públicos existentes. É necessário, portanto, o papel do Estado na garantia de condições que propiciem a igualdade no acesso aos recursos uma vez que, de forma voluntária, isso não irá acontecer. Contrapondo-se a uma noção de cidadania que incluía a luta por direitos (inclusive na definição destes), se impõe uma nova concepção, de fundo liberal, centrada na “reivindicação ao acesso, inclusão, participação e pertencimento a um sistema político já dado” (DAGNINO, 2004, p. 104).

Fiori (2001) observa que, ao adotar a estratégia dos países centrais de tornar a estabilidade monetária no objetivo prioritário de seus governos, assumindo o liberalismo como política econômica, o Brasil vê suas políticas públicas paralisadas em função dos desequilíbrios macroeconômicos ocasionados pelas altas taxas de juros utilizadas para conter a inflação. Confirmação desse fato está no constante contingenciamento de recursos destinados à saúde, educação e meio ambiente, para produção de superávit primário. O autor afirma que na década de 1990, a partir de aliança entre as classes dominantes, o Estado

brasileiro engendrou um projeto de inserção internacional e de transnacionalização do controle dos centros de decisão e das estruturas econômicas.

Em 1999, quando houve a obtenção de empréstimo internacional junto ao FMI, objetivando “salvar” o Plano Real, esse não se deu como uma imposição externa, e sim como reflexo de um plano já arquitetado internamente de cunho ideológico, sob a tutela do FMI e do tesouro americano, que transformou o governo em uma “agência de gerenciamento macroeconômico do Acordo Internacional que o salvou da falência na crise final do Plano Real e que definiu, por vários anos, o que serão os objetivos e as prioridades da nação brasileira” (FIORI, 2001, p. 26)⁹⁴.

É necessário ressaltar o afinamento das propostas de reforma do Estado no Brasil com as linhas definidas pelo Banco Mundial, o que reafirma o papel deste Banco como organizador e delineador das políticas a serem implementadas nos diferentes países. Observando os relatórios do Banco Mundial, Pereira (2009) destacou o “aparecimento” de temas como governança, parceria do Estado com órgãos privados, capital humano, desenvolvimento sustentável, investimento em capacidades humanas, inclusão social e participação, que passariam a fazer parte não apenas da carteira de projetos do Banco, mas também do discurso e da materialidade das políticas nacionais nos diferentes países que recebiam direta ou indiretamente financiamento dele, o que nos obriga a estar atentos aos sentidos e intencionalidades incorporados a esses termos.

Enfim, a concepção de papel do Estado e de público que rege a reforma do Estado dos anos 1990, assim como o engessamento de setores ligados a saúde, educação e meio ambiente terão conseqüências diretas nas ações voltadas para a consolidação das Reservas

⁹⁴ Este processo, de acordo com as nações imperialistas, remete-nos à análise desenvolvida por Mazzeo (1997), coerente ainda com as análises de Fernandes (2006), em que considera que o processo de modernização brasileira foi marcado por uma conciliação, denominada de *bonapartismo colonial*, em que a burguesia brasileira cedeu seu poder econômico para manutenção de seu poder político. Para esse autor, a sociedade brasileira é “[...] extremamente autocrática, comandada por uma burguesia débil e subordinada aos pólos centrais do capitalismo, para a qual a sociedade civil se restringe aos que detém o poder econômico, e as massas trabalhadoras constituem a ameaça constante aos seus interesses de classe.” (MAZZEO, 1997, p. 133)

Extrativistas. Da mesma forma, há um entrelaçamento entre a concepção contida na reforma do Estado, a relação que se manteria com os governos estaduais, a lógica imposta na construção das políticas estaduais de meio ambiente e na forma de financiamento dessas políticas. Dessa maneira, vão formando-se e conformando-se as relações sociais no país, em todos os níveis, uma vez que a reforma do Estado implica em novas formas de governança, baseadas em parceria, cooperação e desresponsabilização do Estado na manutenção da “coisa pública”.

4.1.3 Sociedade civil e construção da hegemonia no Estado brasileiro dos anos 1990

Com a realização da reforma do Estado, enquanto estratégia de construção da hegemonia e absorvendo alguns instrumentos de obtenção de consenso anteriormente comentados, houve uma conseqüente reconfiguração no desenho dos aparelhos privados de hegemonia, na sociedade civil, assim como a relação entre eles. Velhos, novos e renovados atores passam a ter novas funções que os mobilizam na estrutura social de acordo com o papel assumido. Cabe-nos verificar alguns contornos dessa nova configuração que influenciou e foi influenciada pelo Estado então existente, como momento constitutivo deste.

Devemos, inicialmente, ressaltar as diferenças contidas na aplicação das regras expressas no Consenso de Washington nos “países centrais” e na América Latina. Enquanto na Europa as políticas neoliberais foram aplicadas em sociedades onde, apesar do desemprego, já existiam redes de proteção social universal advindas do *Welfare State*, na América Latina essas políticas encontraram sociedades heterogêneas, desiguais e com redes de proteção social muito limitadas (FIORI, 2006). Assim, nos primeiros, o neoliberalismo chega em um momento de questionamento da intervenção do Estado, enquanto no Brasil, por

exemplo, o ajuste neoliberal ocorre em contraponto e em dissolução de conquistas ocorridas na década de 1980 e consolidadas na Constituição Federal de 1988⁹⁵.

Em consequência desse momento histórico, são constantes as propostas de reforma constitucional ocorridas na década de 1990, no sentido de flexibilizá-la ao capital, esvaziando-a de suas conquistas sociais. Leher (2002) observa que modificações inseridas na Constituição⁹⁶, como forma de viabilizar os compromissos do Consenso de Washington, contribuem para o enfraquecimento da luta sindical e para a “perda de solidariedade” entre os trabalhadores na medida em que atingem questões como perda de estabilidade, fim da isonomia, regime privado de previdência etc.

Em contraposição ao novo sindicalismo da década de 1980, marcado pela busca de autonomia, crescimento e organização com caráter classista, na década de 1990 o sindicalismo brasileiro entra em uma fase regressiva, fortemente provocada pela reestruturação das empresas e a flexibilização de leis trabalhistas, que leva a uma mudança de postura das centrais sindicais. Anteriormente combativas, com contornos socialistas e anti-capitalistas, passam a uma “acomodação dentro da ordem”, em que pesam a “defesa da política de ‘parceria’, das negociações com o patronato, das câmaras setoriais, da participação conjunta entre capital e trabalho, com vistas ao ‘crescimento do país’” (ANTUNES, 2005, p. 241).

Por outro lado, Coutinho (2006) sinaliza que a burguesia brasileira, na tentativa de obter o consenso por parte dos governados, combinando direção e dominação, trabalha na

⁹⁵ Enquanto os formuladores do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado consideraram a Constituição de 1988 um retrocesso, por “engessar o aparelho estatal” (BRASIL, 1995b), para Frigotto (2002) a organização por parte da sociedade civil comprometida com o processo de redemocratização (novo sindicalismo, movimentos sociais, emergência de partido popular de massa) teve ganhos significativos na afirmação de direitos econômicos, sociais e subjetivos na Constituição de 1988, refletidos, entre outras coisas, na ampliação de espaços públicos. Para o autor, desde o governo Fernando Collor de Mello, seguidos pelos dois mandatos de FHC, ocorre um retrocesso democrático no campo econômico-social, político e cultural.

⁹⁶ Para aprofundamento das modificações inseridas na aparelhagem estatal e dos mecanismos regulatórios assumidos na década de 90 para favorecer a implementação do projeto neoliberal, pode-se conferir os textos de Melo e Falleiros (2005) e de Algebaile (2005). Aqui, abordaremos apenas alguns aspectos desses trabalhos.

direção de permitir, tolerar e até mesmo reforçar a ação sindical desde que não ultrapassem os limites da defesa de interesses particulares e corporativos. Como nos lembra Cardoso (2006):

As relações sociais construídas pelo capital se estabelecem, se mantêm e se reforçam por meio de múltiplos mecanismos de dominação, administrados por diferentes tecnologias de poder e inculcados nos diversos aparelhos ideológicos do Estado, ou impostos repressivamente. (CARDOSO, 2006, p. 43)

Assim, paralelamente às mudanças ocorridas nos aspectos legais e institucionais do Estado, a sociedade civil também sofria modificações como parte de um processo de construção de consenso que deram legitimidade ao projeto de consolidação do neoliberalismo a partir dos dois governos FHC. A aceitação desse projeto foi facilitada pela mídia e outros agentes através de um discurso que agregava a existência de Estado pesado e ineficiente, de funcionários públicos ineficientes e excessivamente numerosos a promessas que iam de “lugar ao sol no mercado global ao desenvolvimento sustentado, da manutenção da estabilidade monetária à distribuição de renda, da evolução tecnológica à modernização do país” (PAULANI, 2006, p. 90). De fato, a propagada necessidade de integração ao mundo globalizado, derrubada da corrupção e de um Estado burocrático como promessas de uma homogeneização nos ganhos financeiros, e a adesão da mídia em favor dos interesses do grupo dominante, foram fundamentais na construção do consenso que sustentou o avanço neoliberal (FRIGOTTO, 2002; LEHER, 2002; MARTINS, 2005; MONTAÑO, 2007).

Com efeito, a combinação do neoliberalismo com a ideologia da globalização criou disposições ideológicas assentadas em valores, normas, atitudes, aptidões, que, apesar de aparentemente corresponderem ao interesse de todos, interessa mais particularmente ao grupo dirigente. (LEHER, 2002, p. 197)

O incentivo ao voluntariado e à responsabilidade social e o tratamento de temas como participação, cidadania e igualdade de forma que assumissem um tom conciliatório e ficassem esvaziados de seu conteúdo contestador e de transformação contribuiu para uma modificação na configuração da sociedade civil, como descrito por Neves:

Proliferaram os chamados ‘novos movimentos sociais’, ou seja, aqueles que se articulam em torno de interesses não diretamente relacionados às relações de

trabalho, e as organizações não governamentais começaram a ter maior visibilidade na arena política; as associações científicas e profissionais gradativamente retraíram-se para a defesa de seus interesses específicos, abandonando sua participação nos grandes debates nacionais; a igreja católica também redefiniu as diretrizes de sua doutrina e suas práticas, voltando-se com maior ênfase para a evangelização de seus fiéis; os aparelhos privados de hegemonia das diversas frações da burguesia também se reestruturaram com vistas a criar na sociedade e nas suas bases o consenso para suas novas propostas de sociabilidade. (NEVES, 2005, p. 92)

Um fato que será da maior importância para o Movimento Seringueiro consiste na explosão das Organizações Não-Governamentais (ONGs). Para Fontes (2006),

A expansão das ONGs contribuiria para uma diluição importante do significado do engajamento social e para embaralhar a percepção da real dimensão da luta que se travava. As ONGs – e por extensão boa parcela do PT – sacralizavam a sociedade civil como um momento virtuoso, com o risco de velar a composição das classes sociais em seu interior. (FONTES, 2006, p. 234).

Ainda nos anos 1970-1980 as ONGs começaram a surgir no Brasil fortemente vinculadas aos movimentos sociais, atuando em sua organização e fortalecimento, e como intermediárias na captação de recursos que eram repassados aos movimentos. Na década de 1990, notou-se uma maior proliferação dessas organizações, assim como uma mudança de rumo em seu caráter junto aos movimentos. Relacionadas com as políticas de desestruturação e desresponsabilização do Estado, as ONGs passaram a assumir um papel executor de recursos e projetos, fortemente ligadas à propaganda de publicização, desburocratização e aumento na eficiência estatal, presentes no plano de reforma do Estado. Ao público, passavam a ter sua imagem vinculada a eficiência, colaboração e, especialmente, a constar como substitutas ou representantes dos movimentos sociais. De militantes nos movimentos, passamos a encontrar voluntários e, especialmente, profissionais nas ONGs, uma vez que estas passam ainda a representar uma enorme fonte de trabalho em um período de poucas ofertas de emprego. Como consequência disso, temos a organização para a *transformação* do Estado, substituída pela organização para *participação* no Estado.

Introduzia-se uma separação entre o ‘assessor’ (o técnico) e os militantes. Embora todos os apresentassem como ‘militantes’, falavam agora em nome da própria ONG. Doravante a autonomia fundamental seria a dessas entidades. Por essa cunha brotariam algumas características que se aprofundariam posteriormente. Consolidava-se a profissionalização da ‘assessoria’ prestada aos movimentos

populares. Ainda que conservando um cunho ‘moral’ de ‘apoio’ em prol da cidadania e de uma sociedade transformada, ou melhor, democrática. Aprofundando a rotação que transformava militância em emprego, os serviços profissionais prestados poderiam –e deveriam – ser remunerados conforme o mercado, de acordo com as condições de pagamento dos movimentos sociais ou, caso mais freqüente, por meio da orientação de recursos em agências financiadoras. Uma nova especialização técnica se introduzia, a de ‘agenciadores de recursos, nacionais e internacionais. (FONTES, 2006, p. 224)

Aliados às ONGs e atendendo a uma política de imediatização e particularização, ocorre uma situação de despolitização de diversos movimentos sociais⁹⁷, que passam da contestação à colaboração e a uma política de resultados, onde o discurso de “classe” é substituído pelas identidades e a pulverização das lutas gera a perda da solidariedade das lutas comuns contra o capital, presentes nos movimentos da década de 1980. Como analisa Fontes (2006):

Por caminhos diferenciados, a “concepção de autonomia” experimentava um importante deslizamento do sentido: de autonomia de classe, isto é, capacidade de construir uma contra-hegemonia, outra visão de mundo para além dos limites corporativos e do terreno do estrito interesse, passava a expressar a “autonomia” de uma enorme variedade de grupos organizados em torno de demandas específicas. (FONTES, 2006, p. 220)

A estas alterações na configuração dos movimentos sociais, estão associadas questões como posicionamento político perante os problemas enfrentados, nível de articulação *entre* os movimentos e vinculação das organizações aos financiadores. Como afirma Montañó (2007), definição de “parcerias”, de financiamento, não ocorre isenta das intencionalidades do parceiro financiador, levando à permanência de algumas ONGs e projetos em detrimento de outras. Se o financiador é o Estado, estará atrelado ao projeto governamental⁹⁸, se for uma

⁹⁷ É importante destacar que apesar da ofensiva do capital contra os movimentos sociais, e do recuo destes na década de 90, também ocorreram importantes manifestações e oposições ao modelo imposto, em determinados países como França, México, Equador e Brasil; além de articulações entre os países que buscavam novas estratégias de luta (ANTUNES, 2005; LEHER, 2002)

⁹⁸ O autor atenta para a diferenciação entre Estado e governo. Tomando uma caracterização de Petras, identifica o primeiro com as instituições de “certa permanência estrutural”, que oferece as estruturas a longo prazo, enquanto o governo apresenta instituições temporais, transitórias. Os governos podem ser de esquerda ou direita, mas o Estado, no contexto capitalista, manterá sempre seu caráter de “instituição da ordem do capital”. Assim, Montañó (2007, p. 137) salienta que as políticas *governamentais* são definidas “a partir de opções de classe, de alianças políticas partidárias e de acordos e compromissos com organismos internacionais de certas gestões”.

empresa, ao interesse do capital, e se organismo internacional, aos interesses dos países que ali alocam recursos. Não existe doação sem intencionalidade. Vejamos a análise do autor:

Assim, se no primeiro passo perdeu-se, na maioria desses “novos movimentos sociais”, a condição de *identidades e lutas de classes* e o horizonte de *questionamento à ordem do capital, à contradição capital/trabalho* e ao sistema como um todo, no atual segundo passo, para além disso, perdeu-se a *autonomia* do movimento pela dependência das ONGs no financiamento estatal, empresarial ou das fundações internacionais, a *perspectiva de luta e confronto*, trocadas pela “parceria” e “acordo” entre classes, a *procedência popular das demandas*, passando agora a ser definidas pelas áreas de interesse ou de ação das entidades financeiras ou pelo Estado. (MONTAÑO, 2007, p. 149, grifo do autor)

As parcerias cumprem um duplo papel: ao mesmo tempo em que geram apassivação das organizações por vinculá-las ao financiador, às suas demandas e necessidades, atuam no acobertamento da diminuição da atividade estatal em campos que não interessam ao capital, evitando uma reação popular à perda de conquistas. Facilitam assim a privatização de serviços, com a passagem de atividades do Estado para as ONGs, alicerçada em uma intensa propaganda de ineficiência, burocratização e corrupção do Estado (MONTAÑO, 2007).

A crise das esquerdas também configurou o terreno da sociedade civil na década de 1990. Para Dias (1999), elas assumiram um papel reformista, obedecendo a uma agenda que não era a sua, e sim do capitalismo. O autor alerta que se trocou a lógica do *necessário* pelo *possível*, desconsiderando o antagonismo classista e instaurando o possibilismo. As implicações dessa “mudança de agenda” têm relação direta com a necessária articulação, propiciada pelos movimentos sociais de esquerda, da *luta social* com a *luta política*, superando a dissociação desenvolvida pelo capital entre a ação econômica (sindicatos) e a ação político parlamentar (partidos políticos) (ANTUNES, 2005).

Completa-se o cenário com o papel representado pelos organismos internacionais, marcadamente o FMI e o Banco Mundial, cujos projetos de sociabilidade e construção da hegemonia incluem o ofuscamento das diferenças entre público/privado, indivíduo/coletividade e movimentos de sociabilização da política e do trabalho (MELO, 2005). Dessa forma, estas duas instituições emergem da II Guerra Mundial fortalecidas no

papel de dizer ao mundo as medidas necessárias para a modernização e equilíbrio mundial, interferindo na política econômica e conformação social dos diversos países, desempenhando, na década de 1990, uma atuação primordial ao vincular a renegociação da dívida à adoção do receituário do Consenso de Washington.

Seja de uma forma claramente impositiva nos condicionantes de empréstimo aos países periféricos, ou de uma forma mais mascarada nos condicionantes de projetos que objetivam “aliviar a pobreza” ou melhorar as condições ambientais e de vida da população, estes organismos vão consolidando os interesses estratégicos dos países centrais, notadamente os Estados Unidos (EUA) como potência hegemônica⁹⁹. Não é casual que Houtart afirma que

O capitalismo globalizado tem suas instituições: a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, os Bancos regionais, e também seus aparatos ideológicos: os meios de comunicação social, cada vez mais concentrados em poucas mãos. (HOUTART, 2006, p. 437, tradução nossa).

Ou ainda utilizando as palavras do Departamento de Tesouro Americano:

As IFIs [Instituições Financeiras Internacionais] estão entre os mais efetivos e eficientes meios disponíveis para avançar as prioridades da política norte-americana pelo mundo. Desde o seu nascimento, elas são centrais para tratar dos principais desafios econômicos e do desenvolvimento do nosso tempo. Elas promovem crescimento, estabilidade, mercados abertos e instituições democráticas, resultando em mais exportações e empregos nos Estados Unidos, enquanto avançam nossos valores fundamentais por todo o mundo. (U.S. DEPARTMENT OF TREASURY, 2000, p. 2 *apud* PEREIRA, 2009, p. 304)

Melo (2005) atenta à mudança na forma de atuação desses organismos, imposta pela crescente onda de protestos decorrentes das conseqüências nefastas das medidas liberalizantes que tornavam mais clara a incongruência entre o modelo de desenvolvimento que se queria implantar e o bem-estar da maioria da população¹⁰⁰. Fez-se necessária a adoção de novas medidas que fossem mais eficientes na obtenção do consenso. Diz a autora:

⁹⁹ Pereira (2009) demonstra como os EUA influenciam, na condição de principal acionista do Banco, de forma decisiva nas medidas adotadas pelo Banco. O Banco cumpre ainda o importante papel de não vincular a política externa dos EUA diretamente às suas ações, mascarando, assim, as intencionalidades hegemônicas desse país.

¹⁰⁰ No segundo capítulo desta tese, foi possível observar que o Movimento Seringueiro nasce em contraposição a medidas de desenvolvimento impostas pelo Estado brasileiro e patrocinadas pelo Banco Mundial. Foi possível

A implantação de medidas macroeconômicas cada vez mais conservadoras e a intensa exploração pelos países capitalistas periféricos fizeram com que ficassem cada vez mais claras e declaradas as intenções dos representantes do grande capital mundial na exploração e conformação da classe trabalhadora, estabelecendo um discurso legitimador que, incorporando demandas das classes populares, planeja a condução de ações estratégicas focalizadas e restritivas e, ao mesmo tempo, de incentivo ao pluralismo e à democracia de caráter universalista. (MELO, 2005, p. 72)

A autora destaca ainda, a partir da análise de relatórios do Banco Mundial, como a adoção de discursos voltados para temas como capital social, parceria do Estado com a sociedade civil, ineficiência do Estado e cooperação foram funcionais para construir a idéia de uma sociedade civil homogênea, colaborativa, e principalmente confiante de que o projeto social que está sendo arquitetado e implementado é o melhor para a sociedade e precisa de sua colaboração ativa. Fortalecia-se a idéia de voluntariado, organizações sociais, fundações e quaisquer outras formas de participação social que, na prática, não interferem nos fundamentos do capitalismo. Na mesma direção, Pereira (2009) destaca a inflexão dada ao Banco no direcionamento de sua carteira de projetos à questão ambiental em função das críticas que a entidade estava sofrendo devido a problemas socioambientais ocorridos em projetos financiados, dentre outros, no Brasil e na Índia.

No decorrer dos anos 1990, modificaram-se as relações entre os atores do Movimento Seringueiro e as instituições financiadoras internacionais e multilaterais. Agências como o BIRD, FMI e BID com passado marcado pela participação na consolidação (ou organização) de grandes projetos na Amazônia, objeto de reações dos seringueiros no que diz respeito aos impactos que ocasionariam à floresta e, especialmente, à falta de interlocução com os atores locais, passaram a ter uma importância renovada após a criação das primeiras Resex. O Banco Mundial, através do “Projeto Reservas Extrativistas”, vinculada ao Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (PPG-7), foi o principal responsável pelos recursos que chegavam diretamente às quatro primeiras Resex criadas na Amazônia,

perceber ainda o suposto recuo do Banco provocado pela manifestação de ambientalistas que tiveram eco no congresso americano.

assumindo um tom colaborativo com os seringueiros. Veremos adiante as implicações deste apoio para as Resex e para o Movimento Seringueiro.

Foi neste terreno que foi forjada a implementação das Reservas Extrativistas. Em um Estado que se neoliberalizava, que se organizava contra os trabalhadores, contra os movimentos sociais de caráter democratizante, mas que experimentava novas formas de organização do consenso através das quais a obtenção de apoio das classes subalternas se daria com o seu consentimento e adesão organizada por dentro da sociedade civil pelos aparelhos privados de hegemonia. Novos desafios seriam impostos à luta dos movimentos sociais anti-sistêmicos, no sentido de desvendar as estratégias adotadas pelas classes dominantes, inventando novas formas de reação que lhes garantisse sua autonomia em direção a um projeto democratizante da sociedade.

4.2 Os planos dos seringueiros para as Reservas Extrativistas

O início da década de 1990, especificamente o ano de 1992, representou um marco que ligaria duas fases do Movimento Seringueiro: a inicial, marcada pela luta pela institucionalização de um conceito, Reservas Extrativistas, como alternativa de sobrevivência; e a segunda, irremediavelmente ligada à implementação dessas Unidades e à sobrevivência da luta como expressão de um movimento social. Era chegada a hora de redefinições na condução do Movimento e de enfrentamento das contradições que começavam a emergir.

4.2.1 O III Encontro Nacional dos Seringueiros: consolidando a autonomia

Três anos após a realização do II Encontro Nacional dos Seringueiros-II ENS (Rio Branco, 1989), foi realizado, também em Rio Branco, em 1992, o III Encontro Nacional dos

Seringueiros (III ENS). Este Encontro contou com uma grande diferença em relação ao anterior: a metodologia adotada para as plenárias e grupos de trabalho previa que apenas os delegados, eleitos em suas bases, teriam direito a voz e voto (CNS, 1992d). Com isso, procurava-se evitar a intromissão dos observadores externos, o que reverberou em uma reconfiguração no quadro das alianças do CNS, assim como o afastamento de alguns financiadores (PAULA e SILVA, 2008). Era o CNS construindo sua autonomia.

Nos congressos anteriores [...] ia discutir o tema [...] abria para todo mundo falar, não havia preferência pela comunidade, pelos assessores e convidados. A ruptura que você vê lá é o seguinte: Nós falamos que todos os observadores, tinham que observar, os convidados tinham que expor os temas deles e deixar para a gente discutir [...] Nos outros congressos a gente ficava olhando eles discutindo, a gente não dizia nada [...] Gerou ciúmeira, eles acharam que o seringueiros não queria mais o apoio deles, que o CNS estava querendo se transformar em sindicato [...] Mas depois viram que foi o melhor que podia acontecer. (Liderança-CNS Pará)

O III ENS ocorreu em um clima de contestação ao governo Collor. Foi produzido um documento com fortes críticas ao II ENS e um direcionamento no sentido de redefinição na relação com o Ibama e com as entidades de assessoria, assuntos que pautaram as reuniões do Conselho Deliberativo do CNS no ano de 1991, como podemos observar na avaliação do CNS realizada pelo Conselho Deliberativo, em reunião ordinária:

Pontos positivos: conquista de novos sindicatos; ampliação no processo de formação de associações; avanço na luta contra o pagamento da renda; ampliação e divulgação da proposta de reserva extrativista junto ao movimento; ampliação da divulgação externa do movimento e sua base de apoio; avanço na organização econômica; crescimento da infra-estrutura do CNS em alguns Estados, Juruá, Amapá, etc. **Pontos negativos:** não cumprimento dos pontos, digo, compromissos firmados pelo executivo (bases-Carauari e Boca do Acre), falta de socialização das informações sobre ações da executiva/Base; ausência de definição política para o direcionamento do CNS; falta de uma política de formação; falta de uma atuação unificada; subordinação eventual da direção a determinadas entidades, ONG e Estado; ausência de critérios para relação de intercâmbio nacionais e internacionais; pouco interesse em conhecer os problemas gerais da Amazônia; privilégio para investimento em algumas áreas em detrimento de outras; ausência de política de alianças. (CNS, 1991)

Durante o III Encontro, a luta pela reforma agrária foi ponto de pauta de reivindicações, assim como a clareza da necessidade de articulação com as lutas dos outros trabalhadores. Na mudança estatutária, foram incorporados os trabalhadores agroextrativistas

como possíveis membros do CNS. Havia uma proposta de mudança no nome do Conselho, porém não foi aprovada em Plenária¹⁰¹. Por considerar de extrema importância, reproduzo alguns trechos contidos no documento final (CNS, 1992b, grifo nosso):

Conjuntura Nacional

Nesse contexto, a conquista de nossas reivindicações dependerá, da nossa capacidade de reforçar e ampliar nossas organizações de base. E também da nossa capacidade de estabelecer vínculos mais estreitos com **o conjunto das lutas dos trabalhadores** na Amazônia, no Brasil, na América Latina e no mundo.

Avaliação da gestão 1989-1992

No que diz respeito às articulações institucionais, o CNS conseguiu fazer com que o IBAMA comesse a **incorporar as propostas do movimento dos trabalhadores extrativistas**. A criação do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado e Apoio às Populações Tradicionais (CNPT) é um exemplo desses avanços.

[...]

Houve **ausência de definição clara do papel do CNS no conjunto das lutas da Amazônia** e de uma política de atuação definida

[...]

As alianças não foram estratégicas em alguns momentos, algumas entidades de assessoria tentaram substituir a direção do CNS. Essas alianças tem que existir mais *[sic]* **o CNS precisa definir claramente seus objetivos** para definir o papel de seus aliados na sua política.

[...]

Muitas vezes, o **CNS substituiu o Estado** em ações que competem exclusivamente à este.

Papel do CNS

O Conselho Nacional dos Seringueiros **deve ser uma entidade de articulação dos trabalhadores extrativistas** e pequenos produtores, organizados da Amazônia, **atuando junto ao seus sindicatos, associações, cooperativas, ou ajudando a criá-los onde não existam, constituindo-se num fórum nacional de discussão e esclarecimento político, no que se refere à questão do extrativismo e da conservação dos recursos naturais**. Ficou claro que a destruição destes recursos vem sendo, feita por pessoas de fora do movimento e que a tarefa do CNS, deve ser de denunciá-las e conseguir com que parem. Nas Reservas Extrativistas devem se desenvolver trabalhos de reflorestamento das áreas degradadas.

Ele deve representar os extrativistas e os pequenos agricultores junto aos órgãos federais defendendo seus interesses e sendo o canal das propostas e reivindicações de suas organizações, junto aos órgãos governamentais e não governamentais, nacionais ou internacionais, inclusive opinando junto ao Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT).

Ele deve **intermediar a captação de recursos financeiros** destinados à introdução de novas tecnologias junto aos pequenos produtores, ou à realização de projetos específicos à cada região.

Sua atuação na educação e informação deve ser não só junto ao trabalhador rural mas também ao urbano e à população em geral, **educando-os sobre a importância da preservação do meio ambiente e no crescimento da consciência ecológica. O CNS deve também atuar na formação de quadros.**

Sua representação deve estender-se ao maior número possível de regiões, consolidando sua presença através da implantação de sub-sedes, e credenciamento de seus representantes. **Para uma melhor atuação, o CNS deve incluir**

¹⁰¹ As propostas recusadas foram: “Conselho Nacional dos Extrativistas” e “Conselho Nacional dos Extrativistas e Agroextrativistas”. Em 2009, o Conselho teve seu nome modificado para Conselho Nacional das Populações Extrativistas. Na reunião da diretoria executiva realizada em 2008 foi aprovado um novo nome para o CNS. No II Congresso de Populações Tradicionais (Belém, julho de 2009) foi referendada a denominação de Conselho Nacional das Populações Extrativistas.

representantes das diferentes regiões em seu Conselho. A nomeação de delegados regionais também é vista como importante. Ele no entanto não tem como resolver os problemas de cada região mas deve apoiar politicamente as organizações regionais nas suas lutas e projetos.

Ele deve intervir com mais empenho nos conflitos, dirigindo politicamente as negociações.

O CNS deve investir mais na Aliança dos Povos da Floresta.

Suas decisões devem seguir os rumos decididos pelo Encontro Nacional.

Reforma agrária e política agrícola

- **A Reforma Agrária deve ser entendida como uma luta de todos os segmentos da sociedade civil comprometidas com os trabalhadores. Ela é fruto das iniciativas do próprio trabalhador rural,** seja ele extrativista, colono ou sem terra, organizado em sindicatos, associações, cooperativas, ou movimentos para legalizar seus ganhos. No entanto, os trabalhadores não devem assumir as responsabilidades dos governos, mas cobrar deles a execução de suas atribuições.

- **A Reforma Agrária deve ser feita sob controle dos trabalhadores.** Por serem diferentes as realidades dos extrativistas e dos trabalhadores rurais, a Reforma Agrária deve ser diferenciada, atendendo à critérios regionais (tamanho de módulos, uso da terra, sistemas de produção). Os beneficiários de Reforma Agrária devem participar de sua implantação, desde o momento da identificação das colocações, no caso dos seringueiros, ou da área para os colonos e posseiros, até sua legalização e manejo. Com relação ao manejo, deve-se ter uma atenção especial para a recuperação de áreas degradadas. O tamanho das parcelas e das RESERVAS EXTRATIVISTAS devem levar em conta a preocupação com as gerações futuras.

- **A Reforma Agrária inclui não somente a demarcação e a posse da terra mas também a implantação de infra-estrutura básica: ações de saúde preventiva, atendimento médico, educação com escolas adaptadas à realidade amazônica, creches, utilização de tecnologias que podem ser dominadas pelos agricultores, beneficiamento do produto próximo ao local da produção, melhoria das condições de trabalho, transporte de pessoas para escoamento da produção, política de preços, crédito subsidiado, garantia de mercado e estruturas de comercialização.** Propõe-se a implantação de um sistema de comunicação ágil, por exemplo uma rádio, para divulgar diariamente as informações sobre as lutas dos trabalhadores da Amazônia.

- A realização da Reforma Agrária é uma forma de combater a fome e o desemprego no Brasil. Os **trabalhadores rurais ao transformar sua produção nas pequenas cidades contribuem para criar empregos.** Deve-se procurar informar melhor o público em geral sobre as propostas das RESERVAS EXTRATIVISTAS garantindo por este processo educacional um maior apoio à elas.

[...]

As políticas de alianças

- As alianças devem **ser com as entidades que apoiem as lutas dos trabalhadores mantendo-se a autonomia do CNS.**

- Os sindicatos e suas formas mais complexas de organizações, como Fetagri, CONTAG, CUT através do DNTR, conseguindo maior dialogo com os trabalhadores urbanos dentro da própria CUT e chamando sua atenção para a questão ambiental. Os próprios sindicatos ligados ao Conselho devem puxar a discussão da questão extrativista e da Reforma Agrária dentro da CUT, fazendo com que elas se tornem bandeiras de luta.

[...]

Nos trechos citados, está clara a retomada do Movimento Seringueiro em busca de sua autonomia e da (re)construção de uma política de alianças que lhes resguardem o sentido

de sua identidade. Além disso, a vinculação com a luta dos outros trabalhadores e a atenção para a questão agrária de uma forma geral é algo profundamente marcado no III Encontro. Na definição de seu plano de ação, a atuação conjunta com os sindicatos é ressaltada, assim como a prioridade que deve ser dada às organizações de base. Outro aspecto que merece destaque é a definição do papel do CNS como de atuação **ao lado** dos sindicatos, não em sua substituição, como é explicitada na reunião da executiva do CNS, que se seguiu ao encontro:

Precisamos diferenciar o movimento sindical do movimento ambientalista, nós surgimos do movimento sindical, não aceitamos essa identidade de ONG ou entidade verde. O CNS tem que fortalecer os sindicatos onde eles estão organizados. Onde há sindicatos atuantes, a discussão política é mais avançada. O III Encontro evidenciou isso, os delegados oriundos de áreas não sindicalizadas, ficaram omissos no debate político, estavam mais preocupados com discussões que achavam importantes para fortalecer nas associações. (CNS, 1992e, p. 4)

Nessa mesma reunião reafirmou-se que a relação que a entidade deveria estabelecer com o Estado dar-se-ia em dois níveis: na articulação institucional buscando a aprovação de políticas e recursos para viabilização de programas de desenvolvimento e nas mobilizações de base, para exercer pressão dos trabalhadores para respaldar as negociações com o Estado.

Ao mesmo tempo, no III Encontro transparece a preocupação com a efetiva participação dos seringueiros na fase de negociação do PPG-7, expressando a necessidade de definição de papéis entre a representação destes, denominados no documento como **trabalhadores**, o governo (Ibama) e o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)¹⁰², que havia assumido a interlocução das entidades da sociedade civil junto ao PPG-7:

[...] as negociações para investimentos na Amazônia com o Grupo dos Sete países mais ricos (G-7), não tem revelado intenções de atender às aspirações dos trabalhadores da região. Isto pode ser constatado no fato da participação dos movimentos organizados não estar garantida no planejamento e acompanhamento desses investimentos. Por isso precisamos, definir melhor nossa relação com o IBAMA e o com o Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA/ G-7). (CNS, 1992b)

Ainda em termos de política internacional, é impressionante a clareza relativa à avaliação da ECO 92:

¹⁰² O Grupo de Trabalho Amazônico foi criado em 1992 especificamente para contemplar a participação da sociedade civil nas discussões do PPG-7, reunindo ONGs com atuação na Amazônia.

A ECO 92 foi convocada em 1997 [sic], quando o principal problema político do mundo parecia ser a conflito Leste x Oeste (União Soviética x Estados Unidos). Hoje quando ele já não existe fica claro que os problemas sociais e ambientais são causados pelo modelo de desenvolvimento capitalista. Por isto não interessa mais aos que a convocaram que seja um sucesso, mas sim a nós. A participação do CNS fortalece esta crítica e ajuda a mostrar que é possível um planeta sem miséria ou devastação. (CNS, 1992b)

Pautadas nas resoluções do III Encontro, duas comunicações públicas¹⁰³ do CNS merecem destaque, por representar a consolidação de sua autonomia em relação a dois atores importantes: governo e ONGs.

Ainda em 1992, o CNS divulga uma “carta aberta” em que critica fortemente o governo brasileiro pelo não cumprimento de acordos assumidos, paralisação de projetos e convênios já aprovados, instabilidade da Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República (SEMAM/PR) e do Ibama, afirmando que após a “[...] euforia e o inexplicável esquecimento da ‘ECO 92’, as pressões de setores da classe dominante do Brasil no sentido de derrotar a luta de resistência dos trabalhadores extrativistas e agroextrativistas da Amazônia, passa a ser assumido de forma mais decidida pelo Estado” (CNS, 1992f). Por outro lado, em julho do mesmo ano, o CNS divulga um forte documento em que acusa o Instituto de Estudos Amazônicos de auto-promoção às suas custas, rompendo sua ligação com esta Organização através da suspensão das atividades do protocolo de cooperação mantido entre as duas entidades (CNS, 1992g). Este rompimento é provocado por divergências relacionadas à condução na assinatura e termos de um protocolo de cooperação proposto pela empresa Nutrimental e o IEA, processo no qual o CNS se sentiu ferido em sua autonomia.

Eles [assessores] faziam todos os scripts e só diziam assim... quando nós começamos a assumir isto, nós começamos a dizer: vamos tocar essa coisa. Vocês vão ter que ser importante com a gente a partir do que a gente falar. Então houve uma certa ruptura, dirigente que achou ruim [...] Era fazer com que a comunidade assumia, e ela mesma diga o que ela quer, para não cair. (Liderança-CNS Pará)

¹⁰³ Um outro desdobramento do Encontro foi a realização do “Empate Amazônico contra a Fome e a Devastação da Floresta”, em março de 1993, onde, em articulação com outros movimentos da Amazônia, o CNS reivindicava a revisão da política para a borracha, reconhecendo a interferência da política econômica de abertura dos mercados para a sobrevivência dos seringueiros. Essa ação envolveu pressão no Congresso Nacional e fechamento do Ministério da Fazenda em Brasília, além de atividades articuladas em nível nacional e internacional.

Essa decisão gerou a formulação de uma carta de princípios, em que estabeleciam as bases sobre as quais deveriam ocorrer a relação e atribuição das entidades, assessores ou prestadores de serviços, as quais eram:

1. Nenhuma entidade, instituição, e ou pessoa, sem a expressa autorização, falará em nome do CNS.
2. A participação do CNS, em contrato, protocolo, acordo ou qualquer outros instrumento não implica na utilização do nome do CNS, pelos envolvidos em tais instrumentos, sem expressa convenção.
3. A relação do CNS, com entidade e ou instituições, se dará através da ética profissional, respeitados os princípios e objetivos de cada uma.
4. As atividades, proposições e participação do CNS, em qualquer acordo e ou contrato, só será decidido pela entidade, através de seus órgãos de direção. (CNS, 1992h)

O resultado dessa ampla avaliação deslanchada pelo III ENS e com reflexos em todo o ano de 1992 culminou na elaboração de um documento denominado “Diretrizes do Programa de Reservas Extrativistas para a Amazônia”, no qual retomam-se os princípios das Reservas Extrativistas, assim como são demarcados alguns passos a serem seguidos em sua implementação. Trataremos disso a seguir.

4.2.2 A materialidade de uma proposta: Diretrizes do Programa de Reservas Extrativistas para a Amazônia

Durante o ano de 1992 o Conselho Nacional dos Seringueiros realizou encontros regionais com representantes de sindicatos, federações, associações, cooperativas e entidades de apoio de sete estados da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins). As propostas geradas nestes encontros foram sistematizadas, discutidas e aprovadas em um seminário, realizado no período de 07 a 10 de dezembro de 1992, em Rio Branco, no qual estavam presentes a direção nacional do CNS, representantes da Contag e da CUT, assessores, técnicos de órgãos governamentais e não-governamentais, dando origem ao documento “Diretrizes do Programa de Reservas Extrativistas para a

Amazônia” (CNS, 1992i). Mais do que o resultado de um seminário, este documento expressava uma plataforma política que o Conselho Nacional dos Seringueiros explicitava para a Amazônia, oferecendo um contraponto aos eventos organizados pelas ONGs, notadamente o Instituto de Estudos Amazônicos, e ao mesmo tempo caminhando na direção de uma retomada da organização dos trabalhadores extrativistas de toda a Amazônia, evitando a focalização enfrentada com a criação das quatro primeiras Reservas Extrativistas.

A caracterização dada ao Conselho Nacional dos Seringueiros já demarca uma afirmação que se contrapõe à sua denominação como “entidade ambientalista”. Afirma-se que a criação do CNS

[...] é [foi] resultado da luta de resistência contra a expropriação da terra e a devastação da floresta, desenvolvida por este **segmento de trabalhadores extrativistas**, através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STRs, especialmente o STR de Xapuri que tinha como presidente Chico Mendes. [...] **Consciente da necessidade de resolver a questão fundiária**, de modernizar a produção extrativista **a partir da incorporação das culturas locais e da conservação do meio ambiente**, o CNS defende a Reserva Extrativista como um dos elementos estratégicos para um novo modelo de desenvolvimento na Amazônia. (CNS, 1992i, p. 2, grifo nosso)

Ao mesmo tempo em que não nega a importância da conservação ambiental, o CNS localiza o movimento pelas Reservas Extrativistas no âmbito da luta dos outros trabalhadores, dando centralidade ao contexto de expropriação. Declara-se que as Resex “devem ser entendidas como parte da luta pela reforma agrária no Brasil” (CNS, 1992i, p. 3), associando-as aos conflitos pela terra e apontando seus componentes fundamentais (ecológico, econômico político, social e cultural) como fundados em uma específica noção da relação homem-natureza, em que se considera a natureza como parte da sociedade e a reprodução é concebida como uma troca entre os homens e os demais habitantes da floresta (CNS, 1992i). Da mesma forma, explicitam sua própria noção de desenvolvimento:

Concretamente, para os agroextrativistas desenvolvimento significa garantia das áreas que ocupam, acesso ao conjunto de recursos naturais existentes nessas áreas, garantia à saúde, educação e respeito por sua cultura. Mas também significa a possibilidade de acesso à tecnologia e aos meios modernos que possibilitam o aumento da produtividade nas atividades extrativas e agrícolas, mas de uma

perspectiva que respeite as concepções próprias sobre as formas racionais de uso dos recursos naturais. (CNS, 1992i, p. 6)

Reafirmam a necessidade do respeito à cultura das populações extrativistas e à forma de uso do solo na Amazônia e sinalizam que a forma “Reserva Extrativista” pode não ser a única a atender às necessidades desses trabalhadores, devendo-se atentar, especialmente, aos seus princípios e fundamentos.

Nesse sentido o objetivo não é o isolamento, mas a divulgação dos princípios e dimensões que conformam a proposta e a prática de Reservas Extrativistas, independentemente da forma institucional específica que venha a assumir na sua concretude histórica. (CNS, 1992i, p. 7)

A política do CNS reafirma não só a necessidade de desenvolver sistema de uso da terra e de seus recursos naturais economicamente viáveis e ambientalmente sustentável mais [sic] sobretudo, o respeito da especificidade, de diversidade de formas de ocupação e uso e o apoio à construção de possibilidade de outras formas normativas que contenham os princípios e as dimensões das Reservas Extrativistas. (CNS, 1992i, p. 9)

Em um momento de redefinições institucionais e de definição sobre a arquitetura institucional que daria viabilidade às Resex, insere-se no documento o papel reivindicado para as organizações das Reservas, o CNS e o Estado na implementação das mesmas:

O CNS reivindica a sua participação na formulação do programa de reservas extrativistas para a Amazônia, bem como seu monitoramento e fiscalização, inclusive nas deliberações sobre a criação das próprias reservas extrativistas, a partir das demandas das comunidades em questão. (CNS, 1992i, p. 12)

Em cada região, a organização (exclusiva de trabalhadores rurais) eleita como representante dos agroextrativistas envolvidos será a pessoa jurídica a quem o Estado outorga a concessão real de uso sendo chamada de concessionária [...] A pessoa jurídica escolhida como representante dos agroextrativistas da RESEX será a responsável das RESEX. Caberá ao CNS e à concessionária a coordenação do monitoramento e fiscalização. (CNS, 1992i, p. 12-13)

O papel do Estado no programa de reservas extrativistas para a Amazônia deve ser o de institucionalizador das reservas e o de gerador das condições econômicas, sociais e institucionais necessárias, no curto e no longo prazos, para o desenvolvimento sustentável das mesmas, a partir da demanda dos interessados desde que a área apresente potencial agroextrativista. (CNS, 1992i, p. 14)

Por último, convém destacar a vinculação do sucesso do programa a uma política macroeconômica que estimulasse a retomada do desenvolvimento econômico e à expansão do emprego, com ênfase na distribuição de renda e na conservação ambiental; à implantação

efetiva de uma política nacional de reforma agrária; à centralização das políticas setoriais em um órgão específico; à definição de uma política de preços remuneradores para os produtores extrativistas e a uma política emergencial de subsídios.

Fizemos essas pontuações para demarcar as bases sobre as quais se fundamentaram as propostas dos extrativistas, em um momento em que procuravam retomar as rédeas de um movimento que, nascido no movimento social dos trabalhadores rurais, tinha agora o desafio de materializar suas demandas no corpo institucional do Estado.

CAPÍTULO 5 IMPLEMENTAÇÃO: O DESAFIO

A classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal treinado, muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas; faz talvez sacrifícios, expõe-se a um futuro obscuro com promessas demagógicas, mas mantém o poder, reforça-o momentaneamente e dele se serve para esmagar o adversário e desbaratar seus dirigentes, que não podem ser muito numerosos nem adequadamente treinados. (GRAMSCI, 2007, p. 61)

Após analisarmos o contexto sociopolítico no qual se inseriram as Reservas Extrativistas, é nossa intenção, neste capítulo, acompanhar as principais medidas, regulamentações e ações adotadas com vistas à implementação dessas áreas durante a década de 1990, verificando sua relação com a proposta inicial dos seringueiros tal como sua associação ao projeto de neoliberalização do Estado brasileiro. Entendemos a implementação das Resex como o processo que deu forma à idéia concebida pelo Movimento Seringueiro (agora institucionalizada no Estado brasileiro), materializando o que estava descrito na legislação e favorecendo, assim, a emergência das contradições.

5.1 Os extrativistas no Estado: o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT)

Talvez o primeiro passo concreto em direção à implementação das Reservas Extrativistas tenha ocorrido no interior do Estado enquanto corpo institucional. Dois anos após a criação das Resex, ainda faltava aos seringueiros uma interlocução que fosse capaz de atender às suas demandas e que fosse permeável ao atendimento de suas necessidades. O recém-criado Ibama, apesar de ter incorporado as Reservas Extrativistas como Unidades de Conservação, não havia assumido a dimensão que as diferenciava das outras UCs: o protagonismo do ser humano como prioritário para a gestão e tomada de decisão.

Em 91, 92, ainda se discutia se o meio ambiente incorporava o humano, ou não. Era só meio físico [...] e uma disputa para distribuir os espaços de poder. Um poder que despontava eram as Unidades de Conservação [...] Essa discussão socioambiental

muito pouca gente discutia isso [...] Isso nunca capilarizou dentro do Ibama. Era muito fragmentado. (Técnico-Ibama Brasília)

A implementação das Reservas Extrativistas da forma como fora planejada enfrentava sérios desafios no que diz respeito aos meios necessários para regularização fundiária, e condições de produção, saúde e educação, necessários para manter a população extrativista no local, com condições de subsistência. A falta de interlocução para os seringueiros no Ibama era sentida como impeditivo para a implementação dessas áreas, uma vez que não havia canais de encaminhamento das demandas. Passa-se para o próximo passo na “invenção de direitos” dos seringueiros: a construção de um setor, dentro do Ibama, que fosse específico no trato das questões dos extrativistas, com possibilidade de atendimento direto às suas demandas. É neste contexto que surge o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), representando, na sociedade política, a institucionalização da representação dos seringueiros. Vejamos os depoimentos:

Era uma briga danada nossa lá no Ibama, em Brasília, porque o Ibama tinha departamento para cuidar de tudo. Mas tinha Reserva Extrativista, tinha política de borracha, mas não tinha dentro do Ibama nenhum departamento para cuidar dessas populações. O CNPT nasceu exatamente dentro dessa discussão. Na verdade foi uma mistura de ONG e de governo que deu origem ao CNPT. Mas naquela época, em 92, já estava discutindo também o PPG-7, e o CNPT foi criado muito em cima dessas questões, e a primeira ação concreta do CNPT foi aplicar o Projeto RESEX nas quatro Resex. (Liderança-CNS Acre)

No momento em que os seringueiros se dirigiram ao Ibama [quando não encontraram mais interlocução no INCRA], encontraram pessoas que ouviram e acharam a idéia interessante. Mas não havia um departamento, um setor que pudesse levar à frente a idéia [...] De tanta burocracia e de não ter alguém com quem pudessem estabelecer um diálogo direto, em certa ocasião vieram com cartazes em que estavam escrito: queremos ser tratados ao menos como bichos. Os diretores vieram perguntar o por que daquilo e eles disseram: olha, vocês têm um Centro para cuidar de aves, um Centro para cuidar de tartaruga, disso e daquilo, e não têm um Centro para cuidar de gente, de nós que vivemos na floresta. Daí surgiu a idéia de criar o CNPT. (Técnico-CNPT Brasília 01)

O CNPT ele foi incorporado ao Ibama, por oportunidade, a partir da Rio 92, o movimento social que havia desembarcado na reforma agrária, em 86, com os projetos de assentamento agroextrativista, em 86, então com a morte do ministro e do presidente do INCRA no acidente de Carajás, toda a discussão que o pessoal do Acre, que o Movimento estava tendo sobre reforma agrária, perdeu a referência. Por conta da Rio 92, teve a oportunidade de dar visibilidade pelo viés ambiental [...] O Movimento discutia em vários Ministérios, em várias instâncias, mas não tinha uma porta aberta no Governo federal. O CNPT, no Ibama, foi estratégico para que o Movimento tivesse um acesso. (Técnico-CNPT Brasília 02)

Apesar da demanda vinda “de baixo”, Lobão (2006) alerta que o CNPT nasce consagrando duas novas nomenclaturas: *populações tradicionais* e *desenvolvimento sustentável*. A primeira foi incorporada sem ao menos estar definida nacionalmente¹⁰⁴. O uso do termo “tradicional” em substituição a “extrativista” vem acompanhado de um deslocamento do sentido de produção (extrativismo) para o sentido cultural (tradicional), o que não é um fato menor no contexto da luta dos seringueiros, por fortalecer uma visão de homogeneidade que não existia nos trabalhadores extrativistas. Não advogamos o não-uso do termo, mas acreditamos ser necessário situá-lo no âmbito da luta social, sob o prisma do trabalho, o que não exclui a dimensão cultural, mas a subordina. Ao focar na dimensão cultural, ao tempo que se tem a vantagem de conseguir colocar em um mesmo guarda-chuva a luta de diferentes grupos que são subordinados às políticas do capital, segundo a sua lógica de sobrevivência, corre-se o risco de ofuscar o fator que une esses grupos nessa mesma luta e assim diminuir seu potencial enquanto categoria política.

A outra consagração atende perfeitamente à inserção que ora se fazia dos termos cunhados pelo Relatório Brundtland, uma vez que incorpora, em uma instituição governamental ligada à questão ambiental, um conceito que seria consagrado na ECO 92. A inserção do termo “desenvolvimento sustentado” tem direta relação com os documentos da época, uma vez que uma das principais temáticas da ECO 92 foi o “desenvolvimento sustentável”. O nome assumido pelo Centro já denunciava sua vitrine aos investimentos internacionais e denuncia o caráter contraditório envolvido em sua criação: demanda popular capturada pelos interesses do capital. Vejamos como seu deu a construção do CNPT no Ibama.

¹⁰⁴ Vale lembrar que na promulgação do SNUC (2000), um artigo que definia o termo foi vetado com a justificativa de não existência de consenso em relação à sua significação. Em 2007, esse debate teve lugar na elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), na qual se define povos e comunidades tradicionais como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007).

5.1.1 O Programa Emergencial para o Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais das Reservas Extrativistas e a criação do CNPT

Em janeiro de 1992 foi publicado o “Programa Emergencial para o Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais das Reservas Extrativistas”. Organizado pela Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República (SEMAM) e pelo Ibama, o programa consistiu basicamente na criação do CNPT e em uma série de projetos e programas “emergenciais” para serem aplicados nas quatro primeiras Resex. A explicitação, no documento, de que se pretende concretizar “programas demonstrativos”, nomenclatura utilizada no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7)¹⁰⁵, e a negociação desse Programa, ocorrida ao longo de 1991, sinalizam para outro componente a ser considerado nos fatos que levaram à criação do Centro: a demonstração, pelo governo brasileiro, de viabilidade institucional para desenvolvimento do PPG-7, no subprojeto Reservas Extrativistas (Projeto RESEX).

Fica clara a adoção do termo “desenvolvimento sustentável”¹⁰⁶ na linguagem governamental e o destino que se queria dar às Resex:

Através do gerenciamento eficaz destas reservas, espera-se promover a reorganização das atividades extrativistas sustentáveis, viabilizando a implementação de medidas práticas relacionadas à extração, beneficiamento, armazenamento e comercialização de produtos naturais, dentro de um plano de manejo sustentado. Essas reservas são consideradas “unidades demonstrativas” para promoção do desenvolvimento sustentado na Amazônia. (SEMAM/IBAMA, 1992, p. 8)

O fator estimulante da proximidade da ECO 92, para a criação do CNPT, é claramente exposto no citado documento, em suas considerações:

¹⁰⁵ Discutiremos pormenorizadamente o PPG-7, especialmente seu sub-projeto Reservas Extrativistas, quando abordarmos os projetos implementados nas Resex na década de 1990. Neste momento, queremos apenas destacar que foi criado, em 1990, um grupo interministerial com a função de elaborar um marco referencial para ser apresentado ao G7 (AZEVEDO, 2003), em resposta à sinalização de investimento dada por estes países. Este fato nos autoriza a considerar este aspecto no ambiente institucional brasileiro de criação do CNPT.

¹⁰⁶ Não encontramos, no decorrer da pesquisa, as diferenciações assumidas pelo atores aqui estudados entre “desenvolvimento sustentável” e “desenvolvimento sustentado”, levando-nos a entender que os termos eram considerados como sinônimos.

Que a possibilidade de caducidade dos decretos de criação dessas Reservas Extrativistas (Unidades de “Conservação Demonstrativo” para o desenvolvimento sustentado da Amazônia), próximo a ECO-92, certamente colocará em discussão a ação governamental sobre o meio ambiente e o desenvolvimento. (SEMAM/IBAMA, 1992, p. 9)

Além disso, o documento ressalta a possibilidade de caducidade dos decretos de criação das Reservas Extrativistas em função de sua não regularização fundiária em dois anos¹⁰⁷, o que representava um motivo de séria apreensão para o Movimento e posteriormente também para os técnicos que formariam o CNPT. Este trecho destaca, mais uma vez, a importância que a realização da ECO 92 assumia para o governo brasileiro no que diz respeito à demonstração de preocupação na área ambiental. Afinal, nesse momento, era interessante angariar financiamentos internacionais, e para isto o governo brasileiro precisaria demonstrar a viabilidade administrativa de suas instituições.

Também é importante lembrar que a Carta de Curitiba¹⁰⁸ já sinalizava para existência de “recursos já disponíveis” nos “organismos internacionais de financiamento” (IEA, 1988). O Programa Emergencial ressalta que “sem a situação fundiária resolvida, os recursos internacionais que poderão ser alocados para o desenvolvimento social e econômico dessas reservas, poderão ficar inviabilizados” (SEMAM/IBAMA, 1992, p. 18). De fato, um dos principais componentes do Projeto que estava sendo negociado dizia respeito à regularização fundiária, no entanto, restringia-se às quatro primeiras Reservas Extrativistas criadas.

O CNPT foi criado pela Portaria 22-N, de 10 de fevereiro de 1992 (Anexo D), que também aprova seu regimento interno. Neste documento, é estabelecida a finalidade do Centro:

¹⁰⁷ Segundo publicação do IEA (1993), apesar de existir o prazo legal de dois anos para que uma área desapropriada por interesse social tenha a fase executória de desapropriação iniciada (estimada de indenização e transferência do bem expropriado para o domínio público), sem o qual o decreto perde a validade automaticamente, esta caducidade não se aplicaria às Resex nem a qualquer outra Unidade de Conservação, uma vez que, após criadas, só poderiam ter seu decreto revogado através de lei específica.

¹⁰⁸ Documento produzido no Seminário “Planejamento e gestão do processo de criação de Reservas Extrativistas na Amazônia”, em Setembro de 1988, em Curitiba (IEA, 1988).

[...] promover a elaboração, implantação e implementação de planos, programas, projetos e ações **demandadas pelas populações tradicionais**, através de suas entidades representativas e/ou indiretamente, através dos órgãos governamentais constituídos para este fim, **ou ainda, por meio de organizações não governamentais** [...]. (IBAMA, 1992, grifo nosso)

É importante verificar como repercutiu a criação do CNPT dentro do próprio Ibama:

O Centro não foi discutido dentro do Ibama, ele foi imposto ao Ibama, por uma questão de oportunidade, em todos os níveis do Ibama a gente era discriminado, como se tivesse tratando de algo alheio ao Ibama, alheio à questão ambiental. A partir da entrada de Gustavo Krause no MMA, é que a coisa começou a mudar. A partir do discurso dele de que não dá para desvincular a questão ambiental da questão social [...] Quem segurou também o Centro dentro do Ibama foi o movimento social, pois o Ibama rejeitou, ele era rejeitado pelo corpo técnico em várias instâncias. Poucas pessoas concordavam. (Técnico-CNPT Brasília 02)

E como este fato tem rebatimento nas mudanças institucionais que o órgão sofreria¹⁰⁹:

Com menos de um mês após a criação do Centro, houve a mudança de quem bancou o Centro dentro do Ibama, o Eduardo Martins, era secretário executivo na SEMA e presidente do Ibama na época. Então tentaram desconstituir o Centro. Quem segurou foi Sebastião Azevedo. Ele foi procurador, depois presidente do Ibama, tinha origem no INCRA, veio para o Ibama no período em que foi colocado em disponibilidade. (Técnico-CNPT Brasília 02)

Vejamos alguns desafios institucionais enfrentados pelo CNPT¹¹⁰ imediatamente após a sua criação:

O Ibama tinha sido criado da junção de 4 instituições, então não tinha cultura de meio ambiente, não havia cultura de Instituição, o que havia eram quatro instituições, que por força de lei estavam na mesma casa, mas eram instituições separadas [...] O pessoal que vinha da antiga Secretaria de Meio Ambiente da presidência da república era um pessoal que entendia a conservação apenas como biológica, e que defender o meio ambiente bastava a lei e uma boa fiscalização [...] e quando foi criado o CNPT, e as Reservas Extrativistas que admitiam a presença

¹⁰⁹ Na década de 1990 o Ibama sofreria sucessivas trocas de presidente, refletindo a mesma instabilidade institucional já experimentada pelo INCRA. Entretanto, em sua primeira década de existência (1992-2002), o CNPT teve apenas três coordenadores. O primeiro coordenador foi Gilberto Siqueira (Ex-Funtac, que havia presidido o GT de criação do CNPT), seguido por um curto período por Miguel Von Behr (funcionário do Ibama, participante do GT de estruturação do Centro), que foi substituído por Rafael Pinzón Rueda (Ex-INCRA, participante das discussões dos PAEs) que permaneceu no cargo durante o período de 1993-2000, sendo o principal responsável pela estruturação do Centro.

¹¹⁰ Segundo depoimento de um entrevistado que participou da criação do Centro, a adoção da sigla “CNPT”, trazendo similaridades com a sigla do Partido dos Trabalhadores também foi motivo de rejeição por parcelas da sociedade de alguns estados. Afinal, o coordenador do GT que deu origem ao Centro e seu primeiro chefe, Gilberto Siqueira, era membro do Partido no Acre.

humana na Unidade de Conservação, eles ficaram furiosos [...] Chegaram a apelidar o Centro de LBA [...] e nos chamavam de assistentes sociais. (Técnico-CNPT Brasília 01)

Nós tínhamos muitas dificuldades em aprovar, por exemplo, dentro da procuradoria jurídica do Ibama, aprovar um documento relativo às Reservas Extrativistas, porque os advogados do Ibama, como era um assunto completamente novo, rejeitava [...] como era novo isso, tínhamos dificuldades enormes para criar uma Reserva, porque o processo tinha de passar pela jurídica, então solicitei que fosse criada uma comissão de populações tradicionais, de pessoas mais sensíveis, que dessem um parecer anterior para que chegando na procuradoria do Ibama as coisas já tivessem um respaldo de outras pessoas. Isso nos ajudou muito, especialmente para os planos de utilização. (Técnico-CNPT Brasília 01)

O CNPT foi inovador no sentido de tentar incorporar a visão das populações, das comunidades, do trabalho com comunidades, para a gestão ambiental [...] O CNPT nasceu e cresceu tentando mostrar, incorporar no Ibama uma nova cultura de lidar com a questão ambiental [...] Foi feito um esforço para mostrar que as Resex são viáveis. (Técnico-CNPT Brasília 03)

Além das tensões dentro do órgão ambiental, o CNPT deparar-se-ia com desafios relacionados ao seu significado naquele momento. Ao mesmo tempo em que significava, para os extrativistas, o atendimento a sua demanda, também representava a incorporação, pelo Estado, das formulações dos extrativistas com todas as suas implicações. Afinal, o movimento social também precisaria se adaptar às novas mediações e aprender a atuar em uma esfera onde antes não transitava.

O CNPT apresenta-se como síntese de um processo de inserção dos extrativistas no Estado brasileiro, sua institucionalização no aparelho estatal, fazendo com que pudessem emergir novas contradições desse processo, e, por isso mesmo, tensões e oportunidades de transformação¹¹¹. Nas palavras de um seringueiro que participou da luta pela criação do CNPT:

Nós reivindicava uma assessoria técnica, que poderia ser do Ibama. E disseram: para ser uma coisa independente, vamos criar o CNPT. Ingenuamente, e aí onde eu digo que houve ingenuidade de nossa parte, foi acreditar que o CNPT sendo um órgão do Ibama, ia permanecer independente. (Liderança-Resex Chico Mendes 02)

¹¹¹ Recorremos a Hirsch (2007, p. 35), quando afirma que “as reestruturações nos sistemas institucionais são impulsionadas pelas lutas sociais e políticas e seu resultado é, principalmente, portador de *crise*; ou seja, elas não são de modo algum nem consensuais, nem planejadas”. Para o autor, nas condições capitalistas, as instituições asseguram a reprodução da sociedade por meio da ação dos atores individuais, de uma forma que não foi por eles planejada.

Da mesma forma que o CNS, o CNPT nasce grávido da sociedade na qual se localiza. Como órgão público precisará obedecer às burocracias e normas às quais é submetido, vindo carregado de suas contradições. A capacidade deste setor representar os interesses das populações que demandaram sua criação estaria ancorada na permeabilidade à participação desses grupos e sua possibilidade de explorar os caminhos não institucionais para isso. Como nos diz Costa (1997), a contribuição dos movimentos sociais para a democratização não pode ser enxergada unicamente a partir das instâncias institucionais, uma vez que a sua possibilidade reside precisamente em seu enraizamento nas esferas sociais e da articulação que se estabelece entre estas e as arenas institucionais.

5.1.2 Estrutura e funcionamento do CNPT: tensões e contradições

Administrativamente, o CNPT contava em sua estrutura executiva com uma chefia em Brasília e representações regionais nos estados onde se localizavam as Reservas Extrativistas criadas ou em processo de criação (Acre, Rondônia, Amapá, Santa Catarina, Maranhão e Pará)¹¹². O CNPT foi o único centro especializado do Ibama ligado diretamente à presidência do órgão em uma tentativa de conferir mais agilidade às suas ações¹¹³. Além disso, provavelmente se queria evitar sua vinculação à Diretoria de Recursos Naturais (Diren), que era responsável pelas Unidades de Conservação e, na época, colonizada por uma visão preservacionista da conservação da natureza.

Como inovação na estrutura de gestão do Centro, citamos a existência de um Conselho Consultivo a quem competiria “monitorar, avaliar, fiscalizar ações e propor

¹¹² Em 20 de maio de 1992, foram criadas mais cinco Reservas Extrativistas: Mata Grande, Ciríaco e Quilombo do Flexal (Maranhão), Extremo Norte do Estado do Tocantins (TO) e Pirajubáé (SC).

¹¹³ Outro fato que foi fortemente utilizado para conferir agilidade ao Centro tratou-se dos contratos com financiamento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que muito contribuíram para uma rápida contratação de técnicos, sem maiores entraves burocráticos. Quando houve uma limitação de contratação via PNUD, nos anos 2000, esse fato acarretou uma grande diminuição na capacidade operativa do CNPT, demonstrando que a conquista da agilidade não refletiu em conquista de continuidade e internalização de demandas no Estado.

diretrizes para a elaboração das políticas de ação do CNPT”. Este conselho foi formado por representantes de instituições não-governamentais e representantes das populações extrativistas. Com ele, onde seriam discutidas as questões sobre as Resex, como aprovação de projetos e sua execução, os seringueiros tentavam inserir no Estado a democratização das decisões, escapando da burocracia. Mais uma vez, a exemplo da elaboração do plano de utilização, procuravam submeter o saber técnico ao saber consuetudinário e à representação política, com interesses políticos explícitos:

[...] O fim do critério exclusivo da competência, verdadeiro cordão de isolamento da burocracia frente ao povo, pelo da representação política contribui para subordinar a atividade dos funcionários ao movimento político dos trabalhadores pela transformação revolucionária da formação social. (MARTORANO, 2002, p. 78)

Esta organização é claramente influenciada pelo período pós-Constituição de 1988, quando imputava-se à formação de conselhos a estratégia participativa do Estado.

Todos os programas anuais, a prestação de contas, nós levávamos para o Conselho. Para mim era ótimo, pois eu tinha o respaldo da sociedade civil, porque o Conselho era composto das principais ONGs ambientalistas da época. Tinha SOS Mata Atlântica, GTA, Conselho Nacional dos Seringueiros, e outras ONGs que representavam o pantanal, os principais biomas... então eu me sentia à vontade pois uma vez que eles aprovavam, por exemplo, a criação de novas Reservas, aprovou, está na ata, isso facilitava muito a administração. (Técnico-CNPT Brasília 01)

Entretanto, as limitações deste Conselho na garantia de participação democrática no CNPT seria logo percebida na paralisação de suas atividades ao final da década de 1990, coincidindo com a mudança administrativa do Centro e, especialmente, com o término de financiamento pelo Projeto RESEX.

Enquanto existia grana do PPG-7, nós reunimos bastante. Depois disso, o governo não definiu orçamento para isso, nunca definiu orçamento. (Liderança-CNS Pará)

Mesmo durante o período em que se reuniu, não conseguimos perceber, considerando os documentos pesquisados, nenhuma interferência real desta instância de deliberação no destino do Centro ou, mais amplamente, nas decisões do Ibama em relação às populações das Reservas Extrativistas. O Conselho consumiu-se pelo levantamento de

problemas e propostas referentes à implementação das Reservas, não conseguindo, na prática, influenciar no processo de tomada de decisão dentro do Órgão onde estava alocado¹¹⁴. A capacidade de deliberação do Conselho ficou limitada a encaminhamentos de solicitações a outras instâncias (presidência do Ibama, Ministério do Meio Ambiente) e à administração de condições já dadas (poucos recursos, instabilidade dentro do Ibama), pouco conseguindo interferir diretamente e sequer influenciar na real implementação das Reservas Extrativistas ou na efetiva estruturação do CNPT segundo fora planejado.

Em função da dificuldade de assimilação das questões referentes à atuação do Centro pelo setor jurídico do Ibama, criou-se a Comissão das Populações Tradicionais (IBAMA, 1994a) com a atribuição de examinar os assuntos relativos às populações tradicionais, submetidas pelo CNPT, assim como avaliar os processos de criação de novas Resex e aprovar os planos de utilização. Esta nova institucionalidade também pouco chegou a funcionar. Ao mesmo tempo, a demanda sobre o CNPT, para que desse respostas ao movimento social, é relatada por este técnico, que atuou como gerente de projetos no Centro:

A principal coisa era que se a gente não desse resposta, ao movimento social, especialmente no Acre, você ia perder uma credibilidade enorme [...] e a resposta significava você levar benfeitoria, soluções para os problemas, levar alternativas e levar esperança principalmente, levar esperança de que as coisas podiam ser diferentes na floresta. Tentar diminuir a migração do campo, da floresta, para a cidade [...] A primeira preocupação era melhorar a qualidade de vida destas populações. E você não pode fazer isso se você não conversa com as populações. (Técnico-CNPT Brasília 03)

Da mesma forma, é demonstrado por outro membro da equipe do CNPT, como era pensado o papel do Estado:

O Estado é supridor de meios. Para mim o Estado é para dar conhecimento à população, das suas oportunidades, dar conhecimento, levar informações [...]. O Estado é supridor de meios, em todos os aspectos, eu não vejo outra alternativa [...] Ele não tem papel executivo. Ele pode apoiar a execução, mas não é para executar. (Técnico-CNPT Brasília 02)

¹¹⁴ Durante a pesquisa para tese, não foi possível localizar todas as atas referentes ao período de funcionamento do Conselho Consultivo, reflexo da fase de desestruturação pela qual passou o CNPT. As conclusões sobre o Conselho baseiam-se, em grande parte, no documento elaborado por Deis Siqueira (chefe do CNPT entre agosto/2006 e abril/2007) em setembro de 2006, no qual historiciza o Conselho (SIQUEIRA, 2006).

Entretanto, apesar do envolvimento e comprometimento dos técnicos que formariam a equipe do CNPT com uma gestão que privilegiasse a participação das populações que o demandaram, não podemos ignorar as limitações do agente público no Estado onde se encontram, cabendo-nos atentar às configurações que essa participação vai assumir. Afinal, como nos lembra Martorano (2002), o servidor público está ligado ao cumprimento da legislação, o que lhe limita em seu caráter transformador. Verificaremos, no decorrer da pesquisa, como os discursos destes técnicos, especialmente nos documentos produzidos no período, estavam impregnados dos valores correntes na instituição onde estavam inseridos.

Por mais boa vontade e compromisso que pudesse ser percebido nos técnicos em suas diferentes áreas, incorreríamos em um erro se creditássemos à capacidade individual de transformação o sucesso das atividades, desvinculando-os dos condicionantes e amarras institucionais, vinculados a relatórios que deveriam demonstrar a capacidade técnica dos diferentes projetos nos quais estavam envolvidos. Da mesma forma, incorreríamos em outro erro se apenas déssemos validade ao que estava descrito, ignorando as interações sociais que ocorriam entre esses técnicos e a população local. É necessário que compreendamos o Estado como o conjunto das relações sociais e de poder que o constituem. Somente dessa forma poderemos despersonalizar o sucesso ou fracasso das iniciativas dos sujeitos individuais que o protagonizam, atentando para o papel do sujeito social, e portanto coletivo, do qual ele é representante.

5.2 Políticas públicas para as Reservas Extrativistas na década de 1990

Diante da impossibilidade de seguir todas as políticas (municipais, estaduais e federais) que incidiram nas Resex na década de 1990, optamos por realizar um recorte por ordem de impacto dessas políticas, identificadas de acordo com a percepção de seus

resultados pelos entrevistados. Nas entrevistas realizadas, buscou-se saber quais as principais políticas públicas, programas e projetos que foram implementados na Resex na década de 1990 ou que influenciaram sua implementação.

Com base nos depoimentos e nos documentos pesquisados, verificamos que os principais recursos obtidos para as Reservas Extrativistas nos anos 1990 foram advindos de projetos de “cooperação internacional” ou fruto de convênios com ONGs internacionais ou bancos de desenvolvimento. Observamos, no depoimento abaixo, os desdobramentos desse acontecimento:

No começo, 91, 92 [...] foi crescendo dentro do governo, mas tudo que dizia respeito a investimento nas Resex eram recursos internacionais. Tanto de ONG que fazia convênio com as associações, o sindicato, o CNS. Por exemplo: WWF, Fundação FORD, [...] Era uma infinidade de uma relação que ajudava, pontualmente para a gente poder fazer todo o processo, inclusive para chegar até o governo, e discutir com ele. A partir de 92 começou a fazer convênio com o Estado. Quer dizer, com o Estado brasileiro. Com o Ibama, o MMA. Mas a maior parte ainda era de investimento estrangeiro [...] políticas públicas, de melhoria de Reserva, não teve não. A idéia era que esta história de Reserva não dá certo. Foi criada como uma forma de dar resposta à morte de Chico. (Liderança-CNS Pará)

Apesar de serem citados projetos diversos (Projeto Castanha, Projeto Áustria, Ilhas de Produtividade, Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo/Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, Amazônia Solidária), que dizem respeito a diferentes aspectos da implementação das Resex (produção, levantamento socioeconômico, demarcação territorial etc), sem dúvida o Projeto RESEX, dentro do PPG-7, constituiu a principal intervenção em direção à implementação das Reservas Extrativistas. Este fato fica claro nos documentos do CNPT:

A gestão participativa dos recursos naturais está sendo praticada especialmente através do Projeto Reservas Extrativistas, que faz parte do Programa Piloto para Proteção de Florestas Tropicais do Brasil – PPG-7; a boa execução daquele projeto consta nas avaliações feitas pelo Banco Mundial e agentes responsáveis. (CNPT, 1998, p. 3)

Este trabalho [implementação de Reservas já criadas] principalmente é executado através do Projeto "Reservas Extrativistas" do PPG-7, primeiro projeto deste Programa executado dentro do IBAMA, que está em fase conclusiva, após ter recebido avaliação muito positiva dos doadores, beneficiários e parceiros. Através deste projeto foram melhor protegidas 2.162.989 ha. assegurando assim a terra e o futuro a 15.600 pessoas que recebem todo o apoio para se organizarem e

melhorar a produção. Foram realizados também, programas de fiscalização participativa, manejo de lagos, alfabetização de lideranças, documentação e cidadania, proteção de quelônios de forma participativa, etc. (CNPT, 1999a, p. 7)

Mesmo após a ampliação das Resex para outros biomas brasileiros, somando-se doze Reservas Extrativistas criadas¹¹⁵, o Projeto RESEX ainda é citado como principal forma de viabilizar a implementação das Unidades, ignorando-se o fato dele só contemplar quatro dessas Resex, todas na Amazônia. Em função do volume de recursos disponíveis e, principalmente, pela carência de recursos advindos de outras fontes que permitisse a realização de atividades que escapasse daquelas definidas no PPG-7, a maior parte dos esforços realizados pelo CNPT, CNS e demais entidades representativas dos moradores das Resex foi canalizada para o Projeto RESEX.

Ao mesmo tempo em que esta constatação é contraditória com o que se esperava para o conceito universalizante das Resex, demonstra sua coerência com o caráter do Estado que estava se formando, transparecendo as características da neoliberalização em curso, como um estágio de um Estado capitalista dependente e em forte processo de expropriação: não comprometimento estatal com os órgãos públicos e dependência ao capital estrangeiro com aumento de endividamento.

Assim sendo, tomamos a parca dotação de recursos orçamentários para as Resex, a falta de articulação de políticas públicas que lhes dessem sustentação nas diferentes áreas (educação, saúde, produção, transporte) e a opção por financiamento através de projetos e parcerias como parte de um projeto maior de sociabilidade em que não havia espaço para iniciativas tal como as Resex, que buscavam o protagonismo dos grupos subalternos. A ausência de políticas não deve significar “ausência do Estado”, ao contrário, significa uma

¹¹⁵ Em 1998, havia doze Resex criadas, em nove estados brasileiros: Amapá (Resex Rio Cajarí); Acre (Resex Alto Juruá, Chico Mendes); Amazonas (Resex Médio Juruá); Rondônia (Resex Rio Ouro Preto); Pará (Resex Tapajós-Arapiuns); Maranhão (Resex Ciriaco, Quilombo do Frexal e Mata Grande); Tocantins (Resex Extremo Norte do Estado de Tocantins); Rio de Janeiro (Resex Marinha de Arraial do Cabo) e Santa Catarina (Resex Marinha do Pirajubaé) e mais vinte processos para criação de Resex estavam em andamento ou concluídos (CNPT, 1999a). Encontra-se no Apêndice C desta tese um mapa com a localização das Reservas Extrativistas criadas no período de 1990 a 1999.

forma de atuação, uma intencionalidade direcionada à obtenção e consolidação do consenso em favor da hegemonia neoliberal.

Por termos interesse pelas medidas adotadas pelo governo brasileiro para implementação das áreas, o que para nós reflete a forma como estas foram por ele incorporadas, resolvemos nos aprofundar na análise do Projeto RESEX, entendendo-o como um importante espaço de difusão de conceitos que estavam sendo implementados nas Resex. Discutiremos o Projeto RESEX (doravante denominado RESEX) analisando alguns aspectos que demonstram sua importância no processo de implementação das Reservas Extrativistas nos anos 1990, verificando em que medida as estratégias e conceitos difundidos atendiam às demandas dos seringueiros por autonomia, e sua participação na consolidação de um modelo de desenvolvimento contra o qual foram expressão de resistência. Para tanto, desenvolveremos um diálogo com alguns documentos elaborados por atores institucionais envolvidos em sua execução (GTA¹¹⁶, CNS, CNPT), assim como com os relatórios de avaliação da primeira fase do Projeto, executada até 1999.

Não é nossa pretensão avaliar a efetividade do Projeto RESEX em relação aos objetivos traçados pelo mesmo. Para isso, foram produzidos inúmeros documentos e relatórios, assim como realizadas missões de avaliação independente. Nossa intenção será lançar um olhar sobre o seu desenvolvimento, suas principais estratégias de intervenção junto às populações das Resex. Assim, procuramos verificar os efeitos que produziram na implementação dos objetivos das Reservas Extrativistas em direção à autonomia dos seringueiros e sua correlação com o projeto gestado para o Estado brasileiro, tendo em conta que esses dois projetos são, por princípio, antagônicos.

¹¹⁶ Durante a vigência do Projeto RESEX, o GTA teve papel protagônico na representação das comunidades em diversos fóruns, chegando a assinar conjuntamente com o CNS alguns documentos, como veremos no capítulo seguinte. A estratégia de fórum de ONGs em função de Projetos de cooperação já havia acontecido em outras ocasiões, como foi o caso da criação, em 1991, do Fórum de ONGs de Rondônia para acompanhamento do Planafloco (BROWN e ROSENDO, 2000a).

5.2.1 Um programa piloto para as florestas tropicais do Brasil: o PPG-7

O Projeto RESEX (BRA 99 - 020) faz parte do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. O Programa Piloto foi proposto pelo Grupo dos Sete (G-7)¹¹⁷, em Houston, Texas (EUA), em 1990, aprovado pelo G-7 e pela Comissão Européia em dezembro de 1991 e oficialmente lançado no Brasil em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a ECO 92¹¹⁸. Segundo o decreto que o institui, o PPG-7 consistia em um conjunto de projetos integrados do “governo federal e da sociedade civil brasileira” com o apoio técnico e financeiro da comunidade financeira internacional, com objetivo de implementar um modelo de desenvolvimento sustentável em florestas tropicais brasileiras (BRASIL, 1992). A primeira fase do Programa deveria incluir as seguintes atividades:

[...] Zoneamento Ecológico-Econômico; Monitoramento e Vigilância; Fiscalização e Controle; Fortalecimento Institucional de Órgãos Estaduais de Meio Ambiente; Implantação e Operação de Parques e Reservas, Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas e Reservas Indígenas; Pesquisas Orientadas ao Desenvolvimento Sustentável e Estabelecimento de Centros de Excelência Científica; Manejo de Recursos Naturais; Reabilitação de Áreas Degradadas; Educação Ambiental; e Projetos Demonstrativos. (BRASIL, 1992)

O acordo de doação do Fundo Fiduciário da Floresta Tropical e doação da Comissão das Comunidades Européias, foi assinado, entre o Brasil e o BIRD, em 16 de novembro de 1994. O Banco Mundial tornou-se o administrador dos fundos e o governo brasileiro nomeou o Ministério do Meio Ambiente como responsável pela Coordenação do Programa Piloto, tendo como instância de execução o Ibama.

Mello (2006) destaca que houve discordância entre a visão do Banco Mundial e do governo brasileiro no período de negociação do Programa. Enquanto o primeiro ressaltava os

¹¹⁷ Grupo constituído pelos sete países mais industrializados do mundo (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá). Desde 1998, a Rússia uniu-se ao grupo, que passou a chamar-se G-8.

¹¹⁸ Informações disponíveis em: <http://www.mma.gov.br/ppg7/>. Acesso em: 29 jul. 2009.

aspectos negativos no cenário ambiental brasileiro, com destaques para o desmatamento e queimadas, o segundo tentava demonstrar capacidade para execução do Programa, demonstrando os avanços desenvolvidos na legislação ambiental e a responsabilidade dos países ricos para com a emissão de gases na atmosfera, enfatizando o princípio poluidor-pagador. Para a autora, a escolha do Banco como estrutura gestora, por parte dos doadores, reforça um posicionamento contrário aos interesses nacionais.

De fato, avaliadores independentes do PPG-7, ao analisarem as articulações deste Programa com o que denomina “política integrada para a Amazônia”, e destacando a importância da descentralização na cooperação para o desenvolvimento da região, destacam, entre as questões que precisam ser resolvidas pelo Banco Mundial e o Governo Brasileiro, o “papel intelectual do Banco Mundial”. Dizem os avaliadores:

O papel intelectual do Banco Mundial: O papel central do Banco Mundial no planejamento e execução, no contexto do PPG7, bem como em termos da disseminação mais ampla das lições aprendidas por toda a Amazônia e pelo mundo em geral, deve ser levado em consideração durante qualquer reformulação das responsabilidades no contexto do Programa Piloto. O IAG [Grupo de Assessoria Internacional] reitera a sua recomendação no sentido de que quaisquer estudos e publicações produzidas por funcionário do Banco Mundial ou por consultores internacionais devem ser elaboradas de acordo com uma classificação comum de prioridade e de uma forma integrada com os projetos do PPG7, para evitar estruturas paralelas. (IAG, 1996, p. 2-3)

Sobre o quesito “Integração Externa”, esse mesmo relatório destaca:

Na medida em que o Programa Piloto se expande, deverão ser feitos esforços para garantir a integração e a consistência junto a outras iniciativas governamentais para a Amazônia. Entre estes incluem-se, por exemplo, a estratégia de “Brasil em ação” para investimentos em infra-estrutura na região; o programa de reforma agrária incluindo os Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAEs); e o projeto de lei atualmente em trâmite no Congresso para a reforma e expansão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC. Nesse sentido, também é relevante uma nova política florestal atualmente desenvolvida pelo IBAMA. Espera-se que o novo estudo sobre políticas públicas, sendo desenvolvido no âmbito da Unidade de Monitoramento e Análise, assegure a complementariedade e consistência entre o Programa Piloto e a Política integrada para a Amazônia Legal, apoiado por um processo de zoneamento eficaz e participativo. Isso poderá conduzir ao desenvolvimento de novas atividades, no âmbito do PPG7, relacionadas à sustentabilidade de assentamentos e às questões urbanas, bem como novos mecanismos de crédito e de assistência técnica que possam ser aplicados. (IAG, 1996, p.5-6)

Neste trecho, fica explícito o papel desempenhado pelo PPG-7 na definição das políticas para a Amazônia. Por sua dimensão territorial, o volume de recursos disponibilizados e a abrangência de ações, o PPG-7 assumiu um papel importantíssimo na definição dessas políticas, notadamente as ambientais, para a Amazônia e Mata Atlântica, na década de 1990. Vale lembrar que por meio de suas ações, foram elaborados zoneamentos ecológico-econômicos, estruturados órgãos ambientais nos Estados e municípios, assim como sob sua influência foram articuladas políticas estaduais de meio ambiente e reconfigurado o quadro institucional ambiental brasileiro. Como nos diz Mello (2006, p. 110),

[...] o maior resultado do PPG7 é o de contribuir para a reconfiguração das forças geopolíticas no território amazônico, ao fomentar as ligações global-local, e o aprendizado do enfoque ambiental, ao difundir princípios, técnicas e alternativas de sistemas produtivos, e ao desfazer estereótipos técnicos e políticos.

No caso específico do Acre, exemplificando a influência do Programa nos estados amazônicos, podemos citar a centralidade conferida ao Projeto de Gestão Ambiental Integrada (PGAI). Para Graf (2005), o PGAI ocupa uma posição fundamental no Governo, sendo responsável pela estruturação da política ambiental do Estado, visando “a instrumentalização dos governos estaduais e municipais para a política e gestão ambiental, com ênfase na descentralização de atribuições às instituições locais, notadamente as secretarias municipais de meio ambiente” (GRAF, 2005, p. 129). Segundo a autora, o órgão ambiental estadual (Instituto de Meio Ambiente do Acre-Imac) chegou a depender quase que exclusivamente dos recursos deste Projeto.

Diante desse panorama de centralidade do PPG-7 nas políticas dos estados da Amazônia, cabe-nos problematizar a pergunta feita pelo GTA/Amigos da Terra, quando o Programa completava dois anos de efetiva execução: “quem está sendo pilotado por este Programa, e para onde?” (GTA/AMIGOS DA TERRA, 1997, p. 12).

5.3 Projeto RESEX: teste e modelo para as Reservas Extrativistas

5.3.1 Negociação e objetivos do Projeto RESEX

No escopo do PPG-7, o Projeto Reservas Extrativistas compôs o Subprograma Unidades de Conservação e Manejo de Recursos Naturais, que ainda incluía projetos específicos para Terras Indígenas e formação de Corredores Ecológicos. O Projeto RESEX teve como objetivo:

[...] testar em quatro reservas extrativistas da Amazônia brasileira modelos apropriados de gerenciamento econômico, social e ambiental, **aperfeiçoando os métodos e procedimentos utilizados pelas populações tradicionais** na administração dos recursos naturais renováveis das florestas tropicais, por meio da **co-gestão entre governo e sociedade**. (IBAMA, 2000, p. 77, grifo nosso)

Foi exatamente esse o objetivo declarado do Projeto: *testar um modelo de desenvolvimento para a Amazônia*. Isso coadunava com a perspectiva que se tinha no momento, em relação às Resex, sendo condizente com o que era constantemente exigido dos seringueiros: eles estavam sendo submetidos a um teste, devendo provar que podiam *ajudar a proteger os recursos naturais, a partir do aperfeiçoamento de suas técnicas*.

O governo exigia da gente que nós tinha que provar a viabilidade dessa região, da Amazônia, economicamente. A gente tinha de provar que era viável em pé, a floresta em pé. (Liderança-Resex Chico Mendes 02)

Como objetivos específicos, o Projeto contemplou:

- 1) Completar a regularização legal das Reservas Extrativistas e outros procedimentos necessários para assegurar os direitos de acesso aos recursos naturais entre as populações tradicionais.
- 2) Fortalecer as organizações comunitárias e instalar infra-estrutura social e comunitária nas reservas.
- 3) Desenvolver, testar e divulgar tecnologias apropriadas para melhorar atividades produtivas de subsistência e comercialização, priorizando produtos florestais não madeireiros.
- 4) Aprimorar o manejo e conservação dos Recursos Naturais nas reservas extrativistas.
- 5) Promover um método participativo de gestão e administração do projeto. (IBAMA, 2000, p. 8)

Organizadas em cinco componentes básicos: *i*) efetivação das Reservas Extrativistas, *ii*) organização comunitária, *iii*) melhoria de atividades produtivas, *iv*) gerenciamento ambiental e *v*) gerenciamento e avaliação do Projeto, foram estruturadas atividades que contemplavam as fases de implementação das Reservas Extrativistas, compreendendo de sua regularização fundiária à organização dos processos produtivos, passando pela organização social nas Resex e apoio logístico ao escritório do CNPT em Brasília e nas demais regiões (IBAMA, 1999a). Assim, o Projeto RESEX tinha a pretensão de ser uma experiência piloto na Amazônia, na qual deveriam se espelhar outras iniciativas. A intenção era “provar” que as Reservas Extrativistas poderiam dar certo.

Os doadores só escolheram quatro Resex, as outras tinham que aprender com essas [...] Porque era piloto o programa. Eles queriam mostrar a viabilidade em umas, para aplicar nas outras. (Liderança-CNS Pará)

A implementação do Projeto RESEX representa um grande desafio, por seu caráter piloto, no tratamento de questões estratégicas e políticas da maior relevância, tendo em vista a perspectiva de implantação de um novo modelo de desenvolvimento na Amazônia brasileira, centrado nas premissas de Desenvolvimento Sustentável. (IBAMA, 2000, p. 13)

Dentre as obrigações do governo brasileiro para com o Projeto constam:

- a) fornecer ao administrador, e a partir de então implementar, um plano de utilização (o plano de utilização da Resex) **satisfatório ao administrador**, para cada uma das Reservas Extrativistas estipulando, entre outras coisas, as atividades proibidas dentro da Reserva Extrativista;
- b) implementar um plano de desenvolvimento (o plano de desenvolvimento da Resex), **satisfatório ao administrador**, para cada uma das Resex, detalhando as atividades a serem desenvolvidas para o desenvolvimento da Reserva Extrativista e para o manejo de suas reservas naturais; e
- c) dentro de um ano após a data de vigência, implementar um sistema de monitoramento ambiental, **satisfatório ao administrador** para monitorar as Reservas Extrativistas e a implementação do projeto. (BRASIL, 1994, p. 16, grifo nosso)

Ora, na prática, quando um financiador condiciona o empréstimo a alguns princípios atendidos, ele está definindo a forma de organização do contratante, uma vez que o empréstimo somente será concedido mediante o atendimento de “condicionantes”. Assim, o Banco (administrador), em última instância, precisaria aprovar os instrumentos de gestão que estavam sendo implementados nas Resex. Não queremos dizer com isso que não há a

necessidade de critérios e de regras claras. A questão está fundamentada na forma de definição desses critérios e regras, se eles são elaborados conjuntamente pelas partes envolvidas ou em uma situação de subordinação. Ou seja, a quais interesses eles atendem.

Quando da assinatura do contrato de doação, em 1994, existiam nove Resex criadas. Apesar disso, o projeto piloto contemplou apenas quatro delas, todas na Amazônia, o que representou (e ainda representa) um motivo de grande discussão entre as entidades. O coordenador técnico do Projeto RESEX, relata que houve pressão para inserção das outras Reservas Extrativistas, destacando os limites na negociação de um projeto de “cooperação internacional”:

Nas negociações do Projeto RESEX se restringiu a aplicação à Amazônia [...] Quando você negocia um projeto de cooperação, tem os interesses do doador, e os seus interesses [...]. Quando se tentou inserir as outras cinco Resex no Projeto RESEX, não dava, porque há contrato, pois recuar, voltar para trás na negociação podia significar perder recursos [...]. No início, o grande problema que tivemos é que o RESEX não era sozinho, era “parques e reservas” o nome do Projeto, no programa piloto. As Resex estavam junto com as Flonas [Flonestas Nacionais] que não queriam saber das comunidades. (Técnico-CNPT Brasília 03)

Vejamos como se deu a negociação final do Projeto, segundo depoimento na II Reunião do Conselho Consultivo do CNPT:

Após uma viagem de campo e em conjunto com os escritórios regionais do CNPT, envolvendo a participação das principais lideranças das comunidades e ONGs regionais, identificou-se e priorizou-se as ações e atividades para o desenvolvimento e consolidação das Reservas. De posse dessas demandas e informações complementares, preparou-se o documento de Projeto (1ª. Versão). Documento este que orientou as discussões com o Banco Mundial em agosto de 1992. A missão fez algumas sugestões para melhorar o documento e propôs alguns estudos em caráter de pré-investimentos, aceitos inteiramente pelo CNPT. (CNPT, 1992, p. VI)

Apesar deste depoimento, segundo o relatório final do Projeto, o mesmo foi iniciado com a chamada “estratégia emergencial” de contato com os moradores da Reserva para que eles “compreendessem” o que era a Reserva e o Projeto, compreendendo “a formação de equipes de coordenação e de execução do projeto, negociação de parcerias, organização de representações dos moradores (associações) e motivação dos beneficiários do projeto” (IBAMA, 2000, p. 16). Fica claro que os moradores (beneficiários) desconheciam o Projeto.

Portanto, nas visitas referidas, não mais se tratava de negociá-lo ou alterá-lo, e sim de assimilá-lo e implementá-lo.

A única coisa que complicou foi o povo não conhecer o projeto, a maioria do povo não conhecia o Projeto e o Projeto talvez ficou fechado na mão de poucos que conhecia o projeto, a gente só recebia a mensagem, lá na base e tal e tal, mas a gente não conhecia o Projeto [...] Por exemplo, hoje nós temos a cooperativa, o dono da cooperativa são os associados, o dono da AMOPREX são os associados. Então são eles que tem de saber de tudo direitinho. Se chegar um Projeto para a cooperativa, nós tem que ir lá na base e dizer: chegou o projeto prá cooperativa de tanto [...] Eu acho que era isso que faltava. Era a base estar inteirada de tudo o que estava acontecendo. (Liderança-Resex Chico Mendes 03)

Dois fatos chamam a atenção nos objetivos do Projeto RESEX: i) a auto-gestão antes requerida pelos seringueiros e presente em todos os seus documentos é substituída por co-gestão¹¹⁹ e ii) a necessidade de aperfeiçoamento do conhecimento das populações residentes nas Reservas Extrativistas, para fins de administração. Nos documentos dos seringueiros, estava claramente exposto o papel do Estado como provedor dos meios necessários para que as decisões sobre o território fossem tomadas por seus moradores, o que incluía definir as bases de sua organização, produção e o ritmo a ser adotado para estas questões.

Assim, a idéia original de auto-gestão é subsumida pela co-gestão, que em última instância vai assumindo os contornos da parceria público-privado exaltada na reforma do Estado, através das organizações sociais não-estatais. Confere-se um novo significado ao sentido de auto-gestão em consonância com uma re-significação do papel do Estado. Verificamos, assim, talvez a primeira sinalização do papel que o RESEX ocuparia na redefinição das categorias estruturantes da proposta dos seringueiros.

No que diz respeito às estratégias de capacitação e à distribuição dos recursos pelas atividades programadas, o Projeto sofreu críticas no sentido de que essas atividades seriam realizadas sem critérios e adequação à vida na floresta, reivindicando-se maiores recursos para as áreas de saúde e educação (GTA, 1997).

¹¹⁹ Esta inflexão percebida empresta sentido a modificações inseridas posteriormente, como a existência do conselho deliberativo (SNUC) e o papel conferido ao órgão ambiental.

Para nós, existe ainda uma outra questão. Ao buscar “educar” os moradores das Resex, capacitando-os na melhoria do manejo da área e na organização comunitária, é roubado desses sujeitos a possibilidade de auto-educar-se formando-se sujeitos de transformação. Nesse caso, entendendo que o processo educativo ocorre socialmente, estamos nos referindo à educação em classe, tendo o trabalho como princípio educativo, e compreendida como um processo, ao mesmo tempo, de humanização. Como nos lembra Lukács (2007), colocamo-nos um falso problema, pois acredita-se que é preciso formar para transformar a realidade, quando, na verdade, formam-se cidadãos transformando-se realidades. Nessa inflexão no campo da formação, que passa a vir de fora, encomendada, perde-se a oportunidade histórica de, em uma situação concreta, com sujeitos concretos, construir-se novos cidadãos. Com o olhar voltado para o futuro, perde-se a materialidade do presente como substrato para a construção de uma nova realidade.

5.3.2 O Projeto RESEX e a organização social nas Reservas Extrativistas

Esse primeiro movimento caracteriza-se, ainda, pela busca de convencimento dos homens quanto à necessidade de tomarem parte em associações e processos políticos que, embora aparentemente não representem maiores conseqüências, efetivamente se constituem em decisivos espaços de obtenção de consenso acerca dos temas mais caros à nova pedagogia da hegemonia. (NEVES e SANT’ANNA, 2005, p. 35)

Durante o Projeto RESEX, foi incentivada a criação das Associações das Reservas, para atuarem como interlocutoras junto ao Ibama.

Antes da definição das áreas como Reservas Extrativistas, as instâncias de representação reconhecidas pelas comunidades consistiam no sindicato, em nível local e regional, enquanto o CNS afirmava-se como interlocutor em nível nacional. Algumas Associações já existiam, a exemplo da Associação dos Seringueiros e Agricultores da Bacia do Rio Tejo, criada em 1989, portanto anterior à criação da Resex do Alto Juruá, tendo a

função principal de produção, confundindo-se bastante com o papel exercido por uma cooperativa.

Após a implementação do Projeto RESEX, novas figuras jurídicas passaram a se impor na região: as Associações das Reservas. No Acre, as Associações dos Moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes¹²⁰ foram criadas em 1994, em reunião em Assis Brasil (AMOREAB), Brasiléia (AMOREB) e Xapuri (AMOREX)¹²¹, ao tempo em que a Associação dos Seringueiros e Agricultores da Bacia do Rio Tejo passou a denominar-se como ASAREAJ, configurando-se na instância representativa da Resex Alto Juruá. Vejamos no depoimento abaixo o processo que deu início à criação dessas Associações.

Havia, sem dúvida, umas três, quatro associações dentro da Reserva. Mas eram associações que haviam sido criadas, que não funcionavam, então começamos a capacitar os diretores dessas associações, a fazer com que elas funcionassem. Quando chegou o momento de começar o projeto do Banco Mundial, estava previsto passar dinheiro para eles próprios gastarem. Os próprios seringueiros aprenderem algumas coisas em termos de organização. Então era necessário que cada Reserva tivesse uma Associação reconhecida, juridicamente, legalmente constituídas, que pudesse assinar convênio com o Ibama para receber recursos. Então foi um segundo passo. Orientamos todas as pessoas dentro da Reserva para que criassem uma Associação que representassem todos os seringais. Houve grandes assembleias [...] Essas associações foram as que negociaram convênios, e recebiam recursos. Foi construído um pequeno local para funcionarem, foi comprado um jipe, voadeiras, para atuarem dentro da Reserva, e especialmente foi repassado recursos para comprarem a produção e levaram para dentro da Reserva. Este trabalho de organização se deu dessa maneira. Com núcleos de base, com associações em alguns seringais e com uma Associação que representava toda a Reserva ou todo aquele município, mas o principal, claro foi manter aquelas associações, capacitar [...] (Técnico-CNPT Brasília 01)

As associações logo passaram a desempenhar um importante papel na suposta organização dos moradores e na interlocução destes com o Ibama e demais órgãos que se relacionavam com a Resex. Assim como passaram a representar o *locus* de discussão dos instrumentos de gestão da Resex (plano de utilização e plano de desenvolvimento), sendo

¹²⁰ Nas outras Resex participantes do projeto, também foram criadas associações: Associação dos Seringueiros da Resex Rio Ouro Preto (ASROP) e Associação dos Trabalhadores da Reserva Extrativista do Vale do Rio Cajari (ASTEX-CA).

¹²¹ Em 1997, por exigência dos bancos para fins de financiamento, as associações passaram a acrescentar a palavra “produtores” em sua denominação, passando a ser denominadas: Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes, respectivamente AMOPREAB, AMOPREB e AMOPREX.

consideradas as “co-gestoras” da Unidade, responsáveis pela mobilização dos moradores, realização das assembléias e beneficiárias no contrato de concessão de uso.

Existiam associações, só que eram com objetivo pequeno. A AMOPREX, AMOPREAB veio com objetivo que eu vi com muita importância. Elas veio com o seguinte objetivo: tudo que vai ser implementado dentro da Reserva tem que ter uma organização de dentro, dirigida pelos próprios moradores, que decidem em assembléias. Tinha algumas associações pequenas e precisava ter uma central das associações que pudesse aglutinar as discussão dessas associações porque qualquer projeto de expansão para dentro da Reserva tinha que passar pelo crivo de uma reunião geral. Depois é que o Ibama aprovava, mas depois de aprovar na base. (Liderança-Resex Chico Mendes 02)

Em detrimento de seu papel na organização dos moradores, não podemos descolar a criação dessas entidades do contexto na qual foram criadas: o contexto de um projeto, com um objetivo pré-definido e com financiamento próprio.

O recebimento dos recursos do Projeto RESEX e a necessidade de realização de convênios para a realização de suas atividades foram determinantes para a criação das Associações. Paula (2003) salienta que, com a chegada de financiamentos a fundo perdido, ao invés de criar novas estratégias de desenvolvimento, os “de baixo” passam a ajustar suas estratégias às exigências externas, com isso, a questão passa a se voltar a demonstrar competência para atrair financiamentos e com isso provar a viabilidade econômica das Reservas Extrativistas. Os depoimentos a seguir explicitam a forma como as associações foram incorporadas às Reservas Extrativistas:

Começou com a gente indo in loco, conversando com todos eles, mostrando que havia criado a Reserva, que a gente precisava fazer alguma coisa, senão ia continuar na mesmice, e que para isso algumas pessoas no exterior estavam abonando com a possibilidade de recursos, e o governo também abonava com outra possibilidade de recursos...Agora teria que ser uma coisa de mão dupla, compartilhada, governo e eles, o Movimento. Alguns lugares foi mais fácil. Xapuri foi mais fácil [...], outros foi mais difícil. Brasiléia, Assis Brasil, por exemplo, eles não queriam de jeito nenhum, achavam que não era necessário, que não tinha competência para isso. Em determinados momentos era preciso dar um ultimato, dizendo, olha, vocês precisam fazer senão outras pessoas vão assumir e vai ser difícil deles chegarem aqui, se ficar somente uma Associação em Xapuri, as coisas vão acontecer mais perto deles [...] Foi um trabalho difícil. Você fazer um trabalho de cozinha, como eles falam, conversando com o dono da casa, com a senhora, explicando como era, que a Resex foi criada para que eles gerenciassem junto [...] Foi difícil mas foi feito graças ao empenho de umas poucas pessoas. (Técnico-CNPT Acre)

Primeiro, o CNS queria administrar os recursos do Banco Mundial. Eles achavam que podiam aplicar o dinheiro em cada Reserva, então nós tivemos dificuldades [...] Em primeiro lugar o CNS não tinha o tamanho que tem hoje, e em segundo lugar não seria educativo, pois o que se queria é que os próprios moradores da Reserva administrassem seu recurso. Então se pensou em se passar para os sindicatos, mas há problemas legais, em termos de convênios, passagem de dinheiro, porque o sindicato é uma representação de classe, então a lei não permite. Em segundo lugar, o sindicato abrange, abrangiam sócios que não eram das Reservas, então ficaria uma coisa difícil de administrar um recurso só para dentro da Reserva, sendo que ele tem uma necessidade maior fora da Reserva [...] Houve reclamação de que deveria ser no sindicato, que nós estávamos criando uma estrutura paralela, que ia tirar força do sindicato [...] Esse era o argumento utilizado pela sociedade civil, digamos assim. Mas nós conseguimos convencer tanto o sindicato quanto a sociedade civil de que essas associações que estavam sendo criadas não fariam concorrência ao sindicato, não eram paralelas ao sindicato, tinham objetivos econômicos e organizacionais, não de defesa de classe. (Técnico-CNPT Brasília 01)

Vejamos como esse processo foi percebido pelos seringueiros:

As associações foram criadas pelo seguinte: na época surgiu um projeto piloto, o RESEX I [...] e aí as associações existiram porque o dinheiro não podia ser trabalhado pelo sindicato, então tinha que existir uma Associação da Reserva mesmo, Chico Mendes, para poder ser gasto o dinheiro, ser aplicado o dinheiro e ter as benfeitorias dentro da Resex. (Liderança-AMOPREX)

As associações, elas foram criadas a partir de uma exigência feita pelo Ibama, [...], porque nós queria que o gerenciamento de nossa Reserva fosse feito pelo próprio sindicato, mas eles colocaram que não tinha a legislação deles lá não permitia essa relação com os sindicatos, tinha que ser através das associações. (Liderança-Resex Chico Mendes 01)

Assim, as novas associações da Reserva já nasceram por imposição externa e em contraponto às outras instâncias de organização, em particular o Sindicato. É importante lembrar que anteriormente já havia sido desenvolvido um trabalho semelhante com a criação das associações de seringueiros (ASSER) pela SUDHEVEA. Algumas “associações da Reserva” foram criadas onde já existiam as ASSER. Nos depoimentos abaixo podemos perceber o tensionamento provocado entre as duas figuras jurídicas e a determinação da escolha de uma em detrimento da outra. Ao mesmo tempo, o trabalho de convencimento era feito utilizando-se como principal argumento a necessidade de separar as competências de cada instituição. Para os técnicos, não era uma questão de abandonar o sindicato, mas de criar outra instância com responsabilidades mais imediatas:

Na época [do Projeto RESEX] não existiam associações e o sindicato é que representava a população. Foi difícil mostrar para eles que era preciso

desmembrar, para ter a questão das associações. A Associação é para fazer coisas, o sindicato para questão política, e cooperativa para a questão econômica. Então, foi necessário que a gente dividisse a força, o poder, não dividisse, mas que o Movimento tivesse essas três instâncias para discutir nos fóruns certos as suas coisas [...] Associação não é para discutir política. Embora se faça isso naturalmente, mas quando eu me associo é para ver as coisas melhorarem [...] A Associação tem que oferecer resultados [...]. (Técnico-CNPT Brasília 02)

Aos poucos, nos cursos foi se mostrando que o papel dos sindicatos era defesa de classe, defesa de direitos, apoio nas aposentadorias, nas coisas pessoais do trabalhador rural, enquanto que a Associação é para organizar a comunidade, para organizar a produção, para vender, prá transportar. Então eram objetivos diferentes. E o Conselho Nacional de Seringueiros para coordenar, para negociar as políticas públicas. (Técnico-CNPT Brasília 01)

Apesar de ter o objetivo declarado de atender a uma necessidade/intenção de organização comunitária, visando seu fortalecimento, na prática o esvaziamento do sindicato gerado por essa ação¹²² e a subordinação das associações aos recursos do Projeto RESEX (financiamento externo sem garantia de responsabilidade) geraram o enfraquecimento da capacidade de mobilização antes existente, expressa no descrédito nas entidades representativas.

Diferente do processo de enfrentamento que levou à criação dos primeiros sindicatos na região, a criação dessas novas institucionalidades (associações e núcleos de base) teve origem em um Projeto com orientação governamental¹²³. Concordamos com Brown e Rosendo (2000a) quando afirmam que o fortalecimento de organizações locais pode ser incentivado ou financiado por uma instituição externa, mas que é necessário que as populações locais decidam de que forma essa organização funcionará. Os autores atentam ao fato de que esse processo não pode ser imposto externamente ou ser planejado “pelo alto”.

¹²² É válido ressaltar o processo de desmobilização pelo qual passavam os sindicatos no cenário nacional, em função da precarização das relações de trabalho e desregulamentação dos direitos trabalhistas característicos da década de 1990, que provocou alterações também por dentro do movimento sindical. Para Antunes (2003, p. 77), neste período os sindicatos “distanciam-se dos movimentos autônomos de classe e subordinam-se, política e ideologicamente, aos valores existentes na sociabilidade regida pelo mercado [...] optando por um sindicalismo de participação”. No próximo capítulo, trataremos deste aspecto e da renovada relação dos sindicatos com o poder constituído do estado do Acre.

¹²³ Em alguns lugares, a criação dos Núcleos de Base ocorreu em articulação às delegacias sindicais, o que lhes garantiu uma maior sobrevivência.

Ao tempo em que o “novo sindicalismo” das décadas de 1970/1980, que contribuiu para a conformação do Movimento Seringueiro, surgiu em contraposição a um sindicalismo de resultados e atrelado ao Estado, as novas lideranças que começam a surgir na Resex, conformados no papel de presidentes de associações, assumem este papel em posição completamente subordinada ao Estado, uma vez que deste dependem não apenas em recursos financeiros como também na definição de sua pauta de discussão. Não se tratava apenas do tipo de organização que os seringueiros deveriam seguir, mas do tipo de atividade que esta organização deveria realizar e a quais recursos estaria submetida. As Associações da Reserva, ao invés de enfrentamento e contestação, foram criadas com um sentido de colaboração, em busca de um bem comum, de melhoria na qualidade de vida que não mais reside na modificação, na transformação das relações existentes, e sim em uma adaptação às mesmas.

Desvinculando o econômico do político, os seringueiros cediam à abstrata dissociação característica do capitalismo-neoliberalismo¹²⁴. Uma nova interlocução era criada e com ela um novo significado de relação com o Estado. Enquanto o sindicato, na década de 1970, se impôs como interlocutor a ser considerado, nesse momento, era o Estado que definia com quais interlocutores dialogaria.

A complexidade das novas mediações, e sua influência sobre o Movimento, é exemplificada por Paula (1998) quando destaca a diferença entre as reivindicações dos sindicatos (de longo prazo, estruturantes) e as “conquistas” das associações (mostradas de forma imediata e concreta como caminhões, tratores) como uma das causas de desarticulação das bases sindicais, observadas na década de 1990. Para Rueda (1995), os sindicatos

¹²⁴ Chauí (2006) afirma que a sociedade que “criou” o capitalismo, a sociedade burguesa, possui como uma de suas grandes contradições o fato de que, ao tempo em que depende da interdependência de todas as atividades e da comunicação de todos os agentes sociais, também é dependente da separação das diversas esferas sociais (política, econômica, jurídica, religiosa, científica etc). Assim, a separação político/econômico é determinada pelas relações do modo de produção, sendo, portanto, uma determinação socialmente construída. Para Wood (2003), uma das principais conseqüências de concentrar a luta de classes no plano econômico, dissociado do político, é o fato de não afetar a relação entre os trabalhadores e os donos dos meios de produção, domesticando as lutas de classes. A autora, em trabalho recente, complementa: “[...] agora é possível ter um novo tipo de democracia que está confinada a uma esfera puramente política e judicial – aquela que alguns denominam democracia formal – sem destruir os cimentos do poder de classe” (WOOD, 2006, p. 401, tradução nossa).

cumpriam uma missão política, enquanto as associações se dedicariam aos “aspectos de melhoria da produção e comercialização”. Assim, consolida-se uma visão dissociada entre as esferas econômica e política. Observava-se ainda a substituição dos sindicatos na interlocução com o executivo, juntamente aos parlamentares e políticos da situação (PAULA, 1998), assim como o mau uso das associações por estes últimos (RUEDA, 1995). Como procuramos sinalizar na epígrafe deste ítem:

A nova pedagogia da hegemonia atua no sentido de restringir o nível de consciência política coletiva dos organismos da classe trabalhadora que ainda atuam no nível ético político para o nível econômico-corporativo. Mais precisamente, a nova pedagogia da hegemonia estimula a pequena política em detrimento da grande política, propiciando, contraditoriamente, à classe trabalhadora a realização da grande política da conservação. (NEVES e SANT’ANNA, 2005, p. 35)

A implementação do Projeto RESEX cumpriu um importante papel pedagógico, através das associações e técnicos a elas vinculados, no convencimento da população das Resex sobre a importância de voltar-se às suas necessidades imediatas e locais, em detrimento de uma visão coletiva e de longo prazo. Assim, dissociando o econômico do político, negava-se o Movimento Seringueiro em sua capacidade de articulação e ampliação da luta contra subalternização e subordinação da classe trabalhadora em nome de uma redução limitada a interesses imediatos.

A responsabilização do Estado, antes tão presente e pautada pelo Movimento, passa a ser substituída pela necessidade de parcerias; a participação dos seringueiros na elaboração de propostas e definição de seus rumos é subsumida por um Projeto que já vem definido e que os consome em atividades de implantação, e não de organização, para atender as demandas de um financiador que não necessariamente atende as suas. Uma educação para arte do possível foi desenvolvida com maestria. Coerentemente, a importância das parcerias é permanentemente ressaltada nos documentos de divulgação do Projeto.

Houve uma potencialização dos recursos disponíveis com a consolidação de parcerias como as desenvolvidas com o Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, o Grupo de Trabalho Amazônico – GTA, a Organização dos Seringueiros de Rondônia – OSR, as organizações das populações extrativistas já existentes, outros

organismos do Governo Federal e governos municipais e estaduais. (IBAMA, 1999a, p. 28)

Por último, é importante destacar que a criação das associações e sua formalização como modelo de organização requerida para representar os moradores ou beneficiários de uma Resex levou a uma padronização no modelo de estrutura social nas Reservas Extrativistas. O que não havia sido previsto na lei que criou as Resex, ou nas diretrizes construídas pelos seringueiros, foi estabelecido como produto do Projeto RESEX, sendo incorporado nas regulamentações adotadas pelo CNPT e assim naturalizando-se a existência das Associações como instâncias representativas em todas as Resex criadas, independente dos arranjos institucionais já existentes. Recordemos o que havia sido definido pelos seringueiros:

Em cada região, a organização (exclusiva de trabalhadores rurais) eleita como representante dos agroextrativistas envolvidos será a pessoa jurídica a quem o Estado outorga a concessão real de uso sendo chamada de concessionária [...] A pessoa jurídica escolhida como representante dos agroextrativistas da RESEX será a responsável das RESEX. Caberá ao CNS e à concessionária a coordenação do monitoramento e fiscalização. (CNS, 1992i, p. 12-13)

Em momento algum, em todo o documento, definia-se o formato a ser assumido por essa organização. Fato este que passaria a ser adotado nas publicações sobre o assunto.

5.3.3 O Projeto RESEX como espaço pedagógico

As idéias e as opiniões não “nascem” espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão, houve um grupo de homens ou até mesmo uma individualidade que as elaborou e apresentou na forma política da atualidade. (GRAMSCI, 2007, p. 82)

A importância do Projeto RESEX na definição do esqueleto organizacional que daria suporte às Reservas Extrativistas, tanto no âmbito governamental quanto nas instâncias de representação dos moradores, está diretamente ligada aos recursos disponibilizados pelo Projeto. Por representarem a maior soma de recursos aplicados nas Reservas naquela década, na prática, o impacto do Projeto tem alta correlação com a sua capacidade de financiar e assim

disseminar práticas, conceitos e estratégias. Seja na forma de treinamentos e publicações ou mais diretamente na definição das regras que passariam a reger as Reservas Extrativistas como um todo. No documento “nota explicativa sobre o CNPT” (CNPT, 2000), encontramos uma tabela com a discriminação de recursos do Centro no período de 1994-1999 (Tabela 03). Nela, é possível perceber que no período de 1995 a 1998, correspondente à maior liberação de recursos da primeira fase do Projeto RESEX, estes correspondiam a mais de 50% de todo o recurso disponível ao CNPT¹²⁵.

Tabela 03 – Recursos administrados pelo CNPT no período de 1994-2000.

Ano	Fontes				Total
	Ibama	PPG-7	Pronaf-MMA	Amazônia Solidária – MMA	
1994	2.141.417	-	-	-	2.141.417
1995	1.149.624	2.278.756	-	-	3.428.380
1996	880.007	1.664.658	-	-	2.544.665
1997	1.703.800	2.141.686	-	-	3.845.486
1998	1.727.448	2.645.797	320.000	-	4.693.245
1999	1.185.665	826.929	-	1.000.000	3.012.594
2000 (previsão orçamentária)	1.513.925	530.000	411.000	1.000.000	3.454.925
TOTAL	10.301.886	10.087.826	731.000	2.000.000	23.120.712

* Tabela extraída do documento “Nota explicativa sobre o CNPT” (CNPT, 2000).

**Valores da época, expressos em reais (R\$).

O montante de recursos disponível no RESEX e a quantidade de técnicos que estavam a sua disposição fizeram com que as Resex atendidas por ele fossem o grande centro

¹²⁵ O documento ressalta que o Ibama contribui com o pagamento dos salários dos trinta e nove (39) funcionários e quinze (15) contratados via Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), estimando um gasto anual de R\$ 1.200.000,00, assim como com o custo de manutenção dos escritórios (luz, água, telefone etc) e com outros funcionários do Ibama que eventualmente prestam serviço ao CNPT.

de produção ideológica dos conceitos que viriam a ser utilizados nas Resex. A proposta de ser “piloto” poderia ser melhor exemplificada como um laboratório em que experiências eram gestadas e imediatamente difundidas para as outras Resex através dos técnicos e, principalmente, das normas que iam sendo concebidas no âmbito do Projeto e dos atores que dele faziam parte.

Não podemos minimizar o papel desempenhado pelo Projeto RESEX na organização de todo o “Sistema Reservas Extrativistas”, e no próprio funcionamento do CNPT¹²⁶, que na prática, passou a depender de seus recursos. Vejamos o que diz o relatório do Projeto:

A experiência adquirida na gestão das quatro Reservas Extrativistas, tornou possível **exportar** as seguintes iniciativas bem-sucedidas:

- o sistema de fiscais colaboradores foi implantado em outras oito Reservas;
- Treinamentos para a criação dos Núcleos de Base já estão sendo realizados nas Reservas Tapajós-Arapiuns e Médio Juruá;
- O monitoramento ambiental participativo também torna-se realidade em todas as outras Reservas. (IBAMA, 1999a, p. 26, grifo nosso)

Por outro lado, um bom exemplo do conteúdo simbólico contido nos treinamentos ministrados pode ser obtido em um estudo da publicação desenvolvida para treinamento dos responsáveis pelos núcleos de base¹²⁷ (RUEDA, 1998). Inicialmente, a apostila evoca os ensinamentos de Paulo Freire, afirmando que o “treinamento” é realizado sob bases construtivistas, em processo dialógico que permite análise da atualidade e construção da realidade desejada. Entretanto, ao longo do material, o que se encontra são conceitos típicos da confusão conceitual encontrada comumente no campo da extensão rural em que confunde-

¹²⁶ Para entender a importância atribuída ao arcabouço institucional, no Projeto RESEX, basta-nos verificar o montante de recursos destinados a ações diretamente ligados ao CNPT, CNS e Associações, denominadas no relatório como: a) criação e consolidação de associações, b) fortalecimento institucional das associações e c) assistência técnica/apoio CNPT/CNS. Juntas, essas ações receberam recursos na ordem de US\$ 3.282.886,00, representando quarenta e um por cento do total de recursos aplicados no período 1995/1999 (IBAMA, 1999a) (Anexo E). Esta análise explicita a importância conferida à intervenção do Projeto na organização destas áreas, assim como justifica a atenção que conferimos à organização destas três instâncias (Associações, CNPT e CNS).

¹²⁷ Os núcleos de base foram organizados em cada localidade, em cada seringal, com a capacitação de duas ou três pessoas com cursos, onde era discutida a importância da organização, da Associação.

se educação ambiental com informação ou até mesmo uma “conformação” ambiental¹²⁸.

Vejamos alguns trechos:

Treinar é repetir várias vezes até que a pessoa seja capaz de dizer ou fazer aquilo sozinhas. (RUEDA, 1998, p. 4)

A capacitação das lideranças que coordenam os Núcleos de Base é um treinamento durante o qual os participantes repetem conceitos, gestos, tarefas, trabalhos...que depois vão realizar sozinhos nos seus Núcleos de Base. (RUEDA, 1998, p. 4)

Os Núcleos de Base são organizados, treinados e fortalecidos para que haja progresso e melhorias em cada localidade, ou seja, para que se consiga bons frutos. Assim como uma árvore se conhece pelos frutos, assim os Núcleos de Base se conhecem pelos trabalhos que realizarem na comunidade. (RUEDA, 1998, p. 5)

[...] porque existe tanta coisa ruim no mundo, como gente passando necessidade, muita pobreza, miséria, doença, injustiça, guerra etc? –Porque a culpa é de nós mesmos que fazemos as leis, que permitimos as injustiças, que criamos categorias sociais, que pagamos mal o produtor rural, que distribuimos mal a terra etc. etc. Todos nascemos para ter uma vida boa e temos que lutar para conquistá-la. (RUEDA, 1998, p. 7)

Todo o esforço do extrativista para melhorar de vida deve começar pelo aumento e melhoria da qualidade do seu produto. (RUEDA, 1998, p. 9)

Agora, analisemos um exemplo que é dado para planejamento de um núcleo de base, onde não deixa dúvida sobre quais bases estavam sendo pensadas o desenvolvimento da Resex: voluntariado, falta de responsabilização do Estado:

Situação presente: A família defeca no mato, permitindo que as moscas cachorros e galinhas espalhem micróbios pelo terreiro. Nos dias de chuva e de noite é dureza ir ao mato, especialmente se a pessoa está doente.

Situação que queremos: Uma fossa higiênica a 20 metros da casa, com paredes e piso de tábuas, coberta de palha e com um trapiche para chegar até lá.

Como chegar à situação que queremos: Meu filho Pedro vai serrar as tábuas e fazer as paredes, teto e trapiche. Eu e meu garoto Luís vamos cavar o buraco e ajudar Pedro a armar a privada. - Vamos comprar 4 kg de pregos na cooperativa. Na volta do roçado vou trazer as palhas. (RUEDA, 1998, p. 12, grifo do autor)

Fica clara a imediatividade e operacionalidade que marcaram esses treinamentos em que soluções individuais são buscadas para a resolução de problemas coletivos e de políticas públicas. Ao evocar a criatividade e coesão dos moradores, em nome de uma suposta capacidade de resolver seus próprios problemas, é consolidada uma prática de

¹²⁸ Uma maior discussão sobre as determinações semânticas do termo extensão e suas implicações políticas na extensão agrícola pode ser encontrada em Freire (1975).

desresponsabilização do Estado nas ações de sua competência. Da mesma forma, a ênfase na capacitação, no saber técnico, na capacidade cognitiva para resolução dos problemas são ressaltados em todas as atividades, deslocando o campo da discussão das condições materiais de sobrevivência no local para a capacidade de acomodação à situação. Trata-se de adaptação do homem para existir sob essas condições e não mais de transformação das condições de acordo com as necessidades do homem. Há uma valorização do tecnicismo e da eficiência/profissionalização, com claro incentivo à competitividade própria do mercado.

A sociedade civil dará respostas mais eficazes se estiver suficientemente capacitada. O êxito do modelo de Reservas Extrativistas depende da formação e capacitação dos moradores para que saibam gerenciar suas comunidades e seus negócios, tenham consciência de suas responsabilidades como moradores das Reservas e desenvolvam a capacidade de fiscalizar e monitorar o meio ambiente (IBAMA, 1999a, p. 28)

A capacidade educativa do Projeto RESEX, enquanto espaço de difusão de conceitos e organização do consenso pode ser compreendida pela sua capacidade de contato nas diversas localidades das Reservas Extrativistas, o que antes era limitado em função dos meios disponíveis.

Segundo o relatório final da primeira fase, foram realizados 672 (seiscentos e setenta e dois) eventos de capacitação, em cinco anos, em que eram abordados assuntos relacionados desde organização comunitária à melhoria do extrativismo. Além disso, técnicos dos projetos (extensionistas) estavam presentes em todas as áreas, seja diretamente nas comunidades, seja na assessoria às associações criadas. Ademais, o entrelaçamento das pessoas que circulavam em diferentes espaços e tinham, assim, diferentes localizações, fica claro na fala de uma consultora autônoma, durante o seminário para lançamento do Fundo da Embaixada do Canadá para Desenvolvimento Sustentável de Reservas Extrativistas no Acre (Rio Branco, agosto/1994), servindo-nos para demarcar o papel dos consultores na difusão dos conceitos que circulavam nesse período, entre os mais diferentes grupos, seja no âmbito governamental ou não governamental:

Além desse trabalho na Embaixada do Canadá, onde fico dois dias por semana, eu trabalho como consultora para outros Governos, como o próprio Governo brasileiro, em várias ações junto ao Ministério do Meio Ambiente, discutindo programas, projeto demonstrativo [...], eu ajudei a elaborar as últimas versões que enfim foi aprovado pelo Banco Mundial [...] então eu tenho feito trabalhos junto com os GTA's regionais, estive em seminários em Altamira, Santarém, Macapá [...]. Então eu sou uma pessoa muito versátil, uma hora eu estou fazendo trabalhos como esse agora e outra hora eu me associo a trabalhos que o Governo brasileiro está fazendo [...], e outras vezes eu estou trabalhando com o Governo alemão. Enfim, vocês vão me ver associada algumas vezes a situações diferentes. (EMBAIXADA DO CANADÁ/CENTRO DOS TRABALHADORES DA AMAZÔNIA, 1994, p. 03)

Para nós, está claro que mais do que testar, o RESEX desempenhou um papel importante na organização das relações sociais e de produção que se passaram nas Resex nos períodos seguintes. Da mesma forma que o papel do Estado é ideologicamente apresentado como neutro¹²⁹, retirando-lhe o papel de organizador das relações, o mesmo se faz com os projetos como novas estratégias de educar o consenso. No lugar da polícia, estratégia repressora do Estado para adesão ao seu projeto de desenvolvimento, optou-se pela estratégia por meio da adesão por consenso, proporcionada pelas ideologias difundidas através dos projetos. Novas versões de organização comunitária, papel do Estado, responsabilidade conjunta, eram assim construídas de forma a serem não apenas difundidas, mas defendidas por quem um dia as criticou. Acreditamos que o PPG-7, e de forma mais específica o Projeto RESEX, representou um ótimo exemplo da estratégia relatada por Goldman (2001)¹³⁰:

O acesso de capitais nacionais e internacionais a zonas remotas e ricas em recursos e força de trabalho vem sendo obtido através de experimentações sociais e do expansionismo do Estado em nome do “fazer as áreas comuns funcionarem”. Na maioria dos casos, as agências governamentais de desenvolvimento do Terceiro Mundo tornam-se guardiães de um volume relativamente grande de capitais estrangeiros, especificamente direcionados a reestruturar relações sociais-naturais em áreas “subdesenvolvidas”, para que os projetos, e o próprio Estado, possam criar raízes e as relações capitalistas possam frutificar. (GOLDMAN, 2001, p. 70)

¹²⁹ Wood (2006) destaca a importância do sufrágio universal para a aparente neutralidade do Estado, na medida que forja um ilusório “pertencimento a todos”. Para defender os interesses de uma classe específica, o Estado necessita apresentar-se como expressão dos interesses de toda a sociedade.

¹³⁰ Neste artigo, Michael Goldman se dedica a desvendar os sentidos impregnados nas ações e falas dos profissionais que atuam junto aos recursos de propriedade comum, destacando o papel desempenhado pelos especialistas em desenvolvimento e gerentes de projeto do Banco Mundial na difusão de conceitos que visam uma uniformização dos comuns, baseados em uma relação de poder fundado no conhecimento.

O Banco Mundial cumpria, na Amazônia e especificamente nas Reservas Extrativistas, seu papel intelectual:

Em outras palavras, a partir de 1992-93, o Banco respondeu às críticas ambientalistas lançando-se poderosamente no campo ambiental como ator político, financeiro e intelectual. O corolário dessa contra-ofensiva foi a cooptação e resignificação do ambientalismo, dando origem ao que Goldman (2005) denominou de “neoliberalismo verde” [...] deu início a um novo regime internacional de práticas ambientais marcado pela reestruturação e capitalização das relações natureza-sociedade que, até então, existiam como relações não-mercantilizadas. Afirmando que o “desenvolvimento sustentável” poderia não ocorrer sem o uso econômico eficiente do meio ambiente, o Banco impulsionou a transformação das regras e instituições ambientais organizadas segundo princípios não capitalistas numa direção condizente com as políticas de livre mercado. (PEREIRA, 2009, p. 217-218)

Assim como Pereira (2009) demonstrou que o Banco Mundial atuou como ator político e intelectual na difusão de idéias em prol do desenvolvimento capitalista, por intermédio de condicionantes de projetos e financiamentos que vão definindo as atividades necessárias nos diferentes países, temos razões para afirmar que, no caso das Reservas Extrativistas, o Projeto RESEX foi o principal instrumento para esta finalidade, atuando, através dos atores envolvidos, na definição, organização e difusão de conceitos que definiriam o “vir a ser” dessas Unidades. Além do mais, no espaço delimitado pelo Projeto também se inseriam elementos de coerção, como podemos verificar em correspondência do coordenador técnico do Projeto RESEX ao presidente da AMOREX:

Cientes das discussões que estão sendo desenvolvidas no âmbito do Projeto “Pólo Madeireiro de Xapuri”, conduzido pela Prefeitura Municipal, vimos informar que, considerando que: o Projeto Reservas Extrativistas é regido pelo Contrato de Doação correspondente, assinado entre o Governo Brasileiro e o Banco Mundial e que nos termos de referido contrato qualquer atividade dentro da área objeto de investimento deve atender as normas operacionais do Banco Mundial; foi realizado um contato informal com a referida instituição, sendo que os resultados foram:

1. É norma do Banco Mundial não apoiar investimentos em áreas onde esteja sendo utilizado o corte de árvores, mesmo que aconteça de forma manejada. Esta norma se aplica não somente no caso de utilizar recursos do próprio Banco para o manejo, e sim, também, no caso de realizar o manejo com outros recursos. Neste sentido, mesmo sendo o Pólo Madeireiro financiado com recursos negociados pela Prefeitura local com outras fontes, o Banco Mundial pode cancelar qualquer tipo de investimento na Reserva no caso de que não proceda a tomar algumas medidas compensatórias.

[...]

3. Essas medidas compensatórias deverão ser negociadas oficialmente com o Banco Mundial e Doadores, as mesmas que poderão ser, i) discutir a proposta com a comunidade ouvindo os setores favoráveis e desfavoráveis ao manejo florestal; ii) criar um parque ambiental Municipal com a mesma superfície a ser utilizada na reserva para o manejo Florestal; e iii) elaborar e submeter os respectivos planos de

manejo e estudos de impacto ambiental atendendo a legislação vigente (incluindo a audiência pública). (CNPT, 1999b, p. 01, grifo do autor)

Ora, a necessidade de atendimento ao “administrador” destacada anteriormente fica patente no desenvolvimento do Projeto, quando as normas do Banco iam sendo implementadas na Resex em áreas contempladas pelo financiamento ou não, através das cláusulas do contrato.

O Projeto RESEX ajudou a consolidar na sociedade política (CNPT) e na sociedade civil (Associações e CNS) os elementos de uma nova sociabilidade, funcionais (e determinantes) à reforma do Estado em curso. Se as Reservas Extrativistas representaram uma estratégia contra-hegemônica, uma vez que claramente se posicionavam em oposição aos pilares da sociedade capitalista (direito de propriedade individual e autonomia burguesa), o projeto que fundamentou sua implementação e consolidação atendia perfeitamente aos ideários dessa sociedade, re-significando elementos fundamentais para a continuidade da luta dos seringueiros e individualizando-os, na medida em que os deslocava da luta emancipatória da classe trabalhadora.

Sabemos que este processo não se deu à revelia dos atores envolvidos na institucionalização das Reservas Extrativistas, caso contrário negaríamos nossa crença no sujeito histórico capaz e partícipe da transformação. Entretanto, por sua historicidade, esses atores foram eles também se reconfigurando tanto na relação estabelecida entre eles, quanto em sua própria trajetória, no mais claro “transformar, transformando-se” freiriano. Na década de 1990 houve, em relação aos sujeitos instituintes das Reservas Extrativistas, alguns deslocamentos de sentido que contribuem para esse cenário que acabamos de descrever. Dedicar-nos-emos mais detalhadamente a este aspecto no próximo capítulo.

5.3.4 Uma “confluência perversa” no Projeto RESEX

Valendo-nos da análise de Dagnino (2004), quando destaca a confluência perversa¹³¹ entre um projeto político democratizante, participativo, e o projeto neoliberal, através de três dimensões (sociedade civil, participação e cidadania), tentaremos, através do relatório final do Projeto (IBAMA, 2000), identificar, no discurso oficial do governo brasileiro, argumentos que reiterem a análise até aqui desenvolvida. Vejamos o que diz o documento:

[...] não existe participação em gestão se não houver exercício do poder e administração de recursos. Para guardar coerência com este princípio, o Projeto decidiu repassar recursos para administração direta, por parte das associações, e estimular o exercício do poder entre seus moradores. Foram assinados convênios com o IBAMA com plenos poderes para as associações administrarem sua organização, o planejamento e a execução das metas pactuadas. (IBAMA, 2000, p. 23)

Depois de cinco anos de trabalho, constata-se uma mudança total, talvez não na capacidade de gestão, mas na atitude geral e coletiva de querer participar. Antes era muito difícil ter quorum nas reuniões, hoje elas são muito participativas; antes as pessoas ficavam caladas e receosas na reunião, hoje discutem, perguntam e oferecem sugestões; antes era muito difícil planejar ou organizar algum trabalho coletivo, hoje o fazem com muita habilidade. (IBAMA, 2000, p. 23)

O convencimento, por parte dos moradores, da sua capacidade de “*tomar conta da reserva*”, foi o combustível que os engajou na participação e simultaneamente na gestão da reserva. Foi assim que eles próprios passaram a decidir sobre o Plano de Utilização, o Plano operativo Anual, a organização de núcleos de base, o sistema de fiscalização, a condução dos convênios, a criação de escolha de fiscais colaboradores, paraflorestais, monitores de educação, agentes de saúde, regulamentos para utilização de bens comuns, aprovação de candidatos para o PRODEX [Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo], parcerias com terceiros, etc. (IBAMA, 2000, p. 24)

Os conhecimentos dos extrativistas quanto a técnicas modernas de produção, são quase nulos. O limitado horizonte onde moram, tolhidos pela falta de informação e possibilidade de conhecer alternativas econômicas, faz com que suas técnicas sejam muito rudimentares deixando-os em condições desiguais para competir no mercado; é portanto indispensável continuar investindo na profissionalização dos extrativistas, oferecendo meios para que assimilem técnicas que aumentem sua produtividade, que agreguem valor aos produtos e elevem sua qualidade. (IBAMA, 2000, p. 53)

¹³¹ Evelina Dagnino analisa que existiu, na década de 1990, uma “confluência perversa entre um projeto político democratizante, participativo, e o projeto neoliberal, que marcaria [...] o cenário da luta pelo aprofundamento da democracia na sociedade brasileira” (DAGNINO, 2004, p. 95, grifos da autora). A autora destaca a ocorrência de uma re-significação de conceitos caros a um projeto democratizante, que foram esvaziados de seu sentido contestatório. Dagnino (2004) argumenta que a perversidade reside no fato de que “apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva” (DAGNINO, 2004, p. 97, grifos da autora). Com isso, ocorre um “obscurecimento de distinções e divergências, por meio de um vocabulário comum e de procedimentos e mecanismos institucionais que guardam uma similaridade significativa” (DAGNINO, 2004, p. 99).

[...] o principal resultado alcançado pelo Projeto Resex foi a auto-estima despertada nos moradores, traduzida na capacidade de acreditarem em si próprios, ao construir a co-gestão das áreas. Despertar auto-estima em pessoas que culturalmente foram criadas e educadas para dependerem de um patrão, tem um valor inestimável e viabiliza economicamente as reservas, porque potencializa sua principal riqueza: o ser humano. Ter estimulado os moradores das reservas a acreditarem em si mesmos, permitiu que eles passassem a sonhar com um projeto de vida, com um futuro melhor para seus filhos [...] a auto-estima levou os moradores a demandarem maior qualificação, para procurar alternativas de renda ou para agregar valor à produção. Dos fatores de produção, os existentes na floresta são terra e mão de obra; a auto-estima motiva as pessoas que passam a valer por duas, isto é, dobra-se a mão de obra. (IBAMA, 2000, p. 79)

Um segundo resultado, inestimável para o Brasil, foi a “cidadania” conquistada por milhares de pessoas, como dizia aquele diretor de Associação ao técnico, dentro do Banco do Brasil, em Brasília: “agora eu me sinto brasileiro, tenho meu CPF, minha identidade, negocio com o Governo”. Mas o ponto alto da cidadania conquistada não foram os documentos recebidos e sim o sentimento adquirido de que eles são Brasil porque o Governo permitia que participassem como atores num projeto que se estava construindo, junto com eles, dentro da floresta. Esta construção participativa foi o grande resultado, porque possibilitou a inserção dessas pessoas, sabendo e sentindo que estavam negociando e sendo parceiros do Governo. (IBAMA, 2000, p. 79)

Ao focar na auto-estima do seringueiro, abstraindo das relações de poder ainda existentes nos seringais, há uma inversão das condições de produção e reprodução social, para a questão individual/moral, imputando ao indivíduo e à sua disposição em colaborar, o sucesso das Reservas Extrativistas. Há uma re-significação da noção de participação, levando-a para o âmbito moral/privado/individualista. Com isso, os espaços públicos anteriormente criados e necessários para o fortalecimento dos seringueiros enquanto sujeitos revolucionários são subsumidos nos espaços de participação para a gestão de uma Unidade de Conservação¹³².

A noção de cidadania é reduzida ora aos direitos formais (carteira de identidade, CPF), ora aos direitos de inserção no mercado (aquisição de créditos, participação em projetos), retirando-lhe o caráter de luta por direitos ainda não existentes, no sentido de reconhecimento às especificidades deste grupo social na universalidade da luta dos trabalhadores por justiça social. Ao focalizar no sujeito individual e seus direitos, tira-se de

¹³² Favorece-se as formas de participação liberal, com ênfase nas organizações, na participação institucionalizada no interior dos aparelhos estatais ou tendo as políticas públicas como arena participativa, utilizada como um meio de satisfazer a necessidade de manifestar suas opiniões, do acesso às informações, de forma a melhorar a qualidade da democracia (representativa), sem destruir os marcos das relações capitalistas.

foco a construção do sujeito social, coletivo, na disputa por uma construção ético-política nas relações sociais, não mais restritas apenas à relação com o Estado.

Assumir o mercado como parâmetro de avaliação para a cidadania significa impor a este o verdadeiro espaço de realização do sujeito, como requer o liberalismo. A questão não mais se trata de um modelo de sociedade, por princípio excludente, que deixa de fora os extrativistas. Trata-se da falta de condições desses extrativistas competirem nesse mercado, questões que podem ser resolvidas pela capacitação e agregação de valor. Ou seja: sem alterar os fundamentos do sistema. Trata-se de inserção no mercado e não de contraposição a este¹³³. Aproveitamo-nos das palavras de Lima e Martins (2005, p. 65), que tão bem se aplica a essa situação:

[...] temas antigos, como “cidadania”, “igualdade”, “participação”, “democracia”, e novos, como “empreendedorismo”, “voluntariado”, “responsabilidade”, dentre tantos outros, são tratados sob uma abordagem pedagógica que os distancia do conflitivo e antagônico processo de construção social que os define. Trata-se de uma ação orientada por uma concepção pedagógica que procura criar novas ancoragens teóricas e simbólicas responsáveis por estabelecer mediações entre sujeito e realidade social em uma perspectiva de conservação das relações sociais.

Se resgatarmos as dimensões de participação e cidadania expostas na reforma do Estado e na proposta dos seringueiros para a implementação das Reservas Extrativistas, exposta nas diretrizes para Reservas Extrativistas da Amazônia, é fácil perceber a qual dos dois projetos o RESEX veio a contemplar, e considerando que são incompatíveis, verificamos que a exclusão dos seringueiros na definição de estratégias de desenvolvimento para os seus territórios teve continuidade nos anos 1990.

¹³³ Dagnino (2004) reforça que no projeto neoliberal a cidadania se reveste de um significado individualista e conectada ao mercado, em que o cidadão passa a ser percebido como integrado a este, seja como produtor ou consumidor.

5.3.5 A paralisação do Projeto e suas conseqüências

A execução da primeira fase do projeto piloto (RESEX I) foi finalizada em 1999, após um período de quatro anos. A segunda fase, já negociada desde 1998, foi assinada em 2001, com atividades iniciadas em 2002 e encerradas em 31 de julho de 2006, quando a União Européia decidiu não manter a doação. No período compreendido entre os anos 2000 e 2002, inúmeras negociações foram estabelecidas para continuidade do Projeto, período durante o qual as atividades nas Resex foram praticamente paralisadas por falta de recursos¹³⁴.

O duro é que de todos os projetos que foram feitos a gente não criou uma forma de que quando terminava o Projeto ter a continuidade de alguma outra coisa. Terminou o Projeto, terminou a coisa, aí acabou tudo [...] O RESEX chegou, implantou uma coisa renovadora, que no momento era renovadora mesmo, mas depois não deu continuidade. Aí nenhum outro projeto veio para dar suporte àquilo que tinha sido feito. Aí de fato, tudo o que você construiu, agora tem que começar do zero de novo. Vai entrar com um projeto, com um programa, de tudo aquilo que o RESEX fez, praticamente não tem nada. Tem as associações que praticamente ficou dependente, que não foi trabalhado nenhuma forma de sustentação disso [...] os recursos era só de projeto mesmo, não teve essa forma de empoderar as comunidades, e aconteceu disso, aconteceu de hoje as associações que não consegue pagar nem telefone. Estão com telefone cortado, diretores não têm plano estratégico de começar pois também não tem recursos... é desanimador. (Liderança-STR Brasília)

Após o término do Projeto, a desarticulação entre as diversas instâncias ficou evidente e a total dependência aos seus recursos ficou demonstrada pela incapacidade de organização após sua finalização.

Ao analisar as relações sociais presentes em Reservas Extrativistas marinhas e verificar que a lógica que denominou “projetismo” havia sido incorporada como principal estratégia de implementação dessas áreas, Lobão (2006) já destacara sua limitação no estabelecimento de relações sociais entre os diversos participantes de um projeto, provocado

¹³⁴ Não é intenção desta tese discutir as questões que envolveram o término do Projeto RESEX, porém é importante assinalar que no início da década de 2000 o Projeto sofreu vários problemas ligados à sua execução, sendo necessário devolução de recursos por denúncia de má-utilização e não prestação de contas. Uma reestruturação no CNPT e na futuramente Diretoria de Desenvolvimento Socioambiental colocou como principal meta a renegociação do Projeto RESEX que encontrava-se paralisada. Para isso, foram colocados como principais condicionantes a elaboração de plano de manejo e conselho deliberativo (instrumentos de gestão inseridos com a promulgação do SNUC) das Reservas Extrativistas em questão.

por cláusulas e cronogramas que aprisionam relações sociais em limites espaço-temporais determinados pelos recursos disponíveis, além de aliená-las de seus conteúdos vivenciais, proporcionando o condicionamento e reprodução de hierarquias exógenas aos grupos.

Isso é que é complicado. Às vezes, quando a gente recebia já era o prato pronto. Isso é muito complicado para o Movimento, isso enfraquece o movimento, né? Sempre a gente já recebia o prato pronto. Tem um projeto...Tá aqui. Não era aquela história de entrar, para dentro da base, vocês aceitam, qual é a prioridade [...] Tinha pouca discussão. Alguma coisa que era discutido, porque quando vieram esses financiamentos, os cara vieram e empurraram de goela abaixo, não tenho dúvida de dizer isso...Tem que fazer, tem dinheiro, é para fazer, faça...Agora hoje, quem disse isso, tá lá fora, e o trabalhador tá lá dentro, enrascado. (Liderança-Resex Chico Mendes 03)

É importante ressaltar que não desconhecemos a importância do Projeto RESEX para a demarcação e regularização fundiária das quatro Reservas Extrativistas beneficiárias¹³⁵, assim como para os primeiros trabalhos de reconhecimento da Reserva Extrativista por parte das famílias e tantos outros serviços voltados a uma população até então carente de ações que a favorecesse.

Procuramos contribuir para a compreensão mais aprofundada do significado dessas atividades para os objetivos inicialmente colocados para as Reservas Extrativistas. Independente do Projeto ter auxiliado na implementação das Resex, a pergunta que tentamos responder foi: o processo de implementação que teve andamento com apoio financeiro e pedagógico do Projeto RESEX correspondeu às demandas anteriormente expostas pelo seringueiros ou cumpriu o papel de inseri-los subordinadamente no sistema? Esta compreensão é importante para que possamos avaliar as Reservas Extrativistas para o que elas se prestam dentro das condições reais de seu desenvolvimento e não em um contexto idealizado.

¹³⁵ Apesar da quantidade de recursos destinada à regularização fundiária das quatro primeiras Resex, o Contrato de Concessão Real de Uso entre Ibama e Associações da Resex Chico Mendes e Alto Juruá só foi assinado em dezembro de 2002, doze anos após a criação das Resex. Até o presente momento não se tem notícia de concessão de Reconhecimento de posse a qualquer morador da Resex, conforme previsto no Contrato assinado.

Também não podemos desconsiderar as tensões envolvidas durante a implementação do Projeto RESEX, evidenciada por correspondências ao Banco Mundial e ao CNPT/Ibama questionando principalmente a participação social no Projeto, burocracia de desembolso e a inserção de outras atividades no escopo do Projeto. Mas essas tensões apenas confirmam nossa tese de que as lutas passaram a ser direcionadas a um projeto específico, apagando as lutas maiores, universais, da categoria dos trabalhadores extrativistas da Amazônia.

Para nós, apesar da afirmação em contrário (IBAMA, 2000), o Projeto RESEX não contribuiu para o fortalecimento das Reservas Extrativistas. Ele pode ter contribuído para o fortalecimento de infra-estrutura de instituições ligadas ao Projeto (CNPT, CNS, Associações das Reservas envolvidas, GTA), mas isso não se reflete no fortalecimento das Reservas Extrativistas naquilo que as sustentou em sua criação: a organização de um povo que via nessa forma de organização do território um contraponto a um modelo de desenvolvimento e que conseguiu reunir forças e atores diferenciados em um enfrentamento que levou a uma importante vitória na política brasileira: a conquista de um território baseado no uso que dele se faz.

O Projeto RESEX termina com alianças abaladas e com uma reconfiguração no cenário das Reservas fruto desse Projeto, que pode ser exemplificado pela situação que descreveremos acerca da Reserva Extrativista Chico Mendes. Ela refletirá muito mais a vitória de implantação de um modelo baseado na individualidade e capacidade gerencial e que teve como consequência o distanciamento das entidades que um dia lutaram em prol da implementação das Reservas Extrativistas e que agora se deparavam com a luta pela sua própria sobrevivência, em uma situação de reconfiguração do espaço social, como veremos adiante.

5.4 Construção e difusão ideológica: o papel das publicações

Da mesma forma que os eventos desempenharam um importante papel ideológico nas definições ocorridas durante a institucionalização das Resex, encontramos, na década de 1990, vários documentos e publicações que procuravam normatizar os procedimentos a serem adotados nas Reservas Extrativistas e que revelam alguns elementos das disputas travadas pelos significados que tomariam essas Unidades.

Reconhecemos a contribuição destas publicações na tentativa de consolidar as Resex, assim como sua importância ao demarcar, em um terreno de disputas de significados, a viabilidade do extrativismo como opção viável para as populações que vivem na Amazônia¹³⁶ e a necessidade de apoio a essas populações. Da mesma forma, tiveram o mérito de publicizar procedimentos que tornavam possível uma discussão entre os agentes envolvidos, trazendo para o espaço público elementos de reflexão. Contudo, exploraremos aqui a emergência de conceitos que tiveram grande influência na administração e dinâmica interna das Reservas, complementando nossa abordagem de como essas Unidades haviam se tornado um espaço, na política ambiental, a ser ocupado na difusão de conceitos que expressavam as disputas de concepção existentes na época, facilmente contrapostos às dimensões analisadas nas propostas dos seringueiros.

Não pretendemos abranger todos os materiais técnicos e publicações que foram elaboradas sobre o tema. Trataremos de, através de alguns deles, acompanhar a instituição de conceitos que passaram a fazer parte das estratégias adotadas na implementação dessas áreas, ditando/organizando procedimentos para diversos aspectos ligados às Resex (criação, gestão, organização social, institucionalização), especialmente aqueles já destacados no Projeto RESEX (associações como instância de representação e preponderância do saber técnico).

¹³⁶ Dentre os autores que duvidavam da viabilidade do extrativismo, destacamos o trabalho de Homma (1993) que, além de ainda hoje ser citado nas discussões sobre o assunto, tinha como aparato a suposta neutralidade técnico-científica de uma empresa pública de pesquisa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-Embrapa).

Com isso, pretendemos demonstrar como em vários espaços de produção social estes conceitos estavam penetrando.

Da mesma forma, não temos elementos para, e nem é de nosso interesse, avaliar o impacto dessas publicações na efetiva difusão desses conceitos no processo de implementação nas Reservas Extrativistas. Nossa intenção reside em utilizá-los como instrumento de análise para identificar as vozes dos atores que ocupavam diferentes lugares no processo de implementação das Resex, assim como as parcerias forjadas por eles.

5.4.1. A versão de uma ONG

Três anos após o decreto que criou as Reservas Extrativistas, foi publicado, pelo IEA e a Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung¹³⁷, o livreto *Reserva Extrativista: definição institucional e procedimento de criação* tendo como objetivo declarado “tornar disponíveis algumas informações básicas sobre o processo de institucionalização das Reservas Extrativistas e [...] possibilitar uma compreensão, ainda que genérica, deste instituto no contexto do próprio ordenamento jurídico” (IEA, 1993, p. 6). O autor declara que este objetivo será buscado “ignorando as diversas questões (antropológicas, políticas, culturais, econômicas e mesmo ambientais) que envolvem o instituto das reservas extrativistas”. Apesar de alardear uma neutralidade que sabemos impossível, percebe-se nesta publicação o especial interesse em descrever o procedimento de instituição das Reservas Extrativistas, assim como

¹³⁷ Segundo informações de seu site (<http://www.adenauer.org.br/index.asp>. Acesso em: 11 jun. 2009), a Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung é uma Instituição de Utilidade Pública, criada em 1956, ligada ao Partido Democrata Cristão da Alemanha e à União Democrata Cristã, que norteia seu trabalho segundo: (a) orientação segundo a imagem cristã do ser humano; (b) consolidação de um Estado de Direito, com democracia e liberdade; (c) organização da sociedade de acordo com os princípios da Economia Social de Mercado; (d) integração da República Federal da Alemanha na comunidade ocidental de estados e de valores. A organização tem como público-alvo de seus eventos e publicações no Brasil “líderes políticos e sociais, acadêmicos formadores de opinião – intelectuais, jornalistas e membros de organizações sociais e políticas”, visando através do intercâmbio com estes atores “colaborar para a consolidação do Estado de Direito democrático e social, que se sustente através do bom desempenho do sistema político” e tendo como premissas o fortalecimento dos partidos políticos, a participação ativa dos cidadãos no processo político e a execução de reformas políticas. A Fundação chegou ao Brasil em 1967.

estabelecer procedimento de criação e regularização da área. Ela teve uma importante contribuição por sistematizar as regras gerais que compõem os instrumentos legais que regem as Resex, assim como traçar um histórico legislativo sobre o tema. Algumas abordagens merecem ser destacadas neste documento.

A criação de uma Reserva Extrativista depende da manifestação de vontade do Poder Público, formalizada por meio de decreto assinado pelo Presidente da República. Esta vontade deve nascer da demanda da população extrativista **ou do próprio órgão gestor da política nacional do meio ambiente**. (IEA, 1993, p. 18, grifo nosso)

Imputar ao órgão gestor a possibilidade de demandar a criação de uma Resex contraria o objetivo inicial que se queria para essas áreas e abre espaço para que sejam utilizadas como números estatísticos de criação de Unidades de Conservação por motivos outros que não seja a existência de uma população organizada que demanda sua criação.

A necessidade de criação de uma Associação aparece como o primeiro passo a ser seguido pela população destinatária após a publicação do decreto que cria a Resex, uma vez que, segundo o autor, caberia à Associação e/ou cooperativa a assinatura do contrato de concessão real de uso¹³⁸. A Associação e/ou cooperativa é colocada como “condição indispensável para o processo de implantação de reservas extrativistas”, uma vez que “são elas que intermedeiam a relação entre o Poder Público e a população extrativista” (IEA, 1993, p. 23). O documento ainda especifica as atribuições de cada uma das entidades:

Às associações extrativistas cabe o exercício específico dos direitos de uso da área e dos recursos naturais e às cooperativas, a gestão econômica deste patrimônio. A Associação também não deve ser confundida com organizações de classes como os sindicatos ou o próprio Conselho Nacional dos Seringueiros, porque delas podem fazer parte indivíduos não moradores de uma reserva extrativista. (IEA, 1993, p. 23)

¹³⁸ No ano anterior (1992) o IEA, em conjunto com a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, publicou um Manual intitulado “Como criar uma associação” (IEA, 1992), onde descreve detalhadamente todos os passos que devem ser seguidos para a criação dessa entidade, coloca-a como primeiro passo para implantação da Resex e divulga uma minuta de estatuto. Neste documento, afirma-se que no caso das associações de Resex a única finalidade ou objetivo obrigatório é “a conservação da natureza e a exploração auto-sustentável dos recursos naturais” (IEA, 1992, p. 16).

O plano de utilização é colocado como sinônimo de plano de manejo, denominando-o como um “estudo detalhado dos critérios de exploração e proteção de cada uma das atividades econômicas real ou potencialmente existentes na área, dos aspectos culturais e sociais da população, aplicação de novas tecnologias de exploração dos recursos naturais e outros” (IEA, 1993, p. 23) e estabelecendo que ele deverá ser elaborado “conjuntamente por técnicos e pela população extrativista, devendo ser parte integrante do contrato de concessão de direito real de uso”. Contrariamente ao estabelecido no plano dos seringueiros, onde o notório saber assume papel principal, a capacidade técnica era colocada como primordial para a definição das atividades a serem desenvolvidas nas Reservas Extrativistas.

Em 1994, repetiu-se a parceria entre IEA e Fundação Konrad Adenauer com mais uma publicação, intitulada *O destino da floresta: Reservas Extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia* (ARNT, 1994). Desta vez reunindo artigos de diversos assessores do Movimento e membros de ONGs, que tentavam dar conta de descrever desde os aspectos jurídicos referentes às Reservas Extrativistas até a situação de cada uma das quatro primeiras Resex, assim como discutir aspectos relacionados ao valor de biodiversidade nessas áreas.

5.4.2 A versão governamental

Dois anos após a criação do CNPT, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 118, de 31 de outubro de 1994, que tinha por objetivo normatizar o processo de criação, regularização e consolidação das Reservas Extrativistas (IBAMA, 1994b). Nela, imputa-se às comunidades das Resex a responsabilidade de sua gestão, na elaboração do plano de utilização, execução do cadastramento e levantamento socioeconômico da área, estabelecendo a função de apoio ao CNPT/Ibama. Entretanto, dois artigos merecem destaque:

Os critérios para avaliação do nível e representatividade da organização comunitária para gerenciar a Reserva Extrativista são os seguintes:
a) o número de membros da organização;

- b) a área de abrangência da organização comunitária;
- c) o compromisso da organização de preparar um plano de trabalho para a Reserva, com metas e objetivos concretos;
- d) a existência de estatutos compatíveis com os fins da Reserva Extrativista;
- e) avaliação dos trabalhos já desenvolvidos pela organização. (IBAMA, 1994b)

Sem a anuência do IBAMA/CNPT não poderá ser iniciada qualquer atividade ou projeto dentro da área da Reserva Extrativista, sempre que envolva a participação de terceiros, seja com recursos próprios ou externos. (IBAMA, 1994b)

Nesses artigos fica, para nós, sinalizado o papel assumido pelo governo brasileiro, detentor da propriedade da terra, em dizer como os extrativistas irão se organizar (em última instância, quem estabelece os critérios é o CNPT) e quais projetos serão desenvolvidos na área com apoio externo. A autonomia dos extrativistas estará subordinada à obediência de regras ditadas pelo órgão, a partir das quais estarão livres para seguir suas próprias regras.

Em 1995, um livro encomendado pela IUCN (*International Union for Conservation of Nature*)¹³⁹ e elaborado por técnicos do CNPT (MURRIETA e RUEDA, 1995) contribui para a “corrida” em que se encontravam alguns atores envolvidos no estabelecimento das regras e procedimentos relacionados a essas áreas extrativas, baseando-se principalmente nas formulações contidas na Portaria supracitada.

A formação do consenso sobre a dissociação entre associações e sindicatos, é também contemplada nesta publicação:

Está ficando claro para todos que o Sindicato cumpre uma missão política, de defesa da classe (extrativista) e de educação quanto aos direitos do cidadão livre. A Associação cuida mais dos aspectos de melhoria da produção e comercialização, como condições para melhorar o nível de vida. (RUEDA, 1995, p. 16)

As organizações responsáveis pelo gerenciamento de cada RESEX, no horizonte de longo prazo, são as associações, compostas de todos os moradores da reserva e não incluir pessoas de fora das RESEX. Reconhece-se, entretanto, que poderão ser aproveitadas as entidades representativas existentes, independente de sua abrangência espacial, desde que se constituam subconjuntos específicos para operacionalizar a implementação das RESEX. (CASTILLO, 1995, p. 55)

¹³⁹ A IUCN (cujo nome em português é União Mundial para a Conservação da Natureza) é uma rede de conservação que reúne países, agências governamentais e ONGs, assim como cientistas e especialistas em mais de 160 países. Esta organização possui grande influência na formulação de políticas de conservação da biodiversidade em todo o mundo. Mais informações sobre a entidade podem ser obtidas em: <http://www.iucn.org> e informações detalhadas sobre a ação das grandes ONGs transnacionais na definição das políticas de conservação da biodiversidade podem ser obtidas nos trabalhos de Diegues (2008) e Camely (2009).

Ao mesmo tempo, percebe-se a afirmação do GTA, Fórum de ONGs criado no âmbito do Projeto RESEX, como interlocutor dos seringueiros com o governo. Assim, uma organização criada para ser interveniente em um projeto específico passa a figurar como interlocutora para outros assuntos, interferindo na arquitetura institucional de poder presente na região.

Pode-se afirmar que hoje a organização social das populações extrativistas tem na base as associações ou sindicatos, e numa esfera superior o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) que cataliza os anseios de todos. **O CNS faz parte do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) uma ONG que congrega mais de 250 ONG's [sic] e que serve de interlocutora com o Governo e com outras instituições nacionais e internacionais.** O GTA tem representações estaduais atuantes junto aos outros níveis organizacionais. (RUEDA, 1995, p. 16, grifo nosso)

O plano de utilização também recebe tratamento especial:

Este plano é o instrumento administrativo para provar que a utilização dos recursos naturais será auto-sustentável, não prejudicará o meio ambiente e respeitará a legislação ambiental vigente. (RUEDA, 1995, p. 40)

De instrumento dos seringueiros para auto-gerir suas áreas, o plano de utilização passa a ser encarado e afirmado como um documento técnico que irá provar viabilidade de conformidade com as leis ambientais, dando centralidade ao meio ambiente. Neste documento aparece, ainda, de acordo com a Portaria nº 118, outro componente na gestão das Resex: o plano de desenvolvimento que

Toma como base o plano de utilização e através das primeiras experiências e reflexões com a comunidade, propõe as mudanças, as atividades a incluir dizendo a quantidade, quando, como, onde e por quem serão realizadas. [...] O plano de desenvolvimento é elaborado pela comunidade, com o apoio do Ibama e das instituições que assessoram a Reserva; os moradores dimensionam as atividades e assumem o compromisso de realizá-las; [...]. (RUEDA, 1995, p. 46)

Assim, vemos consolidando-se nas normativas ditadas pelo CNPT, institutos que não tinham sua origem nos sujeitos instituintes da Resex, mas que foram decodificadas para um saber técnico equivalente ao conjunto de normas que regem a sociedade brasileira, facilitando a sua absorção. No final da década de 1990, temos a consolidação desse processo quando, através da Portaria nº 77-N de 20 de setembro de 1999, com objetivo de uniformizar os

critérios e procedimentos administrativos para instrução do processo de criação das Unidades de Conservação não são consideradas as especificidades das Reservas Extrativistas¹⁴⁰ quanto à solicitação dos moradores ou seu potencial extrativista, colocando-a no mesmo patamar das outras UCs e subordinando a sua criação aos saberes técnicos (IBAMA, 1999b).

5.4.3 A versão “de fora”

Por último, ainda em 1995, foi publicado o livro *As Reservas Extrativistas do Brasil: aspectos fundamentais de sua implantação*, de autoria do *Environmental Law Institute* (ELI)¹⁴¹ e financiamento da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional-USAID¹⁴², onde percebemos uma forte preponderância do saber técnico na definição de conceitos pertinentes à Resex, assim como a difusão de conceitos como eficiência de gestão, como fica claro em seu objetivo:

Para que se criem novas Reservas, entretanto, o Brasil precisa organizar melhor o processo de sua implantação para que elas possam ser estabelecidas de uma forma mais eficiente e com menor consumo de tempo [...] O objetivo deste projeto é identificar e desenvolver opções e recomendações para o aperfeiçoamento da implantação do sistema Reservas Extrativistas no Brasil. (ELI, 1995, p. 2)

O texto procura discutir o referencial jurídico para as Resex, assim como estratégias para sua implementação. Apesar de destacar questões importantes como as dificuldades para

¹⁴⁰ Em função da correspondência ocorrida na época que demonstra o pouco poder político do CNPT dentro do Ibama, temos motivos para acreditar que essa portaria foi elaborada à revelia dos técnicos do CNPT. Além disso, o documento contém um erro grosseiro ao denominar o Decreto nº 2.473, como aquele que dispõe sobre as Reservas Extrativistas, quando na verdade este decreto cria o Programa Florestas Nacionais.

¹⁴¹ O *Environmental Law Institute* tem por missão “avançar na proteção ambiental através do aperfeiçoamento de leis, políticas e gestão ambiental” produzindo, para isto, pesquisa e recomendações de políticas sobre governança ambiental. Seu trabalho é principalmente focado em melhoramento das leis ambientais de proteção dos recursos hídricos, do solo e biodiversidade nos Estados Unidos e internacionalmente. O instituto possui em sua agenda programas de construção de capacidades para agentes públicos, juízes, cidadãos e empresários (informações obtidas em: <http://www.eli.org/index.cfm>. Acesso em: 11 Jun. 2009, tradução nossa).

¹⁴² A USAID (*United States Agency for International Development*) desempenhou, juntamente com os organismos de cooperação multilaterais, um papel primordial na difusão dos conceitos sobre os quais se fundamentam o capitalismo hegemônico pelos EUA (PEREIRA, 2009). Camely (2009) destaca a ação desta entidade através das grandes ONGs internacionais, na promoção de seus objetivos voltados à conservação da biodiversidade. Informações sobre o funcionamento da USAID podem ser obtidas em <http://www.usaid.gov>.

desapropriação, a necessidade de ordenamento territorial, e as interferências das ONGs¹⁴³ nas associações das comunidades, essa publicação possui um forte componente ideológico, marcadamente caracterizada por desmoralizar o INCRA e inserir fatores como observância à ordem, desenvolvimento sustentável, eficiência e gerenciamento, assim como a necessidade de auto-gerenciamento das Resex traduzida como desresponsabilização do Estado em sua manutenção no que diz respeito a subsídios que procurem proteger os produtos do extrativismo.

De qualquer forma, as modificações da LPNMA [Lei da Política Nacional de Meio Ambiente] tiveram três importantes resultados. Elas retiraram o conceito de **desenvolvimento sustentado do contexto mais estreito da reforma agrária e o elevaram**, dando-lhe status legal de instrumento da política nacional de meio ambiente. (ELI, 1995, p. 24, grifo nosso)

Infelizmente, os seringueiros acostumaram-se a confiar na prática, de longa data, de suportes governamentais para os preços da borracha, como uma fonte segura de renda [...]. As Reservas Extrativistas e seus produtos devem receber o mesmo tipo de tratamento que o governo dá aos outros setores da economia. Ao passo que o Brasil e outros países caminham em direção a mercados internacionais mais livres, haverá menos suporte governamental para todos os setores da economia e as Reservas precisam estar preparadas para suceder e tal contexto. (ELI, 1995, p. 77)

Os residentes da Reserva Chico Mendes precisam ser capazes de se organizar melhor e assim aprimorar a gestão dos recursos da Reserva, de uma forma competente e em tempo correto. (ELI, 1995, p. 53)

A publicação cita o orçamento reduzido e a mudança na equipe técnica do Ibama e MMA como fatores que dificultam a implementação do Programa traçado pelo governo federal para as Reservas Extrativistas. No entanto, diante das dificuldades institucionais do CNPT, a publicação afirma a necessidade de articulação do governo com as ONGs e o Banco Mundial, ficando claro ainda o caráter funcional que teria a participação das comunidades, tendo os direitos e deveres da cidadania focado no cumprimento das normas:

O CNPT necessita se articular com as ONGs, o Banco Mundial e outros potenciais apoiadores das Reservas Extrativistas para preparar um plano de coordenação de todas as ações necessárias à implantação das Reservas. Representantes dos moradores das Reservas devem também participar na preparação desses planos, de forma que eles possam contar com o apoio da comunidade para as medidas concretas que necessitam ser tomadas. (ELI, 1995, p. 72)

¹⁴³ Aqui, é importante destacar que ao falar das ONGs, o documento não faz distinção entre estas e os sindicatos.

Outro aspecto que chama a atenção no documento diz respeito à inserção das Resex no mercado internacional, assinalando a inserção da lógica mercantil nessas Unidades:

De fato, as Reservas nunca poderão ser sustentáveis se elas estiverem completamente isoladas. Elas precisam estar ligadas aos mercados regionais, nacionais e internacionais e participar em sistemas locais, estaduais e nacionais de regulação governamental e apoio social. (ELI, 1995, p. 79)

A necessidade de Associações encontra, também nessa publicação, uma importância destacada. Afirma-se que “o decreto determina que o direito de usar a Reserva será transferido do Ibama para **a associação comunitária** por meio de um contrato de concessão” (ELI, 1995, p. 74). Acontece que o decreto **não** especifica que precisa ser uma Associação. Vemos como vai se forjando a necessidade de Associação nas Reservas Extrativistas, em detrimento do que até agora se havia organizado e de acordo com estratégias de organização externas ao costume local.

Por fim, o documento determina linhas de pesquisa que devem ser desenvolvidas “nos próximos meses” e ressalta o papel educador do CNPT, para que as associações e comunidades sejam capazes de assumir suas responsabilidades, “assegurando o cumprimento do plano e atendendo às demandas e expectativas do CNPT e do Ibama” (ELI, 1995, p. 61).

Para eles,

A observância voluntária das leis é, em última análise, uma escolha que um indivíduo faz entre a anarquia ou viver em uma sociedade ordeira e democrática. O Governo, entretanto, pode e deve tomar muitas iniciativas para induzir o cumprimento voluntário das normas e impedir aqueles que de outra forma preferirem violar as leis. (ELI, 1995, p. 82)

O documento ainda esclarece as estratégias para divulgação de suas normativas, em uma clara estratégia de educação do consenso:

Essas recomendações serão apresentadas aos representantes dos órgãos governamentais brasileiros apropriados, aos líderes das comunidades das Reservas, à equipe técnica de várias ONGs trabalhando nas Reservas e a organizações internacionais de financiamento através de workshops, encontros e discussões públicas, com o objetivo de buscar o seu apoio e o seu envolvimento nas futuras atividades necessárias para implementação destas recomendações. (ELI, 1995, p. 78)

No item “cumprindo e fazendo cumprir os planos” há a preocupação de listar instrumentos de ensinamento, que facilitariam a adesão às leis, descrevendo o uso de estratégias que teriam por finalidade educar “os cidadãos sobre os benefícios individuais e coletivos que resultam da observância das leis” (ELI, 1995, p. 82). Destacam-se o uso de comerciais no rádio e na TV e pequenos programas descrevendo as razões e benefícios do planejamento do uso do solo; apresentações de autoridades públicas sobre estes assuntos para organizações comerciais e industriais, agrícolas e trabalhistas e o preparo, por parte dos governos federal, estadual e municipal, de folhetos curtos e de fácil compreensão. Apesar de afirmar que as pessoas cumprem melhor as normas quando podem expressar sua opinião, o documento deixa claro que é preciso organizar a adesão dos envolvidos a um projeto de sociedade, na forma dessas normas, mas que em caso de desobediência deve ser utilizada a força, através de sanções econômicas. É o consenso e coerção expressos de forma clara.

* * *

Como vimos, não há nada de neutro nesses posicionamentos, que travestidos por uma neutralidade e naturalidade das leis, vão educando a forma de agir e de pensar na Reserva Extrativista de acordo com os valores da sociedade vigente. Da mesma forma que o Projeto RESEX, configurando-se como um espaço pedagógico, atuou na consolidação de princípios que regem as relações sociais capitalistas nas Reservas Extrativistas, as publicações que tiveram lugar no período contribuíram como campo de difusão ideológica em que esses princípios eram naturalizados sob a forma de instrumentos aplicáveis para todas as Unidades. Veremos a seguir como os sujeitos trafegavam nesse novo cenário e como as relações existentes nas Resex foram capturadas para o interesse do capital, originando novas institucionalidades no campo de disputas formados em torno dessas UCs.

CAPÍTULO 6 RESERVAS EXTRATIVISTAS: NOVAS INSTITUCIONALIDADES, ANTIGAS DISPUTAS

A única coisa com que nós contamos é com a nossa força de organização e nós entendemos que o futuro do Conselho Nacional dos Seringueiros e o futuro da Reserva Extrativista vão depender do grau de organização, de resistência dos seringueiros da Amazônia. (MENDES, 1989, p. 36)

Tomando os acontecimentos que acompanharam a criação e implementação das Reservas Extrativistas na década de 1990, procuraremos, neste capítulo, analisar os caminhos seguidos pelos atores que configuraram o espaço público em torno das Reservas Extrativistas. Cabe-nos investigar sua nova configuração, situando-o no contexto de conquista das Resex, assim como, em uma articulação dialética, entendendo-o como produto e produtor do processo de implementação dessas Unidades. Como nos diz Acselrad (2004, p. 19):

No interior do espaço social, os agentes sociais distribuem-se segundo princípios de diferenciação que constituem os campos de forças relativas – espaços de conflito pela posse das espécies de poder/”capital” específicas que os caracterizam. Os campos não são constituídos, conseqüentemente, por lugares vazios, há nele ação e história produzidos pela ação coletiva: sendo construídas pelos próprios atores nas condições históricas dadas, as próprias divisões dos campos podem mudar, fugindo do determinismo rígido do estruturalismo convencional.

Procuraremos traçar um panorama da arquitetura institucional de suporte às Resex, relacionando-as com as novas institucionalidades e formas de participação construídas e verificando a relação observada entre estas entidades. Daremos especial enfoque, no campo da sociedade política, aos significados assumidos pelo CNPT durante sua trajetória, e na sociedade civil, dedicar-nos-emos a analisar a reconfiguração imposta pela principal entidade de representação nacional dos seringueiros (CNS).

Tomaremos como espaço de análise as modificações envolvidas no Acre e especificamente na Resex Chico Mendes, ressaltando os atores com projeção e ação nacional, assim como procuraremos resgatar alguns aspectos tratados no capítulo dois, quando discutimos a configuração do movimento que originaria as Reservas Extrativistas.

6.1 Disputas e reconfigurações no espaço público acreano

No capítulo quatro, nós discutimos o contexto sociopolítico no qual as Resex foram implementadas, pensando os processos pelos quais passava o Estado brasileiro. Agora, daremos uma especial atenção ao que se passava no estado do Acre, especificamente, relacionando as mudanças que lá ocorriam com os processos em âmbito nacional, assim como considerando o contexto local de um lugar que havia sido o epicentro de um movimento com as conseqüências e amplitude que teve o Movimento Seringueiro.

6.1.1 *Sociedade civil e sociedade política: novos marcos, antigas demarcações*

Enquanto os anos anteriores à década de 1990 foram caracterizados pela dependência do Acre ao governo federal e suas verbas (SANT'ANA, 1988), o período seguinte, já desenhado na década de 1980, representaria uma dependência financeira mediada pelos organismos internacionais e multilaterais de desenvolvimento (PAULA, 2003). A exemplo do contexto internacional, o estado do Acre passaria a assumir empréstimos e assinar convênios de cooperação técnica e financeira que moldariam o desenvolvimento de suas políticas públicas ao cenário visualizado em nível nacional.

Em janeiro de 1992, através da Lei n. 1.022/1992, foi instituído o Sistema Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (SISMACT) e o Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (CEMACT), seguindo a estrutura geral do Sistema Nacional de Meio Ambiente, instituído em 1981¹⁴⁴. A configuração da sociedade civil acreana naquele

¹⁴⁴ Segundo Bursztyn *et al.* (2004), em estudo que descreve e analisa os aspectos legais e institucionais da gestão ambiental na Amazônia, os governos estaduais da região iniciaram o processo de criação dos órgãos ambientais em 1980, porém apenas na década de 90 a maior parte dos estados amazônicos teve a formulação de seus marcos regulatórios e institucionais de gestão de meio ambiente. Os autores destacam o papel de diversos programas na estruturação desses órgãos, a exemplo de: Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA) I e II, Plano

momento e a concepção do que se entendia por “meio ambiente” ficam explícitas quando verificamos quem são os representantes não-governamentais no CEMACT:

- um representante da Federação das Indústrias do Estado do Acre - FIEAC;
- um representante da Federação da Agricultura do Estado do Acre - FAEAC;
- um representante da Federação do Comércio do Estado do Acre - FECEA; e
- três representantes de entidades civis, legalmente constituídas que, de uma forma ou de outra, tenham envolvimento **com a questão ambiental e com o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado**, indicados de comum acordo entre os seus dirigentes. (ACRE, 1992a, grifo nosso)

Além da ausência de movimentos sociais populares, nota-se o enfoque no desenvolvimento científico e tecnológico como promotor do desenvolvimento ambiental e a participação em igual teor dos representantes dos “empregadores”, demonstrando a configuração de forças na sociedade acreana naquele momento. A identificação do movimento dos seringueiros, especialmente no Acre, com a questão agrária, refletiu na incorporação do Conselho Nacional dos Seringueiros, ao lado dos sindicatos e da Fetacre no Conselho Estadual de Política Agrícola (ACRE, 1992b) publicada no mesmo ano. Quanto ao enfoque no saber técnico, este fato é primordialmente observado na lei que instituiu a política ambiental do estado do Acre, em 1994:

[...]

Art. 2º Serão observados os seguintes princípios fundamentais para implementação e acompanhamento crítico da Política Ambiental do Estado do Acre:

I - a vida do ser humano como base das questões ambientais;

II - a busca da **garantia da qualidade de vida das populações de hoje sem comprometer o padrão de vida das gerações futuras;**

III - minimizar os impactos ambientais diretos e indiretos das atividades ambientais produtivas;

IV - a conservação e/ou preservação dos sistemas de sustentação da vida e biodiversidade, em áreas consideradas críticas para sua existência, **tendo por base estudos técnico-científicos;**

V - a pesquisa científica e tecnológica direcionada ao manejo sustentado dos recursos naturais;

VI - a multidisciplinaridade na abordagem das questões ambientais;

VII - a unidade e continuidade da política e gestão ambiental no tempo e no espaço, **sem prejuízo da descentralização de ações;**

VIII - a participação dos **segmentos organizados representativos da sociedade;** e

IX - a informação e divulgação permanente de dados e questões ambientais.

Parágrafo único. Para fins desta lei entende-se como manejo sustentado: o conjunto das ações destinadas ao uso dos recursos naturais, **com base em processos técnico-**

científicos comprovados, que garantam a sua renovabilidade e ou a sua perenização.

[...]

Art. 7º § 4º Entende-se como **desenvolvimento sustentado** o conjunto das ações direcionadas ao manejo dos recursos naturais de forma sustentável, com o objetivo de **garantir os padrões de qualidade de vida das populações, sem comprometer a possibilidade de acesso a estes recursos, pelas gerações futuras.**

[...]

Art. 14. O Estado do Acre estimulará e desenvolverá, direta ou indiretamente, **pesquisas científicas fundamentais e aplicadas com o objetivo de identificar e estudar os problemas ambientais e procurar pesquisar o desenvolvimento de produtos, processos, modelos e sistemas de significativo interesse ecológico, econômico e social.**

[...]

Art. 105. O Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - CEMACT mediante proposta do IMAC **estabelecerá normas técnicas com base em estudos técnico-científicos reconhecidos**, específicos para elaboração e avaliação de projetos extrativistas, agrossilvopastoris, industriais e agroindustriais, bem como de adaptação das licenças de instalação e operação desses empreendimentos. (ACRE, 1994, grifo nosso)

Apesar de ter sido o berço do movimento cuja mobilização levou a modificações na legislação federal de forma a contemplar as Reservas Extrativistas, em âmbito estadual a configuração de forças não havia sido alterada de forma a garantir, no quesito legal, a incorporação das Resex como estratégia de conservação da natureza¹⁴⁵. A política ambiental estadual é formulada preponderantemente substanciada no saber técnico e científico, em franca desconsideração do saber das populações extrativistas como parâmetro de construção de políticas públicas¹⁴⁶.

Outro aspecto relevante em relação ao arcabouço legislativo ambiental é a incorporação integral do discurso preconizado pelo Relatório Brundtland e assumido pela ECO 92, de desenvolvimento sustentável, demonstrando a incorporação desse discurso nos marcos legislativos estaduais.

¹⁴⁵ Até o presente momento (2009), as Reservas Extrativistas não parecem fazer parte da estratégia do governo acreano para políticas de conservação da natureza. Em detrimento de outros estados, o Acre tem privilegiado a criação de florestas estaduais (florestas de produção) como áreas protegidas.

¹⁴⁶ Contraditoriamente, no ano anterior, por iniciativa do então deputado estadual Osmarino Amâncio, foi instituído o dia 22 de dezembro, dia da morte de Chico Mendes e em homenagem a este, como "Dia Estadual em Defesa dos Povos da Floresta" (ACRE, 1993), como uma demonstração de reconhecimento da luta dos seringueiros e demonstrando como a apropriação do discurso e o reconhecimento publicizado não necessariamente se refletia na participação desse grupo social, e conseqüentemente da classe a qual pertence, na construção das políticas públicas.

Nos anos seguintes, seguiu-se a conformação do estado acreano à reforma que estava tendo cargo em nível federal. Dentre as modificações operadas, podemos citar: a) adesão ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Estados, proposto pelo Conselho Monetário Nacional (ACRE, 1995); b) instituição do Programa de Incentivo à Exoneração ou Desligamento Voluntário, destinado aos servidores públicos do Poder Executivo Estadual (ACRE, 1996); c) autorização para privatização, extinção, fusão, municipalização e incorporação de órgãos e entidades que compõem a Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo do Estado do Acre (ACRE, 1997a) e d) criação da Agência de Fomento do Acre S/A (ACRE, 1997b). Essa arquitetura legal nos mostra o panorama de inserção no contexto nacional.

Por outro lado, a sociedade civil acreana complexificou-se ainda mais nos anos 1990. Se as duas décadas anteriores foram marcadas pelo surgimento dos sindicatos e fortalecimento da rede de apoio ao Movimento Seringueiro, os anos 1990 seriam caracterizados, a exemplo do que acontecia em nível nacional, pelo surgimento de inúmeras organizações não-governamentais orbitando especialmente na área de direitos humanos e meio ambiente¹⁴⁷, tal como o fortalecimento de outras estruturas ligadas ao setor agropecuário e comercial, que tornariam o campo de disputas ainda mais complexo no estado¹⁴⁸.

No plano político-institucional, um aspecto que não pode ser desconsiderado na análise das Resex, na década de 1990, e do movimento social que lhe deu sustentação refere-se à trajetória do Partido dos Trabalhadores em direção a cargos eletivos no legislativo e

¹⁴⁷ A crescente organização dessas entidades para participar da vida política do estado pode ser acompanhada no documento elaborado por um conjunto de entidades para ser encaminhado a todos os candidatos ao governo do estado nas eleições de 1998. O documento, intitulado “Políticas públicas coerentes para um Acre Sustentável: estratégias de atuação das ONG’s e movimentos sociais”, continha propostas para diferentes áreas de interesse, de justiça social a meio ambiente, passando por educação e saúde (AQUIRI/GTA, 1998).

¹⁴⁸ Aqui, é importante lembrar Bianchi (2008, p. 215) quando afirma que “uma sociedade civil mais densa e mais complexa pode ser coetânea de um processo de expansão ‘da socialização da participação política’, mas uma sociedade civil burguesa mais densa e complexa pode, também, significar (e geralmente significa) uma expansão dos aparelhos privados de controle e pacificação das classes subalternas” (BIANCHI, 2008, p. 215).

executivo acreano, trajetória fortalecida com a eleição de Jorge Viana à prefeitura de Rio Branco, em 1992, e ao governo do estado, em 1998¹⁴⁹.

Já citamos a confluência entre o PT e as demandas dos seringueiros na década de 1980, quando essa categoria social representou a base do partido no estado do Acre. Com a chegada de lideranças do Movimento Seringueiro ao poder executivo e legislativo, houve uma migração de sujeitos que antes atuavam junto ao Movimento para ocupar cargos nessas esferas, contribuindo para um esvaziamento na esfera reivindicatória e de organização na base, o que teria claras influências na forma de construção das políticas deste período. A vitória de “companheiros” para cargos no executivo e legislativo auxiliou na construção do consenso aparente de resolução dos conflitos, representando um contínuo desafio na continuidade enquanto movimento social, desta vez precisando dialogar (e muitas vezes se contrapor) com um governo eleito por eles. Vejamos alguns desafios e implicações da nova estratégia adotada pelo Partido:

Dentro da estratégia [ida de lideranças para o governo] a gente achava ser uma coisa que ia trazer um grande fortalecimento para dentro das instituições. O que a gente discutiu é isso: nós temos que fazer com que as pessoas possam ser capacitadas para exercer uma função, e essa função ser transmitida para dentro das instituições, mas às vezes foi pelo contrário. O pessoal foram prá lá e aí tem uma política de governo mesmo, e o Movimento também só fez foi a criação do filho mas depois abandonou. (Liderança-STR Brasília)

Depois que o Chico foi assassinado, a gente conseguiu eleger nossos governantes como o Jorge Viana, e outros companheiros deputados, senadores, como a Marina Silva e outros...O nosso Movimento enfraqueceu [...] enfraqueceu por que? Parece que nós pensava que os nossos governantes daquela hora para frente fazia tudo, entende? Foi isso que nós pensemos. E eu acho que eles estão preparados para fazer. Mas os movimentos precisam levar sua manifestação. [...] Porque é aquela

¹⁴⁹ A eleição de Jorge Viana para o governo do estado, em 1998, representou o apogeu das conquistas eleitorais do Partido dos Trabalhadores acreano nesta década, com eleições marcadamente atreladas ao discurso construído no Movimento Seringueiro em aliança com o movimento ambientalista. Outras eleições possuem a mesma vinculação, cujos principais expoentes são: Júlio Barbosa (prefeitura de Xapuri nos períodos 1997-2000; 2001-2004); Marina Silva (vereadora de Rio Branco no período de 1988-1989, deputada estadual no período de 1990-1994 e senadora a partir de 1994); Raimundo Barros (vereador em Xapuri por quatro mandatos consecutivos a partir de 1989). Ao estudar a formação e trajetória do PT no estado do Acre, Fernandes (1999) salienta que o desafio das urnas havia sido imposto ao partido no Acre desde 1982, quando, segundo o autor, “o processo eleitoral era uma questão secundária para o partido, que priorizava sua atuação nos movimentos sociais organizados” (FERNANDES, 1999, p. 88), fato também ressaltado por Neves (2005) no que tange a estratégia nacional do partido. Entretanto, como sinalizado por Fernandes (1999), as eleições de 1988, quando Marina Silva e Raimundo Barros obtiveram sua primeira vitória nas urnas, marcaram o início do processo de mudança de estratégia no partido.

história. O político tá lá, mas sempre o político precisa de um empurrão, é isso que faltou dos movimentos. (Liderança-Resex Chico Mendes 03)

Eu acredito que até a eleição do PT para o governo municipal, e posteriormente para governo estadual, o Movimento fez isso muito bem, apesar de nesses momentos ter alguns conflitos de atividades, mas a gente conseguia sentar, a cada 2 meses, cooperativa, sindicato, AMOPREX, e fazer, no mínimo um calendário conjunto, e fazer uma avaliação. A partir do momento dessa eleição, entrou novos projetos e a demanda por administração desses projetos foi bem maior e em um curto espaço de tempo perdeu essa dinâmica de fazer um calendário conjunto, de estar avaliando pelo menos esporadicamente...Inclusive algumas entidades começaram a fazer um papel que não era o seu. [...] Teve avanço sim, é inegável, no entanto foi um processo muito rápido, as pessoas não conseguiram absorver rapidamente e continuar fazendo seu trabalho, a sua missão [...] Je não tá fazendo o papel do poder público. (Liderança-CAEX 01)

Para Paula (2004), a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder está atrelada à perda de autonomia do movimento sindical rural, uma vez que, “já capturado pelo poder oligárquico no Acre, o partido submete as direções sindicais a uma férrea subordinação a estrutura partidária e posteriormente, as instituições governamentais” (PAULA, 2004, p. 94). A aproximação do sindicato com o PT reduziu sua autonomia por compartilharem certos acordos políticos, fazendo com que o Partido passasse a exercer a mediação da luta dos seringueiros, deixando os sindicatos em sua órbita (PAULA e SILVA, 2006). Além disso,

[...] com a ascensão das lideranças sindicais à prefeitura de Xapuri bem como a do governo estadual, apoiado pelo sindicalismo, a concepção sobre Estado passa a ser redefinida. Ele deixou de ser visto como “inimigo”, como nos anos 1970 e 1980, para ser agora interpelado como interlocutor e parceiro. Essa idéia de que os conflitos de interesses antagônicos são passíveis de resolução através do diálogo se estende à esfera da sociedade civil via criação de conselhos e fóruns que reúnem fazendeiros, madeireiros, comerciantes, camponeses, índios, trabalhadores urbanos etc., para formar “consenso” em torno das políticas e estratégias de “desenvolvimento sustentável”. (PAULA e SILVA, 2006, p. 122-123)

A leitura que os autores fazem dessa realidade envolvendo Estado-Partido-Movimento Social nos remete à nova estratégia de pedagogia da hegemonia que vimos tratando nessa tese, quando a coerção cede lugar ao consenso e as entidades de luta na sociedade civil são utilizadas como entidades de obtenção de consentimento a um projeto de sociedade. Para este fato, concorrem os instrumentos ideológicos mais diversos, entre eles a apresentação do Estado como passível de ceder aos interesses da classe subalternas pela via

de ocupação de cargos, podendo levar, na prática, à burocratização do partido, já alertada por Gramsci (2007) como passível de esvaziar o conteúdo social do partido¹⁵⁰ ou ainda à vinculação do Sindicato ao partido, como alertado por Antunes (2003):

É dever de todo operário comunista [...] atuar e trabalhar efetivamente nos sindicatos que, dada a sua abrangência, aglutinam todas as categorias de operários e colocam-se como locais fundamentais para que os Partidos possam exercer sua influência junto às massas. Cada partido deve sistematicamente, e com perseverança, conduzir uma ação no seio dos sindicatos, das comissões de fábricas e demais organismos dos trabalhadores [...]. Lembre-se, porém, que essa influência não significa um vínculo obrigatório entre os Sindicatos e os Partidos. O que é necessário, isto sim, é que, sendo um local fundamental para a organização operária, os sindicatos devem procurar levar sua luta em consonância com aquela luta política mais ampla de emancipação da sociedade, cuja direção é dada pelos Partidos Políticos fundados na perspectiva do trabalho. (ANTUNES, 2003, p. 35)

Contudo, ressaltamos que essa relação sindicato/partido não seria nova para os seringueiros. Chico Mendes relata que quando foi eleito vereador pelo MDB¹⁵¹ (final dos anos 1970), lhe foi exigido que continuasse seu trabalho como extrativista para poder ser sócio do sindicato. Dessa forma, ele coletava castanha na época da safra que coincidia com o recesso na câmara, para ter direito a sindicalizar-se e então participar das assembleias do sindicato (MENDES, 1989). Mais do que um valor simbólico, este fato demonstra a ligação do sindicalizado com a atividade da qual ele é representante, permitindo, ao mesmo tempo em que estabelecia a diferença entre as duas atuações, também estabelecer sua conjunção. No entanto, seria nova a identificação que os trabalhos do sindicato assumiriam com a atuação do Partido dos Trabalhadores, o que não ocorria com o MDB e, portanto, dificultaria a clareza

¹⁵⁰ Ao analisar os limites da democracia representativa, Souza (2006) adverte que esta pode determinar uma impossibilidade real de acesso das massas populares às decisões, uma vez que o Estado tenderia a ser estruturalmente um “freio” ao aprofundamento da liberdade, reforçando sua capacidade de cooptar e domesticar forças progressistas que o acessem via parlamentar/eletiva. Sendo assim, a democracia pode consistir em um simulacro, em um mero formalismo, uma vez que não ultrapasse os mecanismos de participação pelo voto e eleições de representantes, para passar a incorporar as demandas reais do conjunto de cidadãos (CIAVATTA, 2002; OLIVEIRA, 2002). Como aponta Coutinho (2002), o processo de democratização pode ser esvaziado de seus elementos subversivos, sendo colocado a serviço da manutenção da ordem.

¹⁵¹ Neste período de bipartidarismo, o MDB (futuro PMDB) era considerado o partido de oposição, sendo por isso o ingresso de Chico Mendes, com o qual teve várias discordâncias de atuação (MENDES, 1989). Em 1980, Chico ajudou a fundar o PT, tornando-se, segundo Fernandes (1999), o primeiro político acreano a anunciar sua adesão ao Partido dos Trabalhadores, em abril 1980, sendo eleito presidente da Comissão Executiva Regional do partido.

entre as ações do movimento social e o papel que deveria ser assumido pelo Partido. Como nos lembra Gramsci:

Os partidos nascem e se constituem em organização para dirigir a situação em momentos historicamente vitais para a sua classe, mas nem sempre eles sabem adaptar-se às novas tarefas e às novas épocas, nem sempre sabem desenvolver-se de acordo com o desenvolvimento do conjunto das relações de força (e, portanto, a posição relativa de suas classes) no país em questão ou no campo internacional. Quando se analisam estes desenvolvimentos dos partidos é necessário distinguir: o grupo social, a massa partidária, a burocracia e o Estado-Maior do partido (GRAMSCI, 2007, p. 61)

Para o autor italiano, ao analisar o desenvolvimento dos partidos,

A burocracia é a força consuetudinária e conservadora mais perigosa; se ela chega a constituir como um corpo solidário, voltado para si mesmo e independente da massa, o partido termina por se tornar anacrônico e, nos momentos de crise aguda, é esvaziado de seu conteúdo social e resta como que solto no ar (GRAMSCI, 2007, p. 61-62)

Para Gramsci um partido apenas é considerado um elemento progressivo, de massa, se favorecer a formação de uma vontade coletiva, na articulação das forças dispersas, não se tornando um elemento externo que se pretende portador da consciência de classe (SEMERARO, 2001).

Em 1998, Jorge Viana (PT/AC) ganha a eleição para governador do estado através da Frente Popular do Acre (coligação envolvendo Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista do Brasil, Partido Comunista Brasileiro e Partido Verde)¹⁵². Em seu primeiro ano de governo (1999), foi instituída, em nível estadual, a concessão de subvenção econômica aos produtores de borracha natural bruta do estado do Acre¹⁵³ (ACRE, 1999a) e, como parte de uma reestruturação institucional, foi criada a Secretaria Executiva de Floresta e Extrativismo (SEFE), sinalizando uma mudança no vetor de desenvolvimento em direção à floresta

¹⁵² Atualmente, a Frente Popular do Acre é composta por quinze partidos: Partido Republicano Progressista-PRP, Partido Trabalhista Brasileiro-PTB, Partido Socialista Brasileiro-PSB, Partido Democrático Trabalhista-PDT, Partido Social Democrata Cristão-PSDC, Partido Trabalhista Cristão-PTC, Partido da República-PR, Partido Progressista-PP, Partido Trabalhista Nacional-PTN, Partido Verde-PV, Partido Humanista da Solidariedade-PHS, Partido dos Trabalhadores-PT, Partido Comunista do Brasil-PC do B, Partido Republicano Brasileiro-PRB e Partido Renovador Trabalhista Brasileiro-PRTB.

¹⁵³ Em 1997 havia sido estabelecida a subvenção econômica aos produtores de borracha natural em nível federal, através da Lei Federal nº 9.479/1997 (BRASIL, 1997).

(SANT'ANA JÚNIOR, 2002). Ainda neste ano, dá-se continuidade ao Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal de Estado (ACRE, 1999b), o que demonstra que os rumos do estado, pelo menos em termos de política macroeconômica, não mudariam, continuando a seguir o governo federal¹⁵⁴. O primeiro plano plurianual produzido nesse governo (para o quadriênio 2000-2003) estabelecia como estratégia de ação para o “desenvolvimento econômico sustentável”:

Atualmente, o pensamento está centrado na defesa de que a floresta é a base para o desenvolvimento. Os produtos florestais são a marca diferencial com a qual o Acre pode competir no mercado. Mas não apenas os produtos materiais, também a **produção simbólica (cultura, turismo, etc)** pode ter participação significativa. **Tudo é possível: indústria, pecuária, agricultura, madeira, etc.**

O Estado desenvolverá ações de indução e regulação das atividades econômicas prioritárias, com o objetivo de implementar uma **estratégia de desenvolvimento sustentável** que incentive o crescimento do emprego e a distribuição da renda. Esse novo papel a ser **construído e executado coletivamente com a sociedade** está fortemente baseado em uma **gestão pública alicerçada na transparência, na democracia, na cultura popular, na solidariedade, na busca da equidade e na socialização do conhecimento e da informação.** (ACRE, 1999c, grifo nosso)

Não é nossa intenção analisar o período de que trata esse plano plurianual, mas queremos sinalizar que, a julgar pelo planejamento, o governo continuaria a seguir a mesma matriz tecnicista, fundamentada nos valores incorporados na Reforma do Estado (1995)¹⁵⁵, e demonstrando claro afinamento com a sua concepção. Ou seja, apesar de renovados personagens, os papéis reservados são antigos. São novos os marcos, mas são conhecidas as demarcações.

Agora que temos um panorama das novas relações que foram desenhadas no estado do Acre, resta-nos a tarefa de traçar a arquitetura institucional que acompanhou a criação das Resex envolvendo os elementos da sociedade civil e política. Para isso, desenvolveremos um

¹⁵⁴ A consolidação da estrada para o Pacífico como um forte apelo aos investimentos no estado e servindo de canal de escoamento para os produtos do agronegócio está em perfeita conformidade com a propaganda antes feita por Wanderley Dantas na década de 70.

¹⁵⁵ Da mesma forma, prosseguiu-se, nos anos posteriores a 2000, com vultuosos empréstimos através de projetos de financiamento internacional, vinculando o estado aos ditames dos financiadores. Um dos projetos de maior influência no estado em função de atingir metas ousadas de reestruturação institucional, trata-se do empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, para a realização do Programa de Desenvolvimento Sustentável (Projeto BID BR 0313). Análise detalhada sobre este Programa pode ser encontrada em Souza (2008). Vale ressaltar o papel extremamente dependente do Acre em relação a recursos externos, seja do governo federal ou de outros países.

diálogo mais próximo com os sujeitos que atuaram na Resex Chico Mendes, procurando, através desta particularidade, estabelecer as mediações com a totalidade.

6.1.2 Novas representações em torno das Reservas Extrativistas

Após a criação das Resex, novas institucionalidades foram construídas no campo governamental (CNPT) e não governamental (associações, GTA), assim como antigas instituições tiveram seu papel re-significado junto aos seringueiros (CNS, Sindicato). Especialmente com a implementação do Projeto RESEX (1995-1999), deu-se início a uma reconfiguração no quadro de mediadores dos seringueiros com o Estado, assim como a reorganização nas relações de poder nas Resex e ligadas a ela. O surgimento de novos sujeitos, como as associações de moradores das Resex, o fortalecimento de outros, como as ONGs de assessoria, e o obscurecimento de antigos aliados, como os sindicatos, provocaram uma modificação não apenas na forma de relação do Movimento com o Estado, aqui representado pelo CNPT, como também no teor das demandas e em suas formas de reivindicação ¹⁵⁶.

Assim, propomo-nos pensar a relação estabelecida entre essas entidades e entre elas e os moradores das Resex, entendendo que o espaço público criado em torno da questão da terra estava sofrendo um reposicionamento das forças que o constituem e com isso sendo ele mesmo recriado. Como nos diz Esteves (2005):

As falas e os discursos vão recriar as novas formas de organização social, engendradas pelas conquistas e redefinição do território, da mesma forma que traduz a reconstrução das relações sociais a partir de uma mudança na divisão do trabalho e das formas de poder reconstituídas. Estes são elementos que favorecem o processo de apropriação dos espaços, a manutenção das posições ocupadas pelas lideranças que constituem o poder local, intensificando a diferenciação social em curso. (ESTEVES, 2005, p. 166)

¹⁵⁶ Em trabalho localizado na Resex do Alto Juruá, Costa (1998) discutiu a configuração de poder local considerando as esferas municipal, estadual e federal, uma vez que diferentes instituições se relacionam com a Resex nessas diferentes instâncias. Nesta tese, nos deteremos apenas nas entidades dos seringueiros (por representarem os desdobramentos do movimento social que originou as Resex) e no CNPT na esfera federal.

A arquitetura institucional que vai se formando nas Reservas Extrativistas representa um novo desafio aos seringueiros. Antes excluído do espaço público, eles viam-se agora alçados à condição de protagonistas das discussões. Entretanto, viram-se também ante a dificuldade de ocupar essas novas institucionalidades (precisavam compor diretoria de Associação, Cooperativa, Sindicato, CNS) e ao mesmo tempo dar continuidade ao trabalho de organização e formação iniciado pelos sindicatos na década de 1970.

As ONGs, por sua vez, na necessidade de angariar recursos para sua própria sobrevivência voltaram-se para outros agentes financiadores, para outras fontes de recursos. O papel das assessorias também se modifica com o tempo e fica cada vez mais voltado a resultados:

O papel de assessoria vai ficando cada vez mais evidenciado, cada vez mais distante da movimentação política. A galera cada vez menos vai para a rua com a bandeira na mão, e cada vez mais ajuda a fazer a lista de reivindicação, a identificar as demandas, pedir a coisa certa, então as entidades de apoio nos anos 90 encontram o rumo delas. Ficam cada vez mais de apoio mesmo, com perfil mais técnico, tecnificam mais, né? Os sociólogos perdem espaço, sociólogo, antropólogo, assistente social perdem mais espaço para os engenheiros, os agrônomos, os florestais, mais da área técnica [...] sai da questão de regularização fundiária e parte mesmo para a implementação. (Assessor-CNS)

Ao mesmo tempo, novas formas de organização social vão se construindo, destacando-se o que Esteves (2005) descreveu como formas de parentesco que são definidas por alianças que giram em torno de aspectos diversos tais como o recebimento de salários a partir de projetos de desenvolvimento e laços de compadrio, que, por sua vez, se organizam e garantem outras formas de reorganização social.

Paralelamente, aprofunda-se a divisão entre as práticas políticas e sociais, onde o sindicato não mais influi nas decisões e o poder está centralizado entre as famílias que herdaram o legado político das outras lideranças, ou souberam se apropriar da história. Dessa forma, a memória coletiva é aqui apropriada e reatualizada, como uma força quase mística, pelas práticas dessas lideranças, favorecendo a legitimidade diante dos financiadores, dos técnicos, dos organismos nacionais e internacionais. (ESTEVES, 2005, p. 168)

Soma-se a este fato a questão das “sedes” institucionais situarem-se, com raras exceções, na área urbana do município, o que leva à liderança que assume esses “cargos” a se

afastar também de sua atividade produtiva e, mais do que isso, afastar-se do seringal. Na prática, as pessoas que assumiram cargos nessas entidades passam a alternar-se nas diferentes funções, fixando a residência na sede do município. Uma pequena amostra deste perfil pode ser verificada na trajetória das lideranças entrevistadas para essa tese, contida no Apêndice A.

Vejam os a reflexão de Esteves (2005):

As lideranças que passaram a viver na cidade, ou que dependem desta para sua funcionalidade, foram, gradativamente, sendo incorporadas pela dinâmica que a cidade impõe, não somente em termos de posturas individuais, mas também aderindo aos mecanismos burocráticos. Ocorre uma inversão, onde a colocação ou a floresta passa a ser apenas uma referência pessoal, muito embora sejam as relações em torno do parentesco e do compadrio que legitimem lideranças. (ESTEVES, 2005, p. 168-169)

Novas formas de manutenção e sobrevivência se estabelecem ao passarem a sobreviver de diárias, dinheiro de projeto e outras rendas que servem para criar uma diferenciação entre ele (com sua renda) e o seu representado (com a renda vinda da produção). Portanto, é no âmbito da produção material da vida, do trabalho, que se dá a diferenciação social posteriormente observada entre seringueiros e suas lideranças. Não se dá automaticamente uma mudança cultural no seringal, ela é produto de modificações nas relações de trabalho. Retomemos o que nos diz Acselrad (2004):

Através das práticas de apropriação social do mundo material, por sua vez, configuram-se os processos de diferenciação social dos indivíduos, a partir das estruturas desiguais de distribuição, acesso, posse e controle de territórios ou de fontes, fluxos e estoques de recursos materiais [...] os fatos culturais não restringem-se a simples epifenômenos das estruturas produtivas da sociedade, mas mostram-se, ao contrário, como parte integrante do processo de construção do mundo, dando-lhe sentidos e ordenamentos, comandando atos e práticas diversas a partir de categorias mentais, esquemas de percepção e representações coletivas diferenciadas. (ACSELRAD, 2004, p.15)

Essa nova relação estabelece novas hierarquias na configuração social envolvendo as Reservas Extrativistas, abalando a confiança depositada nas lideranças, fator fundamental nas lutas que conformaram o Movimento Seringueiro. Tanto pela diferenciação monetária quanto pelo real distanciamento entre lideranças e base, passa a existir uma crise de liderança que muitas vezes é associada à questão financeira.

Quando não se tinha dinheiro, aquelas lideranças históricas, estava tudo lutando. Quando aparece dinheiro é uma guerra, aparecem lideranças de tudo quanto é lado. Aí geralmente aquelas lideranças históricas, elas se afastam. (Liderança-CNS Amapá)

Você sabe que quando a gente começa um trabalho assim, a gente quer continuidade, tem aquela força de vontade, às vezes sem nada. E às vezes quando aparece dinheiro, a coisa fica mais difícil. A gente pensa que fica mais fácil e fica mais difícil da gente trabalhar [...] No início ninguém ligava para dinheiro, ligava para ver se adquiria o futuro, que era as terras, a Reserva [...] às vezes depois de adquirida, as pessoas nem davam valor [...] Não existia remuneração...Principalmente na época de Chico Mendes [...] Às vezes ele que andava por aí, que era a liderança mais forte, conseguia um dinheiro, reunia todo mundo, dizia o que ia fazer com o dinheiro, e todo mundo concordava. Todo mundo ficava servido e ninguém ficava com nada. (Liderança-AMOPREX)

Por outro lado, o movimento de definição das responsabilidades, limites e interações entre as entidades nem sempre ocorreram no tempo necessário para a assimilação e construção dessas definições, dificultando o desenvolvimento de uma forma de trabalho colaborativa e gerando, em um contexto de disputa por financiamentos, competição entre elas, especialmente no que tange à disputa por recursos e por legitimidade perante os seringueiros. Ao analisar a arquitetura institucional de suporte às Reservas Extrativistas de Rondônia, com foco nas Resex estaduais, Brown e Rosendo (2000b) destacaram que tanto as alianças e coalizões entre as diferentes instituições envolvidas quanto os interesses e prioridades de cada uma delas não são estáticas, sofrendo alterações e interações que vão variar de acordo com o tempo e a situação. Vejamos como este entrevistado fala sobre as diferentes entidades de representação na Resex Chico Mendes:

Acho que este é um momento também de avaliar, para o futuro das devidas representações. Pois no início nós tinha realmente um trabalho conjunto. Primeiro foi o sindicato, depois o Conselho [CNS], depois as associações, né? A gente achava que as associações iam dar só um suporte, na parte interna, nas comunidades, mas que as políticas como um todo, ia ser coordenado, continuar coordenado, pelo sindicato que é o representante da categoria. Até aí a gente tava entendendo o processo, e a parte que o sindicato ia fazer é exatamente dar um suporte prá estas comunidades se apoderar desses processos, né? As associações ser o guarda chuva maior, das comunidades como um todo, dentro dessa estratégia, e o conselho nacional na sua representação a nível de Amazônia, a nível de Brasil, fazendo esta política mais lá fora, prá dentro, né? E aqui as associações juntamente com o sindicato faziam as coisas de dentro pra fora, para poder confrontar o que estava sendo feito [...] até a gente fazer este trabalho, formando grupos, funcionou, viu? Depois não funcionou mais, porque não teve mais reunião. Um foi pra um canto, outro foi para outro e não se encontrou mais. É uma fragilidade muito forte. [...] O Conselho, juntamente com a Associação tinha esse papel, mesmo, de reconhecer o sindicato, como protagonista desse processo. Porque a gente foi um dos que mais trabalhou e hoje ainda trabalha na defesa, mas não tem esse

reconhecimento deles, dentro da estrutura, como um ator principal [...] Quando tinha dinheiro, aí o sindicato não aparecia, viu? Mas agora não tem dinheiro aí diz que o sindicato tem que fazer, tem que ajudar [...] (Liderança-STR Brasília)

Não queremos incorrer no erro de pregar a sacralização do sindicato ou dos próprios seringueiros como “bonzinhos”, o que faria com que negássemos sua condição de sujeitos históricos e com isso suscetíveis a mudanças determinadas e determinantes das condições históricas. Ao contrário, nossa intenção é situá-los historicamente, entendendo quais as mediações que se estabelecem em suas relações, situando-os neste novo cenário de atuação, criado no âmbito de uma conquista que lhes impunha novas relações e desafios.

Eu acho que desarticulou exatamente por isso [conquista da Resex]. Antes, era preciso estar junto, tá brigando porque tinha um inimigo ali, na frente. O fazendeiro estava ali. Ou a gente se junta prá brigar, se organiza e se mantém unido e forte ou todo mundo acaba deixando de ser seringueiro. Aí de repente, você tem a Reserva Extrativista. Não tem mais briga pela terra. Então, você não precisa mais estar mobilizado para os empates [...] aí você tem o governo do Estado, que passa a defender, pelo menos em tese, as idéias. Da floresta, dos interesses dos povos da floresta [...] passa a ser fácil você conseguir um projetinho pra isso, um projetinho para aquilo, coisa pouca...Quer dizer, dinheiro começa a circular e aí as associações, tal, menos do que se organizarem, vamos se articular aqui, vamos fazer o trabalho de produção aqui, vamos melhorar nossa produtividade, elas passam a ser captadoras de recursos. Elas existem não para representar os seringueiros, ou ajudar na organização dos seringueiros, mas sim para que elas possam ser captadoras de recursos. E vários recursos. De várias fontes. Do INCRA, do Ibama... (Assessor-STR Xapuri)

Não tem mais a organização de antes. Nas reuniões feitas pela cooperativa tem pouca gente interessada. Aí quando você diz assim: tem recurso para ser destinado para a gente da Reserva aparece gente que você nunca viu na vida. Só interessado nisso. Não é mais o coletivo, é só o individual. (Liderança-CAEX 02)

No caso de Xapuri, Mauro Silva (2001) aponta duas questões que provocaram a desmobilização sindical, a partir da aproximação com o governo: a validade de algumas normas de conduta, com a chegada de um dirigente ao poder municipal; e o trato das questões agora em espaços institucionalizados. Ao mesmo tempo em que representava uma vitória para o Movimento serem chamados à mesa de negociação, se estes dirigentes não estão respaldados pela continuidade do trabalho de base, passam a agir deslocados da realidade concreta que os suporta, passando a atuar em um campo idealizado e desvinculado da base social. Para o autor, ao lado da perda do monopólio na representação política dos interesses

dos seringueiros, por parte do STR Xapuri, a criação de espaços institucionalizados de resolução de conflitos no período pós-redemocratização e pós-constituente, contribuiu para a diminuição de formas de luta como manifestações, ocupações ou, no caso dos seringueiros, empates. Os movimentos sociais passam a buscar e ser absorvidos por novos espaços de negociação.

O sindicato, a função dele, foi mais importante no momento dos empates. Porque era uma entidade reivindicativa, de mobilização pra garantir a permanência do seringueiro na colocação contra a pecuária e a colonização que vinha dizimando este povo de lá de dentro da floresta. Então o sindicato teve aquela função de ir para o enfrentamento com o Estado, com os fazendeiros, com a UDR [...] O sindicato hoje perdeu o sentido pois ele está todo aparelhado, todo atrelado e está repetindo o discurso do governo da floresta. [...] Hoje estamos vendo o sindicato denunciando seringueiro e indo lá no seringal para expulsar [...]. (Liderança-Resex Chico Mendes 02)

Antes das Reservas os sindicatos eram muito importantes, né? Pois a luta começava dentro dos sindicatos. Os sindicatos que cuidavam dessa questão de empates [...] Quando criou-se as associações, já os sindicatos ficaram mais à parte um pouco, a Associação foi quem ficou cuidando mais disso. Mas de qualquer maneira, o sindicato toda vida foi importante e ainda hoje é importante a depender de quem esteja lá na frente dele ter interesse coletivo, como no caso foi na época. Hoje em dia o sindicato não são muito ligados ao Movimento como já foi antes. Pessoas mesmo que já foi ligado a políticas sociais, se bandearam para outro tipo de política de partido e o sindicato criou um pouco de fraqueza nesse tempo de agora. (Liderança-AMOPREX)

Era o sindicato que fazia o papel de mobilização “lá dentro”. Hoje quem faz o serviço de mobilização são as associações da Reserva, as associações dos moradores lá das suas localidades, o sindicato pouco tem se envolvido nisso. (Liderança-Resex Chico Mendes 01)

Paula (1998) já havia sinalizado para o declínio no reconhecimento do movimento sindical acreano pelas bases, tendo como principais indicadores o pouco número de sindicalizados, baixa renovação de lideranças, fechamento de delegacias sindicais, crise financeira aguda e baixa representatividade dos dirigentes. Por outro lado, com a focalização nas associações como principal centro de reivindicações dos seringueiros, ao sindicato é reservado cada vez mais o papel voltado (e confinado) às questões estritamente econômicas como salário, aposentadorias, soldado da borracha. Ao contrário do período anterior, marcado pelos embates com os fazendeiros, essa discussão é realizada desconectada do ciclo de exploração do capital. Como nos diz Antunes,

[...] a luta sindical é limitada na medida em que é uma luta constante pela melhoria salarial e não diretamente contra o sistema capitalista que gera o sistema de salários. A luta sindical é uma luta contra os efeitos do capitalismo e não contra as suas causas [...]. O que significa que, para o operariado tornar-se revolucionário, é preciso ir além da luta imediata; é preciso compreender o poder político e o papel do estado que garante a dominação capitalista. (ANTUNES, 2003, p. 33-34)

O autor completa:

[...] não basta a autonomia política dos sindicatos frente ao Estado; é imprescindível também a independência ideológica dos trabalhadores frente ao capital, condição para que se possa pensar numa sociedade fundada nos ideais de emancipação humana. E isso implica em reconhecer e enfatizar que o sindicalismo praticado pelos trabalhadores deva assumir, cada vez mais, um nítido caráter ofensivo e anticapitalista. (ANTUNES, 2003, p. 75)

Não podemos desconhecer que ao definir os limites da Reserva Extrativista, e com isso estabelecer quais pessoas ficarão dentro e fora dessa área, está-se definindo quais estarão submetidas e quais estarão isentas de determinadas normas de convívio e uso do espaço. Com isso, redefinem-se práticas sociais em ambos os lados, uma vez que elas se estabelecem em relação. Remetemos à reflexão de Esteves (2005, p. 150-151):

Ter acesso à floresta com os direitos reconhecidos, bem como a criação de instrumentos legais como Plano de Uso que institui as normas e posturas para as famílias assentadas nas áreas de preservação, significa a criação de uma linguagem diferente e a demarcação de um território com entrada e saída controladas jurídica e socialmente – um enquadramento próprio na posição de “guardião da floresta”.

Na prática, por um ato legislativo, há a divisão arbitrária de dois grupos de trabalhadores: os que conseguiram a terra e serão beneficiados por esta política e aqueles que não conseguiram. Para nós, a ação no sindicato possibilitaria o encontro entre esses dois grupos de trabalhadores, uma vez que nessa entidade eles estão unidos pelo caráter de classe explorada no processo de produção. Ao definir a Associação como principal instância de organização e desvinculá-la do sindicato, os moradores das Resex desligam-se da luta geral dos trabalhadores, gerando casos em que os trabalhadores “de fora da Resex”, moradores de projetos de assentamento nos moldes convencionais, eram encarados como “ameaças à Resex”. Incentivados pela formulação sempre repetida de que “a Reserva é para quem mora

nela”, os extrativistas moradores/beneficiários de uma Resex correm o risco de desvincular-se da luta que gerou essa política pública e que não se esgota em sua conquista. Assim, não se consegue diferenciar a ação **contra** a expropriação do local para uso agropecuário da luta **com** os outros trabalhadores para que também conquistem a terra e a sua inserção não subordinada ao sistema de produção. Ou seja, uma questão de classe¹⁵⁷.

São com esses desafios de definição de espaço, no sentido de quem “está dentro” quem “está fora” e ao mesmo tempo “quem está próximo” e “quem está distante”, que vão se deparar os seringueiros em tempos de Reserva Extrativista. Discussões que são essenciais para a definição de aliados, mas principalmente para definição das estratégias de luta a serem adotadas.

6.2 Arquitetura institucional no cenário nacional

Procuramos fazer uma breve descrição e análise dos desafios envolvidos na reconfiguração de forças observadas nas Resex dos anos 1990. Veremos agora como se deu a trajetória de duas entidades que representaram a ligação externa dos seringueiros na sociedade civil e política: acompanhemos a trajetória do CNS e do CNPT no cenário público nacional da década de 1990.

¹⁵⁷ Retomando a discussão gramsciana dos momentos da consciência política coletiva (GRAMSCI, 2007), podemos afirmar que com o trabalho isolado na Associação, refugiados nos problemas afetos meramente à melhoria da qualidade de vida nas Resex, os trabalhadores seringueiros situam suas reivindicações nos planos econômico-corporativo e econômico. Entretanto, à medida em que unem a sua luta às lutas dos outros trabalhadores, poderão alcançar a fase mais estritamente política em direção à construção da emancipação da classe trabalhadora.

6.2.1 A trajetória do CNS na década de 1990 através dos encontros dos seringueiros

Nos capítulos anteriores, já destacamos alguns aspectos da trajetória do Conselho Nacional dos Seringueiros que, como criação do Movimento Seringueiro se funde com sua própria trajetória. Nascido em 1985 em uma tentativa de consolidar a visão dos seringueiros como classe e de se firmar como interlocutor deste grupo, o CNS deparou-se com definições de sua identidade e de seu relacionamento com ONGs e governo, o que lhes conferiu um caráter mais contestatório ou conciliatório em diversos momentos, culminando na realização do III Encontro Nacional dos Seringueiros, em 1992, quando pareceu retomar sua conexão inicial de entidade representativa, independente e autônoma, conectada à luta dos outros trabalhadores. Era um momento de definição frente aos desafios de consolidação das Reservas Extrativistas recém-conquistadas.

Acreditamos que o período inicial de implementação das Resex, discutidos por nós no capítulo anterior, no qual destacamos a implementação do Projeto RESEX e suas conseqüências na reconfiguração social nas Reservas Extrativistas, influenciou enormemente na definição do CNS. Com isso, procuraremos, neste capítulo, discutir a continuidade da trajetória desta entidade, no período “pós conquistas das Resex”, em que novos sujeitos entram em cena. Assim como nos outros capítulos, tomaremos por arcabouço documentos produzidos pelo Conselho e a análise dos últimos encontros de seringueiros realizados nesta década uma vez que estes demonstram claramente o momento atravessado pelo Movimento e sua principal entidade.

Segundo os entrevistados, o Conselho Nacional dos Seringueiros passou por duas fases distintas que se confundem com a própria história das Resex: o primeiro momento, após o assassinato de Chico Mendes, quando houve uma grande procura dos doadores para o Brasil (entidades do EUA, Japão, França, Inglaterra, Alemanha), representando um momento de

estruturação do CNS; e um segundo momento, no qual passa a assumir um caráter mais gerencial ligado à busca e gerenciamento de projetos.

A tensão envolvendo a criação do CNS em relação ao papel que desenvolveria junto às comunidades e em conjunto com o sindicato enquanto primeira instância de representação, perpassa toda a história da entidade, como podemos ver nos depoimentos seguintes que relacionam a sua atuação com a entidade classista.

O CNS nasce da necessidade de focar a luta em um modelo, enquanto os sindicatos, na Amazônia, ainda tinham o modelo de colonização. (Liderança-CNS Amapá)

O CNS foi tão importante que empolgou os outros do sindicato [...] teve uma época que ninguém procurava o sindicato, procurava o CNS, que era o Macedo. (Liderança-ASAREAJ)

O CNS foi uma entidade importante, muito importante, logo na sua criação, depois foi que... era o articulador em nível nacional, enquanto o nosso sindicato era em nível estadual o CNS passou a fazer a articulação em nível nacional. (Liderança-Resex Chico Mendes 01)

A afirmação de Chico Mendes de que o CNS não substituiria o Sindicato (MENDES, 1989) estava sendo colocada à prova em um momento em que este último estava enfraquecido e o primeiro era constantemente chamado a intervir e ser interlocutor nos mais diversos processos, ganhando uma visibilidade cada vez maior. Da mesma forma, mais uma vez verificamos a tensão envolvendo o “tempo necessário” e o “tempo exigido”, no momento em que se expande o conceito Resex para outras localidades e o CNS como entidade nacional ligada a essa história é chamada a também se articular nesses outros locais, com essas outras entidades. A articulação que antes se fazia pelo caminho da produção, da similaridade de posicionamento no processo produtivo em desvantagem com as classes dominantes, passa-se a fazer através de uma mesma demanda: a conquista das Resex. Isto impõe novos desafios ao CNS.

O CNS não é de fazer trabalho de base. [...] A história do CNS não é essa. O CNS é mais de apoio. Vai junto. Mas vai junto com o sindicato, com Associação. Para levar uma mensagem, tratar de um assunto que às vezes a Associação tem mais dificuldade de tratar [...] O CNS não é para ir diretamente para a comunidade passando por cima do sindicato, da Associação. O nosso papel é dar um apoio naquilo que é nossa condição, que dá para gente fazer. [...] O papel do CNS é

sempre buscar fortalecer e garantir o reconhecimento dessas instituições, e eles têm que poder ser reconhecidos pelas comunidades. Para nós interessa ser reconhecido por eles, e as comunidades têm que reconhecer eles lá. (Liderança-CNS Acre)

As Resex, elas cresceram, elas saíram de dentro do CNS. Nós temos Resex no Rio de Janeiro, não foi o CNS que criou, não foi o CNS que articulou. Nós temos Resex em Santa Catarina, não foi o CNS que articulou. O nosso trabalho é dentro da Amazônia. Na Amazônia, todas passou pela nossa articulação, mas essa política começou a dar fruto e ela se expandiu [...] O Conselho era uma instituição localizada, em pequenas partes de todos os Estados, e ela abriu rapidamente, principalmente no estado do Amazonas [...] e essa expansão de regional do CNS por todo canto a pedido da comunidade, o recurso baixou. Quando nós crescemos nosso corpo, crescemos nosso braço operativo que são as regionais, que estão nos municípios [...] os nossos recursos minguou. Então nossa maior dificuldade hoje é financeira. O CNS passa por grandes dificuldades financeiras. (Liderança-CNS Amazonas)

Durante a vigência do Projeto RESEX, o papel do CNS no acompanhamento do Projeto consumiu a entidade, fato refletido em seu funcionamento quando, ao transferir-se para Brasília, passa a dividir o espaço físico com o GTA e assinar documentos juntamente com esta organização. No período de 1995 a 1999, período de vigência da primeira fase do Projeto, vários documentos entre FAX e ofícios encaminhados às mais diversas instâncias são elaborados e assinados conjuntamente por essas duas entidades¹⁵⁸.

Recomeçamos nossa história sobre o Conselho Nacional dos Seringueiros em 1995, ano em que teve início a execução do Projeto RESEX. Dez anos após a realização do I ENS, realizou-se, novamente em Brasília, o IV Encontro Nacional dos Seringueiros (IV ENS), com duzentos e sete delegados. O ambiente construído anteriormente ao IV ENS é denunciado em um documento intitulado “*Um Conselho para quem?*”, de autoria de alguns membros do CNS, dentre eles seu primeiro presidente, onde destaca-se o caminho percorrido pela entidade desde sua criação, suas tensões, e denuncia-se a suposta incapacidade da então diretoria de prosseguir no cumprimento do que foi definido no III Encontro:

¹⁵⁸ Em 1998, o escritório em Brasília começou a funcionar em uma sala cedida no Memorial Chico Mendes, juntamente com o escritório do GTA. Nos estados, existem as regionais funcionando como coordenações que estão na SEDE, para onde se direcionam as questões regionais. Nos municípios, estruturam-se escritórios, localizados onde estão as primeiras Reservas dos estados. O Conselho conta com três instâncias de decisão: a maior é o Congresso (plenária), depois vem o Conselho deliberativo e depois vem a diretoria executiva. Segundo o estatuto, os encontros nacionais deveriam ocorrer em uma periodicidade trianual, momento no qual é eleita a diretoria executiva. Entretanto durante o período estudado foram frequentes os adiamentos em função da falta de disponibilidade de recursos.

Na verdade o que ocorreu foi a vitória interna de uma idéia que define o CNS como uma ONG, e que para tanto basta competência técnica para negociar “bons projetos” junto ao governo e agentes financeiros internacionais para investir na solução dos problemas das comunidades que propõe representar. As “mudanças” realizadas no escritório nacional, em Rio Branco, em 1994 e a forma como foi criada e está sendo mantida a representação do CNS em Brasília por si só mostra o que é esta entidade hoje: uma simples ONG desprovida de qualquer representatividade de base. O carimbo do CNS está sendo usado somente para dar legitimidade ao governo federal em negociações junto a agentes financeiros internacionais como é o caso do Programa Piloto gerenciado pelo BIRD. (BATISTA *et al.*, 1995)

Neste documento, esses extrativistas propõem a recuperação da história do CNS, reafirmando sua autonomia e a elaboração de um plano de lutas que tenha como base as diretrizes divulgadas em 1992. No mínimo, esse documento evidencia espaços de tensão no seio do CNS, participe de processos que já discutimos aqui: aproximação/subalternização à agenda governamental; falta de ligação com a base do movimento social; redefinição de suas estratégias de luta.

Assim como demarcamos a importância do III ENS na retomada de autonomia do Movimento Seringueiro, o IV Encontro é tido como um marco na expressão das divergências do CNS (ISABEL, 2001; PAULA, 2003). Paula (2003) destaca a estratégia adotada a partir desse período, de progressiva aproximação da direção do CNS com as políticas governamentais para a Amazônia, particularmente aquelas ligadas à questão ambiental, apostando em grandes projetos, como o PPG-7. Com isso, o CNS passaria a ser mantido majoritariamente pelo governo federal e pelo Banco Mundial.

Por outro lado, Isabel (2001) afirma que a discussão sobre exploração madeireira nas Reservas Extrativistas, evidenciada neste Encontro, atua como um divisor de águas dentro do CNS e entre este e sua base. Segundo a autora, divididos entre a aceitação de manejo seletivo e a proibição de qualquer tipo de exploração comercial da madeira, ocorre um racha envolvendo tanto lideranças antigas do Movimento, quanto técnicos que o apoiavam. A autora analisa ainda o que representa a discussão sobre exploração madeireira no Governo do Acre, na gestão Jorge Viana, mostrando como a discussão que ora citamos referente às Reservas

Extrativistas, especificamente ao CNS, perpassa a correlação de forças na sociedade acreana e está no centro do projeto de desenvolvimento do Governo do Estado (ISABEL, 2001).

A questão madeireira está presente nas discussões sobre o papel das Resex no projeto de desenvolvimento atual. Afinal, essas Unidades, que nasceram se contrapondo a um projeto de desenvolvimento centrado na inserção da terra ao mercado pela via agropecuária, podem representar uma chance de re-inserção desta terra no mercado, pela via madeireira. Discutir a questão madeireira nas Reservas Extrativistas não é apenas discutir seu aspecto no equilíbrio ambiental da floresta, está vinculado à discussão sobre a relação dos extrativistas com o mercado. Trazemos abaixo dois depoimentos que evidenciam as divergências entre as lideranças:

No plano de utilização a gente coloca que nós tínhamos de fazer o aproveitamento racional dessa região, mas uma das coisas que a gente tinha o maior cuidado era de não exportar matéria prima. Então o que que nós colocamos? [...] A madeira não será vendida, nós vamos utilizar todos os produtos não madeireiros [...] Era consenso [...] Até o IV encontro do Conselho Nacional dos Seringueiros. No IV Encontro, chega os engenheiros florestal fazendo uma proposta do uso múltiplo, e que tava lá, do aproveitamento da madeira. O “desenvolvimento florestal”, manejo madeireiro, lá dentro. Aí começou a divergência interna no Movimento, porque a maioria do Movimento resistiu até certo ponto, nós conseguimos. Qual foi a primeira atitude deste pessoal? Trabalharam para tirar a estrutura do Conselho Nacional dos Seringueiros da Amazônia. Começaram a investir em algumas pessoas, e hoje, o que que nós assistimos a proposta dentro da Reserva? (Liderança-Resex Chico Mendes 02)

Principalmente no Acre, principalmente na academia, e as ONGs são completamente contra a extração de madeira, mas não se importa se o cara fazer roça [...] como se extrair madeira fosse mais prejudicial do que fazer roça. Fazer roça além de derrubar tudo, você queima. No meio vai desde a madeira até a formiga. Isso foi muito difícil de conversar no Acre. O discurso implementado pro começo dos anos 90, com o apoio da comunidade européia e do Banco Mundial, isso nos atrapalhou. O banco era contra qualquer tipo de plano de manejo [...]. Na resolução do banco ele não apoiava ninguém para plano de manejo, e aí já era recomendado, por tabela, que as comunidades não permitissem plano de manejo [...]. Quando as Resex cresceram e expandiram do estado do Acre, nós entramos já não para fazer roça e sim para fazer o uso sustentável dos recursos florestais. Essa é uma diferença conceitual gigantesca do Acre para os outros Estados. E eu acho importante que este debate avance pois o uso dos recursos naturais de forma sustentável não é roça. (Liderança-CNS Pará)

No documento final do IV ENS, ocorre uma alteração no tom dos discursos produzidos. Bastante representativo dessa mudança é o fato de apesar da afirmação de que “a reforma agrária continua na pauta das reivindicações dos movimentos de trabalhadores seja

extrativista, colono ou sem terra” (CNS, 1995a), a referência a esta questão está ausente no plano de ação produzido, que se pauta por questões específicas aos extrativistas e na garantia de direitos já conquistados (Resex, PAEs). A racionalidade de combate ao modo de produção capitalista excludente é substituída por ações voltadas ao conhecimento para inserção no mercado, marketing, “busca de consumidores”, novas tecnologias etc. Por outro lado, fala-se da necessidade de fortalecimento de organizações locais e são citados trabalhos de articulação com outros movimentos (grito da terra, CUT, Contag, MST, Movimento dos Atingidos por Barragem, Movimento Nacional dos Pescadores e Organização das Mulheres Trabalhadoras Rurais), demonstrando o momento conflitante pelo qual passava a entidade.

Também é nesse Encontro que o Conselho sofre nova alteração de estatuto, que reflete a ampliação dos grupos que começam a se articular junto ao CNS. Como possíveis membros do CNS, passam a vigorar:

- I. Os **trabalhadores** que, mediante exploração pessoal ou de seu grupo familiar, tenham atividades na economia extrativista.
- II. Os trabalhadores: seringueiros, coletadores de castanha, açaí, cupuaçu, quebradeiras de coco babaçu, balateiros, piaçabeiros, integrantes de projetos agroflorestais, extratores de óleo e plantas medicinais, **e todos os trabalhadores que exploram recursos naturais orientados pelo desenvolvimento sustentado.**
- III. Os soldados da borracha e pescadores artesanais. (CNS, 1995b, Artigo 7)

Citamos trechos do documento de avaliação dos dez anos do CNS, que dão conta de alguns desafios pelos quais passava a entidade:

[...]

O CNS tem concentrado esforços para a efetivação do programa piloto, especialmente no que se refere ao subprojeto Resexs, o qual já iniciou o desembolso de recursos para as quatro reservas previstas no projeto. São elas: Reserva Chico Mendes, Reserva Ouro Preto, Reserva Cajarí e Reserva Alto Juruá.

O CNS teve um papel importante na criação e estruturação do Grupo de Trabalho Amazônico - GTA -, que objetiva articular os movimentos sociais e entidades ambientalistas que desenvolvem seu trabalho nos estados amazônicos.

[...]

O CNS tem desenvolvido trabalho permanente de articulação em nível nacional, junto aos principais movimentos sociais rurais, como é o caso do Grito da Terra, em conjunto com a CUT, a Contag, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Movimento dos Atingidos pelas Barragens, o Movimento Nacional dos Pescadores e a Organização das Mulheres Trabalhadoras Rurais.

[...]

No entanto, houve graves problemas de ordem política e administrativa, que obrigaram a gestão passada a tomar decisões enérgicas para evitar que ficassem incontroláveis. Entre essas decisões destacamos o fato de que uma pessoa só poderá representar e ou falar, em nome do CNS, se estiver devidamente autorizada. Outra medida foi a redução do quadro de funcionários.

Erros administrativos no gerenciamento de convênio com órgãos públicos, em algumas regionais, levaram o CNS à inadimplência por vários meses.

Constatou-se que, por vários motivos, em algumas localidades, faltou maior aproximação do CNS com as organizações de base como sindicatos, associações e cooperativas, carecendo de melhor definição na política de atuação.

O trabalho desenvolvido pelo CNS, sobre formação, ficou aquém das necessidades, apesar de ter realizado seminários, encontro, cursos e reuniões, em que foram tratados temas como a situação de mercado, a questão fundiária, os problemas ambientais, as organizações de base sindicatos, associações, cooperativas e caixas agrícolas - realizados em todos os estados da região.

[...]

A funcionalidade dos escritórios regionais ficaram aquém das demandas organizativas do segmento extrativista. É tarefa da direção fortalecer e estruturar as regionais já criadas, implantar novas e fortalecer o escritório nacional além de manter o escritório de representação em Brasília. (CNS, 1995c)

Os fatores apontados pela análise da própria diretoria do CNS é exemplar dos anos seguintes, nos quais a entidade se vê envolvida em uma falsa opção de se dedicar a articulação externa e monitoramento de projetos, lutando pela própria sobrevivência, ou dedicar-se à formação de lideranças e da cultura de participação e decisão conjunta que caracterizou o Movimento em seu período inicial.

O número reduzido de lideranças e a falta de orçamento para uma real mobilização da base levaram a entidade a uma centralização de participação sempre nas mesmas pessoas. Eram os mesmos (normalmente os membros da diretoria da entidade) a participar dos diferentes fóruns de debate e decisão. Somando-se a isso a necessidade de enfrentamento da dinâmica na cidade, pouco tempo restava para os trabalhos de articulação e formação. Estava em questão um distanciamento não apenas geográfico, mas também político em relação às bases (SILVA, Mauro, 2001), fazendo com que o trabalho de organização fosse substituído pela captação de recursos.

Em reunião do conselho deliberativo do CNS, realizada em 1996, destaca-se mais uma vez o malefício provocado pela política de livre mercado estabelecida pelo governo

brasileiro, no que tange a política para a borracha. Discutem-se ainda as dificuldades enfrentadas para criação de novas Reservas e Projetos de Assentamento Extrativistas, sendo interpretado como desinteresse do governo brasileiro no assunto. Nesta reunião registra-se que o CNS lançará, durante a Semana da Amazônia, nos Estados Unidos, uma campanha pela transformação de dez por cento do território amazônico em Reservas Extrativistas. Aqui é importante atentar que a participação neste evento vem em um contexto em que se registram dificuldades na manutenção dos escritórios regionais no que tange à infra-estrutura física, de comunicação e de contato/articulação com a base. Evidencia-se o direcionamento do CNS para atendimento a demandas de quem os financia. Porque não se consegue recursos para as atividades de base do CNS? Quem decide as prioridades de articulação do CNS? Nesta reunião verifica-se que, ao mesmo tempo em que são citadas dificuldades para articulações regionais e locais, são relatados contatos internacionais com os Estados Unidos e Europa.

Reproduzimos um trecho de entrevista do então presidente do CNS a uma publicação do CNPT, dois anos após a realização do IV ENS. Nela, verificamos como o porta-voz da entidade demonstra uma importante e preocupante inflexão em direção ao mercado, onde responsabiliza os custos sociais pelo baixo preço da borracha, deixando de lado a reflexão sobre os custos sociais da política de mercado:

É importante a conquista de uma política de subsídio à borracha, devido à decadência da produção e à crise generalizada do setor, que ocorreu em função da liberação do mercado, abertura das fronteiras comerciais e da incorporação, conseqüentemente, da borracha do sudeste asiático [...] No sudeste asiático, a borracha tem melhor qualidade porque o sistema tecnológico é melhor que o nosso. A produção brasileira é mais cara porque temos, por exemplo, encargos sociais muito altos, que dobram o custo do trabalho para o empregador e esses recursos vão para o caixa do governo. Nem a pequena nem a grande empresa agüentam. No Sudeste Asiático, não há 13º salário, as férias duram apenas cinco dias por ano, trabalha-se 12 horas por dia, o salário é extremamente baixo e há incentivo do governo. Com isso, os produtores de lá competem de forma desigual no mercado. [...]

Com as usinas, tiramos o atravessador do circuito e conseguimos ter acesso aos recursos da subvenção. A nova lei força os extrativistas a se organizarem melhor, **pois na lógica do mercado, está estabilizado quem estiver forte, organizado e agindo em bloco.** O setor pouco organizado, que é o caso dos seringueiros, acaba se arrebatando com a lei, muito liberal. Neste processo, estamos encontrando dificuldades, porque nossos trabalhadores não têm uma visão de mercado global, no máximo uma visão local, daquilo com o que convivem. O seringueiro é obrigado a saber, diariamente, o preço do quilo da borracha na Bolsa de Cingapura e estar

muito atento para não perder dinheiro. Elevando-se o valor da subvenção, haverá maior margem para jogar com a perda ou com o ganho na venda do produto. (Entrevista com o Presidente do CNS, *in*: CNPT, 1997, p. 8- 9).

Para nós, este depoimento demonstra o perfil que estava assumindo a entidade e sua inserção no discurso neoliberal, funcional ao *status quo*. No lugar da “solidariedade dos trabalhadores” questionando as condições de trabalho no sudeste asiático, o presidente do CNS questiona a falta de condições do empregador no Brasil concorrer com aquele local, assumindo a argumentação dos liberais, apesar de inicialmente criticá-los. Verificamos como um discurso vai sendo incorporado em conformidade com as práticas agora assumidas nas Resex, em conformidade ao mercado. O discurso dominante vai sendo inserido e assumido pelos subalternos. Não se tratava mais de lutar contra o mercado, contra um modelo de desenvolvimento que os excluía, e sim de se adaptar a esse mercado e assim ser incluído (subordinadamente) nele.

O quinto e último Encontro Nacional dos Seringueiros (V ENS) desta década¹⁵⁹ ocorreu em Xapuri, no período de 17 a 20 de dezembro de 1998. O documento final desse Encontro deixa explícito o encaminhamento do Conselho em direção à parceria e à cooperação. Ocorrido em um momento em que Júlio Barbosa, liderança do Movimento e ex-presidente do CNS, era prefeito de Xapuri, a palavra inicial foi de Rafael Pinzón, então chefe do CNPT-Ibama, que destacou a necessidade de referendar o CNS como único porta-voz dos povos da floresta. Importante notar que o documento desse Encontro não contém a análise de conjuntura, presente nas edições anteriores, fundamental para a tomada de decisões. Ao

¹⁵⁹ Na década seguinte foram realizados três Encontros, cuja história demonstra um pouco as transformações que vinham ocorrendo no próprio CNS. Em 2002, o Encontro foi realizado em Luziânia, passando a denominar-se “VI Encontro Nacional do Conselho Nacional dos Seringueiros”. Tratava-se do encontro da entidade e não mais da categoria. Em 2005, realizou-se, em Manaus, o VII Encontro Nacional do Conselho Nacional dos Seringueiros, agora denominado “Congresso das Populações Extrativistas e do Desenvolvimento Sustentável”. Finalmente, abandona-se a denominação e a seqüência dos encontros nacionais dos seringueiros, realizando-se em Manaus, em 2009, o II Congresso das Populações Extrativistas da Amazônia, onde o CNS também modifica a sua denominação para Conselho Nacional das Populações Extrativistas (Disponível em: http://www.extratativismo.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=109&Itemid=9. Acesso em: 31 jul. 2009).

mesmo tempo, insere em seu plano de ação o item específico “parceria e cooperação”, onde trata da parceria com ONGs e assume o papel colaborativo com os organismos internacionais (CNS, 1998a).

Outro destaque deve ser dado ao fato de não constar, na resolução do V ENS, a reivindicação da participação do seringueiro na elaboração e execução dos projetos (pauta permanente de luta nos encontros anteriores). Em seu lugar, encontramos a afirmação: “cada compromisso de cooperação ou parceria a ser firmado deverá ser analisado cuidadosamente, para assegurar o **aval do CNS** quando da assinatura de convênios, aprovação de projetos de pesquisa” (CNS, 1998a, grifo nosso).

Ainda no relatório do V ENS, ao realizar o balanço dos treze anos de CNS, é estabelecida como principal ponto de luta da entidade “defender a floresta, os rios, a terra e os seres vivos” (CNS, 1998b). Onde está a especificidade do trabalhador extrativista, seringueiro, amazônida, explorado? Por sua importância, transcreveremos um longo trecho da análise, que ajuda a resgatar um pouco do histórico e do percurso da entidade, sendo bastante representativa das tensões no significado da entidade (colaboração x contestação) e a opção declarada em direção a “guardiões da floresta” em que a centralidade da importância do seringueiro se dá pela floresta e não pela sua atividade produtiva como o documento faz questão de ressaltar:

BALANÇO DOS 13 ANOS DO CNS

Fundado em 17 de Outubro de 1985, com a finalidade de articular, mobilizar e defender os direitos dos seringueiros, o Conselho Nacional dos Seringueiros é fruto da luta e resistência de um segmento mais ou menos favorecido entre os trabalhadores rurais da Amazônia.

Defender a floresta, os rios, a terra e os seres vivos tem sido o principal ponto de sua luta, às vezes muito pouco compreendida pela sociedade, incluindo aí outros segmentos dos próprios trabalhadores rurais.

[...]

O CNS procura aliados em todos os segmentos da sociedade, porque entende-se que essa luta é muito difícil. No começo tivemos mais apoio fora do Brasil do que dentro. O Movimento Ambientalista Internacional foi fundamental, aliás são nossos aliados potenciais nessa tarefa.

[...]

Colocar a proposta de Reservas Extrativistas para a CUT não tinha a menor importância e, graças à habilidade de Chico Mendes em articular políticas para

Amazônia, foi incluído apenas um parágrafo nas resoluções do congresso realizado em Belo Horizonte em 1986, tratando das Reservas Extrativistas.

Perderam-se lideranças importantíssimas como Wilson Pinheiro, Higinio, Antônio Calado, Elias Sena, Chico Mendes, Arnaldo e tantos outros assassinados pelas mãos armadas dos destruidores da Amazônia. Foi em clima de tensão que o II Encontro Nacional dos Seringueiros realizou-se em março de 1989. Contou com a participação de trabalhadores dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia e Pará. Foi considerado também como o I Encontro dos Povos da Floresta, visto que participaram várias nações indígenas. Chico Mendes, antes de ser assassinado, já havia iniciado o processo de mobilização do Encontro, destacando a necessidade de maior participação de trabalhadores extrativistas de outros Estados.

[...]

De 1989 a 1992 foi um período muito difícil, a direção do CNS era demais solicitada a participar de conferências, seminários etc. Houve muita dificuldade na condução da política interna, como membro da direção que intitulava-se substituto de Chico Mendes, muita gente querendo ser assessor do CNS. Júlio Barbosa, presidente na época, enfrentou uma barra pesada, no entanto, no primeiro trimestre de 1990, foram criadas as principais Reservas Extrativistas, assim como o processo de criação e organização das coordenações regionais do CNS.

[...]

O CNS resistiu à turbulência ecológica e ambiental da primeira metade da década de 90, manteve-se firme em seus objetivos dando continuidade à luta pela criação e implantação das Reservas Extrativistas, por garantia de mercado para os produtos da floresta, pelo direito a saúde, educação e uma vida digna para os trabalhadores extrativistas, sem destruição e sem violência.

Os seringueiros foram duramente prejudicados pela política econômica iniciada pelo governo Collor. Com a lógica do "deixa fazer, deixa passar", da chamada competitividade de mercado, liberou-se a importação de borracha – advinda do Sudeste Asiático, sem a mínima responsabilidade com o consumo da produção interna, aprofundando ainda mais a já difícil crise da política da borracha. Os prejuízos econômicos e sociais para os seringueiros da Amazônia foram desastrosos. No entanto, o CNS tem procurado de todas as formas mostrar para o governo e para a opinião pública o quanto é importante garantir que a produção de borracha dos seringais nativos da Amazônia seja consumida pela indústria, visto que a borracha brasileira tem o padrão de qualidade internacional. O consumo da produção de borracha de seringais nativos da Amazônia tem importância fundamental na diminuição dos problemas econômicos, sociais e ambientais da região.

Chegar até aqui não foi uma tarefa fácil, havia pessoas influentes que achavam que o CNS devia ser uma organização de caráter puramente ambiental, e outras que o CNS devia ser de agitação, de enfrentamento, de oposição radical. Nem uma coisa, nem outra; procurou-se trilhar pelo caminho de valorizar as lideranças, ampliar seus conhecimentos, descentralizar a administração proporcionando a criação de coordenações regionais do CNS, estimulando alianças com o movimento sindical de trabalhadores rurais. Organizando ações específicas de reivindicação dos trabalhadores extrativistas, articulou a criação e estruturação do Grupo de Trabalho Amazônico –GTA, que atualmente tem mais de 350 organizações.

Nesse processo, conseguiu-se avanços, como por exemplo: criar uma linha de crédito para os trabalhadores extrativistas, subsídio para a produção de borracha, rancho entre safra para os extrativistas, criação de novas Reservas Extrativistas, expansão do PROCERA [Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária] para os projetos de assentamentos extrativistas, apoio do PPG-7 para quatro Reservas Extrativistas, criação do Programa Amazônia Solidária, construção de usinas de beneficiamento de borracha, etc.

O CNS, nos seus anos de existência, tem procurado trabalhar a formulação de políticas públicas para o extrativismo, assim como tem tentado mostrar à opinião pública a importância dos trabalhadores extrativistas, não pelo rendimento econômico que geram, mas sim pelo que eles representam como guardiões da floresta, garantia certa de que teremos Amazônia para gerações futuras e biodiversidade para sempre. (CNS, 1998b, grifo nosso)

Enfim, o tom combativo e reivindicativo de outrora é substituído pelo tom de colaboração com o governo e de parceria com os organismos internacionais, ONGs e governo, comprometendo a autonomia outrora conquistada. A necessidade de articulação das lutas dos trabalhadores é esquecida em detrimento da garantia de suas lutas localizadas em seus “territórios conquistados”.

O CNS viveu (ou ainda vive) uma crise de identidade, tensionado entre objetivos que se contrapõem e por demandas que se mostraram maiores do que o que poderiam fazer no momento. Parece ter ocorrido com o CNS, neste período, o desenraizamento citado por Costa (1999) como um possível resultado da institucionalização de entidades, que antes firmada no seio social passa a ter seus processos internos sobrecarregados por funções político-administrativas delegadas pelo Estado. Ao enfrentar os desafios da institucionalidade, como burocratização e obediência à agenda dos adversários (HOUTART, 2006), assim como os desafios comuns aos movimentos sociais da década de 1990 no que tange a manutenção de sua autonomia perante financiadores e capacidade de construção da contra-hegemonia (FONTES, 2006), o CNS representa, em uma única entidade, o movimento ocorrido nos movimentos sociais da época, que, de acordo com Sader (1988, p. 315),

[...] foram projetados para enfrentamentos decisivos quando ainda mal haviam se constituído sujeitos políticos. O ritmo de suas histórias não era o mesmo que o da política instituída, e foi esta que fixou as datas. Levadas “precocemente” aos embates políticos, expressaram sua imaturidade enquanto alternativas de poder no plano da representação política.

Nos depoimentos abaixo, vemos o afastamento entre o que dizem os membros da diretoria do CNS e lideranças da base que acompanharam o desenvolvimento do Conselho:

O CNS funciona que nem um fio [...] que liga a comunidade, a base, o povo da floresta, aos setores de poder de decisão. Então como da comunidade para vir para a cidade é muito longe, tem essa escadinha. Da comunidade chega à regional local, da regional local para a estadual e da estadual formaliza, já na nacional. [...] Os sindicatos, as associações que fazem o meio de campo. Nós estamos onde os sindicatos não vai mais. [...] Mas foi preciso descer um pouco mais lá dentro. Isso se deu em um processo um pouco natural, porque as lideranças são das comunidades, então vai todo mundo junto. (Liderança-CNS Amazonas)

A gente esperava, pelo menos eu esperava, que tivesse outro objetivo. Foi diferente. O Conselho Nacional dos Seringueiros, ele não tá coincidindo com o que nós pensava. Se foi bom, foi bom, porque o Conselho Nacional dos Seringueiros ficou para discutir tudo isso que eu tô falando hoje. Saúde, educação, para a Reserva Extrativista, pros seringueiros e afinal, eles é que estavam lá para discutir tudo isso com os governantes, e jogar para cá. A gente não vê acontecer. [...] O presidente agora, eu não sei nem quem é que tá... As coisas são tão isoladas e nós que fica no seringal [...] Hoje agente que vive mais na floresta não vê esse povo indo na floresta reunir com os seringueiros, é no gabinete [...] eu acho que tá errado, pelo que nós esperava [...] Em um determinado momento foi o grande representante, mas depois... (Liderança-Resex Chico Mendes 03)

Para mim foi a primeira instância. [O CNS] já trabalhou bastante, mas hoje em dia não faz mais o que era para fazer. Existe, mas não fazendo o que era para fazer. Não sei se é porque tudo muda, o mundo muda, as lideranças mudam [...] no começo atuava bastante. (Liderança-AMOPREX)

6.2.2 A trajetória do CNPT na década de 1990

No capítulo anterior discutimos o processo que gerou a criação do CNPT e a forma de administração assumida pelo Centro. Neste capítulo, pretendemos historicizar os desafios assumidos pelo Centro em sua trajetória na década de 1990, abordando principalmente a disputa de espaço político no interior do Estado.

Iniciemos a nossa discussão procurando localizar o CNPT na disputa por recursos no orçamento da União. No que diz respeito ao seu funcionamento, o CNPT sobreviveu principalmente através de convênios¹⁶⁰, tendo dificuldades de explicar custos que não eram entendidos como “atribuição do Ibama”.

[o CNPT] sobreviveu através de convênios. Mesmo para esses convênios (saúde, educação) tinha dificuldades por parte da assessoria jurídica [...] Era muito difícil convencer de que tínhamos que apoiar essas populações, para que elas

¹⁶⁰ Segundo um técnico que atuou no CNPT desde sua criação, o primeiro recurso descentralizado para o Centro foi oriundo do PNUD/FAO e sustentou o Centro por aproximadamente um ano (US\$ 260.000), com o objetivo de fazer uma grande mobilização da sociedade, com os sindicatos/associações, para uma articulação, um reconhecimento dos “parceiros para o futuro”, uma vez que haviam muitas instituições atuando nas áreas, mas que não se conheciam ou trabalhavam conjuntamente.

permanecessem na floresta e com isso o ambiente fosse preservado. A instituição não estava preparada para isso [...] Demorou pelo menos uns dois anos para poder trabalhar com tranqüilidade. (Técnico-CNPT Brasília 02)

Logo nos primeiros anos de funcionamento, o CNPT enfrentou cortes orçamentários e paralisação de desembolsos que comprometeriam as atividades programadas e levariam seus técnicos à busca de alternativas de financiamento. Este fato seria seguido em toda a década, como constatamos no documento abaixo:

A proposta orçamentária do CNPT para o ano de 1998, com a operacionalização do contingenciamento orçamentário, estabelecido pelo Decreto n. 2541 de 05/01/98 e suas alterações, ficou na ordem de R\$ 540.000,00 e finalmente com uma dotação de R\$ 167.000,00, e os recursos efetivamente repassados, foram da ordem de R\$ 84.000,00, **insuficientes** para cobrir todas as atividades do CNPT durante o ano, ou seja, 15,56% dos recursos foram liberados. (CNPT, 1998, p. 13, grifo do autor)

Ainda neste ano (1998), segundo dados do mesmo relatório, os recursos advindos de projetos foram da ordem de R\$ 1.300.414,00 (Projeto Piloto de Manejo Sustentável do Extrativismo da Borracha na Amazônia-BRA 95/029), R\$ 663.034,00 (Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Extrativismo-BRA 97/008) e R\$ 1.733.745,72 (Projeto Reservas Extrativistas-PPG-7), demonstrando um grande desequilíbrio entre as fontes financeiras.

Os técnicos do CNPT passaram basicamente a operar o Projeto RESEX, utilizando a pouca verba institucional para trabalhar com as outras Resex. Além disso, os técnicos precisavam ter o perfil de gerenciamento de recursos e de procura de projetos, dentro da filosofia de manutenção do Estado através de convênios, de parcerias, rendendo-lhes grande instabilidade em função da dependência estabelecida entre sua capacidade de atuação e o tempo de duração e finalidade dos projetos. Essas limitações estendiam-se às comunidades que se viam presas aos recursos com destinação fechada e especialmente à forma de gerenciamento proposto-imposto por estes projetos.

A diferença entre os recursos aportados para as quatro primeiras Reservas Extrativistas (por conta do Projeto RESEX) e as outras (apoiadas com os poucos recursos

orçamentários) refletiu-se na própria configuração do CNPT durante a década de 1990.

Vejamos como esse fato era percebido por outros funcionários do Ibama:

Em um certo momento houve uma separação no CNPT entre os servidores e outra turma que tocava o Projeto RESEX [...] A impressão nossa é de que tinha o CNPT burocrático do Ibama, pobre, e o CNPT com recursos do RESEX II que tinha um corpo de consultores [...]. (Técnico-Ibama Brasília)

Ao mesmo tempo, a história do CNPT no Ibama está marcada por uma necessidade de sua afirmação na instituição, fato reforçado com a criação do Ministério do Meio Ambiente e da Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA), que passaria a disputar espaço político com o Centro. Esta disputa com o Ministério, ou falta de clareza na delimitação das atribuições das instituições (formulador e executor), perpassa outras áreas, tais como educação ambiental e gestão de florestas, o que levou a vários conflitos desde a criação do Ministério. Entretanto, no caso do CNPT, o fato agravava-se por representarem duas instâncias para onde grupos sociais dantes excluídos das políticas ambientais tinham a possibilidade de buscar apoio, assim como representavam uma área em ascensão, na política ambiental brasileira para aporte de recursos. Vejamos o que dizem os técnicos do Centro:

Quando o CNPT foi criado, só existia o Ibama. Existia o MMA, mas pequeno. Com o passar dos anos, o ministério quis concentrar cada vez mais poder. Levando orçamento, gente e tudo que pudesse do Ibama para o controle [...] Na medida que passavam os anos a SCA queria ter muito mais protagonismo muito mais poder de decisão [...] No princípio, a SCA tinha influência sobre o Projeto RESEX somente, não sobre o CNPT como um todo, porque o Projeto RESEX era vinculado ao Programa Piloto e o Programa piloto estava na SCA. Mas logo depois quando a Mary Allegretti entrou, com o vínculo da Mary com os movimentos sociais, se tentou forçar mais uma relação direta do CNPT com a SCA. (Técnico-CNPT Brasília 03)

A Secretaria da Amazônia considerava que o CNPT tinha que cuidar de extrativismo no Brasil, e a gente apostava que CNPT tinha que cuidar de extrativismo, mas nas Resex. Isto perdurou todo o Projeto RESEX. A gente não aceitava, não compreendia como responsabilidade seja institucional ou uma capacidade nossa para cuidar disso [...]. Talvez para o Ministério fosse estratégico, fosse possível, mas a gente não se achava capaz de fazer isso [...] mas achava que a partir das Resex, de pequenas coisas, poderia servir de modelo para discutir políticas. (Técnico-CNPT Brasília 02)

Aos poucos a SCA foi criando instrumentos para substituir o CNPT. No momento que se criou a Secretaria de Coordenação da Amazônia [...] há um antagonismo, uma rivalidade entre ministério e Ibama [...] e o ministério começou a criar estruturas para substituir o Ibama. Então dentro da SCA, havia uma estrutura que era a coordenação de extrativismo, aí foram criando programas também,

financiamentos [...] nós não tivemos aytros, pelo menos até a minha época, mas tivemos cortes orçamentários. [...] O dinheiro da taxa da borracha, que antes passava para o CNPT passou a ser passado para a secretaria de extrativismo [...] Era uma política do ministério de fazer as coisas e de tirar das mãos do Ibama. (Técnico-CNPT Brasília 01)¹⁶¹

Nas sucessivas propostas de reestruturação do Ibama nos anos 1990, o CNPT era constantemente questionado em suas atribuições e funcionamento. Destaco dois momentos nos quais é evidente a necessidade de auto-afirmação do Centro. Em 1994, um memorando do CNPT à presidente do Ibama afirma a falta de oportunidade de colaborar com uma proposta de nova estrutura para o Ibama e, diante da notícia de subordinação do Centro a uma diretoria, afirma a necessidade *ética* de consultar o Conselho Consultivo do CNPT e, dentre outros argumentos, ressalta:

Temos certeza de que o êxito das negociações do Projeto BRA - 92/043 com o PNUD e “Reservas Extrativistas” com o Banco Mundial, teve como base principal o fato do CNPT estar ligado diretamente à Presidência e nos parece que a modificação proposta seria do desagrado destas e outras instituições. (CNPT, 1994b, p. 1)

O documento de negociações do Projeto RESEX entre o Governo do Brasil e o Banco Mundial (Report nr. 13047-BR) está permeado de parágrafos dizendo que o órgão executor é o Ibama/CNPT e no anexo 3, item 4 ficou claro que o CNPT é independente das Diretorias e se subordina diretamente à Presidência. Este documento já foi assinado pelo Governo Brasileiro e pelo Banco Mundial. (CNPT, 1994b, p. 1-2)

O que reitera a utilização dos projetos internacionais como moeda de argumentação dentro do órgão e o prestígio que eles poderiam lhes dar. Em 1999, em outra proposta de reformulação institucional¹⁶², o CNPT é “esquecido” na estrutura, gerando outra reação dos técnicos do CNPT:

¹⁶¹ Com a criação do CNPT, os recursos advindos da Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha (TORMB) obtidos com a taxação “sobre importações de borrachas e látices vegetais e químicos que tenham similares nacionais” (BRASIL, 1967b), deveriam ser gerenciados pelo Centro. Em 1995, foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com a finalidade de investigar a atuação do Ibama na arrecadação e destinação desta taxa. No término das investigações, em 1999, não foram comprovadas as irregularidades. Maiores informações podem ser obtidas em: <http://www2.camara.gov.br/comissoes/encerradas/cpi/legislatura-51/cpitormb>.

¹⁶² Em consonância com os objetivos da reforma do Estado em curso, foi realizada por uma equipe de consultores uma proposta de transformação do Ibama em Agência Executiva, com a finalidade de torná-lo uma agência mais dinâmica. A proposta não foi implementada plenamente, no entanto podemos perceber seus reflexos na sucessiva redistribuição das atribuições do Instituto, sendo paulatinamente substituído por outros

[...] percebe-se que as atribuições do CNPT não estão suficientemente contempladas e que não há espaço para uma unidade destinada ao “Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais”. Esse resultado tem trazido para a atualidade as mesmas discussões realizadas durante a fase de criação do CNPT [...]. (CNPT, 1999a, p. 8)

Dentre as modificações propostas, novamente destaca-se a eliminação do vínculo direto do CNPT com a Presidência do Ibama e sua permanência dentro de uma diretoria, o que, segundo os técnicos, implicaria em diminuição de agilidade do Centro e redução de recursos orçamentários futuros. Na administração pública, a localização de uma estrutura é reflexo direto da posição de poder ocupada, refletida na disputa por recursos. Portanto, a re-localização do CNPT na estrutura de poder evidencia que a disputa de racionalidades presente no Ibama e tensionada com a sua criação não foi eliminada, muito pelo contrário, estava em constante movimentação.

Como alternativa, os técnicos do CNPT propuseram outra re-localização, remetendo-o diretamente ao Ministério do Meio Ambiente¹⁶³, e passando o próprio CNPT à condição de Agência, com a missão de “promover a ascensão socioeconômica das populações extrativistas de forma ambientalmente sustentável” (CNPT, 1999a, p. 11), reivindicava-se, dentre outras características:

- i) agilidade e condições de adaptação às alterações de cenário em que atua, inclusive em relação às demandas de seus **clientes** e **usuários**, e de aproveitamento de situações e circunstâncias favoráveis ao melhor gerenciamento dos recursos públicos, sempre com vistas ao cumprimento de sua missão;
- ii) como agência ou núcleo, a unidade deverá ter um modelo de gestão caracterizado **por decisões e ações orientadas para resultados**, tendo como foco as demandas **dos clientes e usuários**, baseado no planejamento permanente e execução descentralizada e permanente. (CNPT, 1999a, p. 11, grifo nosso)

Além de incorporar aspectos em voga na reforma do Estado, assumindo o “cidadão” como cliente ou usuário, em uma típica gestão de negócios, a proposta de transformação do

Institutos ou agências: Agência Nacional de Águas (2000), Serviço Florestal Brasileiro (2006), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (2007).

¹⁶³ Esta não era uma proposta nova. Na segunda reunião do Conselho Consultivo do CNPT, ainda em 1992, ante as ameaças sofridas no Ibama com a mudança de presidente, já aparece a proposta de vinculá-lo ao recém-criado Ministério do Meio Ambiente (CNPT, 1992). Verifica-se que apesar da disputa existente entre MMA e Ibama por questões circunstanciais, a relação poderia oscilar para uma aproximação.

CNPT em uma Agência e sua vinculação ao Ministério do Meio Ambiente encontrou apoio no CNS e no GTA, constando como uma demanda destas entidades em correspondência encaminhada ao ministro do meio ambiente no qual tratam da possível reestruturação do MMA e do Ibama: “que o CNPT se transforme em uma Agência de Desenvolvimento Sustentado vinculada diretamente ao ministro do meio ambiente” (CNS/GTA, 1999, p. 2).

Apesar dessa proposta não ter sido efetivada, trouxemos esses fatos ao campo de discussão para tentar demonstrar como as disputas e propostas passaram do espaço público de discussão do Movimento para o espaço das institucionalidades e operado pelos seus marcos. Afinal, seja como CNPT ou como Agência, esta estrutura reivindicada pelos seringueiros passava a operar nos marcos do capitalismo, nos marcos da reforma que estava em curso. Nomenclaturas como “cliente”, “usuários”, “eficácia”, “operação por finalidades” e “ascensão econômica” tão caras ao liberalismo, ao saber técnico e ao plano de reforma do Estado estavam sendo não apenas repetidas mas incorporadas nos planos governamentais para as Reservas Extrativistas, não encontrando, aparentemente, um contraponto em sua entidade de representação.

Da mesma forma que o CNPT precisou se impor ao Ibama, acreditamos que ele pouco contribuiu para internalizar a preocupação socioambiental nesta Instituição. Sobreviveu alheio ao órgão ambiental, com regras próprias e funcionando segundo uma característica peculiar e em função dos esforços da pequena equipe¹⁶⁴ que conseguiu reunir. Qual o resultado disso? A pouca internalização dos conceitos que procurava difundir no órgão ambiental e seu isolamento na estrutura, em detrimento da vontade desses componentes. O papel assumido pelos técnicos do Centro pode ser percebido nos depoimentos abaixo:

O que estava claro naquela época era uma responsabilidade do governo federal por cuidar das Unidades de Conservação, dentro do marco legal em que foram criadas: comunidades, meio ambiente e desenvolvimento [...] E da responsabilidade de que não seja só as comunidades que tenham que fazer a administração. É co-gestão. Se

¹⁶⁴ A maior parte dos técnicos que formaram as equipes do CNPT na sede e nos estados era oriunda da extinta SUDHEVEA.

precisa levar os meios disponíveis para facilitar a vida das comunidades. Havia uma consciência muito clara, muito forte, do papel que correspondia ao Ibama nesse processo [...] A gente sabia da função do Ibama e nossa preocupação era fazer com que o Ibama assumisse sua responsabilidade independentemente de ter grupos dentro do próprio Ibama contrário a lidar com esta questão. E também havia uma clareza de que cumprir a responsabilidade só do Ibama não era suficiente. Muitas vezes nós fomos negociar com o prefeito para ver coisas de educação, de saúde. Porque a nossa responsabilidade era com o conceito [...] havia a consciência da responsabilidade que cabia a cada um da equipe de implementar o desenvolvimento sustentável na prática. Um compromisso político, pessoal, se você quiser chamar, de todo mundo. (Técnico-CNPT Brasília 03)

No começo eram os poucos recursos da União, eram recursos pouco mesmo, se trabalhava mais com a coragem, mesmo. Muito mais envolvimento e muito menos recursos. (Técnico-CNPT Acre)

Por outro lado, a intensa relação dos técnicos com a população é percebida na personalização da gestão de Rafael Pinzón. Ainda hoje é comum ouvirmos expressões como “no tempo do Rafael o CNPT funcionava” sem que seja relacionado que este tempo coincidia com o tempo do Projeto RESEX I, que foi caracterizado por recursos para organização comunitária e apoio às associações e ao CNPT, fazendo com que houvesse uma maior possibilidade de trabalho do CNPT dentro das Resex, seja através dos técnicos do Centro, dos extensionistas ou do próprio chefe do CNPT que visitava pessoalmente cada uma das Resex duas vezes ao ano, segundo seu próprio depoimento. Este fato nos serve para questionar as limitações do trabalho individualizado em detrimento do político, obscurecendo a problematização e politização do debate relacionado às condições reais de apoio às áreas, o que envolveria uma discussão sobre o papel assumido pelo Estado na viabilização das Resex, na forma de políticas públicas assim como o caráter destas.

De apoiador e provedor, como antes se propunha, o CNPT assumiu o papel de organizador das relações sociais e econômicas que passariam a existir nas Resex, correspondendo, por sua vez, às demandas dos projetos que respondiam aos interesses do Banco Mundial e Comunidade Européia. Uma verdadeira correia de transmissão, cujo consenso era garantido com o uso dos aparelhos privados de hegemonia (associações, sindicatos, ONGs) que, imbricados no Estado, garantem a execução de sua política, que por

sua vez, em um contexto de capitalismo dependente, é orquestrada pela fração burguesa dominante internacional.

Por outro lado, estudos realizados por D'Antona (2003) relatam o conflito existente entre CNPT e CNS. De acordo com o autor, os conflitos eram ocasionados por disputas por recursos, poder político e de orientação dos destinos das Resex. Segundo ele, em 2001, quase dez anos após a criação do CNPT, por pressão do CNS, funcionários foram destituídos e o Centro passou a ser chefiado por um ex-dirigente do CNS. Tal situação também não foi isenta de conflitos. Já discutimos que a inserção de um indivíduo oriundo dos movimentos sociais na estrutura institucional do Estado não garante sua modificação, tampouco uma maior abertura democrática. Ao contrário, favorece o risco de abandonar a estratégia de ligação com os movimentos sociais, tornando o Estado permeável à suas demandas em nome de uma suposta “ocupação” do Estado. Como nos lembra Engels (2005, p. 35), “[...] a classe operária não pode simplesmente se apoderar da máquina estatal já pronta e colocá-la em movimento para seus próprios fins”.

Na década de 2000, a disputa existente entre CNS e CNPT na representação política dos seringueiros parece atingir seu ápice. Vejamos o documento do CNS encaminhado à Secretaria de Coordenação da Amazônia, no início dos anos 2000:

1. Considerando que o problema central é inexistência de um canal de articulação e negociação entre o SCA e o CNS, somado com a precária situação do CNPT propomos:

A imediata vinculação do CNPT a SCA, que seu Conselho Consultivo se transforme em Conselho Deliberativo presidido pelo excelentíssimo Ministro do Meio Ambiente e na sua ausência pela Secretária da SCA.

A primeira tarefa será definir de forma conjunta SCA/CNS, a personalidade jurídica mais adequada para o CNPT dentro da SCA (Fundação, OS, Centro, etc). Conseqüentemente consideramos que deve ser extinta a Coordenadoria de Apoio ao extrativismo e suas funções passarão a ser desempenhadas por esta nova instância dentro da SCA, cujo chefe propomos seja escolhido pela Secretária da SCA de uma lista tríplice apresentada pelo CNS.

[...]

Finalmente, reiteramos que estamos dispostos a apoiar, participar e colaborar com projetos, programas e propostas quando definidos com ativa participação do CNS, para qual registramos que consideramos fundamental abrir de imediato um canal para operacionalizar os acordos estabelecidos entre o CNS e a SCA, para o qual propomos que inicialmente os entendimentos sejam feitos diretamente entre Vossa Senhoria [referindo-se à secretaria de Coordenação da Amazônia, Mary Allegretti] e a Direção Executiva através do Presidente do CNS. (CNS, 2000)

Chama a atenção o que para nós sinaliza a abdicação da autonomia do CNS em relação aos processos decisórios no CNPT. Anteriormente, o CNS tinha a garantia de ocupação da presidência do Conselho Consultivo do Centro. Nessa nova configuração proposta, apesar do Conselho passar a ter papel deliberativo o CNS sugere que a presidência fique com o Ministro ou secretária. Além disso, valores como apresentação de lista tríplice para escolha do chefe do Centro aparecem no discurso da entidade, em consonância com instrumentos aplicados e historicamente questionados pelos movimentos sociais, em outras instituições federais. A confiança depositada na SCA parece estar vinculada à ocupação da Secretaria por Mary Allegretti, antiga assessora do Conselho. Afinal, em janeiro do ano anterior, o CNS juntamente com o GTA haviam encaminhado documento ao ministro do meio ambiente no qual tecem sérias críticas à Secretaria, posicionando-se contrários à permanência desta na estrutura do Ministério (CNS/GTA, 1999). Não conseguimos verificar nenhum outro motivo concreto que justificasse a súbita confiança nessa esfera governamental enquanto capaz de representar os interesses dos extrativistas. Ao contrário, demonstra mais uma vez a personalização das instituições quando se confunde o sujeito que ocupa seu cargo de direção como capaz de promover a mudança institucional que se deseja.

A análise que desenvolvemos aqui é importante para a compreensão dos limites da institucionalidade como consolidação das reivindicações de uma classe. Deve-se atentar para sua constante formação e, com isso, enfrentamento das contradições que encerra. Afinal, é importante salientar a importância do CNPT por representar, pela primeira vez, um organismo criado e organizado com a finalidade de atendimento a populações que estavam à margem de um projeto de desenvolvimento calcado em grande escala, atuando como um ator político de intermediação entre grupos não favorecidos e outras estruturas de poder. Percebemos, nesse documento intitulado “nota explicativa sobre o CNPT”, essa necessidade de afirmação evidenciada perante a máquina governamental:

Finalmente salientamos que os bons resultados alcançados pelo CNPT devem ser atribuídos ao suporte técnico, operacional, institucional, material e financeiro prestado pelo IBAMA. É impossível pensar em um Centro essencialmente executor de missões de campo, que não tenha por trás o suporte de uma grande estrutura, como o IBAMA que lhe coloca à disposição a logística necessária. Mesmo que sejam criadas outras instâncias para executar políticas do extrativismo, por exemplo na Amazônia, o CNPT continuará sendo fundamental na estrutura do IBAMA, para promover o desenvolvimento sustentável nas Unidades de Conservação de Uso Direto e para tratar das questões referentes a populações tradicionais que utilizam os recursos naturais nos diferentes ecossistemas do país. Esta unidade do IBAMA é um testemunho constante, para quem cuida dos recursos naturais, de que as questões sociais e ambientais são indissolúveis. (CNPT, 2000)

O que posteriormente seria acompanhado pela Coordenação de Extrativismo na Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério de Meio Ambiente, ou mesmo pela Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2007), teve a sua gestação no CNPT.

O CNPT foi inovador no sentido de tentar incorporar a visão das populações, das comunidades, do trabalho com comunidades, para a gestão ambiental [...] O CNPT nasceu e cresceu tentando mostrar, incorporar no Ibama uma nova cultura de lidar com a questão ambiental [...] Foi feito um esforço para mostrar que as Resex são viáveis. (Técnico-CNPT Brasília 03)

Entretanto, como demonstramos aqui, ao mesmo tempo em que a criação do CNPT representou uma concessão aos seringueiros, também atendeu a uma necessidade de atração de investimentos externos exemplificando o caráter contraditório assumido por este Centro e característico da sociedade na qual se inscreve. Essas contradições serão perceptíveis nas tensões enfrentadas ao longo de sua história. A serviço de quem esteve o CNPT? Não é possível respondermos esta questão de forma única. Do mesmo modo que seu funcionamento significou uma maneira através da qual o Estado tentava homogeneizar as populações “tradicionais”, também se configurou em um lugar onde estas populações podiam tensionar o próprio Estado. Ressaltamos a importância da historicização permanente em que buscamos desvelar as condições com as quais determinado projeto se defronta, as condições históricas com as quais se forma e o significado que possui em determinado contexto. É necessário

considerar o papel do Estado como portador de um interesse de classe, mas também é importante perceber a capacidade da classe dominada em tensionar e construir conquistas no interior deste Estado, disputando sentidos, disputando projetos de sociedade. O fato não existe em si, ele existe em relação.

6.3 Reservas Extrativistas em tempos de SNUC: uma nova configuração de poder

A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior não pode, ao contrário, ser compreendido senão quando se conhece a forma superior. (MARX, 1999b, p. 43)

A análise do processo de institucionalização e implementação das Reservas Extrativistas nos anos 1990, que nos propomos nesta tese, não estaria completa se ignorássemos as modificações sofridas por estas áreas com a sua inserção no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) em 2000. Apesar de não nos dedicarmos a análise do processo de negociação desse sistema, o que envolveria a pesquisa em documentos de sua tramitação, acreditamos que os fatos relatados nesta tese contribuem para a compreensão do contexto no qual essa negociação ocorreu. Procuraremos destacar a seguir alguns aspectos consolidados nesta terceira institucionalização da proposta elaborada pelos seringueiros buscando relacioná-la com os aspectos inicialmente destacados por nós como princípios das Reservas Extrativistas.

Em 2000, após dez anos de tramitação no Congresso Nacional, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei 9985/2000, de 18 de julho de 2000), no qual as Resex foram incorporadas como integrantes do conjunto de Unidades de Conservação de Uso Sustentável¹⁶⁵, com claras mudanças em relação à forma anteriormente

¹⁶⁵ No SNUC foram definidos dois grupos de UCs: Unidades de Proteção Integral, cujo objetivo básico é “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais” e as Unidades de Uso Sustentável, com objetivo de “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL, 2000a).

concebida, no que tange a sua estrutura de gestão e decisão. Eis a definição das Resex no SNUC:

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e **tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.**

§1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§2º A Reserva Extrativista será gerida por um **Conselho Deliberativo**, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§3º A visitação pública é permitida, **desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo** da área.

§4º A **pesquisa científica é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento.**

§5º O **Plano de Manejo** da unidade será aprovado pelo seu **Conselho Deliberativo**.

§6º São proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional.

§7º A exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista, conforme o disposto em regulamento e no **Plano de Manejo** da unidade.

[...]

Art. 23. A **posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável serão regulados por contrato**, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.

§ 1º **As populações de que trata este artigo obrigam-se a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação.**

§ 2º O uso dos recursos naturais pelas populações de que trata este artigo obedecerá às seguintes normas:

I - proibição do uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitats;

II - proibição de práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas;

III - demais normas estabelecidas na legislação, no Plano de Manejo da unidade de conservação e no contrato de concessão de direito real de uso. (BRASIL, 2000a, grifo nosso)

Posteriormente, o Decreto que regulamenta o SNUC (Decreto nº 4.340/2002) fixou:

Art. 12. O Plano de Manejo da unidade de conservação, elaborado pelo órgão gestor ou pelo proprietário quando for o caso, será aprovado:

I - em portaria do órgão executor, no caso de Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva de Fauna e Reserva Particular do Patrimônio Natural;

II - em resolução do conselho deliberativo, no caso de Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável, após prévia aprovação do órgão executor.

Art. 13. O contrato de concessão de direito real de uso e o termo de compromisso firmados com populações tradicionais das Reservas Extrativistas e Reservas de Uso

Sustentável devem estar de acordo com o Plano de Manejo, devendo ser revistos, se necessário.

Art. 14. Os órgãos executores do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, em suas respectivas esferas de atuação, devem estabelecer, no prazo de cento e oitenta dias, a partir da publicação deste Decreto, roteiro metodológico básico para a elaboração dos Planos de Manejo das diferentes categorias de unidades de conservação, uniformizando conceitos e metodologias, fixando diretrizes para o diagnóstico da unidade, zoneamento, programas de manejo, prazos de avaliação e de revisão e fases de implementação.

Art. 15. A partir da criação de cada unidade de conservação e até que seja estabelecido o Plano de Manejo, devem ser formalizadas e implementadas ações de proteção e fiscalização.

[...]

Art. 17. As categorias de unidade de conservação poderão ter, conforme a Lei n. 9.985 de 2000, conselho consultivo ou deliberativo, que serão presididos pelo chefe da unidade de conservação, o qual designará os demais conselheiros indicados pelos setores a serem representados. (BRASIL, 2002a)

Apesar da permanência de aspectos que julgamos cruciais na proposta das Reservas Extrativistas (concessão de uso aos extrativistas, desapropriação de áreas particulares, proteção ao meio de vida), também vimos a incorporação de elementos que já havíamos detectado na primeira proposta de regulamentação de um Sistema de Unidades de Conservação (PL n. 812 proposto e arquivado em 1988) e que desconsideram aspectos contidos na proposta original (auto-gestão, plano de utilização). Não se ignora a tensão existente na negociação do SNUC, em que os diferentes entendimentos sobre a relação sociedade/natureza se encontravam e disputavam espaço que fosse refletido nas categorias presentes no Sistema¹⁶⁶. Em relação às Reservas Extrativistas, setores mais preservacionistas do ambientalismo salientavam sua característica social na tentativa de desmerecer sua importância ambiental, como se fossem questões irreconciliáveis. Está posto o debate entre ambientalistas e socioambientalistas que culminou na inserção das Resex no SNUC, com modificações na participação do Estado e das comunidades em sua gestão.

O SNUC representou para as Reservas Extrativistas a criação de um novo espaço decisório (conselho deliberativo), a consolidação do papel que o órgão ambiental (Ibama

¹⁶⁶ Para melhor compreensão das tensões envolvidas na negociação do SNUC, pode-se recorrer aos textos de Mercadante (1999a; 1999b) e Santilli (2005). Apesar dos autores não desenvolverem uma análise crítica do que representou para as Resex a inserção no SNUC, fazem uma boa descrição do processo de sua construção. Atentamos apenas para a ausência de referência ao PL n. 812 de 1988, de autoria de Fábio Feldman.

através do CNPT) vinha desempenhando, quando estabelece a figura jurídica de chefe de Resex¹⁶⁷, e a preponderância do saber técnico em detrimento do consuetudinário com a inserção do plano de manejo, sem que fosse feita nenhuma diferenciação em relação aos planos de manejo já existentes nas outras Unidades de Conservação.

O Decreto assinado em 1990, que dispõe sobre as Reservas Extrativistas, afirma que caberá ao Ibama supervisionar as áreas extrativistas e acompanhar as condições estipuladas no contrato de concessão de uso. No SNUC, a presença de um conselho deliberativo como gestor da Resex modifica esta relação, que se reflete nos atos formais de criação das Unidades. Acompanhemos o disposto nos decretos de criação das Resex no estado do Acre, em relação ao papel do Ibama¹⁶⁸:

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - **IBAMA**, quando da implantação, proteção e administração da Reserva Extrativista do Alto Juruá, **poderá celebrar convênios** com as organizações legalmente constituídas, tais como cooperativas e associações existentes na Reserva, para definir as medidas que se fizerem necessárias à implantação da mesma. (BRASIL, 1990b, grifo nosso)

O Poder Executivo deverá proceder às desapropriações das áreas privadas legitimamente extremadas do Poder Público, à identificação e arrecadação das áreas públicas e, nos termos do Art. 4 do Decreto 98.897, de 30 de janeiro de 1990, à outorga de Contratos de Concessão [*sic*] de Direito Real de Uso à População com tradição extrativista.

Párrafo único - Caberá, ainda, ao Poder Executivo, a permanente gestão no sentido de assegurar a eficaz destinação da área descrita no art. 1º desse Decreto. (BRASIL, 1990c)

Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA **supervisionar a área de que trata este Decreto**, promover as medidas necessárias à formalização do contrato de concessão real de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, e acompanhar o cumprimento das condições nele estipuladas. (BRASIL, 2000b, grifo nosso)

Caberá ao IBAMA administrar a Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, adotando as medidas necessárias à sua efetiva implantação, formalizando o contrato de concessão real de uso gratuito com a população tradicional extrativista, e acompanhar o cumprimento das condições nele estipuladas, nos termos dos arts. 3º a 5º do Decreto nº 98.897, de 30 de junho de 1990. (BRASIL, 2002b, grifo nosso)

¹⁶⁷ De fato, uma das deliberações do II Congresso Nacional das Populações Extrativistas se refere à eliminação do chefe de Resex.

¹⁶⁸ Encontra-se no Apêndice D desta tese, a relação das Reservas Extrativistas criadas no estado do Acre até o ano de 2009, e a situação de seus instrumentos de gestão. O mapa com a localização das áreas protegidas do estado pode ser consultado no Anexo F.

Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA **administrar a Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade**, adotando as medidas necessárias para a sua implantação e controle, nos termos do art. 18 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, providenciando os contratos de cessão de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e acompanhar o cumprimento das condições neles estipuladas, na forma da lei. (BRASIL, 2005, grifo nosso)

Nota-se, nos decretos posteriores ao SNUC, o deslocamento da administração da Resex para a esfera do órgão governamental, suprimindo a idéia de auto-gestão presente na criação das primeiras Resex, quando caberia ao Ibama apenas a supervisão da área para cumprimento do contrato de concessão de uso mediante um plano de utilização elaborado pelos extrativistas. Na prática, passa-se à esfera do Órgão Gestor, o Ibama, a responsabilidade pela administração da Unidade, o que se potencializa com a existência do “chefe”, antes inexistente para as Resex, e do conselho deliberativo, instância gestora da Unidade, segundo o SNUC.

A participação em espaços públicos institucionalizados, como os Conselhos, é um bom exemplo da disputa e das contradições presentes em situações concretas. Enquanto alguns autores acreditam que esses espaços apenas servem para legitimação das decisões, ausentando-se dos mesmos, outros apostam na crescente socialização da política que pode se dar através da participação nestes fóruns. Gohn analisa que

Por terem sido promulgados no contexto de uma avalanche de reformas do Estado, de caráter neoliberal, vários analistas e militantes de movimentos sociais descreditaram os conselhos enquanto possibilidade de participação real, ativa, esquecendo-se de que eles foram reivindicados e propostos pelos movimentos em passado recente. (GOHN, 2003, p. 84)

Entretanto, a própria autora reconhece que questões como representatividade, paridade, autonomia do conselho, critérios que garantam efetiva igualdade de condições entre os participantes e lacunas na definição de suas responsabilidades, representam um limite a um exercício político com vistas à construção de uma cultura política socialista. No caso das

Reservas Extrativistas, a experiência com o conselho consultivo do CNPT demonstrou as limitações desse espaço institucional.

Dagnino (2004) destaca como o processo de encolhimento do Estado, colocado em prática no Brasil a partir de 1990, confere uma “dimensão perversa” às experiências de espaços públicos criados no projeto democratizante, fazendo com que haja uma preocupação de membros da sociedade civil que participam desses espaços no sentido de que

[...] a participação da sociedade civil nas instâncias decisórias, defendida pelas forças que sustentam o projeto participativo democratizante, como um mecanismo de aprofundamento democrático e de redução da exclusão, possa acabar servindo aos objetivos do projeto que lhe é antagônico. (DAGNINO, 2004, p. 97)

Entendemos que da mesma maneira que os conselhos podem significar um espaço em que são legitimadas as demandas da classe dominante também podem representar, enquanto campo de disputa, um espaço utilizado pelos grupos subalternos para tensionar a estrutura de decisão, alcançando ganhos significativos para um projeto democratizante. A questão que se coloca é que a ação dos grupos sociais não pode se restringir a estes espaços institucionalizados sob pena de se verem subtraídos de seu verdadeiro poder de intervenção, inclusive na garantia de funcionamento desses espaços.

Seguindo este debate, há divergências de entendimento do significado da inserção do conselho deliberativo na gestão das Reservas Extrativistas. Enquanto alguns entrevistados destacam a diluição do poder dos comunitários que passam a dividir o poder decisório com outros entes, outros vêem nesse espaço a possibilidade de unir esforços e abrir o diálogo com outras esferas do poder público e demais entidades que se envolvam com a Resex. Afinal, outro problema enfrentado por essas Unidades refere-se à falta de interlocução com gestores da esfera executiva estadual e municipal que se isentam da responsabilidade de conferir infraestrutura a seus moradores, tais como saúde, transporte e educação, como se a UC representasse uma verdadeira ilha no território do município. Na prática, o conselho

representaria uma oportunidade de contato direto com representantes destas instituições no sentido de responsabilizá-los com a área.

Considerando a discussão sobre o espaço público e os limites da democracia no capitalismo, acreditamos que o foco não deve ser a presença do conselho deliberativo ou qualquer outra forma de deliberação coletiva, sob o risco de cairmos em mais um dualismo. Atenção deve ser dada à forma como esse ou qualquer outro espaço público de deliberação é criado, implementado e mantido. O conselho pode ser mais ou menos democrático que a forma anterior de gestão a depender de como se viabiliza a participação dos comunitários e, especialmente, a relação representante-representado, de modo a diminuir as assimetrias existentes nesse espaço de atuação, tornando-o representativo das correlações de forças existentes¹⁶⁹. Ao mesmo tempo, não se pode gerir uma Reserva Extrativista desconsiderando-se os fundamentos nos quais se baseia, pois essa modalidade de Unidade de Conservação pressupõe o saber das populações tradicionais na gestão e uso do seu território, fazendo com que devam ser consideradas como protagonistas nas ações de gestão, dentre elas, a construção do conselho.

Em futuras pesquisas envolvendo o caráter democrático dos conselhos deliberativos de Resex não se pode abdicar de analisar o que efetivamente se discute e decide nestes espaços, quem participa das decisões, como participa e, especialmente qual a consequência política das mesmas.

É importante ainda salientar que a fase de negociação do SNUC se localiza em um período de desmobilização do Movimento Seringueiro, em que esta discussão não foi devidamente valorizada, como nos relatam membros do CNS:

¹⁶⁹ Em 2007, foi publicado, pelo recém-criado Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, uma Instrução Normativa (IN nº 02) que estabelece a obrigatoriedade de composição do conselho deliberativo de Reservas Extrativistas com a maioria dos representantes das populações extrativistas da Unidade (ICMBio, 2007) no sentido de garantir, quantitativamente, o poder decisório para estes grupos. Entretanto, é necessário que se tenha clareza do equilíbrio qualitativo envolvido na formação do espaço público, assim como é importante que sejam reconhecidas as formas organizativas anteriormente presentes no território, estabelecendo uma forma de gestão que priorize a participação dos comunitários nas instâncias de decisão, incentivando sua organização, sem a tutela do Órgão gestor.

Nós tivemos muita falha no SNUC. Nós do CNS. Por ser uma discussão muito cansativa e demorada, nós acabamos que participa uma e outra, e nós não nos mobilizamos muito. E o SNUC foi aprovado com algumas coisas que nos prejudicou. Por exemplo, eles praticamente igualaram proteção integral e uso sustentável [...] Para isso eles criaram o chefe. Chefe de proteção integral, e chefe de uso sustentável. E imbuíram o chefe de um poder, que é um poder fictício. (Liderança-CNS Pará)

O SNUC poderia ter sido melhorado, poderia ter sido melhor se nós tivesse participado do começo ao fim, ele saiu muito da cabeça de alguns ambientalistas, da cabeça dos parlamentares [...] Mas hoje é lei. (Liderança-CNS Acre)

Da mesma forma que a conquista das Resex não pode ser compreendida separadamente do Movimento que as originou, o SNUC e as alterações trazidas à concepção original das Resex não podem ser interpretados de forma desvinculada das disputas que tiveram lugar na sociedade brasileira e nas Resex, particularmente, sob o risco de fundarmos nossas intervenções no vazio da pura institucionalidade, despregada de sua historicidade, de seus conflitos e de sua materialidade. Ao mesmo tempo, não é possível compreender os movimentos ocorridos na disputa pela terra e por espaços na sociedade civil e política dos anos 1990 sem analisar o lugar ocupado pelas institucionalidades criadas neste período. Enfim, na dialética dos acontecimentos precisamos caminhar em direção à superação dos desafios que se impõem à construção de uma nova sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cada movimento, a cada luta, a gente vai avaliando e vai se aprofundando. A cada movimento, a cada resistência, a gente vai aprendendo. Isto é, ao mesmo tempo, uma escola de luta. (MENDES, 1989, p. 43)

Nesta tese, perseguimos o objetivo de analisar o processo de institucionalização e implementação das Reservas Extrativistas no Estado brasileiro dos anos 1990, esperando contribuir para a compreensão do significado assumido por essas Unidades de Conservação e para a interpretação do contexto sociopolítico de sua implementação. Procuramos problematizar a realidade na qual as Resex se inseriram como múltipla, determinada e determinante para a configuração que ela viria a tomar. Destacaremos, nessas últimas considerações, alguns aspectos que julgamos importantes na nossa argumentação e que devem ser considerados para a continuidade das pesquisas sobre o tema.

Para atingir nosso objetivo realizamos entrevistas com sujeitos que participaram do movimento que originou as Resex, assim como de seu processo de implementação, e analisamos documentos e referências bibliográficas referentes à temática. Como plataforma teórica nos apropriamos do conceito gramsciano de Estado integral, o que permitiu a análise da realidade social em seus movimentos nas sociedades política e civil como partes constituintes e integradas, em que coerção e consenso se articulam dialeticamente.

Inicialmente, procuramos delimitar a compreensão do Movimento Seringueiro como um movimento contra-hegemônico, em resistência ao projeto que se estabelece nos marcos do capitalismo, baseado na concentração de terra e propriedade individual. Esse foi o ponto de partida da tese. Entender o processo que então ocorria na Amazônia, na internacionalização de seus recursos naturais e sobreexploração dos trabalhadores como integrante de um projeto de sociabilidade maior, é fundamental para conectar a luta dos seringueiros à luta dos outros trabalhadores nas décadas de 1970/1980, assim como para a compreensão do significado emprestado à conquista das Reservas Extrativistas.

A formação do Movimento Seringueiro é produto de um processo histórico de reconfiguração de forças sociais que envolveram atores diversos como os seringueiros, a igreja e o sindicalismo nascente no estado do Acre. A criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), em 1985, representou uma conquista para a visibilidade do Movimento, mas trouxe desafios em termos de possibilidade de sua burocratização e perda de autonomia, em função das alianças que fariam, dentre as quais, a mais representativa se deu com o movimento ambientalista e posteriormente, com o aparato institucional estatal.

A institucionalização da principal reivindicação dos seringueiros, no que diz respeito à forma de propriedade da terra, se daria inicialmente no âmbito da política agrária, na forma de Projetos de Assentamento Extrativistas (1987), e posteriormente, no âmbito da política ambiental, como Reservas Extrativistas (1990). Defendemos que em ambas as institucionalidades estavam presentes, formalmente, os princípios reivindicados pelos seringueiros: propriedade comunal e autonomia na gestão de suas áreas. A inserção das Resex na política ambiental representou um passo decisivo do Movimento na demonstração da indissociabilidade entre as questões ambientais e sociais. Entretanto, a implementação dessa proposta encontraria as limitações legais de um Estado capitalista, urbano e patrimonialista.

Para compreensão dessas limitações, procuramos investigar a conformação assumida pelo Estado brasileiro em sua estrutura político-institucional, bem como a reconfiguração operada no âmbito da sociedade civil, refletida no favorecimento das Organizações Não-Governamentais como intermediárias entre o Governo e os movimentos sociais, na ênfase ao voluntariado e responsabilidade social e no esvaziamento político de temas como participação, cidadania e igualdade. Essas modificações favoreceram a consolidação das parcerias e projetos de “cooperação internacional” como instrumentos centrais na implementação de políticas públicas e nas diferentes estratégias assumidas para obtenção do consenso neste novo contexto. Buscamos salientar a consonância entre as estratégias adotadas

pelo Estado brasileiro com aquelas definidas pelos organismos internacionais, em especial o Banco Mundial.

Como primeiro passo em direção à implementação das Reservas Extrativistas, a criação do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) significou uma reivindicação do movimento social e, ao mesmo tempo, um vetor de difusão dos valores da sociedade na qual estava inserido, representando as tensões e contradições envolvidas na disputa ocorrente no Estado. O CNPT representou a síntese das contradições enfrentadas por um movimento social que se confrontou com as institucionalidades e demandas de um Estado que se organiza contra os seus interesses.

Se as Reservas Extrativistas se impuseram como integrantes de uma proposta de modelo de desenvolvimento construída pela classe subalterna, a estratégia adotada para sua implementação representa a afirmação dos valores de um modelo de desenvolvimento em confluência com a classe dominante. Nesse aspecto, identificamos a função desempenhada pelo Projeto Reserva Extrativista (Projeto RESEX), no âmbito do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (PPG-7), na construção e difusão de conceitos e práticas nas Reservas Extrativistas, atingindo uma capilaridade sem a qual seriam necessárias outras estratégias de convencimento (ou coerção) para manutenção da hegemonia.

O Projeto RESEX representou um espaço pedagógico no qual eram re-significados os fundamentos da luta pelas Reservas Extrativistas, contribuindo para a reorganização das relações sociais e a re-localização dos diferentes sujeitos antes envolvidos na luta pela consolidação de uma territorialidade seringueira, agora integrados a um projeto político sob os marcos do neoliberalismo (individualismo, colaboração, consenso, parceria).

A imposição das Associações como estruturas de representação nas Resex e a valorização de práticas voltadas para a colaboração e parceria, obscurecendo um cenário de continuidade das lutas sociais, são dois exemplos que mostram o caráter educador assumido

por este Projeto, em contraponto aos fundamentos emancipatórios contidos na proposta dos seringueiros. Inseridos em uma lógica de disputas por financiamentos e demonstração de viabilidade técnica e econômica de suas áreas houve um afastamento do projeto inicial que conformara o então Movimento Seringueiro, marcado pela contestação a um modelo desenvolvimentista/excludente de relação sociedade-natureza.

A investigação da reconfiguração do espaço público onde estavam inseridas as Resex, considerando o estado do Acre como espaço privilegiado de análise, nos trouxe aspectos importantes. Inicialmente, ressaltamos as modificações ocorridas no Acre, marcadas pela inserção do estado em um projeto nacional de consolidação do capitalismo em sua fase neoliberal. Ao mesmo tempo, a chegada do Partido dos Trabalhadores a cargos eletivos no estado representou um enorme desafio ao Movimento Seringueiro em função da migração de lideranças que agora fariam parte dos órgãos governamentais e pelas tensões impostas pela necessária (porém difícil) construção da autonomia do Movimento perante o Partido-governo.

A arquitetura institucional presente nas Reservas Extrativistas em nível nacional, com os papéis assumidos pelo CNS e o CNPT, é exemplar das modificações ocorridas por dentro do Estado, na sociedade civil e política, na configuração de poder em torno das Resex. Estas alterações foram consolidadas com a inserção das Resex no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, modificando sua forma de gestão e decisão a partir da exigência de Conselho Deliberativo, plano de manejo e chefe de Resex, figuras antes inexistentes nessas áreas.

Buscamos entender estas alterações como resultado de uma disputa entre práticas societárias distintas e não como uma simples imposição da classe dominante sobre a classe subalterna. Compreendemos os sujeitos como historicamente construídos que se posicionam e reposicionam na sociedade de acordo com as condições que lhe são apresentadas, porém não como sujeitos passivos que se amoldam a estas condições.

A pesquisa realizada demonstrou que todo o processo que originou a construção do conceito de Reservas Extrativistas esteve impregnado do “lugar” que os seringueiros ocuparam na sociedade capitalista e pelo papel do Estado nessa sociedade. Na descrição das condições de ocupação da Amazônia e do Acre nos períodos que vão do final do século XIX a finais do século XX, percebemos como as diferentes formas de ocupação do espaço foram se instituindo com a ingerência direta do aparelho coercitivo do Estado, a serviço das classes dominantes. Da mesma forma, diferente do apregoado, na década de 1990 o Estado não foi ausente das Resex. Ao contrário, fez-se presente, de maneira distinta da planejada pelos seringueiros, mas de acordo com os princípios contidos na consolidação de uma sociedade capitalista.

A institucionalização das Resex deslocou o Movimento Seringueiro do enfrentamento imposto pela coerção para o terreno da construção dos consensos. Uma nova realidade foi “criada” e com ela novas relações e interlocuções, provocando uma reconfiguração na arena pública. Conjugando força (polícia, legislação) e consenso (projetos de desenvolvimento, associações) o Estado continuou sua atuação.

É importante destacar que a análise aqui desenvolvida não desconsidera a importância das Resex como alternativa no uso e ocupação do solo, aliada à estratégia de conservação da natureza. Ao contrário, procura resgatá-las naquilo que se diferenciam das outras Unidades de Conservação: em sua contribuição na disputa de forças que atuam em um território, como parte de um projeto maior que une a luta dos trabalhadores extrativistas às lutas dos trabalhadores sem terra, sem teto, atingidos por barragem, “atingidos por Unidades de Conservação”, e tantos outros movimentos que se organizam na luta por um mundo mais justo em que não sejam explorados em favor de uma classe que domina e se apresenta como portadora dos interesses de todas as classes.

Assim, retomando a questão formulada no início desta tese, acreditamos que as estratégias utilizadas pela classe dominante para esvaziar o sentido contra-hegemônico das Reservas Extrativistas, ocorreu, em seu processo de institucionalização e implementação, no ofuscamento desta conquista como resultado de uma luta social e na substituição do confronto pela colaboração, típica das parcerias e projetismo.

A análise nos remete a um processo transformista, outra categoria gramsciana, que se caracteriza pela absorção gradual, mas contínua, dos elementos ativos dos grupos aliados ou adversários ao bloco de poder, decapitando-os e aniquilando-os em sua capacidade transformadora (GRAMSCI, 2002). De opositores passam a operadores do projeto hegemônico. As forças que, nos anos 1970/1980, lutaram pelas Reservas Extrativistas, foram absorvidas, na década de 1990, pela manutenção dessa conquista, afastando-se de seu conteúdo de mudança societária e esvaziando-a de seu potencial transformador. A criação das Resex, representando a conquista de um direito, contribuiu para a domesticação de um movimento que, nascido no embate das lutas de classe, restringiu-se, na década de 1990, em lutas para garantias dentro da legalidade, atuando na esfera pré-determinada pelos marcos do capitalismo.

Esperamos que esta afirmação não sirva para a anulação das vitórias até aqui conquistadas e muito menos para a desqualificação de um movimento legítimo que ajudou a mostrar que pode-se atuar na conquista do que não está previsto. Estas reflexões devem nos ajudar a retomar as articulações para a causa dos trabalhadores em uma dinâmica que procure desvendar as armadilhas impostas pelo cotidiano que, agarrado às nossas necessidades e possibilidades imediatas, apresenta-se desvinculado da materialidade de nossa atuação e da necessidade de novas conquistas.

As Reservas Extrativistas representaram e ainda representam um contraponto ao modelo de desenvolvimento que, ao instalar-se, “des-envolve” as populações antes imbricadas

no meio. Não é casual que elas surjam em locais onde os conflitos se acirram, como a expansão da fronteira agrícola, a utilização dos espaços marinhos por grandes empreendimentos de carcinicultura ou por especulação imobiliária. As Resex se situam no campo de disputa pelo significado do que é público. É um contraponto nascido da contradição inerente ao capitalismo, que não pressupõe a propriedade coletiva nem o saber consuetudinário, e inscreve-se nos limites democráticos do sistema no qual está inserido.

Uma vez que entendemos a categoria “tempo” como politicamente determinada, precisamos estar atentos para a capacidade de reformulação de um projeto sem passividades, mas com condicionantes. Assim sendo, outros estudos devem somar-se a este.

Faz-se necessário o desenvolvimento de análises sobre o processo de negociação do SNUC, tentando compreender mais profundamente o movimento das forças que aí atuavam, assim como a análise sobre o efeito da inserção das categorias criadas no SNUC (conselho deliberativo, plano de manejo, chefia da Unidade), buscando entender, com base em experiências concretas, as estratégias que estão sendo adotadas pela classe trabalhadora para fazer frente a estas mudanças.

Os estudos futuros, somados a este e outros que já foram desenvolvidos sobre o tema, deverão auxiliar na construção de políticas públicas para as Reservas Extrativistas pautadas na análise histórico social concreta, com sujeitos concretos, com suas aspirações, implicações e limitações. A interpretação histórica deve ser feita de maneira que consigamos aprender com o passado, atuar no presente e construir um futuro, em um esforço no desvendamento das mediações e múltiplas determinações que conformam a realidade para que as conquistas alcançadas não nos encerrem nos espaços institucionais, mas contribuam para nos manter em constante movimento por uma sociedade efetivamente democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I. Artigos/teses/dissertações/livros

ACANDA, J. L. *Sociedade civil e hegemonia*. Tradução: Lisa Stuart. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 2006.

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. (Org.) *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll. 2004. p. 13-35.

ALGEBAIL, M. E. B. Mecanismos regulatórios como elementos constitutivos da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, L. M. W. (Org.) *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005. p. 193-206.

ALLEGRETTI, M. H. *A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*. 2002. 827 f. Tese (Doutorado em desenvolvimento sustentável – Gestão e política ambiental). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

ALMEIDA, M. W. B. de.; PANTOJA, M. C. Justiça local nas Reservas Extrativistas. *Raizes*, Campina Grande - PB, v. 23, p. 27-41, 2004. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_2.pdf. Acesso em: 14 jul. 2007.

____ et al. Habitantes: os seringueiros. In: CUNHA, M. C. da; ALMEIDA, M. B. de (Org.) *Enciclopédia da Floresta – o alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 105-146.

ANTUNES, R. C. *O que é sindicalismo*. Coordenação Vanya Sant'Ana. 2. reimp. da 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção primeiros passos; 3)

____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 7. reimp., São Paulo: Boitempo, 2005.

AQUIRI/GTA. *Políticas públicas coerentes para um Acre sustentável: estratégias de atuação das ONG's e Movimentos Sociais*. Rio Branco, Acre. 1998. Mimeo

ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

ARNT, R. *O destino da floresta: Reservas Extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Curitiba, PR: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, Fundação Konrad Adenauer, 1994.

AZEVEDO, L. A. M. de *O projeto Reservas Extrativistas e as políticas públicas para as populações extrativistas da Amazônia, o caso do estado do Acre*. 2003. 106 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento sustentável – Política e Gestão Ambiental). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

BATISTA, F. das C. et al. *Um Conselho para quem?* Mimeo. [1995]

BECKER, B. K. Amazônia: nova geografia, nova política regional e nova escala de ação. COY, M.; KOHLHEPP (Coord.) *Amazônia sustentável: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais*. Rio de Janeiro: Garamond; Tübingen, Alemanha: Geographischen Instituts der Universität Tübingen, 2005. p. 23-44.

BIANCHI, Á. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

BORON, A. A. *Filosofia política marxista*. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez; Buenos Aires: CLACSO, 2003.

_____. Teoria política marxista o teoria marxista de la política. In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. (compiladores) *La teoría marxista hoy – problemas y perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 175-190.

BRESSER PEREIRA, L. C. Reformas econômicas em tempos anormais. *Revista USP*, São Paulo, n. 17, p. 114-121, mar/abr/mai 1993. Dossiê Liberalismo/neoliberalismo. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/17/09-bresserpereira.pdf>. Acesso em: 01 Jun. 2009.

_____. *A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1997. 58 p. (Cadernos MARE da reforma do Estado; v. 1). Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB_Seges_Mare_caderno01.PDF. Acesso em: 01 de Jun. 2009.

BROWN, K.; ROSENDO, S. Environmentalists, rubber tappers and empowerment: the politics and economics of Extractive Reserves. *Development and Change*, Oxford, v. 31, p. 201-227, 2000a.

_____; _____. The institutional architecture of Extractive Reserves in Rondônia, Brazil. *The geographical Journal*, Londres, v. 166, n. 01, p. 35-48. Mar. 2000b.

BUCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia*. 2. ed. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. (Coleção pensamento crítico, v. 39)

BURSZTYN, M. A. A.; BURSZTYN, M.; ASSUNÇÃO, F. N. A. Aspectos legais e institucionais da gestão ambiental na Amazônia. In: SAYAGO, D.; TOURRAND, J.-F.; BURSZTYN, M. (Org.). *Amazônia: cenas e cenários*. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. p. 263-293.

CALAÇA, M. *Violência e resistência: o movimento dos seringueiros de Xapuri e a proposta de Reserva Extrativista*. 1993. 275f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro – SP.

CAMELY, N. C. A geopolítica do ambientalismo *ongueiro* na Amazônia brasileira: um estudo sobre o estado do Acre. 2009. 284f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ.

CARDOSO, M. L. Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 89-128. 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v10n26/v10n26a14.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2009.

_____. Sobre as relações sociais capitalistas. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (Org.) *Fundamentos da educação escolar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006. p. 25-66.

CARVALHO, I. C. M. de. Desafios e dilemas políticos das lutas e movimentos ambientais. In: QUINTAS, J. S. (Org.) *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. 3.ed. Brasília: Ibama, 2006. p. 39-47. (Coleção meio ambiente, Série educação ambiental)

CASTILLO, C. A. Gestão das Reservas Extrativistas. In: MURRIETA, J. R.; RUEDA, R. P. *Reservas Extrativistas*. Cambridge: UICN; Brasília: CNPT/Ibama, 1995. p. 49-56.

CHAUÍ, M. Prefácio. In: SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 9-16.

_____. La história em el pensamiento de Marx. In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. (compiladores) *La teoría marxista hoy – problemas y perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 149-174.

CIAVATTA, M. A construção da democracia pós-ditadura militar. In: FÁVERO, O; SEMERARO, G. (Org.) *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 87-103.

CORDEIRO, A. Z.; CURADO, I. B. Reservas Extrativistas: desafios de gestão por parte do Estado. In: MEDEIROS, R. e IRVING, M. de A. *Áreas protegidas e inclusão social: tendências e perspectivas – Anais do III Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social*, Teresópolis, RJ, v. 3, n. 1, 2007. p. 117-120.

COSTA, E. M. L. *Da patronagem à associação: poderes em disputa na Reserva Extrativista do Alto Juruá, Acre*. 150 f. 1998. Dissertação (Mestrado em ciências sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

COSTA, S. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 35, out. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 Jan 2007.

COSTA, S. Esfera pública e as mediações entre cultura e política no Brasil. Site Fórum de idéias. *Revista Fórum Media*, 1999. Disponível em: http://www.ipv.pt/forumedia/fi_3.htm. Acesso em: 18 dez. 2005.

COUTINHO, C. N. Gramsci e nós. In: COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2. ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984. p. 69-90.

COUTINHO, C. N. A democracia na batalha das idéias e nas lutas políticas do Brasil de hoje. In: FÁVERO, O; SEMERARO, G. (Org.) *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 11-39.

_____. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (Org.) *Fundamentos da educação escolar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006. p. 173-200.

DAGNINO, E. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. In: MATO, D. (Coord.) *Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización*. Caracas: Faces, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/venezuela/faces/mato/Dagnino.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2008.

D'ANTONA, A. de O. *Garantir a terra, garantia da Terra? Reservas Extrativistas na Amazônia legal brasileira*. 2003. 192 f. Tese (Doutorado em ciências sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000298919>. Acesso em 22/07/2007.

DIAS, E. F. O possível e o necessário: as estratégias da esquerda. *Outubro*, São Paulo, n. 3, p. 74-83. 1999. Disponível em: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/03/out3_07.pdf. Acesso em: 23 out. 2007.

DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

_____. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. de C. C. (Org.) *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001. p. 97-124.

_____. (Org.) *A ecologia política das grandes ONGs transnacionais da conservação*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2008.

DUARTE, É. G. *Conflitos pela terra no Acre: a resistência dos seringueiros de Xapuri*. 1986. 237 f. Dissertação (Mestrado em história). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

DUPAS, G. *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ELI. ENVIRONMENTAL LAW INSTITUTE. *As Reservas Extrativistas do Brasil: aspectos fundamentais de sua implantação*. Washington, DC: Environmental Law Institute, 1995.

ENGELS, F. Prefácio à edição inglesa de 1888. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução: Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2005. p. 30-35.

ESCOBAR, A. El Desarrollo sostenible: diálogos de discursos. *Ecología política*, Barcelona, v. 09, p. 7- 24. 1995.

ESTEVEES, B. M. G. *Do “manso” ao guardião da floresta: estudo do processo de transformação social do sistema seringal, a partir do caso da Reserva Extrativista Chico Mendes*. 248f. 1999. Tese (Doutorado em Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de concentração em Políticas Desenvolvimento e Agricultura) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.

_____. A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia sul-ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados. In: OLIVEIRA, M. A. de. (Org.) *Pesquisa Sociobioparticipativa na Amazônia Ocidental: aventuras e desventuras*. Rio Branco: EDUFAC, 2005, p. 147 -184. (Série Estudos e Pesquisas - 2).

FAORO, R. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. *Revista USP*, São Paulo, n. 17, p. 14-29, mar/abr/mai 1993. Dossiê Liberalismo/neoliberalismo. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/17/02-faoro.pdf>. Acesso em: 01 Jun. 2009.

_____. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. rev., 7. reimp. São Paulo: Globo, 2001.

FENNY, D. *et al.* A tragédia dos comuns vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C. C. (Org.) *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001. p. 17-42.

FERNANDES, M. I. *O PT no Acre: a construção de uma terceira via*. 1999. 166 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Prefácio de Souza Martins. 5. ed., 2. reimp. São Paulo: Globo, 2006.

FIORI, J. L. O cosmopolitismo de cócoras. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 77, p. 11-27. Dezembro/2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n77/7043.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2007.

_____. Um olhar para a esquerda. *Margem Esquerda*, São Paulo, n. 07, p. 87-112, maio/2006.

FONTES, V. A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (Org.) *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 201-239.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FRIGOTTO, G. Educação e a construção democrática no Brasil: da ditadura civil-militar à ditadura do capital. In: FÁVERO, O; SEMERARO, G. (Org.) *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 53-67.

GOHN, M. da G. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção questões da nossa época, v. 84)

GOHN, M. da G. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção questões da nossa época, v. 123)

GOLDMAN, M. Inventando os comuns: teorias e práticas do profissional em bens comuns. In: DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. de C. C. (Org.) *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001. p. 43-78.

GOMES FILHO, A. *et al.*, Caracterização socioeconômica da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, AC. In: *Anais do IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*, Vol. I, Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 2004. p. 491- 499.

GRAF, R. *Política ambiental transversal: experiências na Amazônia brasileira*. 2005. 251 f. Tese (Doutorado em política científica e tecnológica). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000364372>. Acesso em: 12 jul. 2007.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere. V. 2 – Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho; co-edição: Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.

_____. *Cadernos do cárcere. V. 1 – Introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce*. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho; co-edição: Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b.

_____. *Cadernos do cárcere. V. 3 – Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho; co-edição: Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Cadernos do cárcere. V. 5 – Il Risorgimento-notas sobre a história da Itália*. Edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; co-edição: Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HAYEK, F. A. *O caminho da servidão*. Tradução e revisão: Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

_____. Os princípios de uma ordem social liberal. In: CRESPIGNY, A.; CRONIN, J. (Org.) *Ideologias políticas*. Tradução de Sérgio Duarte. Brasília: Editora da UnB, 1998. p. 47- 63.

HIRSCH, J. Forma política, instituições políticas e Estado – I. Tradução: Luciano Cavini Martorano. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 24, p. 9-36, 2007.

HOMMA, A. K. O. *Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades*. Brasília: EMBRAPA – SPI, 1993.

HOUTART, F. Los movimientos sociales y la construcción de un nuevo sujeto histórico. In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. (compiladores) *La teoría marxista hoy – problemas y perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 435-444.

IEA. INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS E AMBIENTAIS. *Reserva Extrativista: definição institucional e procedimento de criação*. Curitiba: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais e Konrad-Adenauer-Stiftung. 1993.

ISABEL, R. M. R. S. *Acre: das lutas socioambientais ao desafio de um desenvolvimento sustentável*. 2001. 107 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento, agricultura e sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

KONDER, L. *O que é dialética*, 28. ed., 7. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção primeiros passos, n. 23)

KOSÍK, K. *Dialética do concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Revisão de Célia Neves. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LAYRARGUES, P. P. A crise ambiental e suas implicações na educação. In: QUINTAS, J. S. (Org.) *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. 3. ed. Brasília: Ibama, 2006. p. 161-198. (Coleção meio ambiente, Série educação ambiental)

LEHER, R. Educação e tempos desiguais: elementos para a reconstrução da problemática trabalho-educação. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte-MG, v. 1, n. 1, p. 128-142. 1997.

_____. Movimentos Sociais, democracia e educação. In: FÁVERO, O; SEMERARO, G. (Org.) *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 187-211.

_____. Iniciativa para a integração da infra-estrutura regional da América Latina, plano de aceleração do crescimento e a questão ambiental: desafios epistêmicos. In: LOUREIRO, C. F. B. (Org.) *A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação*. Rio de Janeiro: Quartet, 2007, p. 223-255.

LÉNA, P. As políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia: problemas e contradições. *Boletim Rede Amazônia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 01, p. 9-21. 2002.

LIMA, K. R. de S.; MARTINS, A. S. Pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES, L. M. W. (Org.) *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005. p. 41-67.

LOBÃO, R. J. da S. *Cosmologias políticas do neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento*. 2006. 313 f. Tese (Doutorado em antropologia social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF.

LOUREIRO, C. F. B. Pensamento crítico, tradição marxista e a questão ambiental: ampliando os debates. In: LOUREIRO, C. F. B. (Org.) *A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação*. Rio de Janeiro: Quartet, 2007a. p. 13-67.

_____. Emancipação. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org.) *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Departamento de Educação Ambiental, 2007b. p. 157-169.

LUKÁCS, G. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Organização, apresentação e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2007. (Pensamento Crítico; v. 9)

MARRUL FILHO, S. Do desenvolvimento para além do desenvolvimento sustentável. In: QUINTAS, J. S. (Org.) *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. 3.ed. Brasília: Ibama, 2006. p. 119-130. (Coleção meio ambiente, Série educação ambiental)

MARTINS, A. S. Estratégias burguesas de obtenção do consenso nos anos de neoliberalismo da terceira via. In: NEVES, L. M. W. (Org.) *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005. p. 127-174.

MARTORANO, L. C. *A burocracia e os desafios da transição socialista*. São Paulo: Xamã: Anita Garibaldi. 2002.

MARX, K. Para a crítica da economia política. Prefácio. In: *Karl Marx*. Tradução de Edgard Malagodi e José Arthur Giannotti. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda. 1999a. p. 49-54. (Coleção Os Pensadores).

_____. Para a crítica da economia política. Introdução [à crítica da economia política]. In: *Karl Marx*. Tradução de Edgard Malagodi e José Arthur Giannotti. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda. 1999b. p. 25-48. (Coleção Os Pensadores).

_____. Crítica ao Programa de Gotha – observações sobre o Programa do Partido Operário Alemão. In: ANTUNES, R. *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 125-153.

_____. *Formações Econômicas Pré-capitalistas*. 7. ed. Tradução de João Maia. Revista por Alexandre Addor. Introdução de Eric Hobsbawm. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: REIS FILHO, D. A. (Org.) *O Manifesto comunista 150 anos depois: Karl Marx, Friedrich Engels*. 1. ed. 4. reimp. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 7 - 41.

_____; _____. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MAZZEO, A. C. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 2. ed. revista. São Paulo: Cortez, 1997.

McKEAN, M. A.; OSTROM, E. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C. C. (Org.) *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001. p. 79-95.

MELLO, N. A. de. *Políticas territoriais na Amazônia*. São Paulo: Annablume, 2006.

MELO, A. A. S. de. Os organismos internacionais na condução de um novo bloco histórico. In: NEVES, L. M. W. (Org.) *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005. p. 69-82.

MELO, M. P.; FALLEIROS, I. de. Reforma da aparelhagem estatal: novas estratégias de legitimação social. In: NEVES, L. M. W. (Org.) *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005. p. 175-192.

MENDES, C. (Carta) 13 out. 1988, Porto Velho [para] Barble Conable, presidente do Banco Mundial, Washington, 2 p. Sobre participação do CNS no processo de criação de Reservas Extrativistas em Rondônia. Porto Velho, 1988. Disponível em: SEMA; CTA; IEA. [Projeto Memória Movimentos Socioambientais do Acre. 2007].

_____. *O testamento do homem da floresta: Chico Mendes por ele mesmo*. Organização, notas e introdução de Cândido Grzybowski. Rio de Janeiro, FASE. 1989.

MERCADANTE, M. *Para entender a polêmica em torno do projeto de lei sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. 1999a. Disponível em: <http://mau.mercadante.sites.uol.com.br/artigo/polemica.html>. Acesso em: 20 abr. 2009.

_____. *Breve histórico da origem e tramitação do Projeto de Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC*. 1999b. Disponível em: <http://mau.mercadante.sites.uol.com.br/artigo/historico.html>. Acesso em: 20 abr. 2009.

MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MURRIETA, J. R.; RUEDA, R. P. *Reservas Extrativistas*. Cambridge: UICN; Brasília: CNPT/Ibama, 1995.

NEVES, L. M. W. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, L. M. W. (Org.) *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005. p. 85-125.

_____; SANT'ANNA, R. Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, L. M. W. (Org.) *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005. p. 21-39.

OLIVEIRA, F. de. Queda da ditadura e democratização do Brasil. In: FÁVERO, O; SEMERARO, G. (Org.) *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 41-51.

OLIVEIRA, E. M. de. *Cidadania e educação ambiental: uma proposta de educação no processo de gestão ambiental*. Brasília: Ibama, 2003.

PAULA, E. A. de. *Seringueiros e sindicatos: um povo da floresta em busca da liberdade*. 1991. 268f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Agricultura). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

PAULA, E. A. de. (Coord.) A conquista da terra nas florestas do Acre. In: MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. P. (Coord.) *Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*. Relatório convênio FINEO/CPDA/UFRRJ. 1998.

_____. *Estado e desenvolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercados da natureza*. 2003. 217f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Agricultura). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

_____. O Movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos. *Revista NERA*, Presidente Prudente, v. 7, n. 05, p. 86-101, 2004.

PAULA, E. A.; SILVA, M. C. R. da. Sindicalismo rural, política e ambientalismo na Amazônia. In: SCHERER, E.; OLIVEIRA, J. A. de. (Org.) *Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 109-131.

_____; _____. Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes. *Revista NERA*, Presidente Prudente, Ano 11, n. 13, p. 102-117, 2008. Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/nera/revistas/13/11_paula_e_silva_13.pdf. Acesso em: 30 jul. 2009.

PAULANI, L. M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (Org.) *Fundamentos da educação escolar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006. p. 67-107.

PEREIRA, J. M. M. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. 2009. 382f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

PICOLI, F. *O capital e a devastação da Amazônia*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PIRES, M. F. C. O materialismo histórico-dialético e a educação. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v.1, n.1, p.83-94, 1997.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *Amazônia, Amazônia*. São Paulo: Contexto, 2001a.

_____. Os movimentos sociais diante da reorganização societária em curso. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org.) *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 183-197, 2001b.

_____. *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)*. Brasília: Ibama, 2003.

_____. Natureza e sociedade: elementos para uma ética da sustentabilidade. In: QUINTAS, J. S. (Org.) *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. 3.ed. Brasília: Ibama, 2006. p. 49-75. (Coleção meio ambiente, Série educação ambiental)

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. [Trad. Roberto Leher]. In: LEHER, R.; SETÚBAL, M. (Org.) *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 35-95.

RUEDA, R. P. Organização social das populações extrativistas. In: MURRIETA, J. R.; RUEDA, R. P. *Reservas Extrativistas*. Cambridge: UICN; Brasília: CNPT/Ibama, 1995. p. 13-17.

_____. *Treinamento dos responsáveis pelos núcleos de base*. Projeto Reservas Extrativistas – PPG/7. 1998.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. de. *Florestania: a saga acreana e o governo da floresta*. 273f. 2002. Tese (Doutorado em sociologia e antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SANT'ANA, M. R. de. *Os “imperadores do Acre”: uma análise da recente expansão capitalista na Amazônia*. 286 f. 1988. Dissertação (Mestrado em sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília.

SANTILLI, J. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. IEB e ISA, São Paulo: Peirópolis, 2005.

SEMERARO, G. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SILVA, Marina. Histórias da floresta, da vida e do mundo. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org.) *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 199-212.

SILVA, Mauro. C. R. da. *Sindicato em movimento: representação política e os interesses no sindicato de trabalhadores rurais de Xapuri*. 2001. 123 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento agrícola). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro.

SIQUEIRA, D. *Conselho Consultivo do CNPT – Histórico*. 2006.

SOUZA, J. J. V. de. *O “programa de desenvolvimento sustentável do acre”: uma análise à luz do discurso do desenvolvimento sustentável e da cooperação internacional*. 2008. 188 f. Dissertação (Mestrado em direito). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SOUZA, M. L. de. *A Prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Tradução: Paulo Cezar Castanheiras. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Estado, democracia y globalización, In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. (compiladores) *La teoría marxista hoy – problemas y perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 395 - 407.

II. Legislação e atos normativos consultados (leis, decretos, portarias)

ACRE. *Lei nº 1.022, de 21 de janeiro de 1992*. Institui o Sistema Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e o Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.ccjr.ac.gov.br/leisordinarias/1992/LEI1022.DOC>. Acesso em: 05 jan. 2009. Rio Branco, 1992a.

ACRE. *Lei nº 1.020, de 21 de janeiro de 1992*. Estabelece a Política Agrícola do Estado do Acre e dá outras providências. Disponível em: <http://www.ccjr.ac.gov.br/leisordinarias/1992/LEI1020.DOC>. Acesso em: 05 jan. 2009. Rio Branco, 1992b.

ACRE. *Lei nº 1.083, de 1º de julho de 1993*. Denomina o dia 22 de dezembro "Dia Estadual em Defesa dos Povos da Floresta", em homenagem a Chico Mendes. Disponível em: <http://www.ccjr.ac.gov.br/leisordinarias/1993/1.083.DOC>. Acesso em: 05 jan. 2009. Rio Branco, 1993.

ACRE. *Lei nº 1.117, de 26 de janeiro de 1994*. Dispõe sobre a política ambiental do Estado do Acre, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.ccjr.ac.gov.br/leisordinarias/1994/1.117.DOC>. Acesso em: 05 Jan. 2009. *Modificada pela Lei n. 1.698, de 16 de janeiro de 2006. Rio Branco, 1994.

ACRE. *Lei nº 1.176, de 27 de dezembro de 1995*. Autoriza o Poder Executivo a aderir ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Estados, proposto pelo Conselho Monetário Nacional, e dá outras providências correlatas. Disponível em: <http://www.ccjr.ac.gov.br/leisordinarias/1995/1.176.DOC>. Acesso em: 05 Jan. 2009. Rio Branco, 1995.

ACRE. *Lei nº 1.180, de 9 de maio de 1996*. Institui o Programa de Incentivo à Exoneração ou Desligamento Voluntário, destinado aos servidores públicos do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.ccjr.ac.gov.br/leisordinarias/1996/1.180.DOC>. Acesso em: 05 Jan. 2009. Rio Branco, 1996.

ACRE. *Lei nº 1.231, de 27 de junho de 1997*. Dispõe sobre a privatização, extinção, fusão, municipalização e incorporação de Órgãos e Entidades que compõem a Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo do Estado do Acre e dá outras providências. Disponível em: <http://www.ccjr.ac.gov.br/leisordinarias/1997/1.231.DOC>. Acesso em: 05 Jan. 2009. Rio Branco, 1997a.

ACRE. *Lei nº 1.259, de 30 de dezembro de 1997*. Dispõe sobre a criação da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ACRE S/A. e dá outras providências. Disponível em: <http://www.ccjr.ac.gov.br/leisordinarias/1997/1.259.doc>. Acesso em: 05 Jan. 2009. Rio Branco, 1997b.

ACRE. *Lei nº 1.277, de 13 de janeiro de 1999*. Dispõe sobre concessão de subvenção econômica aos produtores de borracha natural bruta do Estado do Acre e dá outras providências. Disponível em: <http://www.ccjr.ac.gov.br/images/stories/Leis1999/1.277.doc>. Acesso em: 05 Jan. 2009. Alterada pela lei N. 1.427, de 27 de dezembro de 2001. Rio Branco, 1999a.

ACRE. *Lei nº 1.279, de 19 de janeiro de 1999*. Autoriza o Poder Executivo a aderir ao Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal de Estado, estabelecido na Lei n. 9.496, de 11 de setembro de 1997 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.ccjr.ac.gov.br/images/stories/Leis1999/1.279.doc>. Acesso em: 05 Jan. 2009. Rio Branco, 1999b.

ACRE. *Lei nº 1.307, de 24 de dezembro de 1999*. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2000-2003 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.ccjr.ac.gov.br/images/stories/Leis1999/1.307.doc>. Acesso em: 05 Jan. 2009. Rio Branco, 1999c.

BRASIL. *Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964*. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm>. Acesso em: 12 fev. 2009. Brasília, 1964.

BRASIL. *Decreto Federal nº 271, de 28 de fevereiro de 1967*. Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador, concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0271.htm. Acesso em: 12 fev. 2009. Brasília, 1967a.

BRASIL. *Lei nº 5.227 de 18 de janeiro de 1967*. Dispõe sobre a política econômica da borracha, regula sua execução e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5227.htm. Acesso em: 03 nov. 2009. Brasília, 1967b.

BRASIL. *Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 25 mar. 2009. Brasília, 1981.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.

BRASIL. *Lei Federal nº 7.804, de 18 de julho de 1989*. Altera a Lei n. 6.938 (1), de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, a Lei n. 7.735 (2), de 22 de fevereiro de 1989, a Lei n. 6.803 (3), de 2 de julho de 1980, a Lei n. 6.902 (4), de 21 de abril de 1981, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7804.htm. Acesso em: 25 mar. 2009. Brasília, 1989.

BRASIL. *Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990*. Dispõe sobre as Reservas Extrativistas e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/Antigos/D98897.htm. Acesso em: 23 abril, 2007. Brasília, 1990a.

BRASIL. *Decreto nº 98.863, de 23 de janeiro de 1990.* Cria a Reserva Extrativista do Alto Juruá. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/resex/ajurua/opdecret.htm>. Acesso em: 23 abril, 2007. Brasília, 1990b.

BRASIL. *Decreto nº 99.144, de 12 de março de 1990.* Cria a Reserva Extrativista Chico Mendes. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/resex/cmendes/opdecret.htm>. Acesso em: 23 abril 2007. Brasília, 1990c.

BRASIL. *Decreto nº 563, de 5 de junho de 1992.* Institui o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil e Cria a Comissão de Coordenação. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=225696>. Acesso em: 07 jul. 2009. Brasília, 1992.

BRASIL. *Lei n. 9479, de 12 de agosto de 1997.* Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica a produtores de borracha natural e dá outras providências. Disponível em: <http://www.lei.adv.br/9479-97.htm>. Acesso em: 16 de ago. 2008. Brasília, 1997.

BRASIL. *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.* Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Brasília: Diário Oficial da União, 2000. Brasília, 2000a.

BRASIL. *Decreto S/N, de 08 de novembro de 2000.* Cria a Reserva Extrativista do Alto Tarauacá, nos municípios de Jordão e Tarauacá, no Estado do Acre, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/DNN9073.htm. Acesso em: 17 dez. 2009. Brasília, 2000b.

BRASIL. *Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.* Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC, e dá outras providências. Brasília, 2002a.

BRASIL. *Decreto S/N, de 19 de setembro de 2002.* Cria a Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, nos Municípios de Sena Madureira e Manoel Urbano, no Estado do Acre, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2002/Dnn9663.htm. Acesso em: 17 dez. 2009. Brasília, 2002b.

BRASIL. *Decreto S/N, de 17 de fevereiro de 2005.* Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista do Riozinho da Liberdade. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/siucweb/mostraDocLegal.php?seq_uc=1517&seq_tp_documento=3&seq_finaliddoc=7. Acesso em: 23 abril, 2007. Brasília, 2005.

BRASIL. *Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007.* Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Diário Oficial da União, 2007. Brasília, 2007.

IBAMA. *Portaria nº 22-N, de 10 de fevereiro de 1992.* Cria o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais e aprova seu Regimento Interno. Brasília, 1992.

IBAMA. *Portaria nº 46-N, de 06 de maio de 1994*. Cria a Comissão das Populações Tradicionais. Brasília, 1994a.

IBAMA. *Portaria nº 118, de 31 de outubro de 1994*. Aprova as normas administrativas para criação, regularização e consolidação das Reservas Extrativistas. Brasília, 1994b.

IBAMA. *Portaria nº 77, de 20 de setembro de 1999*. Estabelece critérios e procedimentos administrativos para instrução do processo de criação de Unidades de Conservação. Brasília, 1999b.

ICMBio. *Instrução Normativa nº 02, de 18 de Setembro de 2007*. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do conselho deliberativo de Reserva Extrativista e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Publicada no Diário Oficial da União Nº. 182, Seção I, páginas 102, 103 e 104, de 20/09/2007. Brasília, 2007.

INCRA. *Portaria INCRA/P/nº. 627, de 30 de julho de 1987*. Brasília, 1987.

III. Documentos institucionais (documentos técnicos, relatórios, correspondências, relatos de eventos)

BRASIL. *Acordo de doação do Fundo Fiduciário da Floresta Tropical e doação do CCE – (Projeto de Reservas Extrativistas) entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, 16/11/1994, tal como alterado em 27 de julho de 2001*. Brasília, 1994.

BRASIL. MMA. *Plano de Utilização da Reserva Extrativista do Alto Juruá*. Brasília, 1995a.

BRASIL. *Plano Diretor da Reforma do Estado*. Brasília, Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PLANDI.HTM. Acesso em: 09 ago. 2008. Brasília, 1995b.

CNPT. Conselho Consultivo. *Ata da II reunião ordinária realizada nos dias 26 e 27 de nov. de 1992*. Brasília, 1992.

CNPT. *Ofício circular nº 250/94, de 05 de ago. de 1994*. Encaminha o Plano de Uso da Resex Chico Mendes. Brasília, 1994a.

CNPT. *Memorando n. 456/94, de 02 de dez. de 1994*. Do chefe do CNPT à Presidente do Ibama sobre proposta de subordinar o CNPT a uma diretoria, constante na proposta de nova estrutura do Ibama. Brasília, 1994b.

CNPT. *Extrativismo na Amazônia*. Boletim n. 02, Brasília, dezembro de 1997.

CNPT. *Relatório de atividades 1998*. Extrativismo e apoio às populações tradicionais. Brasília, Dezembro de 1998. MIMEO.

CNPT. *Proposta de criação do núcleo (agência) de desenvolvimento sustentado de populações tradicionais – NDS ou ADS*. Proposta para discussão. Documento Interno. Brasília, 1999a. MIMEO.

CNPT. *Fax do coordenador técnico do Projeto RESEX para presidente da AMOREX, em 22 de fev. de 1999*. Sobre as discussões ocorrentes entre a Associação e a Prefeitura Municipal de Xapuri sobre o Pólo Madeireiro de Xapuri. Brasília, 1999b.

CNPT. Nota explicativa sobre o CNPT. [2000]. MIMEO.

CNS. *I Encontro Nacional dos Seringueiros*. Realizado no período de 11 a 17 out. 1985 em Brasília. Documento Final. Brasília, 1985. Disponível em: <http://www.cnsnet.org.br/>. Acesso em: 06 jul. 2007.

CNS. Conselho Deliberativo. *Ata da reunião realizada nos dias 05, 06 e 07 de nov. de 1991*. Livro de atas p. 10/verso.

CNS. Relatório sócio econômico e cadastro da Reserva Extrativista Chico Mendes. Rio Branco-Acre, Julho de 1992. 54p. Rio Branco, 1992a.

CNS. *III Encontro Nacional dos Seringueiros*. Realizado no período de 26 a 29 de mar. de 1992, em Rio Branco, Acre. Documento Final. Rio Branco, 1992b. Disponível em: <http://www.cnsnet.org.br/>. Acesso em: 06 jul. 2007.

CNS. *Relatório de avaliação da presidência do Conselho Nacional dos Seringueiros*. Rio Branco, Acre, [1992]c, MIMEO.

CNS. *III Encontro Nacional dos Seringueiros*. Realizado no período de 26 a 29 de mar. de 1992 em Rio Branco, Acre. Regimento Interno. Rio Branco, 1992d. MIMEO.

CNS. Diretoria Executiva. *Resumo das discussões e deliberações da reunião realizada nos dias 31 de mar. e 01 de abril de 1992*. Rio Branco, 1992e. MIMEO

CNS. *Carta Aberta*. [1992]f. MIMEO

CNS. *Posição da direção executiva do CNS em relação ao protocolo de cooperação proposta pela empresa Nutrimental e o Instituto de Estudos Amazônicos – IEA, em Curitiba Paraná*. 1992g. MIMEO.

CNS. *Carta de princípios*. Rio Branco, Acre. 1992h. MIMEO.

CNS. *Diretrizes do Programa de Reservas Extrativistas para a Amazônia*. 1992i.

CNS. *IV Encontro Nacional dos Seringueiros*. Realizado no período de 23 a 26 Jul. 1995 em Brasília. Documento Final. Brasília, 1995a. Disponível em: <http://www.cnsnet.org.br/>. Acesso em: 06 jul. 2007.

CNS. *Estatutos Sociais*. 1995b. MIMEO.

CNS. Balanço de 10 anos do CNS. In: *IV Encontro Nacional dos Seringueiros*. Realizado no período de 23 a 26 de jul. 1995. Brasília, 1995c. Disponível em: <http://www.cnsnet.org.br/>. Acesso em 06 jul. 2007.

CNS. *V Encontro Nacional dos Seringueiros*. Realizado no período de 17 a 20 de dez. de 1998 em Xapuri, Acre. Documento Final. Xapuri, 1998a. Disponível em: <http://www.cnsnet.org.br/>. Acesso em: 06 jul. 2007.

CNS. Balanço dos 13 anos do CNS. In: *V Encontro Nacional dos Seringueiros*. Xapuri, 1998b. Disponível em: <http://www.cnsnet.org.br/>. Acesso em: 06 jul. 2007.

CNS. *Correspondência à secretária da Secretaria de Coordenação da Amazônia (MMA), em 19 de abr. de 2000*. Encaminhamentos do Conselho Deliberativo em relação às ações da SCA. Brasília, 2000.

CNS/GTA. *Correspondência ao ministro de meio ambiente José Sarney Filho em 18 de jan. de 1999*. Trata de nova proposta de estrutura do Ministério de Meio Ambiente. Brasília, 1999.

CNS/UNI. *II Encontro Nacional dos Seringueiros e I Encontro dos Povos da Floresta*. Realizado no período de 25 a 31 de mar. de 1989 em Rio Branco, Acre. Documento Final. Rio Branco, 1989. MIMÉO.

EMBAIXADA DO CANADÁ/CENTRO DOS TRABALHADORES DA AMAZÔNIA. *Seminário para lançamento do fundo da Embaixada do Canadá para desenvolvimento sustentável de Reservas Extrativistas no Acre*. Relatório Final. Rio Branco, Acre. Agosto de 1994. 37p. MIMÉO.

GTA. *Avaliação do PPG-7*. [1997]

GTA/AMIGOS DA TERRA. *Políticas Públicas para a Amazônia – Rumos, tendências e propostas*. Documento apresentado à reunião dos participantes do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Manaus, 27 a 30 de outubro de 1997. Versão Preliminar.

IAG. *Relatório do Grupo de Assessoria Internacional (IAG)*. Sétima reunião, realizada em Brasília, no período de 2 a 06 de dez. de 1996. Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Brasília, 1996.

IBAMA. *Projeto RESEX: um futuro sustentável para a Amazônia*. Cartilha. Brasília, 1999a.

IBAMA. *Projeto Reservas Extrativistas: Relatório Final da 1ª fase – 1995-1999*. Brasília, 2000.

IEA. INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS. *Carta de Curitiba*. Seminário: planejamento e gestão do processo de criação de Reservas Extrativistas na Amazônia. 12 a 16 de set. de 1988. Curitiba, 1988. Disponível em: SEMA; CTA; IEA. [Projeto Memória Movimentos Socioambientais do Acre. 2007].

IEA. INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS. *Como criar uma associação*. Curitiba: IEA, Brasília: SEMAM, [1992]. 37 p. MIMÉO.

INCRA. Relato da reunião sobre Reservas Extrativistas no âmbito do Programa Nossa Natureza, INCRA, 11/01/89. In: *Registro histórico do processo de concepção e desenvolvimento dos PAEs - Projetos de Assentamento Extrativista*. Organização de Mário de Assis Menezes. [1991?]. Brasília, 1989a. Disponível em: SEMA; CTA; IEA. [Projeto Memória Movimentos Socioambientais do Acre. 2007].

INCRA. *Seminário articulação e nivelamento interinstitucionais sobre o Projeto de Assentamento Extrativista*. Relatório Final. Realizado nos dias 04 e 05 de dez. de 1989. Brasília, 1989b. Disponível em: SEMA; CTA; IEA. [Projeto Memória Movimentos Socioambientais do Acre. 2007].

INCRA. *Registro histórico do processo de concepção e desenvolvimento dos PAEs-Projetos de Assentamento Extrativista*. Organização de Mário de Assis Menezes. Brasília, [1991?]. Disponível em: SEMA; CTA; IEA. [Projeto Memória Movimentos Socioambientais do Acre. 2007].

PPG-7. *Projeto Reservas Extrativistas: missão de avaliação do meio-termo*. Ajuda Memória. Brasília, 06 a 14 de outubro de 1997. MIMEO.

SEMAM/IBAMA. *Programa emergencial para o desenvolvimento sustentado de populações tradicionais das Reservas Extrativistas*. Brasília: Governo do Brasil, Secretaria do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 1992, 28p. MIMEO.

OXFAM. *Folheto sobre Oxfam para uso no Brasil: a Oxfam no mundo*. 1992. MIMEO.

IV. Páginas eletrônicas consultadas

Biblioteca da Floresta	www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br
Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais	www.ibama.gov.br/resex/cnpt.htm#1
Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil	www.cna.org.br
Conselho Nacional dos Seringueiros	www.csnet.org.br www.extratativismo.org.br
Environmental Law Institute	www.eli.org/index.cfm
Fundação Ford	www.fordfound.org
Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung	www.adenauer.org.br/index.asp
Fundação Rockefeller	www.rockfound.org
Governo do estado do Acre	www.ac.gov.br

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente de dos Recursos Naturais Renováveis	www.ibama.gov.br
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	www.icmbio.gov.br
International Union for Conservation of Nature	www.iucn.org
Ministério do Meio Ambiente	www.mma.gov.br
Oxford Family	www.oxfam.org.uk
Presidência da República	www.planalto.gov.br
Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais no Brasil	www.mma.gov.br/ppg7/
United States Agency for International Development	www.usaid.gov

APÊNDICES

APÊNDICE A – Trajetória e perfil dos entrevistados

Grupo A - Lideranças que participaram da luta pela criação das Reservas Extrativistas (sindicalistas, seringueiros) e/ou de diferentes fases do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS).

Liderança-CNS Acre

Participou das Comunidades Eclesiais de Base na década de 1970. Na década de 1980 foi presidente da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX), vice-presidente e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Xapuri. Na década de 1990 foi presidente e vice-presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), presidente e vice-presidente do Grupo de Trabalho Amazônico e presidente da CAEX. Foi prefeito do município de Xapuri-AC, pelo Partido dos Trabalhadores, por dois mandatos. Possui uma Colocação na Resex Chico Mendes.

Liderança-Resex Chico Mendes 01

Sindicalista do STR Xapuri na época dos empates, foi delegado sindical e participou da diretoria em alguns momentos chegando a exercer a presidência do sindicato na década de 1980. Participou da organização do CNS, foi eleito vereador pelo Partido dos Trabalhadores por quatro mandatos consecutivos, até 2001. É morador da Resex Chico Mendes.

Liderança-Resex Chico Mendes 02

Entrou no movimento através das Comunidades Eclesiais de Base; membro da CUT e do CNS no final da década de 80; foi um dos fundadores do PT no Acre, depois migrou para o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e atualmente milita no Partido Socialista e Liberdade (PSOL). Foi secretário do CNS na gestão de 1989 - 1992. Saiu do CNS após essa gestão e retornou para a sua Colocação na Resex Chico Mendes.

Seringueiro-Empate Seringal Carmem

Participou do primeiro empate no seringal Carmem, é membro-fundador do STR de Brasília e do Partido dos Trabalhadores, ao qual ainda hoje é filiado. Foi delegado sindical na década de 1970. Atualmente é proprietário de um ponto comercial na cidade de Brasília.

Liderança-Resex Chico Mendes 03

Participou da organização do Projeto Seringueiro, contribuindo para a fundação de diversas entidades: CNS, CAEX, STR Xapuri, Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativistas de Xapuri (AMOPREX), Centro de Trabalhadores da Amazônia e PT. Na segunda metade dos anos 2000 foi eleito para a diretoria da CAEX. É morador da Resex Chico Mendes.

Liderança-CNS Amazonas

Na década de 1990 foi presidente de associação na Resex do Médio Juruá e coordenador do CNS local (regional Carauari). Já nos anos 2000 assumiu os cargos de secretário geral e presidente do CNS. É morador da Resex do Médio Juruá, Carauari-AM.

Liderança-CNS Pará

Aproximou-se do Movimento Seringueiro pela militância no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá, na década de 1970-1980, quando foi diretor da Central Única dos Trabalhadores. Na década de 1990 foi presidente e tesoureiro do CNS. Nos anos 2000 foi chefe do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT).

Liderança-CNS Amapá

Foi secretário geral do CNS no final da década de 1990 e presidente e membro da diretoria nos anos 2000. É morador da Resex do Rio Cajari-AP.

Liderança-AMOPREX

Participou da fundação do STR de Xapuri na década de 1970. É sócio da CAEX. Na década de 1990 participou da diretoria e assumiu a presidência da AMOPREX. É morador da Resex Chico Mendes.

Liderança-STR Brasília

Na década de 1990 foi delegado sindical, suplente na diretoria do STR Brasília, coordenador regional e membro da diretoria do CNS. Ainda nesta década assumiu a Secretaria Geral do STR Brasília, elegendose presidente por dois mandatos nos anos 2000. É morador do entorno da Resex Chico Mendes.

Liderança-CAEX 01

Foi professor voluntário do Projeto Seringueiro na década de 1990, participando do primeiro cadastramento na Resex Chico Mendes; após um período atuando na Comissão Pastoral da Terra (região do Araguaia-MT) retornou a Xapuri. No final dos anos 2000 foi eleito para a diretoria da CAEX. É morador do entorno da Resex Chico Mendes.

Liderança-CAEX 02

Na década de 1990 trabalhou na organização da CAEX (1990-1999). Em 1999 foi para o governo administrar um setor da CAGEACRE (Companhia de Armazéns Gerais e Entrepósito do Acre), no primeiro governo Jorge Viana. Na segunda metade dos anos 2000 foi eleito presidente da CAEX. É morador da Resex Chico Mendes.

Liderança-ASAREAJ

Na década de 1990 iniciou sua ação na Resex do Alto Juruá, como agente de saúde pública e acompanhante das Cantinas. Posteriormente, foi eleito secretário da Associação dos Seringueiros e Produtores da Reserva Extrativista do Alto Juruá (ASAREAJ), elegendo-se presidente em outra gestão. Participou da comissão de acompanhamento do projeto RESEX e coordenou o projeto de saúde da ASAREAJ.

Liderança-STR Xapuri

Iniciou sua militância política na década de 1970 como monitora das Comunidades Eclesiais de Base. Na década de 1980 foi delegada sindical, presidente do STR Xapuri e atuou no Projeto Seringueiro. Após um período no Amazonas onde atuou em projetos de educação popular junto ao Movimento de Educação de Base – CNBB, retornou para sua Colocação na Resex Chico Mendes. No final da década de 1990 e 2000 trabalhou na equipe da prefeitura de Xapuri. Em 2006 venceu as eleições para o STR Xapuri.

Grupo B - Técnicos que compuseram o quadro de pessoal do Ibama atuando no Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) ou em interlocução com este.

Técnico-CNPT Acre

Servidor da extinta Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), participou da primeira equipe do CNPT-AC, atuando na Resex Chico Mendes em toda a década de 1990.

Técnico-Ibama Brasília

Coordenou o Projeto Interação (MEC), participando das articulações em prol da realização do I Encontro Nacional dos Seringueiros. Ingressou no Ibama em 1992, atuando na área de Educação Ambiental.

Técnico-CNPT Brasília 01

Iniciou seu trabalho com seringueiros através da atuação junto a um convênio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e a SUDHEVEA, na década de 1980. Ainda nesta década trabalhou no Ministério da Agricultura e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), período no qual participou do Grupo de Trabalho que formulou as regras para criação dos Projetos de Assentamento Extrativistas. Na década de 1990 chefiou o CNPT/Ibama.

Técnico-CNPT Brasília 02

Servidor da extinta SUDHEVEA. Participou do CNPT, em Brasília, por toda a década de 1990. Atuou nas Reservas Extrativistas da região amazônica, participando da implementação do projeto RESEX, como gerente de projetos.

Técnico-CNPT Brasília 03

Funcionário da Funtac no final da década de 1980, integrou o GT de criação do CNPT, passando a ser coordenador de projetos do Centro desde sua criação por toda a década de 1990. Participou da preparação, negociação e implementação do Projeto RESEX. Em 1999 assumiu a coordenação do PPG-7, na Secretaria de Coordenação da Amazônia, onde permaneceu até o início dos anos 2000.

Técnico-ICMBio-DIUSP

Possui histórico ligado aos movimentos sociais pela reforma agrária. Na década de 2000 integrou a equipe do CNPT, participando da implementação da Diretoria de Desenvolvimento Socioambiental no Ibama, e da Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Grupo C - Assessores do Conselho Nacional dos Seringueiros e do STR Xapuri no período estudado

Assessor-STR Xapuri

Agrônomo, chegou ao Acre em 1982. Trabalhou na Companhia de Desenvolvimento Agrário e Colonização do Acre e na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre. Como proprietário de uma colônia, sindicalizou-se no STR Plácido de Castro. Foi assessor do STR-Xapuri de 1986 a 1992, atuando no Projeto Seringueiro, na implementação das Cooperativas.

Assessor-CNS

Participou do GT que discutiu os PAEs, no INCRA. Servidor da Funtac durante a década de 1980 até 1990. Durante a década de 1990 coordenou o Centro de Trabalhadores da Amazônia, retornando para a Funtac no final da década para presidir a entidade. No início dos anos 2000 integrou a equipe do CNPT-BSB.

Assessora-CTA

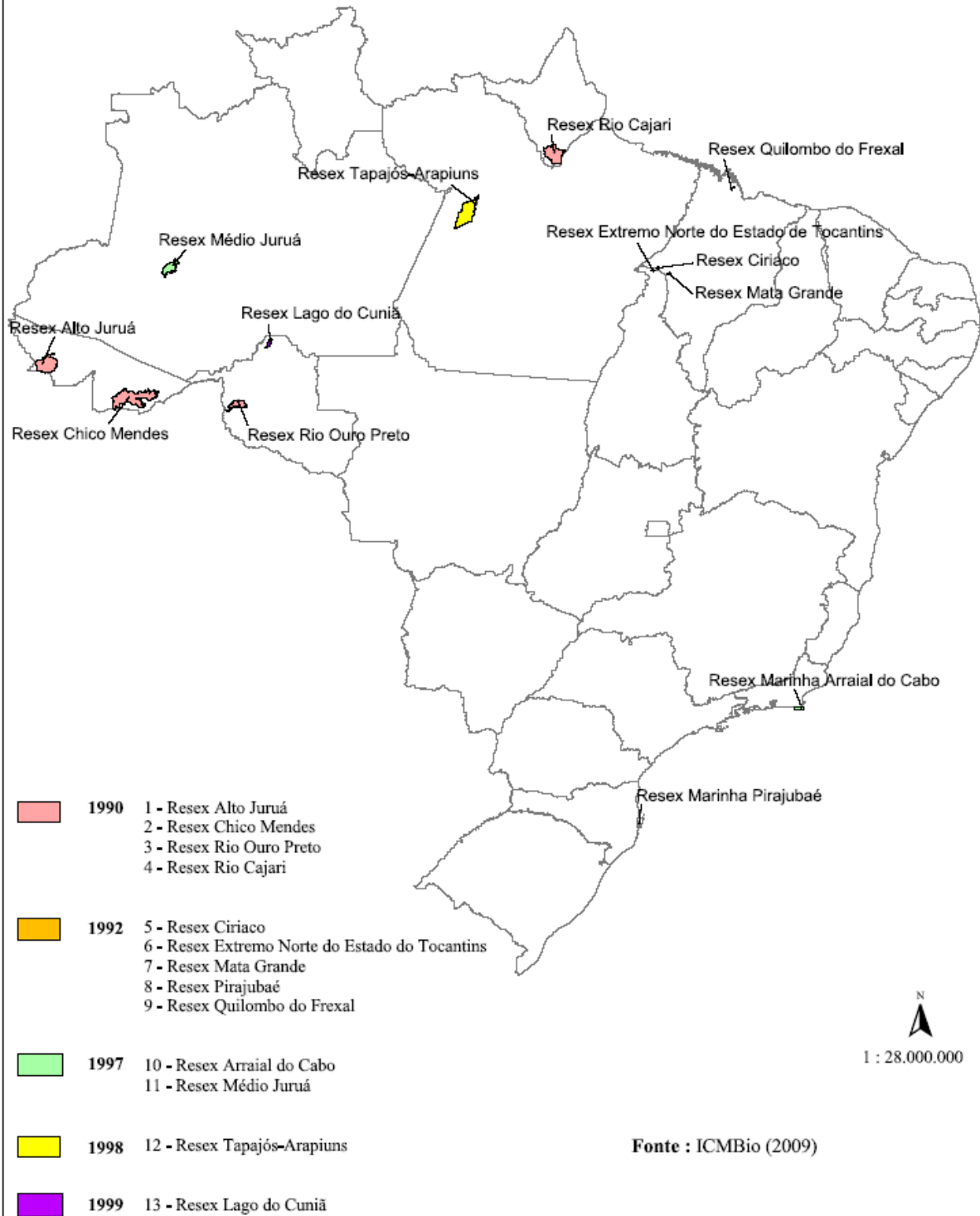
Aproximou-se do Movimento Seringueiro quando era estudante de história na UFAC, participando da fundação do Partido dos Trabalhadores no Acre. Na década de 1980 atuou na implementação do Projeto Seringueiro, ajudando a formar o Centro dos Trabalhadores da Amazônia, do qual foi coordenadora. Nos anos 2000 passou a integrar a equipe do Governo do Estado do Acre.

APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas.

1. Trajetória do entrevistado (“onde” estava na década de 90);
2. Significado das Reservas Extrativistas para o movimento seringueiro;
3. Avanços e dificuldades na implementação das Resex;
4. Formas de organização e representação dos seringueiros na década de 90;
5. Quais as formas de mobilização utilizadas pelos seringueiros após a criação das Resex;
6. Principais apoios ao Movimento, após a criação das Resex. Como se dava esse apoio;
7. Estruturas de apoio às Resex no Governo;
8. Fontes de financiamento para as Resex na década de 90;
9. Sistema de crédito e de assistência técnica para as Resex, após sua criação;
10. Significado da criação do CNS e do CNPT;
11. Fontes de financiamento para o CNPT e o CNS;
12. Forma de organização e funcionamento do CNPT e do CNS;
13. Ações de resistência do CNS na década de 90;
14. Relação entre CNPT/Ibama/Associações/CNS/Sindicatos/ONGs;
15. Principais projetos, programas e políticas públicas implementadas nas Resex na década de 90; instância de decisão; elaboração; (ESTADUAIS e FEDERAIS);
16. Principais resultados e dificuldades nos projetos implementados;
17. Principais interlocutores no governo e com o governo (estadual e federal);
18. Relação com o CNPT e com a SCA;
19. Articulação do Movimento seringueiro com outros movimentos pela reforma agrária;
20. Visão sobre o papel do Estado na gestão das Resex;
21. Papel das Associações, sindicatos e CNS na criação e gestão antes e após o SNUC;
22. Visão sobre o Conselho deliberativo e plano de manejo;

Obs.: O roteiro foi adaptado de acordo com o grupo entrevistado (Grupo A, B ou C).

APÊNDICE C - Reservas Extrativistas criadas no período de 1990 - 1999



APÊNDICE D – Reservas Extrativistas criadas no estado do Acre até o ano de 2009, e a situação de seus instrumentos de gestão.

Nome	Data de criação	Área (ha)	Plano de utilização	Plano de manejo	Conselho Deliberativo
Resex Alto Juruá	23/01/1990	506.186	D.O.U. de 05 de outubro de 1994	Em criação	Em criação
Resex Chico Mendes	12/03/1990	970.570	Portaria n° 28-N, de 18 de abril 1995, reformulado em 2006.	Aprovado pelo Conselho Deliberativo em dezembro de 2006	Portaria n° 28, de 22 de maio de 2003
Resex do Alto Tarauacá	08/11/2000	151.199,64	Em criação	Em criação	Em criação
Resex do Cazumbá-Iracema	19/09/2002	750.794,70	Aprovado como parte do Plano de Manejo da Unidade.	Aprovado pelo Conselho Deliberativo em 11/03/2007 Resolução do CD n°. 004/08.	Portaria Ibama n° 25, de 09 de março de 2006.
Resex Riozinho da Liberdade	17/02/2005	325.602, 62	Não possui	Não possui	Não possui

Fontes: <http://www.ibama.gov.br/resex/>; Plano de Manejo da Resex Chico Mendes; <http://www.cazumba.org>; e contato com gestores do ICMBio.

ANEXOS

ANEXO A – Nota do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri sobre a Operação Reserva Legal.

NOTA DE REPÚDIO

“Comemorar a Semana Chico Mendes com repressão aos seringueiros, sem dúvida é manchar toda a luta que tivemos até aqui!

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri repudia veementemente o caráter de perseguição e criminalização dos seringueiros e moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes, efetuada pelo IBAMA na operação denominada de “Reserva Legal”, quando moradores foram multados e outros ameaçados de serem retirados da Reserva, por estarem cometendo infrações ao meio ambiente.

Nosso repúdio e indignação têm por base os seguintes motivos:

- 1) Nestes dezoito anos de criação da Reserva não existe uma política que garanta uma renda para os seringueiros viverem com dignidade exclusivamente da produção extrativista. Portanto a utilização da atividade da pecuária é um complemento de renda que tem sido utilizado pela grande maioria dos moradores;
- 2) Pouco existiu um trabalho de esclarecimento e conscientização das regras de uso e manejo da RESEX que abrangesse um número significativo de famílias;
- 3) O Plano de Manejo e de Utilização da RESEX não é de conhecimento da grande maioria das famílias;
- 4) Os seringueiros não podem ser responsabilizados pela mudança do clima do planeta, este se deve a ação dos grandes pecuaristas, mineradoras e do grande capital;
- 5) As multas aplicadas inviabilizam seu comprimento. As famílias de seringueiros têm uma vida de duro trabalho na floresta e o pouco rendimento e benfeitorias conseguidas pelas famílias não podem ser disponibilizadas para o pagamento destas multas porque isto inviabilizaria a reprodução das próprias famílias.

Os seringueiros e trabalhadores rurais do Acre lutam com todas suas forças pela posse de suas terras que secularmente foram ocupadas por seus antepassados. A luta que custou a vida de tantos e estimados companheiros não pode ser em vão.

Se ontem lutamos contra o latifúndio, inimigo declarado, parece que a política governamental tornou-se auxiliar dos interesses do latifúndio, que sempre tentou ignorar os que vivem da terra com trabalho.

Hoje temos na política ambiental de criminalização dos pequenos produtores um novo impedimento para a garantia de atividades que permita aos seringueiros uma vida digna.

Parar imediatamente a repressão aos seringueiros!

Cancelar todas as multas que inviabilizam nossa vida na floresta!

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri

Xapuri, 17/12/2008”

ANEXO B – Portaria INCRA/P/ nº 627, de 30 de julho de 1987, que cria os Projetos de Assentamentos Extrativistas.

PORTARIA INCRA/P/Nº 627

DE 30 DE JULHO DE 1987

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “b” do artigo 27 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria Interministerial nº 27, de 22 de janeiro de 1985,

CONSIDERANDO que o Plano Nacional da Reforma Agrária – PNRA integra o homem às peculiaridades naturais e culturais de cada região, viabilizando o equilíbrio ambiental e a racionalização do uso dos recursos naturais;

CONSIDERANDO que a preservação do meio-ambiente e o respeito às populações rurais das diferentes regiões compõem, plenamente, a “função social da propriedade”, permitindo a perfeita integração do trinômio homem-propriedade-uso da terra, previsto no Estatuto da Terra;

CONSIDERANDO que a especificidade ecológica de determinadas regiões do país possibilita o desenvolvimento de atividades extrativistas, as quais propiciam às populações delas dependentes, base econômica auto-sustentável, não interferindo sobre os ecossistemas colocados em uso e assegurando a manutenção das condições naturais neles predominantes;

CONSIDERANDO que a atividade extrativista afirma-se como alternativa para os projetos de assentamento executados pelo INCRA, de modo particular na Amazônia, resolve:

I – Criar a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista, destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupem ou venham a ocupar as mencionadas áreas;

II – Estabelecer que a destinação das áreas para tais projetos dar-se-á mediante concessão de uso, em regime comunal, segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias – associativista, condominial ou cooperativista;

III – Constituir o Grupo Executivo do Projeto de Assentamento Extrativista, composto por um representante das diretorias de Assentamentos, de Planejamento Operativo e de Recursos Fundiários, para, sob a coordenação do primeiro, conduzir as atividades operativas dos Projetos dessa modalidade,

ficando o Grupo autorizado a solicitar das demais instâncias administrativas da Autarquia, eventual colaboração na execução de suas atividades.

IV – Incumbir a Diretoria de Assentamentos de orçar, provisionar e controlar os recursos destinados ao atendimento dos Projetos de Assentamento Extrativista.

JOSÉ EDUARDO VIEIRA RADUAN

Presidente

ANEXO C – Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, que cria as Reservas Extrativistas.



Presidência da República Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 98.897, DE 30 DE JANEIRO DE 1990.

Dispõe sobre as reservas extrativistas
e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, combinado com o art. 225 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso VI, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, com a redação dada pela Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989,

DECRETA:

Art. 1º As reservas extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista.

Art. 2º O Poder Executivo criará reservas extrativistas em espaços considerados de interesse ecológico e social.

Parágrafo único. São espaços territoriais considerados de interesse ecológico e social as áreas que possuam características naturais ou exemplares da biota que possibilitem a sua exploração auto-sustentável, sem prejuízo da conservação ambiental.

Art. 3º Do ato de criação constarão os limites geográficos, a população destinatária e as medidas a serem tomadas pelo Poder Executivo para a sua implantação, ficando a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), as desapropriações que se fizerem necessárias.

Art. 4º A exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais será regulada por contrato de concessão real de uso, na forma do art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967.

1º O direito real de uso será concedido a título gratuito.

2º O contrato de concessão incluirá o plano de utilização aprovado pelo Ibama e conterá cláusula de rescisão quando houver quaisquer danos ao meio ambiente ou a transferência da concessão inter vivos.

Art. 5º Caberá ao Ibama supervisionar as áreas extrativistas e acompanhar o cumprimento das condições estipuladas no contrato de que trata o artigo anterior.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de janeiro de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

JOSÉ SARNEY
João Alves Filho

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 31.1.1990

ANEXO D – Portaria Ibama nº 22-N, de 10 de fevereiro de 1992, que cria o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais.

Portaria nº. 22-N, de 10 de fevereiro de 1992

O Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, no uso das atribuições que são conferidas pela Lei 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, pelo artigo 24 do anexo I ao Decreto 78, de 05 de abril de 1991 e pelos incisos II e XIV do art. 83, Capítulo IV do Regimento Interno Aprovado pela Portaria 445, de 16 de agosto de 1989, do Ministério do Interior, e

Considerando a especificidade e os múltiplos aspectos que envolvem o desenvolvimento sustentado e as populações tradicionais que habitam áreas de conservação ambiental administradas pelo IBAMA;

Considerando a necessidade de estabelecer uma política de desenvolvimento sustentado, assim entendido como processo de transformação no qual a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a atuação institucional se harmonizam reforçando o potencial presente e futuro do meio ambiente, suporte das atividades econômicas das populações tradicionais, respeitando a livre determinação sobre a evolução de ser perfil cultural;

Considerando a necessidade de assegurar a conservação do valioso patrimônio de recursos naturais, manejados por populações tradicionais entendendo-se como tal aquelas que tradicional ou culturalmente têm sua subsistência baseada no extrativismo de bens naturais; resolve:

Art. 1º Criar o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais-CNPT, bem como aprovar seu Regimento Interno, anexo a esta Portaria.

Art. 2º Transferir para o CNPT os recursos orçamentários do ano de 1992, Program de Trabalho 0401701044.046.0004 “Apoio às comunidades das Unidades de Conservação de Uso Direto”.

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Eduardo de Souza Martins

CENTRO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS-CNPT

REGIMENTO INTERNO CAPÍTULO I DA SEDE ATUAÇÃO E SUBORDINAÇÃO

Art. 1º O Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT, com sede em Brasília e Representações Regionais, atuará em todo território nacional e se subordinará técnica e administrativamente à Presidência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

CAPÍTULO II DA FINALIDADE

Art. 2º O CNPT tem por finalidade promover a elaboração, implantação e implementação de planos, programas, projetos e ações demandadas pelas populações tradicionais, através de suas entidades representativas e/ou indiretamente, através dos órgãos governamentais constituídos para este fim, ou ainda, por meio de organizações não governamentais e, especificamente:

- a) desenvolver estratégias e fomentar ações visando o desenvolvimento sustentado e, a livre determinação sobre a evolução dos perfis culturais das Populações Tradicionais,
- b) Implantar, consolidar, gerenciar e desenvolver as Reservas Extrativistas, em conjunto com as Populações Tradicionais que as ocupam,
- c) Promover e fomentar estudos e tecnologias necessárias ao desenvolvimento das Reservas Extrativistas e das bases econômicas, sociais e culturais das Populações Tradicionais que as manejam,
- d) Apoiar, promover e fomentar a industrialização e comercialização dos produtos e recursos naturais manejados pelas Populações Tradicionais,
- e) Apoiar, quando estabelecido em acordos específicos, as ações de responsabilidade de outros órgãos governamentais, que estejam em consonância com os objetivos do CNPT,
- f) Promover a articulação com instituições federais, estaduais e municipais visando a obtenção de apoio político, técnico e

financeiro para a implantação das ações demandadas pelas Populações Tradicionais.

- g) Promover a articulação com órgãos governamentais, organizações não-governamentais e representações das Populações Tradicionais, visando subsidiar a definição de políticas e implementação das ações demandadas pelas Populações Tradicionais,
- h) Promover a articulação com as Diretorias e Superintendências do IBAMA, SEMAM, Universidades e Institutos de Pesquisa, visando a obtenção de subsídios e apoio técnico necessário ao desenvolvimento, implantação e implementação dos planos, programas, projetos e ações de interesse das Populações Tradicionais, e
- i) Implantar, em conjunto com o Centro Nacional de Informação Ambiental, um sistema de informações, tendo como referências os planos, programas, projetos e ações implementados, visando a sistematização de conhecimentos e o desenvolvimento de metodologias relacionadas à problemática das Populações Tradicionais.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Art. 3º o CNPT tem a seguinte estrutura:

- I) órgãos colegiados
 - a) Conselho Consultivo,
 - b) Conselhos Regionais

- II) órgãos Executivos
 - a) Chefia
 - b) Assessoria de Planejamento e Monitoramento
 - área de planejamento
 - área de Monitoramento
 - c) Assessor de Administração e Finanças
 - área de administração
 - área de finanças
 - d) Representações Regionais

Art. 4º O CNPT será dirigido por um chefe, nomeado em comissão pelo Presidente do IBAMA e referendado pelo Conselho Consultivo e terá dois Assessores, além dos chefes das representações regionais,

indicados pelo Chefe do Centro e nomeados em comissão pelo Presidente do Instituto.

Parágrafo único – Com objetivos de auxiliar o Chefe, os Assessores e os Chefes das representações regionais no desempenho de suas funções, eles poderão contar com a colaboração de servidores para responder pelas respectivas atividades, a serem designados por ato interno do Chefe.

Art. 5º O Chefe do CNPT será substituído em suas faltas e impedimentos eventuais por servidor por ele indicado e designado pelo Presidente do Instituto.

Parágrafo único – Os substitutos dos Assessores e dos Chefes das Representações Regionais serão indicados por estes e designados pelo Presidente, após aprovação do Chefe do CNPT.

CAPÍTULO IV
DAS COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES
SEÇÃO I
DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 6º - Ao Conselho Consultivo compete: monitorar, avaliar, fiscalizar ações e propor diretrizes para a elaboração das políticas de ação do CNPT.

Parágrafo primeiro – O Conselho Consultivo será composto de, no máximo, 15 membros distribuídos entre representantes das Populações Tradicionais e representantes das organizações não-governamentais, envolvidas nos planos, programas e projetos do CNPT.

Parágrafo segundo – O Presidente do Conselho Consultivo será escolhido entre seus membros, em votação simples e o presidirá por 02(dois) anos e o Secretário-Executivo será o Chefe do CNPT.

Art. 7º - Aos Conselhos Regionais, compete supervisionar, avaliar, monitorar, sugerir e priorizar as atividades a nível regional, propondo alternativas que permitam seu eficaz cumprimento.

Parágrafo primeiro – Os Conselhos Regionais serão compostos pelos Superintendentes do IBAMA, pelos Chefes das representações regionais do CNPT, Secretários Estaduais do Meio Ambiente ou outra

autoridade indicada pelo Governo Estadual, representações dos Fóruns das organizações não-governamentais, e representantes das entidades representativas das populações tradicionais das respectivas regiões, envolvidos nos planos, programas e projetos do CNPT, os dois últimos cadastrados junto ao Conselho Consultivo.

Parágrafo Segundo – Os presidentes dos Conselhos Regionais serão eleitos dentre os superintendentes do IBAMA nas representativas regiões em votação simples. Os Secretários-Executivos serão eleitos dentre os chefes das representações regionais do CNPT nas respectivas regiões. Ambos terão mandatos com duração de 02(dois) anos.

Art. 8º - Os Conselhos Consultivo e Regionais reunir-se-ão ordinariamente 02(duas) vezes por ano, ou extraordinariamente, por convocação de seus presidentes, ou pela maioria simples de seus membros.

Art. 9º- À Chefia do CNPT compete: planejar, orientar e coordenar as atividades inerentes ao cumprimento das atribuições e finalidades do CNPT expressas no capítulo II, e especificamente:

- a) encaminhar ao Conselho Consultivo todas as questões que permitam definir as políticas de atuação do CNPT;
- b) propor à Presidência do IBAMA as alterações e modificações no Regimento Interno do CNPT;
- c) Articular, acompanhar e promover junto a outras organizações, todas as ações necessárias à implantação e execução dos planos, programas e projetos do CNPT, e
- d) Estabelecer e planejar ações de cooperação nacional e internacional que permitam cumprir com os objetivos do CNPT,
- e) Formular o planejamento e a programação das atividades do Centro,
- f) Encaminhar proposta orçamentária à Presidência do IBAMA, e
- g) Gerir os recursos financeiros alocados ao CNPT.

Art. 10 – À Assessoria de Planejamento e Monitoramento compete: elaborar, orientar e fazer executar as atividades de planejamento do CNPT, bem como coordenar e supervisionar as atividades das Representações Regionais, e especificamente:

- a) realizar auditoria nos planos, programas e projetos do CNPT,
- b) coordenar e gerenciar o sistema de informações do CNPT, e
- c) distribuir,acompanhar e avaliar as atividades das Representações Regionais.

Art 11 – À Assessoria de Administração e Finanças compete executar todos os atos administrativos necessários à implementação das atividades do CNPT, bem como os atos de gestão orçamentária e financeira, e especialmente:

- a) elaborar, em conjunto com as demais unidades do CNPT, as propostas orçamentárias anuais do Centro;
- b) proceder ao registro contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária e financeira do Centro;
- c) identificar e promover programas de treinamento e aperfeiçoamento dos recursos humanos do CNPT, das organizações não-governamentais e das Populações Tradicionais;
- d) elaborar e implantar o sistema de avaliação de desempenho funcional dos servidores do CNPT.

Art 12 – Às Representações Regionais compete planejar, coordenar, orientar e executar as atividades regionais do CNPT, e especificamente:

- a) promover e assegurar a elaboração de projetos executivos,em conjunto com as populações tradicionais e seus órgãos assessoriais, visando a programação anual de trabalho do CNPT;
- b) orientar as Populações Tradicionais em suas demandas jurídicas;
- c) monitorar e supervisionar os programas e projetos em execução, em suas respectivas regiões;
- d) proceder ao registro contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária e financeira das representações regional.
- e) Executar e coordenar outras atividades que lhes sejam incumbidas pelo Chefe do CNPT;

SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DAS CHEFIAS

Art 13 – Ao Chefe incube:

- a) orientar e coordenar as atividades das respectivas unidades;
- b) propor ao Conselho Consultivo a programação de trabalho do CNPT;
- c) responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos do Centro;

- d) exercer todos os atos de administração necessários à implementação das atividades do Centro, observada a legislação vigente.

Art 14 Aos Assessores e Chefes das Representações Regionais incube: coordenar, orientar e supervisionar o desenvolvimento das atividades que sejam afetas.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art 15 – Os recursos financeiros do CNPT serão provenientes das seguintes fontes:

- a) recursos orçamentários consignados no orçamento do IBAMA;
- b) transferências de outros órgãos federais, estaduais e municipais ou não governamentais, nacionais e internacionais;
- c) doações recebidas, em caráter específico;

Art. 16 Os órgãos colegiados mencionados no Capítulo III deverão elaborar seus respectivos Regulamentos Internos no prazo de 45(quarenta e cinco) dias após aprovação deste Regimento Interno.

Art. 17 – Para a implantação do CNPT serão otimizadas as infra-estruturas física e recursos humanos do IBAMA, podendo ser contratados novos recursos humanos através de contratos de trabalho por tarefas ou funções específicas.

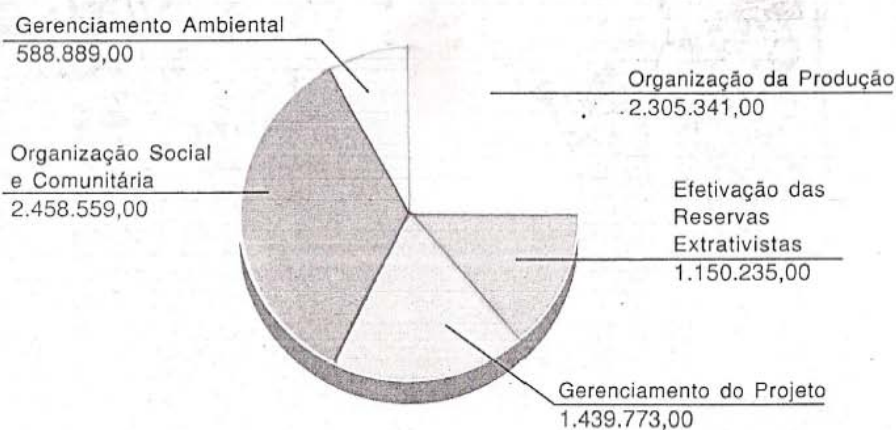
Art 18 – As dúvidas e os casos omissos surgidos na aplicação do disposto neste Regimento Interno serão resolvidos pelo Chefe do CNPT, “ad-referendum” do Conselho Consultivo.
(of. N° 135/92)

ANEXO E – Recursos empregados no Projeto RESEX (aplicação de recursos por componente).

RECURSOS EMPREGADOS

Aplicação de Recursos por Componente – 1995/1999 (em US\$)

TOTAL 7.942.797,00



Despesas Realizadas no período de Fev./95 a Fev./99 (em US\$)

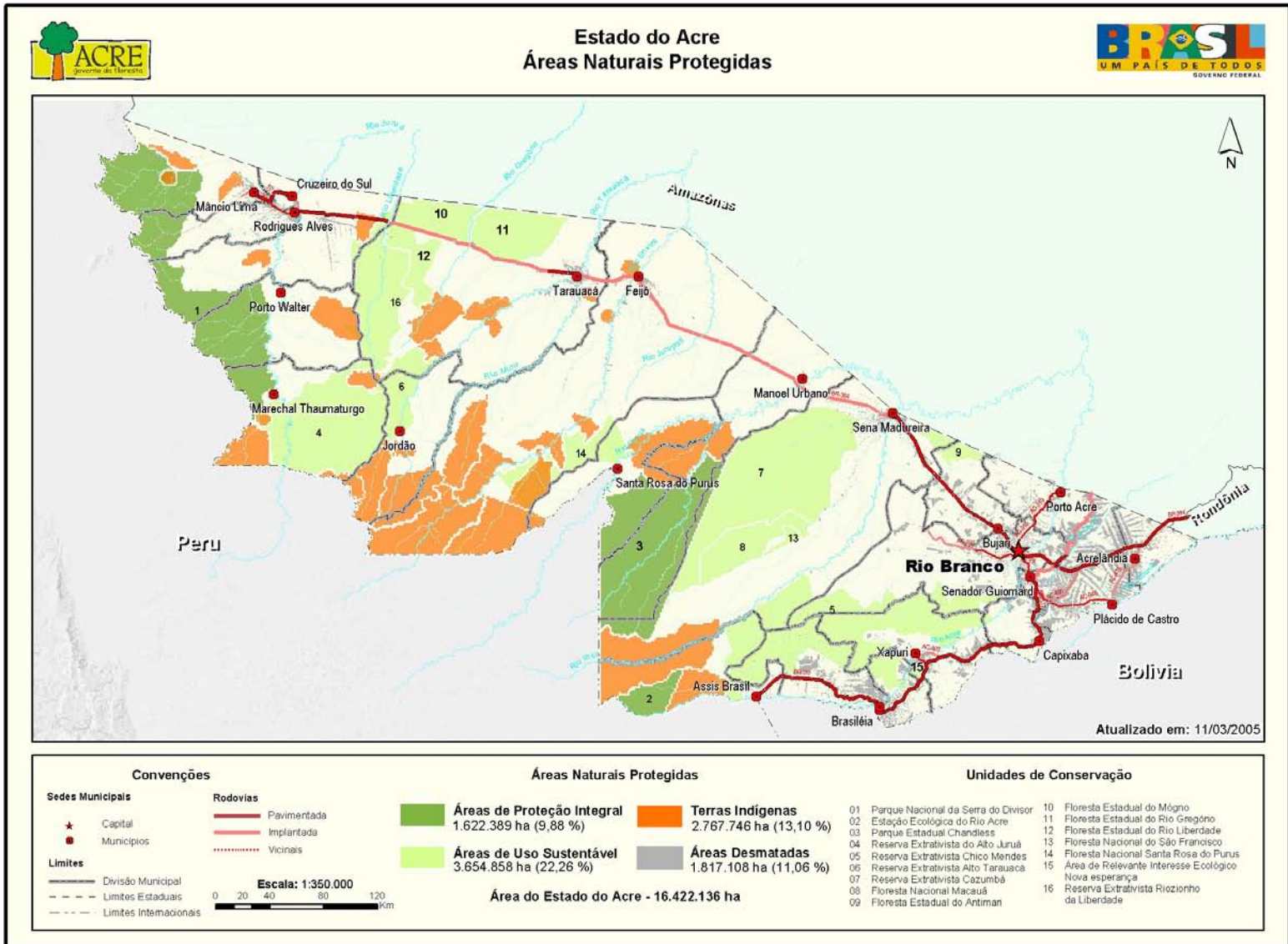
Resolução de Processos de Regularização Fundiária	125.032,00
Demarcação e Sinalização	400.895,00
Criação e Consolidação de Associações	185.086,00
Elaboração de Planos de Utilização	69.525,00
Fiscalização das Reservas	262.620,00
Promoção de Políticas Públicas	107.077,00
Fortalecimento Institucional das Associações	1.816.130,00
Treinamento de Recursos Humanos	192.709,00
Apoio à Infraestrutura Básica de Educação	241.719,00
Apoio à Infraestrutura Básica de Saúde	208.001,00
Melhoramento da Produção de Subsistência	895.875,00
Melhoramento dos Sistemas Tradicionais de Produção	435.656,00
Novas Alternativas de Geração de Renda	436.143,00
Apoio à Infraestrutura de Transporte e Armazenagem	443.548,00
Apoio à Infraestrutura de Comunicação	94.119,00
Formação de Base de Referência Ambiental	269.343,00
Elaboração de Planos de Desenvolvimento	127.231,00
Estudos de Apoio ao Manejo de Recursos Naturais	57.448,00
Monitoramento Socioambiental	134.827,00
Assistência Técnica/Apoio CNPT/CNS	1.281.670,00
Sistemas de Informação e Apoio ao Gerenciamento	105.656,00
Sistemas de Avaliação do Projeto	52.447,00
TOTAL	7.942.797,00

29

Fonte:

IBAMA. *Projeto RESEX: um futuro sustentável para a Amazônia*. Cartilha. Brasília, 1999a.

ANEXO F – Localização das Áreas Protegidas no estado do Acre.



ANEXO F – Localização das Áreas Protegidas no estado do Acre.

Fonte: Zoneamento Ecológico-Econômico do estado do Acre, fase II, 2006.